



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Centro de Ciências Sociais**  
**Instituto de Estudos Sociais e Políticos**

**Soraia Marcelino Vieira**

**O Partido da Social Democracia Brasileira:**

**Trajatória e ideologia**

Rio de Janeiro

2012

Soraia Marcelino Vieira

**O Partido da Social Democracia Brasileira:**

**Trajectoria e ideologia**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos

Rio de Janeiro

2012

Soraia Marcelino Vieira

**O Partido Da Social Democracia Brasileira:**

**Trajectoria e ideologia**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Estadual do Rio do Janeiro.

Aprovado em 03 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Fabiano Santos (orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Argelina Cheibub Figueiredo  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Antonieta Leopoldi  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Braga  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Dr. Renato Raul Boschi  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

V665	<p>Vieira, Soraia Marcelino. O partido da social democracia brasileira: trajetória e ideologia / Soraia Marcelino Vieira. – 2012. 186 f.</p> <p>Orientador: Fabiano Guilherme Mendes Santos. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.</p> <p>1. Partido da Social Democracia Brasileira - Teses. 2. Socialismo – Teses. 3. Liberdade – Teses. 4. Ciência Política – Teses. I. Santos, Fabiano. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.</p> <p>CDU 378.245</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,  
desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

## AGRADECIMENTOS

São muitos que tenho que agradecer a conclusão deste trabalho, mas primeiramente quero manifestar minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Fabiano dos Santos, pela paciência, por ajudar a colocar ordem nas ideias desorganizadas que, por vezes, eu apresentava e a traçar uma linha conexa ao trabalho.

Durante o doutorado, fui beneficiada com uma bolsa do CNPQ, no Brasil, e da CAPES, para o doutorado sanduiche na Universidade de Salamanca (USAL). Às duas agências de fomento brasileiras, meu agradecimento.

Outras instituições foram muito importantes ao bom desempenho da pesquisa, o CEBRAP, que forneceu os dados das votações nominais e o PSDB que proporcionou acesso a todas as informações e documentos necessários ao bom desempenho do trabalho. Ainda com relação à disponibilização de dados, agradeço aos professores Thimoty Power e Cesar Zucco por fornecerem os dados do *survey* sobre auto-posicionamento dos deputados brasileiros.

Em Salamanca, durante o doutorado sanduiche, agradeço o inestimável apoio da minha orientadora Maria de las Mercedes Garcia Montero, que além de propiciar um ambiente aberto e fértil ao debate, apoiou-me nos contatos e na relação com os colegas. Manifesto, também, minha gratidão ao Instituto de Iberoamérica e à Area de Ciencia Política y Administración, da Universidade de Salamanca, pela acolhida.

O IUPERJ/IESP foi importante por me propiciar condições de trabalho e pesquisa. A todos os professores e funcionários do IUPERJ/IESP, com os quais tive o privilégio de conviver, por propiciarem um ambiente intelectualmente estimulante e de agradável vivência, minha gratidão. De modo especial, destaco a contribuição dos professores Argelina Figueiredo e Jairo Nicolau que participaram da qualificação do projeto, pelas críticas e pelos valiosos comentários.

Agradeço a meus colegas e co-autores (Guilherme Simões Reis, Leandro Ribeiro, André Coelho, Natalia Maciel, Pedro Cavalcante e Augusto Neftali), pelos debates que me ajudaram a identificar questões importantes do tema, e à minha orientadora de mestrado Maria Antonieta Leopoldi por ter sido sempre incentivadora da pesquisa e entusiasta do trabalho.

Foram muitos os amigos e colegas de trabalho que contribuíram para esta pesquisa manifestando suas opiniões e críticas. Embora corra o risco de deixar alguns de fora não

posso deixar de citar: Mariana Borges e Guilherme Simões Reis, por lerem e comentarem alguns trechos do trabalho, fornecendo críticas e sugestões relevantes ao aprimoramento do mesmo. A Débora Thomé, que além de me hospedar nas inúmeras vezes em que estive no Rio, me ofereceu importante material de campanha do PSDB, encontrado no antigo arquivo de seu pai. Betina Fresneda, Rodrigo Cantu e Natalia Maciel pela ajuda no manuseio dos dados e resultados. A Gabriela Tarouco por dividir comigo as informações do método de análise de conteúdo e por me ajudar na classificação dos documentos.

A todos os amigos que sempre me incentivaram e estiveram presentes durante a elaboração deste trabalho, entre os quais Juan Vicente Bachiller Cabria, Janslúcia Renk, Áurea Mota, Gerard Delanty, Cristiane Vieira, Rodrigo Ribeiro, Ana Cláudia Oliveira, Cecília Voietta, meu muito obrigada. Agradeço, também, àqueles que conheci na Espanha, durante o doutorado sanduiche, que fizeram mais agradável minha estadia no velho continente.

Finalmente, meu sincero e profundo agradecimento à minha família, meu pai José Cesarino Vieira, minha mãe, Jane Marcelino Vieira e meus irmãos Carlos Marcelino Vieira e Sandra Marcelino Vieira, pelo carinho, paciência e constante incentivo e apoio.

## RESUMO

VIEIRA, Soraia Marcelino. *O Partido da Social Democracia Brasileira: Trajetória e ideologia*. 2012. 190f. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiu em 1987, como uma opção de centro-esquerda, e, de acordo com seus fundadores a agremiação nasceu alinhada com a ideologia social-democrata. Contudo, desde sua origem o partido apresenta duas diferenças fundamentais em relação aos partidos social-democratas europeus: não tem vínculos com movimentos trabalhistas e defende o liberalismo de mercado. No decorrer de sua história, o partido muda da centro-esquerda para a centro-direita demonstrando mais claramente sua verdadeira inclinação ideológica, fato que pode ser observado no posicionamento de sua bancada, no auto-posicionamento e nas políticas que foram implementadas nos anos em que esteve à frente do executivo federal. A análise dos documentos do PSDB nos revela que a mudança do partido não foi de algo pragmático, na verdade o partido já apresentava simpatia às políticas pró-mercado em seus manifestos desde sua fundação.

**Palavras chave:** PSDB. Posicionamento Ideológico. Social-democracia. Social-liberalismo. Trajetória.

## ABSTRACT

VIEIRA, Soraia Marcelino. *The brasilian democratic social party trajectory and ideology*. 2012. 190f. Tese (doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

The Brazilian Democratic Social Party (PSDB) was founded in 1987 as a center-left political party option. According to the founders, the party was created with the proposal to be embedded within the social democracy. However, since its foundation the party has two main features that make it completely different from what we know about the European social democracies parties. Firstly, it was not concerned with working class movements. Secondly, since its very beginning, the PSDB has been a defender of market liberalism. On the one hand, the economic and political context in which the PSDB was established could justify the adoption of its name and initial position. Nevertheless, on the other r hand, in its history, the party has continuously demonstrated its affinities with the neoliberal ideology. This is a fact that could be observed in face of the positioning of its Members of the Parliament and in the policies that have been implemented in PSDB's Federal Government mandatory years. Through analysis of the PSDB's documents, carried out in support of this thesis, it is possible to see that no paradigmatic change has occurred in the Party's history. In fact the PSDB has always showed in its policies manifestos proximity with market policies since its foundation.

**Key words:** PSDB. Social Democracy. Social Liberalism. Ideological Position, Trajectory.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1	Votos do candidato a presidência da república pelo PSDB na eleição de 1989.....	115
Figura 3.2	Votos do candidato a presidência da república pelo PSDB na eleição de 1994 e 1998.....	115
Figura 3.3	Votos do candidato a presidência da república pelo PSDB na eleição de 2002.....	116
Figura 3.4	Votos do candidato a presidência da república pelo PSDB na eleição de 2006.....	117
Figura 3.5	Estrutura organizativa do PSDB.....	121
Figura 3.6	Processo de formação dos órgãos de deliberação e direção dos partidos brasileiros.....	123
Figura 4.1	Avaliação do Governo de Fernando Henrique Cardoso.....	137

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1	Fundadores do PSDB/Região.....	76
Gráfico 2.2	Índices de Desemprego no Brasil – 1989-2001.....	88
Gráfico 2.3	Gasto Social Federal (Valores em Bilhões de Reais em dezembro de 2001, atualização pelo IGP-DI).....	91
Gráfico 3.1	Existe algum partido com o qual o (a) Sr (a) se identifica?.....	99
Gráfico 3.2	O Sr (a) gosta de algum partido?.....	99
Gráfico 3.3	Partido que representa o pensamento.....	101
Gráfico 3.4	Partido que gosta.....	101
Gráfico 3.5	Diretórios e Comissões Provisórias do PSDB por região.....	110
Gráfico 3.6	Porcentagem de eleitores filiados no Brasil por região.....	111
Gráfico 3.7	Porcentagem de eleitores filiados ao PSDB por região.....	111
Gráfico 3.8	Porcentagem de eleitores filiados por partido.....	112
Gráfico 3.9	Porcentagem de votos aos candidatos a deputado federal do PSDB por região.....	113
Gráfico3. 10	Porcentagem de cadeiras do PSDB por região e eleição.....	114
Gráfico 4.1	Porcentagem de indicações dos líderes do DEM, PMDB e PT iguais às indicações do líder do PSDB.....	133
Gráfico 4.2	Auto posicionamento dos deputados federais.....	139
Gráfico 4.3	O posicionamento dos deputados federais.....	140
Gráfico 4.4	Ênfases no domínio Economia em diferentes partidos brasileiros...	146
Gráfico 4.5	Ênfase em Democracia e Eficiência Governamental nos programas do PSDB.....	148

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1	Participação dos partidos social-democratas nos governos europeus entre as décadas de 1970 e 1990.....	41
Quadro 1.2	Participação dos partidos social-democratas não europeus no governo entre as décadas de 1970 e 1990.....	41
Quadro 2.1	Brasil: principais medidas tomadas no processo de abertura (1974-1982).....	54
Quadro 2.2	Reforma do sistema de Proteção Social Segundo os ciclos (1985-2002).....	90
Quadro 3.1	Síntese das características de partidos formados a partir de difusão e penetração.....	106
Quadro 4.1	A Política social nos programas do PSDB.....	154
Quadro 4.2	A Política econômica nos programas do PSDB.....	159
Quadro 4.3	A Política Externa nos programas do PSDB.....	164
Quadro 4.4	Descentralização e Reforma política nos programas do PSDB.....	166

## LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1	Entrada de deputados no PSDB por legislatura.....	134
Tabela 4.2	Porcentagem dos deputados que optam pelo PSDB por partido de origem.....	135
Tabela 4.3	Saída de Deputados Do PSDB por legislatura.....	136
Tabela 4.4	Porcentagem de deputados que deixam o PSDB por partido de destino.....	136
Tabela 4.5	Porcentagem das ênfases programáticas do PSDB por domínio em cada um dos manifestos.....	145
Tabela 4.6	Ênfases temáticas do PSDB nos três manifestos.....	147

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM – Democratas  
MUP- Movimento da União Progressista  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PDC - Partido Democrata Cristão  
PDS - Partido Democrático Social  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PFL- Partido da Frente Liberal (Atual DEM)  
PL - Partido Liberal (atualmente fundido com o PRONA forma o PR)  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN - Partido da Mobilização Nacional  
PP - Partido Progressista (antigo PPB, Partido Progressista do Brasil)  
PPS- Partido Popular Socialista  
PRN - Partido da Reconstrução Nacional  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSC - Partido Social Cristão  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTR - Partido Trabalhista Renovador (fundiu-se com o PST - Partido Social Trabalhista-  
formando o PP em 1992, parte de seus membros formaram o PRTB).

# SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1	<b>A TREJETÓRIA E AS CARACTERÍSTICAS DA SOCIAL-DEMOCRACIA.....</b>	<b>21</b>
1.1	<b>Social Democracia Europeia: origens e características.....</b>	<b>23</b>
1.2	<b>O projeto Econômico da Social-Democracia.....</b>	<b>28</b>
1.3	<b>Os tipos de <i>welfare state</i>.....</b>	<b>31</b>
1.4	<b>Os desafios da Social-Democracia na Globalização.....</b>	<b>35</b>
1.5	<b>O fim da Social-Democracia? Os governos social-democratas no novo contexto econômico .....</b>	<b>37</b>
1.6	<b>Globalização e o surgimento da Terceira Via ou Social-liberalismo.....</b>	<b>44</b>
1.7	<b>Algumas características da formação do Partido da Social-Democracia Brasileira.....</b>	<b>47</b>
	<b>Conclusão.....</b>	<b>50</b>
2	<b>O CONTEXTO BRASILEIRO DOS ANOS 1980 E O SURGIMENTO DO PSDB.....</b>	<b>51</b>
2.1	<b>Contexto Econômico e político do Brasil nos anos 1980.....</b>	<b>53</b>
2.1.1	<b><u>Problemas econômicos da Nova República.....</u></b>	<b>57</b>
2.1.2	<b><u>O Novo Marco Institucional.....</u></b>	<b>60</b>
2.1.3	<b><u>A Questão Social.....</u></b>	<b>62</b>
2.2	<b>A ruptura no PMDB e os Precedentes à formação do PSDB.....</b>	<b>64</b>
2.3	<b>Surge o Novo Partido.....</b>	<b>75</b>
2.4	<b>O PSDB e a Ideologia.....</b>	<b>77</b>
2.5	<b>O PSDB no governo: torna-se mais claro seu verdadeiro perfil ideológico</b>	<b>84</b>
	<b>Conclusão.....</b>	<b>94</b>
3	<b>ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PSDB.....</b>	<b>96</b>
3.1	<b>Os desafios da organização partidária no Brasil.....</b>	<b>97</b>
3.2	<b>Organização partidária de acordo com os clássicos.....</b>	<b>102</b>
3.3	<b>A organização territorial do PSDB à luz da teoria de Panebianco.....</b>	<b>105</b>
3.3.1	<b><u>Fundamentos da Teoria de Panebianco.....</u></b>	<b>105</b>
3.1.2	<b><u>A organização do partido e seu reflexo nos resultados eleitorais.....</u></b>	<b>108</b>
3.4	<b>A organização do PSDB de acordo com seu estatuto.....</b>	<b>118</b>
3.5	<b>Escolha dos dirigentes e candidatos a cargos eletivos.....</b>	<b>127</b>
	<b>Conclusão.....</b>	<b>129</b>
4	<b>COMO O PARTIDO SE COMPORTA E O QUE DISEM SEUS DOCUMENTOS.....</b>	<b>131</b>
4.1	<b>Comportamento Parlamentar do PSDB.....</b>	<b>132</b>
4.2	<b>Migrações Parlamentares.....</b>	<b>134</b>
4.3	<b>Autoposicionamento.....</b>	<b>139</b>
4.4	<b>Análise de Conteúdo de Programas Partidários.....</b>	<b>141</b>
4.4.1	<b><u>Os programas do PSDB.....</u></b>	<b>144</b>

4.4.2	<u>Os detalhes nos programas</u> .....	150
4.5-	<b>Os Programas de Governo do Partido</b> .....	152
4.5.1-	<u>Políticas Sociais</u> .....	153
4.5.2-	<u>Política Económica</u> .....	158
4.5.3-	<u>Política Externa</u> .....	163
4.5.4-	<u>Descentralização e Reforma Política</u> .....	165
	<b>Conclusão</b> .....	168
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	170
	<b>REFERENCIAS</b> .....	174
	<b>APENDICE I-</b> Distribuição do número de delegados à Convenção do PSDB por estado (simulação).....	184
	<b>APENDICE II-</b> Lideranças no Senado e Câmara dos Deputados.....	185
	<b>APENDICE III-</b> Grade de códigos para classificação das unidades de texto (frases) dos manifestos.....	186
	<b>APENDICE VI-</b> Temas abordados pelo PSDB em seus programas.....	190

## INTRODUÇÃO

Ao ler o título deste trabalho, uma questão que pode ser levantada é: por que estudar um partido político brasileiro? A resposta que podemos oferecer a esta pergunta passa pela análise da bibliografia e pela observação empírica. Os partidos políticos são entes muito importantes no processo democrático, contudo não têm sido o foco de muitas análises. Observando a literatura, podemos constatar que quase não existem pesquisas a respeito dos partidos políticos no Brasil na fase pós-autoritarismo. Quanto ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, especificamente, são raros os trabalhos.

Estudar os partidos é muito importante para entendermos os mecanismos da democracia representativa, o sistema político e o próprio sistema partidário. Acreditamos que um estudo sobre um dos maiores partidos do período pós-autoritário é extremamente relevante para compreendermos os partidos brasileiros, a institucionalização do sistema partidário e o atual período democrático. Em poucos anos de existência, o PSDB conseguiu representatividade nacional e elegeu partidários para todos os cargos, legislativos e executivos, e esteve, inclusive, por duas vezes à frente da coalizão que governou o país, como partido do presidente da república. A fim de preencher um pouco esta lacuna, este trabalho analisa o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, do período de sua formação (1987) até 2010, com o foco em seu processo de formação, organização, posicionamento de seus legisladores e análise de seus documentos.

As pesquisas recentes constataam que embora possua muitas legendas, o Brasil apresenta poucos partidos efetivos, e o PSDB é um destes, os demais são PFL, PP, PL, PTB, PMDB, PDT, e PT. De acordo com estes trabalhos, é possível observar que desde as eleições de 1994 o sistema partidário é dominado por quatro partidos fortes – PT, PMDB, PSDB e PFL – e três ou quatro partidos de médio porte – PP, PDT, PTB e PL. Como podemos observar, estamos tratando de um dos mais importantes partidos políticos no Brasil contemporâneo.

As análises do sistema político constataam que nos últimos anos assistimos a um processo de fortalecimento e institucionalização do sistema partidário brasileiro. Observando os quatro maiores partidos na arena legislativa é possível verificar uma estabilidade do sistema partidário frente ao diagnóstico pessimista que prevaleceu nos anos 1990. Essa



estruturação assinala um processo no qual os grandes partidos do Brasil firmaram sua posição no espectro ideológico. Assim, de acordo com sua posição ideológica, os partidos brasileiros podem ser dispostos no contínuo que vai da esquerda à direita, ou seja, é possível perceber onde estão localizados as grandes agremiações, por exemplo: na esquerda PT e PDT, no centro PMDB e PSDB e na direita PFL e PP.

De acordo com os estudos dos anos 1990, o PSDB teria se originado na centro-esquerda, não obstante as análises datadas dos anos 2000 indicam que o partido se deslocou para a centro-direita no início dos anos 1990 (mais especificamente a partir de 1993) e se mantém nesta posição. Os trabalhos que avaliam o período democrático, 1985-2010, são unânimes ao afirmar a posição do PSDB no espectro ideológico: o partido nasceu na centro-esquerda e se deslocou para a centro-direita. Porém, todos os estudos apresentados até o momento estão focados no posicionamento dos legisladores do partido no legislativo (análise das votações nominais) ou no seu autopoicionamento (*survey*). A proposta desta tese é utilizar as análises já existentes e avançar na discussão acerca do perfil do PSDB, investigando sua organização e seus documentos a fim de compreender os elementos que influenciaram a mudança no posicionamento ideológico do partido.

O PSDB nasceu durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte a partir de uma ruptura do PMDB e com o apoio de dissidentes de outros partidos. O partido surgiu como uma opção progressista e se auto-proclama social-democrata, contudo, ao investigá-lo, é possível observar que há mais diferenças que similitudes entre seu perfil e o perfil dos partidos social-democratas europeus.

Neste trabalho, apresentamos dois argumentos gerais: o primeiro é que a escolha do nome e o posicionamento inicial do partido ocorreram mais por questões contextuais que por convicção ideológica. Outro argumento desta tese é que a partir do momento em que o PSDB assume o governo, com a eleição da coalizão da qual fazia parte em 1994, ele se desloca para a direita por dois motivos: a) a Social-democracia nunca foi a ideologia do partido, de fato; b) sem uma base social, o partido não sofreu pressão para se manter em sua posição original, na centro-esquerda.

Duas questões fundamentais nos levam a essa conclusão: é possível observar, no PSDB, a ausência de vínculo com movimentos trabalhistas e uma estrutura diferente da observada em partidos social-democratas. Estamos falando de um partido originado no parlamento, um partido de notáveis, o PSDB não está, nem nunca esteve vinculado a qualquer movimento trabalhista, uma importante característica da Social-Democracia europeia. Desse

modo, o que observamos é um partido que se aproxima muito mais de um partido de quadros que de um partido de massa (se considerarmos a tipologia de Duverge).

O segundo elemento que nos conduz à nossa conclusão está em seus documentos. Analisando os estatutos, programas partidários e programas de governo, à luz da literatura que trabalha com partidos políticos, encontramos uma série de elementos que indicam que o partido não converge para a ideologia social-democrata.

Ao contrário do que prega a literatura, constatamos que a mudança ideológica do PSDB, observada ao analisar seu comportamento parlamentar e o auto-posicionamento dos legisladores, não foi pragmática, mas algo previsível, algo que já estava escrito em seus documentos. O PSDB se inclinou a uma posição que já defendia o que não constitui nenhuma novidade, de fato, dado o caráter heterogêneo de sua formação.

O método utilizado nesta investigação é o estudo de caso, uma vez que este permite maior aproximação com o objeto e profundidade na análise, apesar de perder em generalização. A fim de analisar as diferentes características do partido, fazemos uma análise empregando multi-métodos. A escolha de vários métodos se justifica uma vez que o objetivo da investigação é analisar diferentes aspectos do partido. Trabalhamos com base no institucionalismo histórico, na *saliency theory* e utilizamos técnicas de estatística descritiva.

Esse trabalho busca contribuir na compreensão dos partidos políticos e, de modo especial, nos elementos que influenciam o posicionamento ideológico e a mudança, quando ocorrem. Analisando o caso de um importante partido brasileiro podemos pensar os fatores que identificam a ideologia de um partido. Tendo em vista a relevância dos partidos para vida política, consideramos de suma importância compreender como estas instituições estão organizadas e como se comportam.

Algumas questões precisam ser esclarecidas antes de iniciar uma análise de partidos. Embora permaneçam como atores centrais no sistema político, os partidos contemporâneos são distintos dos partidos que surgiram no século XIX. Os analistas consideram que é possível identificar três ondas e cinco tipos de estruturação dos partidos. A primeira onda de adaptação e modernização abarcou o período compreendido entre 1890 e a I Guerra Mundial. A segunda onda se pôs em movimento depois da II Guerra. A terceira começou durante a década de 1970 e trouxe consigo uma considerável variedade de partidos *catch all* (MONTERO, GUNTHER e LINZ, 2007).

Os partidos contemporâneos apresentam características *catch all*, ou seja, não se trata de partidos que se dirigem a um grupo específico, mas de agremiações que tem um apelo

amplo, que buscam maximizar suas chances eleitorais. De acordo com os especialistas, essa nova configuração partidária deixou de lado duas das principais funções dos partidos políticos: integração e expressão. E passou a se dedicar, principalmente, a nomear candidatos.

Dentro da teoria de partidos, existem três abordagens para entender a adoção de um determinado posicionamento ideológico por um partido, porque ele persiste nesse ou o modifica: uma é a competitiva (institucionalismo da escolha racional), a segunda é o institucionalismo histórico e a terceira *saliency theory*.

No primeiro caso, o partido é um ator que “pode e deve” adotar uma ideologia que coincida com as opiniões e valores de seu possível eleitorado. Na segunda abordagem, o partido é visto como uma instituição com capacidade de adaptação, mas que não deixa de ser “um prisioneiro de sua própria história” como toda instituição (WARE, 1995). Nesse caso, se considera que os aspectos que a instituição apresentava quando fundada não são eliminados, mas pelo contrário, persistem de alguma maneira. A terceira defende que os partidos competem enfatizando diferentes questões, muito mais que tomando posições diferentes sobre os mesmos *issues*.

De acordo com analistas de posicionamento partidário, como Downs, os partidos podem ser distribuídos em um espectro ideológico que vai da esquerda à direita (ou vice-versa) de acordo com seu comportamento.

Downs (1999) defende a tese de que o maior interesse dos partidos políticos é ganhar o poder “*per se*” e, que, o desenvolvimento de ideologias se dá devido à necessidade de disputar o poder. A ideologia é tratada, pelo autor, como um meio para alcançar o poder. Os partidos criam diferenças em relação a seus concorrentes a fim de se destacar e atrair votos, de acordo com essa abordagem, se todos fossem iguais não haveria estímulo para votar.

Não obstante, reduzir a ideologia ao posicionamento espacial dos programas pode representar um grande problema para a análise dos partidos. Não estamos tratando aqui de entes meramente voláteis, mas de instituições que possuem uma história e que, de certa maneira, estão ligadas a ela.

A abordagem histórico-institucional defende que os partidos políticos não são apenas atores que respondem à opinião dos eleitores, mas instituições que recebem a influência de crenças e valores que estão presentes desde a fundação. A força que essas crenças exercem varia de uma instituição para a outra. Apesar de se manifestarem em diferentes graus, o fato de existirem e serem observáveis sugere que a análise destes atores políticos deve agregar uma abordagem histórica. Talvez, esse deva ser considerado o ponto de partida para análise

desses atores. Nesta perspectiva os partidos são classificados de acordo com suas características (liberais, conservadores, social-democratas, comunistas, agrários, étnicos, entre outros).

A *saliency theory*, originalmente apresentada por David Robertson (1976), defende que os partidos competem enfatizando diferentes *issues* muito mais que tomando posições diferentes sobre as mesmas questões. De acordo com essa abordagem, os partidos se concentram em temas que consideram ter vantagens sobre seus competidores, não apenas se contrapõem a seus adversários nos temas que defendem. Aos eleitores caberia decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante.

Esse tipo de abordagem tem suas vantagens, mas pode apresentar limitações, caso foque exclusivamente nos programas dos partidos, uma vez que os programas contemplam apenas alguns aspectos da ideologia, pode-se deixar de analisar outros aspectos importantes. De fato, o programa é sua face pública ele é o que o partido diz que deseja ser, ele é construído para atrair votos, mas existem muitos aspectos que não são demonstrados nele. Deste modo, a fim de ter uma análise mais abrangente, o uso de diferentes métodos se faz mais interessante.

A partir das análises sobre partidos e a fim de discutir os argumentos gerais desta tese, o trabalho está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo discutimos a trajetória da Social-democracia europeia, a fim de conceitualizar o que é social-democracia e as mudanças pelas quais os partidos, com este viés ideológico, atravessam ao longo do tempo. Neste tópico chamamos a atenção para algumas características fundamentais dos partidos social-democratas europeus. Como podemos observar na literatura, que trata do tema, todos os partidos social-democratas europeus surgiram a partir de organizações trabalhistas e tem como objetivo reduzir as desigualdades por meio da implementação de políticas sociais abrangentes. Embora tenham passado por grandes desafios no fim dos anos 1970 e nos anos subsequentes, os partidos social-democrata mantiveram sua ênfase no bem estar social, marcando sua diferença com os partidos liberais e conservadores. Neste tópico discutimos ainda, o surgimento do social-liberalismo – doutrina que se torna evidente nos anos 1990 e se apresenta como um mix entre a social-democracia e o neoliberalismo –, e discutimos brevemente algumas características do PSDB.

No segundo capítulo, analisamos o contexto político, social e econômico brasileiro nos anos 1980, o surgimento do PSDB e seu posicionamento durante os anos em que esteve à

frente do Executivo Federal. Nesta seção a discussão gira em torno dos fatores contextuais que influenciaram a formação do partido e, a nosso ver, à escolha do nome. Investigamos as características do partido em seu momento fundacional, chamando a atenção para alguns preceitos defendidos. Analisamos, também, os dilemas enfrentados pelos fundadores da agremiação no que tange a seu posicionamento ideológico e discutimos, brevemente, algumas das medidas adotadas durante o período em que esteve à frente do Executivo Federal.

O terceiro capítulo é dedicado à investigação da estrutura e organização do PSDB. Se são raros os trabalhos dedicados aos partidos políticos, ainda mais raros são os que enfocam a estrutura organizacional destes. Essa estrutura é um dos elementos mais relevantes quando pensamos em partido político, ela sinaliza para importantes características da agremiação, além disto, o modo como está estruturada indica a estratégia eleitoral adotada, o que pode influenciar os resultados alcançados. Neste capítulo, observamos como o partido está organizado e como isto pode impactar em seus resultados eleitorais. Discutimos, ainda, a escolha dos dirigentes e como está conformada a direção nacional do partido.

No quarto capítulo, retomamos o posicionamento ideológico do PSDB, historicamente, e exploramos seus programas partidários e programas de governo. Revisitando os dados já analisados por outros pesquisadores (auto-posicionamento e votações nominais) discutimos a mudança do posicionamento ideológico do PSDB, e, pesquisando seus documentos observamos se esta mudança é refletida nos programas partidários. São explorados os principais pontos dos manifestos do partido, com ênfase nas questões relacionadas ao posicionamento ideológico (questão econômica, social e de grupos sociais, entre outras).

## 1 – A TRAJETÓRIA E AS CARACTERÍSTICAS DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Nos anos 1980 nasceu no Brasil o Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, que, como poderemos observar ao longo do trabalho, embora tenha termo social-democracia no nome, apresenta mais diferenças que semelhanças com os partidos europeus que apresentam essa inclinação ideológica. Como vamos discutir, o que se observa é que se trata de um partido de origem parlamentar que surgiu sem vínculos com movimentos sociais ou trabalhistas, como ocorreu com os partidos social-democratas europeus. O PSDB é, desde a origem, um partido de notáveis, ou de acordo com a classificação de Michels (1979) um partido de quadros, diferentemente dos partidos social-democratas europeus, que se originaram a partir de organizações trabalhistas, caracterizados por Michels como partidos de massa.

Contudo, de acordo com seus fundadores, a fonte inspiradora para PSDB foi a social-democracia européia. Nas palavras de Power (TAVARES 2003, p. 260), “Os fundadores do PSDB se alinham com os principais partidos social-democráticos da Europa Ocidental, principalmente os da Espanha e Portugal”. A inspiração do PSDB vinha também da França.

*Em seus segundos governos, os partidos espanhóis e franceses voltavam-se para uma linha mais liberal de mercado: na Espanha, a partir do fim da década dos 80 e, na França, após 1983, principalmente sob o governo de Michel Rocard. Nos dois países, os partidos social-democráticos se afastaram consideravelmente dos seus aliados comunistas, ampliaram o apoio eleitoral da classe média e conquistaram maior respaldo nos meios empresariais. (...) Assim, o PSDB nasceu defendendo um capitalismo progressista, ao estilo de Felipe Gonzalez ou de François Mitterrand (TAVARES, 2003, p. 262)*

A proximidade dos peessedebistas com os partidos europeus vêm do período da ditadura militar, mais especificamente da década de 1970, quando alguns notáveis do PMDB estiveram exilados na Europa, e estabeleceram fortes laços com os líderes partidários daquele continente. Ainda de acordo com Power “Mais que qualquer outro partido, o PSDB estava inserido em redes internacionais e sua liderança era bem conhecida nos círculos da Internacional Socialista” (TAVARES 2003, p. 263). Devido a essa aproximação o partido ganhou status de observador na Internacional Socialista.

De acordo com seus fundadores, inspiração do PSDB era, de modo especial, o Partido Socialista Operário Espanhol- PSOE, que nos anos 1980 esteve no poder e cujo primeiro

ministro, Felipe Gonzalez, foi considerado um social-democrata mais moderno por ser mais centrista. O partido ascendeu ao poder justamente quando as condições para implantar um governo social-democrata *strictu sensu* se esvaíam e adotou uma serie de medidas que poderiam descaracterizá-lo como membro dessa corrente político ideológica<sup>1</sup>.

Observando o caso específico do PSOE e comparando com o PSDB, constatamos que os dois partidos apresentam mais diferenças que similitudes. A primeira diferença que podemos salientar está relacionada ao “momento originário<sup>2</sup>”. O PSOE nasceu na Espanha em 1879 a partir da organização de intelectuais e trabalhadores, especialmente de tipografia. “O PSOE nasce como uma expressão dos desejos e interesses da recém-nascida classe trabalhadora” ([www.psoe.es](http://www.psoe.es)). Durante os anos 1970 o partido assumiu um programa fortemente de esquerda e, nos anos 1980, pela primeira vez chega ao poder com a eleição de Felipe González Márquez. Embora o PSOE tenha se inclinado ao centro, e aderido a políticas pró-mercado, devido aos constrangimentos externos e a ineficácia das políticas keynesianas na administração da crise econômica, que se originou nos anos 1970 e se manifestou mais fortemente nos anos 1980, o partido sempre manteve seu vínculo com os trabalhadores<sup>3</sup> e seu compromisso com programas sociais e serviços básicos que atendessem toda a população (GLYN, 2001).

Os fundadores do PSDB viram a social-democracia espanhola como o programa que apresentava uma postura mais apropriada à globalização, contudo não observaram que para ser social-democrata não bastaria defender um programa semelhante ao defendido pelos partidos do velho continente, deveriam manter uma relação com os movimentos sociais e investir em meios para executar o programa. Mesmo que os vínculos entre os partidos e os sindicatos tenha se enfraquecido nos casos do PSOE e o PSF (Partido Socialista Francês) ele não deixou de existir, enquanto no PSDB nunca houve tal ligação

Desse modo, encontramos algumas diferenças fundamentais entre os partidos social-democratas europeus e o PSDB. O Partido da Social Democracia Brasileira foi fundado por políticos profissionais apoiados por intelectuais, com forte base em São Paulo, sem vínculos com movimentos sociais ou trabalhistas e desde o início apresentou uma postura pró-mercado. Diferentemente dos partidos social-democratas europeus, que de acordo com Przeworsky (1988) foram da gradual adesão do proletariado à democracia, a uma progressiva aliança com

---

<sup>1</sup> Devido as medidas adotadas pelo partido durante a década de 1980, ocorreram choques entre o governo e seu braço sindical do partido, UGT, cujo ápice foi a greve de 1988. Durante o governo de Felipe González reduziu-se os direitos trabalhistas, empreendeu-se um programa de privatizações, entre outras medidas.

<sup>2</sup> Termo de Panebianco (2005).

<sup>3</sup> Mesmo com os atritos com o governo o sindicato não rompeu com o PSOE.

setores da burguesia, o que os conduziu à adesão ao capitalismo e guinada ao centro, como veremos no capítulo II, o PSDB já nasceu no parlamento, inserido na democracia parlamentar e, vai demonstrando, cada vez mais claramente, sua inclinação favorável a o mercado.

Analisando caso do PSDB à luz da teoria política mais recente, podemos classificá-lo como um partido *catch all*<sup>4</sup>. De acordo com seus fundadores o partido buscava a viabilidade eleitoral agregando eleitores que vão de socialistas democráticos à liberais progressistas, passando pelos democratas-cristãos e social-democratas (MONTORO, 1989).

A fim de discutirmos melhor a temática do PSDB e a social-democracia, neste capítulo, apresentamos a história da social-democracia europeia (tópico 1.1), suas principais características (tópicos 1.2 e 1.3) e os desafios que tais partidos enfrentaram durante os anos 1980, 1990, sob o contexto da globalização (1.4 e 1.5). Apresentamos, ainda, algumas características do social-liberalismo (1.6) e algumas características do PSDB à luz da teoria apresentada (1.7). No final do capítulo apresentamos breves conclusões sobre os temas discutidos.

## **1.1 - Social-Democracia Europeia: origem e características**

Os movimentos socialistas, sindicalistas, trabalhistas e social-democratas têm uma origem comum: todos nasceram a partir dos movimentos trabalhadores do século XIX que lutavam contra a repressão estatal e por melhores condições para a classe trabalhadora.

A organização de partidos da social-democracia, mesmo que ainda sem essa denominação, se deu pela necessidade crescente que grupos socialistas de alguns países europeus sentiam de estar próximos do centro do poder, para assim fazer a revolução social. O foco do primeiro movimento trabalhista, de modo especial de seus dirigentes simpáticos ao pensamento de Marx, era que o socialismo e a economia de mercado não poderiam coexistir, uma vez que o modo de produção capitalista e o socialismo seriam duas coisas completamente diferentes. Para que ocorresse a mudança socialista era necessária a ação

---

<sup>4</sup> A classificação “partido catch all” foi desenvolvida por Otto Kirchheimer. O fenômeno se explica pela massificação dos partidos, de acordo com a teoria, atingiu tanto os partidos de massa que se afastaram de suas bases, reduziram o peso da ideologia, como os partidos de elite que buscaram se massificar a fim de alcançar benefícios eleitorais, ou seja, tanto os antigos partidos de massa como os antigos partidos de elite, deixam de focar somente em seu eleitorado específico, fazem um discurso mais amplo capaz de cooptar mais eleitores. O PSDB apresenta essas características: é um partido de elite que faz um apelo amplo, dirigido aos eleitores do centro do espectro ideológico (variando do centro-esquerda ao centro-direita).



direta e política: “uma confrontação direta entre o mundo dos trabalhadores e o mundo do capital, ou uma disputa dentro das instituições políticas. Construir uma sociedade dentro da sociedade não era suficiente; a conquista do poder político sim” (PRZEWORKSKY, 1988, p. 42). Somente com o poder político os trabalhadores poderiam alterar de fato o sistema capitalista e construir a sociedade socialista.

Um dos primeiros dilemas enfrentado pelos social-democratas era entre revolução e reforma, e um dos temas discutidos era se a democracia política seria o terreno adequado para o avanço do movimento. De um lado, estavam os revolucionários que consideravam a democracia uma armadilha da burguesia e do outro, estavam os reformistas que observavam o crescimento do proletariado como uma possibilidade de ascender ao poder por meio do voto, esta vertente acreditava que a democracia oferecia os meios necessários para iniciar o projeto de reformas.

Neste debate, a grande questão era se as instituições existentes possibilitariam a conquistar do poder por um partido social-democrata. Os trabalhistas se questionavam se a democracia política e o voto deveriam ser utilizados ou descartados. Quando decidiram participar do jogo democrático, os social-democratas se empenharam na luta para alcançar o sufrágio universal, de fato, a expansão do direito ao voto aumentava suas chances de se elegerem, já que sua clientela poderia participar da eleições mais amplamente (PRZEWORKSKY, 1988).

Essa corrente optou por utilizar os direitos políticos dos trabalhadores, onde estes já existiam, e lutar por eles onde ainda não haviam sido implementados. Desse modo, os partidos socialistas que surgiram depois da Primeira Internacional, em 1873, aderiram à causa da autonomia dos trabalhadores e passaram a defender o princípio da ação política.

O grande receio dos partidos socialistas era se a burguesia respeitaria as regras do jogo político e democrático mesmo caso houvesse ameaça a seus direitos e privilégios. Esse tema gerou uma série de discussões entre os socialistas cuja conclusão foi inserir-se na disputa eleitoral, respeitar as regras democráticas, mas não fazer alianças “as eleições deveriam ser utilizadas como um fórum já pronto para organização, agitação e propaganda” (PRZEWORKSKY, 1988, p. 44).

Przeworsky (1988) argumenta que a cada avanço em direção à participação voltavam as controvérsias. Os partidos social-democratas se depararam com uma série de desafios e se questionavam sobre: como se comportar, até que ponto participar e como deveria ser essa participação.

Ao passo que se deparavam com esses questionamentos, foram sentindo, crescentemente, a necessidade de participar de modo mais efetivo. Esse sentimento foi fortalecido após os resultados das greves que ocorreram no início do século XX. O movimento que buscava estender o sufrágio foi bem sucedido na Bélgica, 1902, e na Suécia, 1909, não obstante, as greves que apresentavam objetivos econômicos “resultavam invariavelmente em desastre” (PRZEWORSKY, 1988, p. 47). Além da Bélgica e da Suécia o movimento grevista foi realizado na França, 1920; na Noruega, 1921 e na Inglaterra, 1926. Em nenhum destes casos se obteve resultado positivo, e para agravar a situação, após os movimentos os sindicatos foram dizimados e entrou em vigor uma legislação mais repressiva. Tais experiências impactaram na decisão das lideranças socialistas e trabalhistas em participar de modo mais efetivo politicamente. “A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento, tendo em vista a repressão: esta era a lição que os líderes socialistas aprendiam” (PRZEWORSKY, 1988, p. 47).

Ao aceitar participar da democracia pela via eleitoral os socialistas reformistas reivindicavam que a democracia não fosse somente política, mas que a igualdade social e de direitos fosse incluída na plataforma. Os partidos social-democratas representaram a maneira que alguns militantes socialistas encontraram para que os trabalhadores pudessem fazer uso das oportunidades oferecidas pela democracia. Para Bernstein o partido da social-democracia é um partido que defende a reforma socialista democrática e que luta pelo progresso social e pela conquista da democracia a fim de impulsionar o desenvolvimento do modelo socialista de sociedade (BERNSTEIN, 1993).

Aos olhos de Bernstein (1993) a tarefa da social-democracia era organizar a classe trabalhadora politicamente, para, desse modo, lutar pelas reformas que servissem para transformar o sistema político na democracia.

Outra questão que se impunha aos socialistas era o alcance eleitoral. No capitalismo o que observamos é a existência de diversas organizações, sindicatos e associações que objetivam defender os interesses de um grupo específico. O desafio da viabilidade eleitoral era alcançar os trabalhadores de diferentes grupos que, em muitos casos, competiam entre si. Bernstein (1993) chama a atenção para a heterogeneidade da classe trabalhadora, o que se observa, na verdade, é a confluência dos interesses de grupos de trabalhadores com grupos de capitalistas de um mesmo setor. Outro ponto abordado pelo autor é que os trabalhadores industriais não eram a maioria, sendo assim, seriam incapazes de vencer sozinhos uma eleição, deste modo, a aliança com os burgueses e com as camadas médias era necessária.

Deste modo, para alcançarem sucesso eleitoral, os partidos políticos, deveriam mobilizar, além dos membros dos diversos sindicatos, os não sindicalizados. Sobre esse ponto Przeworsky (1988) argumenta que há uma tensão constante entre os interesses mais particularistas dos sindicatos e os interesses dos partidos políticos, mais amplos, ou seja, definir se seu apelo seria direcionado apenas aos proletários ou se seguiriam uma concepção mais ampla de classe social.

Esta questão havia sido levantada por Bernstein (1993), que já argumentara que o proletariado, sozinho, nunca atingiria a maioria dentre os eleitores. De acordo com Esping-Andersen (1985) a decisão de abandonar o lema de um partido de classes para se tornar um partido do povo foi fundamental para que a social-democracia obtivesse resultados eleitorais positivos.

No início do século XX os partidos social-democratas alcançaram importantes vitórias que garantiam o sufrágio universal. Bernstein (1993) considerava que o sufrágio universal era somente uma parte da democracia, porém, o estudioso defendia que esta parte era fundamental para que as outras partes fossem conquistadas.

Após essa conquista, os social-democratas foram bem sucedidos eleitoralmente em diferentes países da Europa. Contudo, apesar dos resultados positivos o proletariado continuou sendo a minoria dentre os eleitores. Frente a esse quadro, precisavam fazer uma nova escolha: manter-se como partidos homogêneos no que tange à expressão classista, conscientes de que não tendo maioria continuariam sendo derrotados, ou buscar o sucesso eleitoral mesmo que para isso comprometesse seu caráter de classe (PRZEWORSKI, 1985).

Como dito anteriormente, os socialistas ao ingressarem na política eleitoral não pretendiam fazer alianças com outros partidos para não comprometer seu caráter de classe. O receio era que ao abrir-se para uma base heterogênea haveria uma desradicalização do movimento, uma mudança nos objetivos finais da organização. Nessa linha de interpretação, o argumento era que ao se abrirem para novas coalizões os partidos teriam abandonado seus objetivos socialistas, como defendia Kautsky (1971), por exemplo.

Przeworsky considera que,

Os partidos socialistas buscaram apoio fora da classe trabalhadora tão logo a possibilidade de vitória eleitoral tornou-se uma realidade e desde então continuam em zig-zag entre uma busca por aliados e a ênfase na classe trabalhadora (PRZEWORSKI, 1988, p. 60)

Mesmo antes do final da Primeira Guerra Mundial, muitos partidos deixaram a luta de classes e ingressaram em governos de coalizão. Ao constatarem que os operários não eram a

maioria, os socialistas concluíram que o partido deveria buscar apoio além da classe operária, resolvendo, então, estender seu apelo às classes médias. Ao ampliarem seu escopo, os socialistas passaram a apelar à grande maioria da população, mudando sua orientação programática. Ao deixar de focar apenas nos operários e expandir sua ação para um grupo maior, o projeto dos social-democratas foi alterado com vistas a beneficiar a sociedade em seu conjunto, tornando as propostas mais gerais. Ao se tornarem um partido que visava toda nação, os social-democratas reforçaram a visão de política como um processo de definição de bem-estar coletivo.

Todavia a opção de ingressar em políticas de coalizão provocou tensões no seio do movimento. Uma pesquisa de opiniões com líderes da Segunda Internacional, em 1898, mostrou que essa escolha foi muito controversa. Havia forte oposição a formar coalizão com os partidos burgueses.

Os opositores da participação pareciam manter um lugar permanente no espectro político. Enquanto partidos estabelecidos dão todos os passos rumo à plena participação, novas vozes surgem para continuar a tradição segundo a qual a crença nas batalhas parlamentares “entre sapos e camundongos” (Luxemburgo, 1967:37) é uma manifestação do que Marx chamou sob circunstâncias muito especiais “cretinismo parlamentar” (1952a: 77). “Integração é o preço”, repetiu Horkeimer no “movimento” anarquista de 1940, “que indivíduos e grupos devem pagar para que possam florescer sob o capitalismo” (1973:5). “Eleição, uma armadilha para idiotas”, era o título de um artigo de Sartre na véspera das eleições parlamentares da França em 1973. “Voter, c’est abdiquer”, clamavam os muros de Paris em 1968 (PRZEWORSKY, 1988, p. 5).

Bernstein não considerava que ampliar a base social da social-democracia seria um problema, desde que as alianças fossem celebradas com aqueles interessados em defender a causa dos trabalhadores. O autor argumentava:

A social-democracia luta pela realização da democracia no estado, na província, na comunidade como um meio para a efetivação da igualdade política e como um palanque para a socialização do solo e das explorações capitalistas. Ela não é um partido só de trabalhadores no sentido que só aceita trabalhadores em suas filas, mas que pertence a seus quadros aquele que admite e defende seus princípios, que frente às questões da vida econômica toma posição a favor do trabalho criador contra a propriedade exploradora. Mas ela se dirige fundamentalmente aos trabalhadores; pois a liberação dos trabalhadores tem que ser antes de tudo obra dos próprios trabalhadores. A principal missão da social-democracia é transmitir essa ideia aos trabalhadores, e organizá-los política e economicamente para a luta (BERNSTEIN, 1982, p. 319 – tradução própria<sup>5</sup>).

<sup>5</sup> “La socialdemocracia lucha por la realización de la democracia en el estado, la provincia, la comunidad, como un medio para la efectivización de la igualdad política y como una palanca para la socialización del suelo y de las explotaciones capitalistas. Ella no es partido de los obreros en el sentido de que sólo acepta obreros en sus filas, sino que pertenece a sus filas aquel que admite y defiende sus principios, que frente a las cuestiones de la vida económica toma posición a favor del trabajo creador contra la propiedad explotadora. Pero ella se dirige fundamentalmente a los obreros; pues la liberación de los trabajadores tiene que ser ante todo obra de los trabajadores mismos. La principal misión de la socialdemocracia es inculcar esta idea en los obreros, y organizarlos política y económicamente para la lucha

Apesar dessa ampliação na sua base eleitoral a social-democracia manteve os seus princípios básicos, “A social-democracia é, e sempre será, a mais bem sucedida expressão política da classe trabalhadora em democracias capitalistas” (ESPING-ANDERSEN, 1985).

O que podemos observar é que apesar dos dilemas enfrentados pelos partidos social-democratas e mesmo abrindo mão de seu caráter revolucionário e classista algumas questões sempre estiveram presentes. Charles Anthony Raven Crosland (1977), do Partido Trabalhista Britânico, defende que cinco elementos compõem o paradigma social-democrata:

- 1- O liberalismo político: a aceitação das instituições liberais democráticas;
- 2- A economia mista: a coexistência da propriedade privada dos meios de produção e de um controle público da atividade econômica através da planificação;
- 3- O estado de bem-estar: a execução de políticas sociais tendentes a distribuir a riqueza de uma forma mais equitativa atenuando os efeitos do mercado, e promover a justiça social, corrigindo os desequilíbrios econômicos;
- 4- O keynesianismo: a execução de políticas econômicas capazes de alcançar o pleno emprego, salários elevados, estabilidade de preços e aumento do gasto público;
- 5- O compromisso com a igualdade social.

## **1.2- O Projeto Econômico da Social-Democracia**

Uma das mais importantes questões enfrentadas pelos social-democratas foi a construção de um projeto econômico. O princípio básico dos socialistas, originalmente, era nacionalizar as indústrias a fim de emancipar os trabalhadores, porém não estava claro como seria realizado seu programa. Escolher quais indústrias nacionalizar, modos de financiamento, técnicas administrativas, e as relações mútuas entre os setores, eram problemas técnicos para os quais os social-democratas não estavam preparados (PRZEWORSKI, 1985).

Importante destacar que quando chegavam ao poder os partidos social-democratas eram minoritários, ou haviam feito aliança com outro partido, o que dificultava a implementação da agenda socialista. Nesse cenário buscaram fazer o que era possível: propor as reformas para as quais conseguiriam apoio parlamentar, tais como promover programas de habitação, instituir o salário mínimo, criar formas de amparo aos desempregados, criar

impostos sobre heranças e aposentadorias. O fato é que até os anos 1930 a social-democracia não tinha um programa econômico definido.

Após a crise de 1929 o mundo viveu um período de grande instabilidade econômica. Nesse contexto foi estabelecido o consenso de que a presença do Estado era fundamental para garantir o bom funcionamento da economia (GARRETT, 1998). Foi um momento de ascensão dos governos social-democratas. Esses partidos foram vistos como a alternativa à crise que se impunha.

... a crise política primeiro e logo o impacto da crise global de 1929, na Europa, os levaram a participar em governos de salvação nacional onde sua força parlamentar era imprescindível, mas onde não podiam contribuir com ideias alternativas (PARAMIO, 2009, p. 30 – tradução própria<sup>6</sup>).

Assim, os partidos trabalhistas, socialistas, social-democratas não possuíam uma política econômica própria. Até a década de 30 sua teoria econômica criticava o capitalismo e afirmava a superioridade do socialismo, que dentro das regras da democracia, implementaria um programa de nacionalização dos meios de produção (PRZEWORSKI, 1985).

A partir da publicação da Teoria Geral de Keynes, os social-democratas conseguiram concretizar seu objetivo econômico. Com as ideias *keynesianas* obtiveram uma justificativa para seu papel no governo e simultaneamente transformaram o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora (PRZEWORSKI, 1985).

Com a adoção da teoria econômica keynesiana, os social-democratas desenvolveram uma teoria abrangente sobre o “estado de bem-estar”. “Os social-democratas definiram seu papel como sendo o de modificar a interação das forças de mercado, efetivamente abandonando por completo o projeto de nacionalização” (PRZEWORSKI, 1985, p. 37). Os governos social-democratas se incumbiram de manter um bom desempenho econômica durante as administrações da esquerda e de organizar o *welfare state*<sup>7</sup> (KITSCHOLT, 1994).

Com a aplicação do keynesianismo o programa de nacionalização perdeu força. As soluções encontradas com a nova política econômica mostravam-se mais eficazes e menos controversas, no que tange à sua aprovação no parlamento. Além de defender a maior intervenção do estado na economia, o keynesianismo privilegiava sua participação nas

---

<sup>6</sup> ... la crisis política primero y luego el impacto en Europa de la crisis global de 1929 les llevaron a participar en gobiernos de salvación nacional para los que su fuerza parlamentaria era imprescindible pero para los que no podían aportar ideas alternativas.

<sup>7</sup> O *welfare state* é compreendido com o conjunto de políticas de bem estar social, assim como as políticas macroeconômicas e de emprego, salário, etc. O termo em inglês abarca uma concepção mais completa que o que normalmente se usa em português para designar tais políticas: Estado de bem estar social, esse se refere somente às políticas públicas, excluindo as macroeconômicas (PIMENTA DE FARIA, 1998)

políticas de estímulo à oferta de modo a garantir o crescimento. As políticas de pleno emprego favoreciam o combate à desigualdade e à pobreza.

Mesmo em governos de coalizão a social-democracia continuava diferente dos governos conservadores em diversos aspectos: por sua base social, na sua ênfase em políticas de bem estar e na política econômica.

De vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado transformou-se, quase da noite para o dia, numa instituição pela qual a sociedade poderia regular as crises, mantendo o pleno emprego. Gustav Moller, o arquiteto do programa para o desemprego, descrevendo a política do governo sueco de 1932, enfatizou que anteriormente a assistência ao desemprego era um “sistema destinado somente a suprir as necessidades mínimas dos desempregados, e não tinha o propósito de impedir a depressão... Dizia-se que os ciclos econômicos seguem leis econômicas naturais, e que a interferência governamental é, no mínimo inútil e, do ponto de vista econômico, perigosa a longo prazo.” (1938, p. 49). Tanto Moller como Wigforss (1938) descrevem como os social-democratas suecos descobriram que o desemprego pode ser reduzido e a economia estimulada se o estado seguir políticas anticíclicas, permitindo que o crescimento do déficit financiasse a produção pública durante a depressão, sendo que o pagamento das dívidas ocorreria durante os períodos de expansão. A sociedade pode não ficar impotente perante os caprichos do mercado capitalista, a economia pode ser controlada, e o bem estar dos cidadãos pode ser continuamente elevado através do papel ativo do Estado: esta foi a nova descoberta dos social-democratas (PRZEWORKSKI, 1988, p. 71).

Os social-democratas focaram na política econômica que visava a aumentar o emprego e os salários; com isso aumentariam o poder aquisitivo dos trabalhadores, o consumo, e consequentemente haveria o aquecimento da indústria o que geraria mais empregos. O Estado teve um papel fundamental ao estimular a economia, garantir empregos e o bem estar do trabalhador, uma vez que, associados a essa política, havia também programas de saúde, habitação e educação entre outros. Com a política econômica keynesiana o Estado pôde desenvolver uma agenda de bem estar social.

Essa busca pela garantia do emprego era um dos principais pontos que diferenciavam a social-democracia dos partidos conservadores. Enquanto os partidos conservadores buscam manter os baixos níveis de inflação à custa do maior desemprego o objetivo da social-democracia é a manutenção do pleno emprego, mesmo que haja taxas de inflação mais elevadas.

Douglas Hibbs (1977) foi quem primeiro desenvolveu uma explicação concisa para esse *trade off*. De acordo com o autor as preferências dos partidos se alinham às preferências de seu eleitorado, por isso são distintas. Como representantes das classes mais altas, em geral, os partidos da direita preferem reduzir as taxas de inflação mesmo que isso gere um impacto negativo na geração de empregos. Por outro lado, os partidos de esquerda, representam as classes trabalhadoras optando pela redução de desemprego em detrimento da estabilidade monetária.

O que se observa é que embora tenha deixado de lado o ideal revolucionário, mesmo mantendo a propriedade privada e respeitando as regras do capitalismo, os social-democratas buscam melhorar o sistema capitalista, por meio da redução das desigualdades, ou seja, dentro das regras do jogo criaram condições para que fosse possível transformar o sistema, ainda que tal processo ocorresse contra os interesses dos capitalistas.

### 1.3- Os tipos de *welfare state*

Como vimos anteriormente a principal agenda dos governos social-democratas era a construção do estado de bem estar social, *welfare state*. Esping-Andersen defende que a questão principal sobre o *welfare state* é importante considerar em que condições a democracia parlamentar é capaz de desfazer as divisões de classe e desigualdades sociais que o capitalismo produz (ESPING-ANDERSEN, 1990).

O autor argumenta que existem dois tipos de abordagens predominantes em relação às explicações do *welfare state*. Uma delas é a abordagem estrutural e a outra a institucional. A abordagem estrutural também é conhecida como a teoria da industrialização, esta argumenta que a industrialização torna as políticas sociais necessárias e possíveis. Ela também seria possível com a emergência de uma burocracia racional, universalista e eficiente. Essa teoria pressupõe que existe um nível de desenvolvimento econômico, tal que possa haver uma sobra de recursos que se desloquem do setor produtivo para os gastos com bem estar social (WILINSKY e LEBEAUX *in* ESPING-ANDERSEN, 1990). Para explicar a variação do *welfare state* nos diferentes Estados, Wilinsky e Lebeaux ( ESPING-ANDERSEN, 1990) se baseiam no nível de desenvolvimento econômico, na demografia e na burocracia. A partir desta análise focam nos gastos com o bem estar social. Contudo, não diferenciam estes gastos e também não levam em consideração outras medidas de mobilidade da classe trabalhadora ou abertura econômica (ESPING-ANDERSEN 1990).

A abordagem institucional propugna que quanto maior for a extensão dos direitos democráticos, mais possibilidade de desenvolver a cidadania social haverá (MARSHAL *in* ESPING-ANDERSEN, 1990). Essa abordagem, porém, não justifica a implementação de políticas sociais em um Estado não democrático – Bismarck, por exemplo.

A abordagem de Esping-Andersen (1990) se baseia na classe social como agente de mudança. Desse modo, assume que o parlamento é o local para transformar o poder



mobilizado em política de reformas. Este poder depende dos recursos a serem adquiridos com a força eleitoral e com a negociação coletiva.

A mobilização da classe social depende da força do partido social-democrata no parlamento e do grau de união e centralização dos sindicatos. Uma importante questão a ser destacada é o chamado dilema de classe, somente os trabalhadores não teriam votos suficientes para eleger os partidos socialistas; a maneira de resolver essa questão foi apostar na coalizão com a classe média e a pequena burguesia (como apresentado acima).

Como discutido anteriormente, a social-democracia aceitou participar do governo a fim de melhorar as condições dos trabalhadores.

Ao adotar o reformismo parlamentar como estratégia dominante em relação à igualdade e ao socialismo, a social-democracia baseou-se em dois argumentos. O primeiro era de que os trabalhadores precisam de recursos sociais, saúde e educação para participar efetivamente como cidadãos socialistas. O segundo argumento era de que a política social não era somente emancipadora, é também uma pré-condição da eficiência econômica (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 89).

De acordo com Esping-Andersen (1990), apesar de não ser um princípio revolucionário, a implantação das políticas sociais, ademais de melhorar as condições de vida dos trabalhadores poderiam reduzir as barreiras impostas pelas divisões sociais e promover a unidade política dos trabalhadores.

O modelo social-democrata é o “pai de uma das hipóteses contemporâneas do *welfare state*: a mobilização da classe no sistema parlamentar é um meio para a realização dos ideais socialistas de igualdade, justiça, liberdade e solidariedade” (ESPING-ANDERSEN, 1991: 89).

Observando as diferentes nações, Esping-Andersen encontrou diferentes tipos de *welfare state*. Esses tipos são divididos em grupos e caracterizados pelas combinações entre Estado, mercado e família. Cabe destacar que não existe um modelo puro, normalmente algumas características de um ou outro se destacam. Essa classificação pode ser analisada como típico-ideal, ela colabora para que possamos encontrar as divergências e similitudes entre os tipos de programas de bem estar social e de acordo com suas características enquadrá-los dentro de um dos três grupos.

Um desses grupos é o liberal. Nesse, predomina a assistência aos comprovadamente pobres o modelo é marcado pelas reduzidas transferências e modestos planos de previdência social. Os benefícios são direcionados a pessoas de baixa renda, geralmente membros da classe trabalhadora ou dependentes do Estado. Esping-Andersen argumenta que “neste

modelo, o progresso da reforma social foi severamente limitado pelas normas tradicionais e liberais da ética do trabalho: aqui os limites do bem estar social se equiparam à propensão marginal à opção pelos benefícios sociais em lugar do trabalho” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 108).

Esse tipo de regime minimiza os efeitos da “desmercantilização<sup>8</sup>”. Além disso, contém o domínio dos direitos sociais e gera uma ordem de estratificação que é uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado. O mercado aparece como o outro lado oferecendo serviços diferenciados àqueles que têm condições de adquiri-los. Tal sistema gera um dualismo de classes entre as camadas sociais que podem pagar pelos benefícios no mercado e aqueles que dependem do benefício estatal. Os exemplos desse modelo são: Estados Unidos, Canadá e Austrália (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Um segundo tipo é caracterizado por forte influência corporativista. Neste o que predomina “é a preservação das diferenças de status, os diretos, portanto, estavam ligados à classe e ao *status*”. Nesse tipo de regime o Estado está pronto para substituir o mercado na provisão de benefícios sociais. Com isso os mecanismos privados, tais como a previdência, desempenham um papel secundário. “De outra parte, a ênfase estatal na manutenção das diferenças de *status* significa que seu impacto em termos de redistribuição é desprezível” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 109). Os países que apresentam esse tipo de modelo são: França, Alemanha e Itália.

Esses regimes corporativistas também são estruturados de forma típica pela Igreja e por esse motivo estão comprometidos com a família tradicional. Seguindo os preceitos religiosos os serviços de assistência à mulher e à criança são menos desenvolvidos, a maternidade é incentivada, se observa claramente o princípio da “subsidiaridade”, o qual enfatiza que o Estado só deve interferir quando a família não tem capacidade de servir a seus membros (ESPING-ANDERSEN, 1991).

O terceiro modelo é o modelo escandinavo, denominado, por Esping-Andersen (1990), regime “social-democrata”. Nesse, os princípios do universalismo e desmercantilização dos direitos sociais são extensivos, também, às novas classes médias. Nestes países “a social-democracia foi claramente a força dominante por trás da reforma social” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 110). Diferentemente de outros regimes que buscavam cobrir apenas

---

<sup>8</sup> Ou seja analisar as políticas sociais tendo como referencia o grau de autonomia e independência que essas políticas são capazes de garantir aos indivíduos e/ ou a suas famílias de sobreviverem para além das relações de mercado. De acordo com Esping-Andersen (1990, p. 23) uma definição mínima de desmercantilização deve incorporar a possibilidade de cada pessoa decidir livremente por trabalhar ou não de acordo com as condições de trabalho, ou seja, o individuo pode recusar-se a aceitar um trabalho degradante sem que isso comprometa sua sobrevivência digna, seu bem estar social.

as necessidades mínimas, os sociais democratas buscaram um *welfare state* que promovia igualdade com os melhores padrões de qualidade.

Nesse regime os serviços se elevam a níveis compatíveis, inclusive com os gastos mais refinados, das novas classes médias. De modo que aos trabalhadores é garantida a igualdade de plena participação na qualidade dos direitos aos quais têm acesso os mais ricos.

Esta formula traduz-se numa mistura de programas altamente desmercantilizantes e universalistas que, mesmo assim, correspondem a expectativas diferenciadas. Desse modo os trabalhadores braçais chegam a desfrutar de direitos idênticos ao dos empregados *white-collar* assalariados ou dos funcionários públicos; todas as camadas são incorporadas a um sistema universal de seguros, mas mesmo assim os benefícios são graduados de acordo com os ganhos habituais. Este modelo exclui o mercado e, em consequência, constrói uma solidariedade essencialmente universal em favor do *welfare state*. Todos se beneficiam, todos são dependentes e supostamente todos se sentiriam obrigados a pagar (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 119).

Esse modelo é direcionado tanto à família tradicional quanto ao mercado. Nesse caso os custos são socializados com a família, não ocorre como no modelo corporativista no qual o apoio do Estado só acontece quando a capacidade de prover da família é exaurida. Tampouco é como o modelo liberal que garante assistência somente àqueles que não têm condições de pagar pelos serviços do mercado.

Esping-Andersen defende que a característica mais admirável desse modelo é que ele une trabalho e serviço social. Ao mesmo tempo em que está comprometido com o pleno emprego depende inteiramente de sua concretização. O autor argumenta:

Por um lado, o direito ao trabalho tem o mesmo *status* que o direito de proteção à renda. De outra parte, os enormes custos de manutenção de um estado de bem estar solidário, universalista e desmercadorizante indicam que é preciso minimizar os problemas sociais e maximizar os rendimentos. A melhor forma de conseguir isso é, obviamente, com o maior número possível de pessoas trabalhando e com o mínimo possível vivendo de transferências sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 121).

O autor argumenta que as diferenças entre esses três modelos estão ligadas às diferentes formas de mobilização política da classe trabalhadora, às coalizões celebradas entre os partidos trabalhistas e às reformas realizadas anteriormente às quais colaboraram, de modo decisivo, para a institucionalização das preferências e o comportamento político das classes.

#### 1.4- Os desafios da Social-Democracia na Globalização

O auge político da Social-democracia ocorreu nos anos 1974/1975 quando, pela primeira e única vez na história do pós-guerra havia ministros social-democratas em todos os países do norte da Europa – Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Holanda, Noruega e Finlândia. Contudo, mais ou menos quando alcançava seu auge político as condições econômicas subjacentes ao processo de reformismo no norte esmoreceram (ANDERSON e CAMILLER, 1996).

Os governos social-democratas que assumiram o poder nesse período enfrentaram um novo contexto econômico, no qual suas políticas não eram suficientes para resolver as questões que despontavam. Assim como as economias em desenvolvimento, os partidos social-democratas enfrentaram uma série de desafios no novo contexto macro-econômico. As mudanças no cenário global impactaram nos governos desta vertente, os quais promoveram uma alteração dos programas dos partidos Social-democratas que estiveram no poder no fim dos anos 1970 e nos anos 1980.

Guger (GLYN, 2001), argumenta que, quando começou a primeira crise do petróleo no início dos anos 1970, o programa de reformas expansionistas estava em pleno processo na Áustria. Na França e na Espanha os governos social-democratas chegaram ao poder no início dos anos 1980, após as duas crises do petróleo, ainda assim, procuraram implementar políticas expansionistas e de pleno emprego. Contudo, as novas condições e o novo contexto econômico os levaram a recuar a fim de evitar maior *déficit* e se adequar às exigências internacionais. Frente aos constrangimentos impostos pelo novo cenário econômico, esses partidos se viram obrigados a retroceder em busca da estabilidade econômica.

As transformações econômicas sinalizaram para um novo momento no qual a social-democracia teve que buscar políticas econômicas alternativas uma vez que as políticas *keynesianas*, tão bem sucedidas em seus anos dourados, não respondiam à nova crise. Paramio (2009) argumenta que a crise da social-democracia nos anos 1980 é caracterizada por três elementos: O primeiro era a impossibilidade de dar uma resposta *keynesiana* a uma crise marcada pela estagnação e pela inflação (estagflação). O segundo foi o impacto da globalização, que já despontava anteriormente, ao assinalar que a pressão fiscal ou os altos salários incentivavam as empresas a deslocarem-se para países com impostos e salários mais baixos, no caso de terem custos de produção e deslocamento não muito elevados.

O último elemento apontado pelo autor é um fator social: a mudança nos valores das classes médias e elites européias. Após a vitória eleitoral de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA e o fim da União Soviética houve uma mudança em direção ao conservadorismo. “A desigualdade como princípio do progresso social substituiu a visão de uma sociedade coesa com boa qualidade de vida para todos e capaz de competir economicamente pelo investimento em educação, saúde e infra-estrutura” (PARAMIO, 2009, p. 53 – tradução própria<sup>9</sup>).

Outro elemento social a ser considerado é a mudança da estrutura industrial e a conseqüente alteração no padrão da empregabilidade. Com o emprego de novas tecnologias houve uma queda no número de trabalhadores industriais *blue collors*, grupo que tradicionalmente era a clientela dos partidos social-democratas.

De acordo com autores como Boix (1998) e Garrett (1998), com essas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, os partidos trabalhistas, socialistas e social-democratas alteraram seu programa, muito mais que em qualquer outro período do pós-Segunda Guerra. Devido às mudanças econômicas ocorridas nas décadas finais do século XX, o foco da política social-democrata passou por modificações substantivas, especialmente, nos países industrializados (BOIX, 1998), que sofreram o impacto dos dois choques do petróleo, da ruptura do padrão ouro e do fim do acordo de Breton Woods. As transformações no sistema internacional trouxeram uma mudança de orientação econômica dos bancos financiadores e a reorientação da agenda dos organismos multilaterais (SINGER, 2001).

Suas prioridades programáticas se concentraram, por um lado, nos esforços para promover a produtividade econômica, conservar e criar empregos, reciclar a mão de obra, empregar novas tecnologias, e por outro lado, promover a formação de um mercado mais competitivo. Mantiveram, contudo, suas preocupações em combater a desigualdade e em promover proteção aos trabalhadores, enquanto nos países anglo-saxões, governados por partidos conservadores, flexibilizavam-se as políticas intervencionistas e eram criados mais mecanismos liberais para maximizar o crescimento econômico e proteger as liberdades individuais.

Depois da crise os governos social-democratas não apenas enfrentavam a necessidade de uma nova política econômica frente à inviabilidade de uma gestão *keynesiana*, mas também se encontravam limitados em sua capacidade de investir em bens públicos, com o risco de sofrer sanções do mercado em caso de um déficit, que esse considerasse excessivo;

---

<sup>9</sup> La desigualdad como principio de progreso social sustituye a la visión de una sociedad cohesionada, con buena calidad de vida para todos y capaz de competir económicamente por la inversión en educación, sanidad e infraestructuras.

dois exemplos desse impasse são os casos espanhol (Partido Obrero Español - PSOE) (PARAMIO, 2009) e francês (Parti Socialiste Français –PSF).

### **1.5- O fim da Social-Democracia? Os governos social-democratas no novo contexto econômico**

Frente ao novo contexto, os governos social-democratas se incumbiram de manter um bom desempenho econômico durante a administração da esquerda sem abrir mão das políticas de bem estar social (KITSCHOLT, 1994).

Algumas vertentes teóricas buscaram analisar a crise da social-democracia a fim de justificar sua causa. (Neo) Liberais e (neo) conservadores; marxismo ortodoxo; posfordismo e *rational choice* estão entre elas. Os (neo) liberais e (neo) conservadores defendem a tese da sobrecarga do Estado social-democrata. De acordo com essa linha a crescente demanda por políticas de bem estar e a incapacidade de resposta do Estado conduziram ao processo de crise. Os estudiosos dessa corrente argumentam que nos anos 1980 havia aumentado o número de demandas pelos serviços estatais por um lado, enquanto por outro a capacidade de resposta não acompanhava essa demanda. De acordo com Ralf Dahrendorf “Os anos 1980 foram a década de ênfase na oferta, em vez do sucesso” (MERKEL, 1994, p. 28 – tradução própria<sup>10</sup>). Dahrendorf defende, ainda, que o programa social-democrata é um tema desatualizado, que não pertence ao presente (MERKEL, 1994, p. 28).

As teses dessa vertente alegam que a contração e ampliação do Estado social da social-democracia havia completado sua tarefa histórica. Defendem, ainda, o argumento que durante sua vigência os governos social-democratas teriam sobrecarregado a economia, destruíram a auto-regulação das forças do mercado e enfraqueceram o estímulo à iniciativa empresarial (MERKEL, 1994, p. 29).

Os marxistas ortodoxos, segunda corrente aqui analisada, argumentam que a social-democracia teria reforçado as ideias e estruturas que bloquearam a solução socialista na década de 1970. De certa maneira, defendem que a crise da social-democracia não teria sido acidental, mas consequência de sua própria postura. Essa corrente alega que uma vez que a social-democracia havia perdido o “caminho correto” para o socialismo, pregando a harmonia de classes e tentando domesticar o capitalismo em vez de superá-lo, teria criado uma

---

<sup>10</sup> “The 1980’s were a decade of emphasis on the supply side, on choice rather than success”(Dahendorf apud Merkel)

condição desfavorável, construiu uma armadilha e tornou-se vítima por tentar administrar o capitalismo sem dispensar as políticas sociais (MERKEL, 1994, p. 32).

O conceito de “fordismo” utilizado nos anos vinte por Gramsci e Man, foi reintroduzido nos anos setenta e oitenta pela *École de la Regulation* no debate das ciências sociais, econômicas e política. O termo fordista é utilizado pelos teóricos dessa escola para designar o regime de acumulação próprio da evolução do capitalismo que se desenvolveu e estendeu de 1945 à crise iniciada em 1974.

De acordo com os teóricos dessa corrente “o modo de regulação política das relações sociais e de classe fordista, do corporativismo burocrático centralista e do keynesianismo e a política social-democrata”, teriam se transformado em um entrave para a “necessária adaptação das estruturas sociais e das condições de reprodução”. Nesse contexto de crise os partidos social-democratas estariam condenados a “uma política de austeridade cada vez mais aguda” que restringiria a margem de manobras do Estado social e levaria ao desmantelamento das garantias de amparo e dos direitos democráticos (MERKEL, 1994).

A social-democracia estaria obrigada, em resumo, a praticar uma política contra sua clientela mais importante: os assalariados. Em consequência, pelo menos de acordo com a forçosa conclusão imanente à teoria de Hirsch/ Roth, ‘essa crise’ levaria ‘à crise da social-democracia entendida como o partido de governo do fordismo’ (MERKEL, 1994, p. 38 – tradução própria<sup>11</sup>).

Com o desgaste do regime de acumulação fordista, a política social-democrata estaria privada de suas bases materiais devido a dois processos: o primeiro diz respeito à limitação da margem de manobra para execução de política social e econômica social-democrata, tanto como consequência da política de austeridade como pelas alterações nos custos de produção ocasionadas pela competição internacional; o segundo está relacionado às mudanças no mercado de trabalho, o processo de terceirização alterou a estrutura trabalhista, e o perfil do eleitor social-democrata. Por esses motivos se supõe que a relação com aqueles eleitores tradicionalmente clientes da social-democracia, os operários (*blue collors*), se torna cada vez mais complexa e em alguns casos impossível. “A crise econômica, política e ideológica da social-democracia significa ao mesmo tempo o fim do Estado de bem estar corporativo e burocrático baseado no reformismo estadista”. Para os pós fordistas a globalização assinalava o fim do modelo social-democrata, porém o fim desse modelo não constituía em si uma novidade, as condições para a crise e declínio da social-democracia já estavam dadas, era só

---

<sup>11</sup> La socialdemocracia estaría obligada, en suma, a practicar una política contra su clientela más importante: los asalariados. En consecuencia, al menos según la forzosa conclusión inmanente a la teoría de Hirsch/ Roth, “esa crisis” llevaría “a la crisis de la social democracia entendida como *el* partido de gobierno del fordismo.

uma questão de tempo até que se concretizassem (MERKEL, 1994, p. 39 –tradução própria<sup>12</sup>).

Adam Przeworski, um dos mais renomados representantes da corrente da escolha racional, avalia a queda da social-democracia como um “fenômeno histórico” (MERKEL, 1994, p. 39). De acordo com esse autor e Sprague (MERKEL, 1994) a social-democracia estaria condenada ao fim devido as decisões estratégico-rationais de seus dirigentes, os quais se viram forçados a optar frente ao inevitável dilema do “socialismo eleitoral”.

A partir do momento em que se abriram para novas coalizões buscando apoio em outras camadas sociais, uma vez que os operários não garantiam a maioria eleitoral, os social-democratas se depararam com o verdadeiro dilema: encontrar um lugar acima das classes, para se posicionar. Przewoski e Sprague argumentam que ao fazer essa opção, os partidos social-democratas teriam debilitado sua capacidade de ganhar os operários como classe e conseqüentemente perdeu seus votos. O *trade-off* da social-democracia em perder o voto dos operários para ganhar o voto das classes médias, não resultou em ganho. Sem o apoio da classe trabalhadora e longe de seus ideais primeiros a social-democracia se fragilizou e se tornou sensível às crises internacionais.

Nessas três correntes, marxistas ortodoxos, pós-fordistas e teóricos da escolha racional, é possível observar a presença do determinismo sociológico ao analisar a crise da social-democracia. Cada um, a seu modo, defende que a social-democracia estava fadada ao fracasso, sem analisar as possibilidades de uma política social-democrata mesmo em um cenário de crise econômica e mudança social, e a permanência de governos dessa vertente mesmo frente ao cenário conturbado dos anos 1980/ 1990. Esses autores subestimam a capacidade dos partidos definirem e redefinirem seus valores, objetivos, estratégias e políticas.

A globalização trouxe conseqüências políticas à gestão social-democrata, entre elas a mais importante foi a inviabilidade de aplicar as políticas *keynesianas*, daí decorre maior uniformidade nas políticas macroeconômicas, geralmente, identificadas pela “ortodoxia no trato da moeda” (SANTOS, F. 2009, p. 12). Não obstante, Santos, F. (2009) destaca que o novo contexto não inviabilizava a atuação dos partidos social-democratas na promoção do bem estar social.

---

<sup>12</sup> La crisis económica política e ideológica de la socialdemocracia significa al mismo tiempo el final del Estado de Bienestar corporativo y burocrático basado en el reformismo estatalista ( Hirsh, 1990: 105, *apud* Merkel, 1994, p. 39)



Neste sentido, Garret (1998) defende que não houve enfraquecimento da relação entre o poder político da esquerda e as políticas econômicas redutoras das desigualdades produzidas pelo mercado. De acordo com o autor, essa relação foi reforçada em importantes aspectos. Cabe destacar que um dos elementos mais importantes para a atuação da social-democracia, de acordo com Garret, é a participação das instituições trabalhistas, a qual pode ser observada em países desenvolvidos, porém não é uma realidade no grupo dos países em desenvolvimento.

Durante o período de mudanças econômicas não foi possível criar ou ampliar o *welfare state*. No entanto, os governos social-democratas europeus introduziram modestas reformas sociais e alguma modernização institucional. O desempenho global desses governos foi “severamente limitado pela conjuntura internacional. As mesmas pressões oriundas do mercado mundial que ajudaram a levar a direita ao poder no Norte inibiram qualquer impulso radical por parte da esquerda no Sul” (ANDERSON e CAMILLER, 1996, p. 24). Ainda assim, os partidos continuaram fazendo a diferença na opção das políticas adotadas. Mesmo sob condições adversas, os partidos social-democratas mantiveram o ideal de favorecer os trabalhadores (KORPI, 1983).

No início dos anos 1980 foram eleitos partidos social-democratas no sul da Europa com um programa de modernização dos estados em seus países (BOIX, 1998), porém as novas condições limitavam o poder de atuação desses partidos. Contudo, a perda de margem de manobra para realizar as políticas social-democratas não significa que se tornou impossível praticá-las, mas sim que implementar essas políticas implicaria em riscos econômicos e eleitorais, ou seja, o agravamento da situação econômica poderia provocar perdas eleitorais (PARAMIO, 2009).

Armingeon (MERKEL, 1994) apresenta os governos social-democratas que estiveram no poder nos países centrais, no final do século XX. Apesar de toda especulação sobre a falência do modelo, é possível observar a permanência desses governos em um número significativo de países europeus. Com esses dados o autor conclui que a social-democracia não está acabada e que não existe nenhuma queda universal em seu poder desde 1973.

**Quadro 1.1 - Participação dos partidos social-democratas nos governos europeus entre as décadas de 1970 e 1990**

País	Participação no governo	Como força principal no governo (primeiro ministro)
Alemanha (RFA)	12/66-10/82 1998-1995	10/69-09/82 1999-2004
Áustria	04/70-12/90	04/70-12/90
Bélgica	06/68-04/74 05/77-09/81 05/88-12/90	06/68-04/74
Dinamarca	10/71-12/73 02/75-09/82	10/71-12/73 02/75-09/82
Espanha	12/82-12/96	12/82-12/96
Finlândia	05/66-09/76	05/66-05/70 02/72-11/75 05/77-04/87
França (SFIO/PS)	05/77-12/90 1981-1995	05/81-04/86 05/88-12/90
Grécia	10/81-06/89 11/89-02/90	10/81-06/89
Grã Bretanha (Labor)	10/64-06/70 03/74-05/79	10/64-06/70 03/74-05/79
Irlanda	03/73-07/77 06/81-03/82 12/82-01/87	
Itália (PSI)	03/70-02/72 07/73-11/74 04/80-04/87 07/87-12/90	08/83-04/87
Noruega	10/73-10/81 05/86-10/89 11/90-12/90	10/73-10/81 05/86-10/89 11/90-12/90
Países Baixos	05/73-12/77 09/81-10/81 11/89-12/90	05/73-12/77
Portugal	09/75-08/78	07/76-08/78 06/83-11/85
Suécia	09/36-10/76 10/82-12/90	09/36-10/76 10/82-12/90
Suíça	01/60-12/90	1970/1975/1978/1983/1987/1988

Fonte: Armingeon, *apud* Merkel 1994.

**Quadro 1.2 - Participação dos partidos social-democratas não europeus no governo entre as décadas de 1970 e 1990**

País	Participação no governo	Como força principal no governo (primeiro ministro)
Austrália	12/72-11/75 03/83-12/90	12/72-11/75 03/83-12/90
Israel	03/49-06/77 09/84-03/90	03/49-06/77 09/84-03/90
Nova Zelândia	12/72-12/75 07/84-10/90	12/72-12/75 07/84-10/90

Fonte: Armingeon, *apud* Merkel 1994.

A partir dos quadros acima podemos confirmar a participação de partidos social-democratas no governo e sua permanência mesmo após as crises da década de 1970 e as mudanças econômicas da década de 1980/1990. Nas décadas de 1980 e 1990, podemos observar, inclusive, a ascensão de partidos com esse enfoque ideológico na França, Finlândia, Espanha e Grécia. E, embora, haja declínio no sucesso dos social-democratas italianos, belgas e suecos, é possível constatar a recuperação de sua capacidade eleitoral.

Os dados apresentados sinalizam para a viabilidade eleitoral do projeto social-democrata e concomitantemente para a existência de demandas para essas políticas. Se observarmos após a década de 1990 notamos a presença de governos social-democratas em países como Áustria (2004-atual); França (2002-2007) Espanha (2004-2011); Portugal (1996-2006); Finlândia (1994-atual); entre outros.

A trajetória da social-democracia e do estado de bem estar social pode ser comparada a um movimento ondulatório, com ciclos de alternância no qual podem ser observados momentos de avanço e momentos de retirada, contudo nesse movimento não há reversões ou retiradas de longo prazo (TAVARES, 2003)

O que se explica singelamente pelo fato de que a social-democracia se move nos quadros e sob os limites do Estado constitucional e este ou atende ou é pressionado a retirar-se do cenário econômico e mesmo social precisamente na medida em que nele cumpre com algum êxito as suas funções. É apenas nesse sentido que procede o juízo de Clauss Offe, de que o *welfare state* torna-se vítima de sua própria vitória (TAVARES, 2003, p. 74)

Como podemos notar, não há, na realidade, sinais que indiquem o fim da social-democracia. De fato, as mudanças político-econômicas observadas a partir da década de 1970 produziram um ambiente no qual a social-democracia precisou mudar sua estratégia, entretanto não levou à sua ruína, como previam os mais pessimistas.

Mesmo frente aos desafios econômicos, o modelo social-democrata manteve sua característica de proporcionar proteção abrangente, de cobertura universal e a garantia dos benefícios como direitos sociais, sem que houvesse vínculos entre o benefício e a contribuição do beneficiário, um modelo que busca a igualdade com os melhores padrões de qualidade (ESPING-ANDERSEN, 1990), em oposição ao modelo que busca atender as necessidades mínimas, dos grupos menos favorecidos, como o modelo de *welfare liberal*.

Mesmo no cenário da globalização, com maior mobilidade do capital, os governos social-democratas apresentaram menor taxa de desemprego e taxas de crescimento mais elevadas (GARRET, 1998).

A resposta de partidos social-democrata diante da elevação dos riscos e incertezas advindas do novo cenário têm sido o de manutenção do gasto social, ampliação da carga tributária e investimento em capital físico e humano, ao passo que partidos liberais, uma vez no poder, têm diminuído a carga tributária, desonerado as empresas de encargos trabalhistas e transferido para a iniciativa privada a responsabilidade pelo treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra. Em outras palavras, se no período do keynesianismo clássico as diferenças entre terapias macro-econômicas incidiam sobre o manejo de instrumentos de estímulo e restrição à demanda, agora os governos se distinguem na administração da política de estímulo à oferta, a denominada *supply side economics* (Santos, 2009, p. 12).

A redução da margem de manobra para realizar políticas social-democratas não significa que estas não podem ser realizadas, a questão é que a capacidade de executar programas de bem estar social é reduzida, uma vez que a capacidade de investimento do Estado diminui. Além disso, a implementação desse tipo de programa implica riscos econômicos em caso de crises econômicas que possam comprometer a eficácia de seus projetos, e riscos eleitorais se os problemas econômicos não forem resolvidos, e esses riscos devem ser calculados.

Para Garret (1998) os governos social-democratas ainda são economicamente viáveis, mesmo frente às mudanças ocorridas nas últimas décadas. Mas para que isso se concretize é necessário que as políticas de bem-estar-social sejam alavancadas por sólidas bases sociais, especialmente bases sindicais, isto significa que ter a maioria parlamentar não é o suficiente para que se execute um programa social-democrata. É necessário que haja, também, uma negociação da política econômica com os sindicatos, os quais devem ser capazes de superar os problemas de ação coletiva dos trabalhadores em escala nacional e olhar mais para o desempenho total da economia do que para a satisfação imediata das demandas de suas clientelas.

Sob a economia global e com a “pressão dos mercados” a vontade política dos governos não é o único fator preponderante. Os partidos que estiveram à frente do governo nos períodos de crise se depararam com grandes desafios. Por um lado eram pressionados pelo mercado e por outro havia a demanda do eleitorado que esperava soluções para os problemas práticos, não apenas explicações acerca das dificuldades de se aplicar determinadas políticas. Mas, dentro das possibilidades os partidos social-democratas mantiveram as políticas sociais e, principalmente, continuaram sendo diferentes dos partidos conservadores. Não obstante alguns partidos optaram por uma nova estratégia, esses passaram a ser chamados de terceira via ou social-liberais.

## 1.6-Globalização e o surgimento da Terceira Via ou Social-liberalismo

Frente ao ambiente de crise, anteriormente descrito, um novo fenômeno político ganha relevância: a terceira via. De acordo com Power (TAVARES, 2003) a terceira via nasceu nos anos 1990. No contexto de ascensão do neoliberalismo e crise da social-democracia começou-se a discutir a nova “corrente ideológica. O movimento surge “exatamente numa época de renascimento da social-democracia” e ganhou impulso com o advento do Novo Trabalhismo no Reino Unido. Em 1994, Tony Blair assumiu a liderança do Partido Trabalhista e, “juntamente com seu mentor intelectual Antony Giddens”, defendia uma via alternativa entre o socialismo tradicional e o capitalismo tatcherista selvagem, a terceira via (TAVARES, 2003, p. 263).

Duas correntes definem a Terceira Via ou social-liberalismo: uma delas defende que o movimento se origina da social-democracia e a outra que a origem está no liberalismo clássico.

De acordo com Giddens (2005, 2001), a Terceira Via seria resultado do esgotamento da social-democracia. Num contexto de rearticulação político-econômica a nova corrente ideológica defendia que a presença do Estado era necessária, mas sua interferência não deveria ser máxima, como prega o socialismo, nem mínima, como prega o liberalismo, a atuação do Estado deveria estar de acordo com a conjuntura de cada país.

Giddens argumenta que a Terceira Via é uma espécie de centro radical, uma tentativa de demonstrar que os valores fundamentais da esquerda permanecem e ainda têm espaço na sociedade pós-industrial contemporânea.

Pelos princípios da Terceira Via, cinco elementos são necessários para que se possa identificar um partido ou movimento com essa vertente: primeiro a terceira via é uma forma de prática política democrática. Em segundo lugar, compreende os partidos e movimentos que tem uma história e um legado de centro-esquerda. Terceiro esses partidos devem apresentar inovações significativas e políticas públicas que se distanciam de um receituário de esquerda tradicional. Quarto tais mudanças de políticas não devem ser simplesmente pragmáticas e oportunistas elas devem ser baseadas em valores que tenham continuidade histórica com os valores da esquerda política. Quinto, os partidos e movimentos da terceira via deveriam ser identificados por um discurso claro e articulado, baseado em valores, que ressalte a continuidade com as lutas históricas da esquerda pela emancipação, igualdade, solidariedade e cidadania.

Embora com muitos pontos controversos, a Terceira Via seria a ideologia política em sintonia com a globalização,

O objetivo geral da política da terceira via deveria ser ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções do seu nosso tempo: *globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza*. A política da terceira via deveria adotar uma atitude positiva em relação a globalização – mas, decisivamente, somente como um fenômeno de espectro muito mais amplo que o mercado global. Os social-democratas precisam contestar o protecionismo econômico e cultural, o território da extrema-esquerda, que vê a globalização como uma ameaça a integridade e aos valores tradicionais. A globalização econômica pura é simples pode ter efeitos destrutivos sobre a auto-suficiência local. Ainda assim o protecionismo não é nem sensato nem desejável... A política da terceira via não deveria identificar a globalização com um endosso coletivo ao livre mercado. Livre mercado pode ser um motor de desenvolvimento econômico, mas, dado o poder social e culturalmente destrutivo dos mercados, suas conseqüências mais amplas precisam ser examinadas com cuidado (GIDDENS, 2005).

De acordo com esta vertente teórica, a terceira via estaria, ideologicamente, entre a social-democracia e o liberalismo. O modelo teria nascido da social-democracia, todavia, acabou afastando-se do ideal social-democrata e se aproximou do liberalismo. Uma das grandes diferenças entre a terceira via e a social-democracia é a prevalência do econômico sobre o social. Outras duas questões despontam como diferenciais: na terceira via não há a defesa da desmercantilização, o segundo ponto está relacionado à responsabilização do indivíduo, de acordo com Giddens,

O novo individualismo, em suma, está associado ao afastamento da tradição e do costume de nossas vidas, um fenômeno relacionado mais com o impacto da globalização no sentido amplo que com a mera influencia dos mercados. O *welfare state* desempenhou seu papel. Erigidas sob a égide do coletivismo, as instituições do *welfare* ajudaram a libertar os indivíduos de algumas das fixidades do passado. Em vez de ver nossa época como marcada pela decadência moral, portanto faz sentido vê-la como uma época de transição moral. Se o individualismo institucional não é sinônimo de interesse pessoal, ele representa uma ameaça menor para a solidariedade social, mas implica que devemos buscar novos meios para produzir essa solidariedade. A coesão não pode ser assegurada pela ação de cima para baixo do Estado ou pelo apelo à tradição. Temos de moldar nossas vidas de uma maneira mais ativa do que o fizeram as gerações anteriores, e precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas conseqüências do que fazemos e dos hábitos de estilo de vida que adotamos. O tema da responsabilidade, ou da obrigação mútua, estava lá na social-democracia do velho estilo, mas permanecia em grande parte latente, já que era submergido no conceito de provisão coletiva. Temos que encontrar um novo equilíbrio entre indivíduo e responsabilidades coletivas hoje (GIDDENS, 1998, p. 46).

O movimento que Giddens considera Terceira Via, também é conhecido como social-liberalismo, por outra corrente teórica (Bresser-Pereira, 2004, Howard, et all, 2007). O social-liberalismo é visto como uma síntese do liberalismo e da social-democracia. Enquanto Giddens argumenta que a Terceira Via se originou na social-democracia, os teóricos do

social-liberalismo argumentam que o movimento teve sua gênese a partir do liberalismo clássico. Ainda assim, o social-liberalismo se aproxima da social-democracia ao afirmar a importância da intervenção estatal na economia, na oferta de serviços de bem estar social, tais como saúde, educação, e participação regulatória nas atividades privadas (BRESSER-PEREIRA, 2004). Ele se distingue do liberalismo de duas maneiras: o compromisso com a redistribuição e a crença na democracia. A idéia fundamental é que grandes concentrações de poder são ameaças à liberdade política. O social-liberalismo se opõe à forte desigualdade, à concentração de riqueza e defende a extensão e o fortalecimento da tomada de decisão democrática (HOWARD, 2007).

De acordo com Bresser-Pereira (2004), a principal diferença entre um estado social-democrata e um social-liberal está no posicionamento do Estado frente às questões de mercado e competição. O Estado social-liberal acredita na competição enquanto o social-democrata conta mais com o planejamento e com a cooperação do que com a competição em si.

O social-liberalismo aceita o mercado como recurso de alocação, mas não aceita sua auto-regulação definido como o equilíbrio geral liberal (HOWARD, 2007), “somente o mercado livre não garante ambos: desenvolvimento econômico e justiça social” (BRESSER-PEREIRA, 2004). Os adeptos dessa doutrina concordam que é necessário que haja uma reforma orientada para o mercado, mas esta não deve ser feita de forma radical, ela é necessária para corrigir as distorções causadas pelo excessivo crescimento do Estado e para eliminar sua interferência arbitrária na definição dos preços relativos.

Os social-liberais acreditam que a existência de direitos políticos formais não é suficiente para criar sociedades livres. Para que haja liberdade é necessário que haja educação, para que os cidadãos possam exercer seus direitos democráticos e não se tornem vítimas de fraude política ou demagogia (HOWARD, 2007).

O estado social-liberal não é um estado social-democrata burocrático, nem um estado neoliberal como o defendido pelos neo-conservadores, ele é social porque continua a promover os direitos sociais e o desenvolvimento econômico e é liberal porque defende a liberdade individual e usa mais o mercado e menos controle administrativo (BRESSER-PEREIRA, 2004).

As discussões acerca da terceira via e do social-liberalismo não apresentam definições claras, apesar de desenhar um modelo político-econômico, muitas questões permanecem sem solução. De acordo com Power,

O conteúdo do debate sobre a terceira via é flexível, pouco definido e sempre controvertido. Ninguém sabe dizer com certeza se o diálogo inclui Bill Clinton, que tem péssimas credenciais social democráticas mas vê com entusiasmo a viabilidade de uma terceira via, ou Lionel Jospin, que tem excelentes credenciais social democráticas, mas é decididamente pouco entusiasta com a apropriação de modelos ou rótulos externos (TAVARES, 2003, p. 223).

Não existe um consenso quanto aos partidos que fazem parte deste movimento, mas alguns governos têm sido caracterizados com este rótulo, entre os quais se destacam os governos Bill Clinton, nos Estados Unidos e Tony Blair, na Grã Bretanha.

### **1.7- Algumas características da formação do Partido da Social-democracia Brasileira?**

Como procuramos demonstrar a social-democracia europeia enfrenta uma série de desafios ao longo de sua trajetória, entre estes destacamos os que despontaram no fim dos anos 1970 com o processo de globalização. Apesar dos constrangimentos externos, estes partidos mantiveram sua preocupação com o bem estar social e seu comprometimento com a manutenção do emprego.

O PSDB surgiu nos anos 1980, em um contexto de mudanças na social-democracia europeia, como discutimos neste capítulo, e importantes transformações sociais no Brasil, como analisaremos no próximo capítulo. Os notáveis e intelectuais que formaram o PSDB estavam conscientes do que ocorria na social-democracia europeia nos anos 1980 e 1990, alguns, inclusive, tinham ligações com lideranças social-democratas.

Ao passo que as transformações na social-democracia europeia eram observadas, o Brasil enfrentava uma série de desafios políticos (era o período da redemocratização), econômicos (com grave crise da inflação e na negociação da dívida externa) e sociais (o país acumulava uma grande dívida social). Além disso, o país passava por um importante momento de transformação política: a criação do novo marco institucional. De acordo com Pessoa (BACHA e SCHWARTZMAN, 2010, p. 206) “o processo de redemocratização gerou demanda para construção de um estado de bem-estar social abrangente”. Essa agenda foi transferida para as discussões da Assembleia Nacional Constituinte, que por ocorrer em um momento de transição apresentava características do novo e do velho (Sallum Jr, 2003) retratando as forças políticas envolvidas em seu processo.



Durante os trabalhos da ANC os partidos políticos se organizaram, basicamente, em dois grandes grupos de um lado estavam os adeptos das idéias conservadoras, de outro estavam os defensores do ideal progressista, da justiça social, do fortalecimento do estado.

Como agrupamento de diferentes setores, o PMDB agregava defensores dos dois pontos. Os parlamentares que vieram a formar o PSDB estavam alinhados com as idéias progressistas, defendiam a agenda de política sociais e a extensão dos direitos. Como será demonstrado nos próximos capítulos, os membros que saíram do PMDB e vieram a formar o PSDB era considerada a ala mais à esquerda daquele partido, tanto que após a ruptura as votações peemedebistas se inclinaram à direita.

O que podemos observar é que os parlamentares que formaram o PSDB eram favoráveis à implantação da agenda social, uma vez que essa questão ainda era um dos “calcanhares de Aquiles do Brasil”. Além disso, eram favoráveis à democracia, como a maioria dos partidos e dos brasileiros. Eles defendiam a agenda social e a democracia, contudo, devemos destacar que sempre defenderam o liberalismo de mercado e não se alinhavam à idéia do nacionalismo econômico dos anos 1970<sup>13</sup>. O posicionamento do PSDB em seu momento originário se deu mais por uma questão contextual que por questões ideológicas.

Neste capítulo, procuramos chamar a atenção para as transformações pelas quais a social-democracia passou nos anos 1980 e 1990, período do nascimento do PSDB, no Brasil. Destacamos que mesmo enfrentando inúmeros desafios a social-democracia continua se diferenciando dos partidos conservadores na defesa de uma agenda de bem estar abrangente e pleno emprego.

O que se observa é que analisando as características dos partidos social-democratas e sociais liberais e as características do PSDB, o partido brasileiro apresenta mais similitudes com a ideologia originada nos anos 1990. Nos próximos capítulos discutiremos a temática de modo mais aprofundado trazendo dados e análise histórica.

---

<sup>13</sup> Essas questões serão discutidas com mais profundidade no próximo capítulo.

## Conclusão

Os partidos social-democratas nasceram a partir da organização de trabalhadores e com o objetivo de promover mudanças sociais dentro do capitalismo. O projeto enfrentou uma série de desafios e passou por diversas fases, como explicitado anteriormente, até chegar ao modelo social-democrata que vigorou no pós-guerras.

Como vimos os desafios à social-democracia não se restringiram a seu período de formação. A globalização e as crises econômicas dos anos 1970 levaram os governos social-democratas a reformularem suas políticas econômicas o que influenciava a execução de políticas sociais. Não obstante, mesmo com as restrições esses governos mantiveram o alcance das políticas sociais e do *welfare state*, o que marca sua diferença com os partidos conservadores.

A globalização foi palco, também, do surgimento do social-liberalismo, doutrina que desponta como uma síntese entre o liberalismo e a social-democracia, defende o liberalismo de mercado, mas assegura que é necessário manter a intervenção do estado nas questões sociais. Uma ideologia que defende a emancipação, igualdade, solidariedade e cidadania, mas enfatiza a responsabilização do indivíduo e prega a redução dos controles burocráticos do Estado nas questões de mercado.

O ponto que queremos destacar é que partidos social-democratas têm algumas características fundamentais entre eles: o compromisso com os trabalhadores e com as políticas de bem estar social. Apesar de todas as mudanças ocorridas em sua trajetória, estes partidos nunca deixaram de promover as políticas de bem estar social. Neste ponto observamos uma diferença fundamental entre esses partidos e o PSDB. O Partido da Social democracia Brasileira, se auto-proclama um partido social-democrata, mas, sem esse compromisso fundamental. Embora tenha nascido no momento em que a social-democracia européia passava por profundas modificações o PSDB não apresenta os requisitos básicos de um partido social-democrata ao estilo europeu.

Como veremos nos próximos capítulos, o partido não tem vínculos sociais, em nenhum momento de sua história esteve vinculado a organizações de trabalhadores, além disso, as ênfases em relação a grupos sociais desaparecem de seus documentos ao longo do tempo. Mais dois pontos fundamentais devem ser destacados, o partido sempre defendeu o liberalismo econômico e as políticas sociais que defende se aproximam mais do modelo de *welfare state* liberal.

Ao longo do texto será possível observar que o posicionamento do PSDB foi influenciado por fatores contextuais, uma vez que seu nascimento ocorreu em um momento em que a social-democracia europeia passava por transformações, contudo, como procuramos demonstrar os governos social-democratas mantiveram os investimentos em bem estar social e buscaram garantir o emprego, mesmo no contexto da globalização, marcando sua diferença com os partidos conservadores e liberais.

## 2 – O CONTEXTO BRASILEIRO DOS ANOS 1980 E O SURGIMENTO DO PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA

O PSDB nasceu no final do século XX, período marcado por profundas mudanças no que tange aos padrões de política econômica e social. O cenário internacional assistia uma importante alteração. Após os anos dourados da Social-Democracia e dos programas de bem estar social, que prevaleceram entre as décadas de 1930 e 1970, os anos 1980 apresentaram uma série de novos desafios e constrangimentos às nações desenvolvidas e em desenvolvimento, especialmente nos governos social-democratas, como discutimos no capítulo anterior.

As crises econômicas que se apresentaram na década de 1970 e mostraram seus efeitos mais fortemente nas décadas de 1980 e 1990 vieram acompanhadas do processo de globalização, cujo discurso pregava, entre outras coisas, que toda economia nacional se tornaria parte da economia global.

Os teóricos da globalização defendiam que nessa nova fase do capitalismo as fronteiras nacionais seriam subsumidas, o capitalismo operaria em nível global, não mais em nível nacional. Com isso, o mercado, as forças produtivas e a divisão internacional do trabalho, ou seja, a reprodução do capital se desenvolveria em escala mundial (IANNI, 1995). Nesse contexto, houve uma tendência a se acreditar, que haveria uma homogeneização das políticas adotadas nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, a fim de se alcançar um patamar de maior desenvolvimento. Acreditava-se, ainda, que haveria uma convergência institucional e de políticas econômicas. De acordo com o argumento dos defensores desta corrente, se tratava de uma estratégia de *catch-up*<sup>14</sup> (CHANG, 2003).

A adoção do discurso de convergência nos anos 1980/1990, veio associada à ideia de que a globalização somada ao receituário liberal tornaria obsoletos os demais arranjos institucionais e econômicos.

Nesse contexto, houve uma mudança no padrão de atuação dos mecanismos internacionais. O FMI – que havia sido criado para financiar desequilíbrios temporários – e o Banco mundial – cuja função era financiar projetos de longo prazo – alteraram de modo significativo seu papel, após o fim dos acordos de Bretton Woods. A função inicial de indutores de desenvolvimento foi alterada para a de “ditadores da ordem”. Os mecanismos

---

<sup>14</sup> De acordo com os defensores da convergência, ao adotar as políticas recomendadas os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos alcançariam os padrões dos países desenvolvidos.

multilaterais assumiram para si a tarefa de ditar as regras que supostamente restabeleceriam o equilíbrio econômico das nações em crise. Não obstante, em vez de auxiliarem estes países, muitas vezes os lançaram mais rapidamente ao impasse.

No lado da política, o contexto era marcado pelo realinhamento de forças, com a ascensão dos partidos conservadores na Inglaterra e nos Estados Unidos e a mudança na agenda da social-democracia europeia, como discutido no capítulo anterior. Nesse período havia uma forte pressão para que os países se empenhassem em controlar as contas internas, pagassem suas dívidas aos credores internacionais e implementassem uma agenda ortodoxa, neoliberal.

Contudo, o discurso hegemônico neoliberal pós-guerra fria, “que garantia aos países da periferia uma nova era de prosperidade a partir das políticas de ‘abrir, privatizar e estabilizar’ - receituário batizado na América Latina como Consenso de Washington, mostrou-se ineficaz” (DUPAS, 2005, p. 44). Os resultados da adoção desse receituário exigiam orçamentos públicos muito apertados, exatamente no momento em que os efeitos sociais perversos da liberalização surgiam com toda força, o que reduzia ainda mais a legitimidade dos governos e das classes políticas.

No Brasil a situação era de mudança: fim do regime militar, novo marco institucional e grave crise econômica, com inflação alta e a dívida externa passando por um delicado processo de negociação. O governo Sarney, final dos anos 1980, foi marcado por um grande descontentamento da população com o governo e com os políticos a ele ligados. Tudo isso aconteceu em um momento de grande expectativa, em 1989 o país escolheria, pela primeira vez, o presidente da República, após 21 anos de ditadura militar.

Neste capítulo buscamos demonstrar o contexto político, econômico e social vividos no Brasil nos anos 1980 a fim de contextualizar, historicamente, a conjuntura em que o PSDB surgiu no cenário político nacional, tópico 3.1. No 3.2, discutimos os precedentes à formação do partido e o contexto em que desponta. Em seguida, no 3.3, falamos sobre suas principais características. Já no tópico 3.4, apresentamos o debate sobre a posição ideológica do partido no momento em que nasce, a luz de seus documentos e da opinião de especialistas quanto a seu posicionamento. E, finalmente, no 3.5, falamos da atuação do partido no governo e sua mudança da centro-esquerda para a centro-direita. Na última parte traçamos breves conclusões sobre o capítulo

## 2.1 – Contexto econômico e político do Brasil nos anos 1980

A abertura política brasileira foi marcada por duas fases: a primeira vai de 1974 à 1979, governo do general Ernesto Geisel, e a segunda fase tem início em 1979, quando assume a presidência o general Figueiredo, e termina em 1985 quando Sarney assume a Presidência da República, empossado em decorrência da doença e morte de Tancredo Neves, que havia sido eleito no Colégio Eleitoral, como o primeiro presidente civil do Brasil.

O processo também foi marcado por dois momentos, no que tange à questão econômica: o primeiro momento ocorreu durante o governo Geisel quando se optou pelo “crescimento com endividamento externo”. No segundo momento, a partir do governo Figueiredo, o país vivenciou um período de grave crise econômica. A inflação alcançava a casa dos três dígitos (GIAMBIAGI *et al*, 2004) e os organismos multilaterais já não se mostravam dispostos a discutir a dívida externa com os militares.

A primeira fase da abertura política foi iniciada com o General Ernesto Geisel com o projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, esse programa também era encabeçada pelo general Golbery do Couto e Silva.

O Brasil vivenciou o processo de abertura mais longo dentre aqueles inscritos na *terceira onda de redemocratizações*<sup>15</sup>. Entre o anúncio do início da abertura à posse do primeiro presidente civil decorreram 21 anos. Durante o governo Geisel várias medidas foram tomadas no sentido de transformar o Brasil num estado de direito. Contudo, o governo não receou em retroceder quando sentia que estava perdendo o controle da situação. Os militares estiveram o tempo todo à frente do processo, o qual foi marcada por avanços e retrocessos como podemos observar no quadro a seguir.

---

<sup>15</sup> Samuel Huntington denominou *Terceira onda de redemocratização* os processos de abertura política que se iniciaram nos anos 1970 (Huntington, 1991).

### Quadro 2.1

Brasil: principais medidas tomadas no processo de abertura (1974-1982)

Ano	Medida
1974	O governo dá sinais de que entraria em prática a “distensão”. Revalorização do processo eleitoral. A oposição vence disputa para o Senado e amplia sua representação na Câmara, sem obter maioria.
1976	Com vistas à eleição municipal de 15 de novembro, o governo impõe drásticas restrições à propaganda eleitoral, através da chamada Lei Falcão (Lei nº 6.339, de 01/07/1976).
1977	O governo decreta o recesso parlamentar e edita o “Pacote Abril”: redução do quorum de 2/3 para a maioria absoluta, para aprovação de futuras emendas constitucionais; extensão da Lei Falcão ao pleito legislativo de 1978; alteração da composição do Colégio Eleitoral responsável pela eleição do Presidente da República após as eleições gerais de 1978; prorrogação da regra de eleição indireta dos governadores dos estados; eleição indireta de 1/3 dos senadores em 1978 (os chamados “biônicos”).
1978	Revogação dos atos institucionais, inclusive do AI 5, por meio da Emenda Constitucional nº 11, de 13/10. Eleição de 1978. Com 35% dos votos, contra 46% do MDB, a ARENA fica com 63% das cadeiras no Senado, devido aos biônicos e às diferenças populacionais entre os estados.
1979	Reforma Partidária: extinção do bipartidarismo e fixação de condições legais para a criação dos novos partidos, com requisitos severos de organização no nível local e proibição de coligações entre partidos que viessem a ser criados.
1980	Adiamento da eleição municipal, com prorrogação dos mandatos até 1982. Restabelecimento das eleições diretas para os governos estaduais a partir de 1982. Extinção da figura do “Senador Biônico” (indireto) a partir de 1986.
1982	Lei nº 7.015, de 16 de julho, impõe a vinculação do voto entre todos os níveis para as eleições de novembro, ou seja, a nulidade de votos dados a candidatos de partidos diferentes, tornando inviáveis as coligações entre partidos da oposição. Emenda Constitucional nº 22, de 29/06, restabelece o quorum de 2/3 para a aprovação de emendas constitucionais. Esta mudança tinha o evidente propósito de conservar o poder de veto do partido governista contra uma eventual maioria oposicionista na Câmara a partir de 1982. Eleições de 1982: somados, os 4 partidos de oposição (PMDB, PT, PDT e PTB) obtêm 244 cadeiras na Câmara, contra 235 do PDS. O PMDB elege 9 governadores (inclusive em MG e SP) e o PDT elege o governador do RJ. Contudo, o PDS mantém-se majoritário no Colégio Eleitoral, com uma vantagem de 38 votos sobre os partidos de oposição em conjunto.

Quadro organizado a partir de Lamounier (1986) 132-134.

A opção do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) foi de crescimento econômico com endividamento externo (como dito anteriormente), mesmo com os riscos que essa opção oferecia para a economia nacional. “Dei ênfase ao desenvolvimento porque acho que um país do tamanho do Brasil, com a população que tem, com sua pobreza, a sua debilidade, tem que se desenvolver” (D’ARAUJO e CASTRO, 1997, p. 287).

Com o crédito externo o governo Geisel criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), cujo objetivo era realizar um ajuste estrutural na economia a partir do estímulo à produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Esse plano apresentou resultados positivos no primeiro momento, todavia não atingiu os objetivos

propostos e os efeitos negativos surgiram nos governos Figueiredo e Sarney, quando estouraram os problemas da dívida externa e da inflação.

A crise econômica ocasionada pelos dois choques do petróleo (1973 e 1979) deixou claro que havia sinais de esgotamento do modelo econômico baseado no incentivo às exportações e no endividamento externo, colocando em xeque o modelo de gestão da ditadura militar.

No contexto das mudanças econômicas internacionais, a ditadura mostrava-se incapaz de manter o processo de crescimento ao final da década de 70. Além disso, o regime já mostrava sua insustentabilidade interna com dissidências entre facções das forças armadas<sup>16</sup> e a falta de apoio popular, fatores que colaboraram para acelerar o processo de abertura. Os movimentos sociais promoveram, nessa época, uma série de manifestações pela anistia, pela distensão do regime e pela volta das eleições diretas. Outro fator, que demonstrava a insatisfação da população com o sistema, foram os resultados eleitorais: a partir da eleição de 1974, o partido de oposição (MDB) começou a ganhar mais representatividade por meio do voto direto.

Frente à ascensão da oposição, o governo militar decretou a Lei Falcão, em 1976, e o Pacote Abril em 1977 (quadro 2.1). Ainda como tentativa de frear o avanço da oposição, em 1979 foi promulgada a Lei Orgânica dos Partidos, a qual extinguiu o bipartidarismo, instituindo o pluripartidarismo. O objetivo principal dessa Lei era enfraquecer a oposição nas eleições que ocorreriam em 1980 (DINIZ, 1985). Nessa reforma o governo estabeleceu severas exigências quanto à votação mínima para alcançar a representação na Câmara Federal e quanto à formação dos partidos<sup>17</sup>. É importante notar que, mesmo com a instituição do pluripartidarismo, foram mantidas as restrições jurídicas sobre a legalização de partidos comunistas. Segundo Lamounier e Meneguello (1986, p. 74) “... a reforma partidária de dezembro desse ano (1979) pode ser vista como um novo capítulo na estratégia de liberalização dos ministros Golbery do Couto e Silva (do Gabinete Civil) e Petrônio Portella (da Justiça)”.

Com a reinstituição do pluripartidarismo em 1979, os partidos que se organizaram eram facções da ARENA e do MDB, eram herdeiros dos partidos que atuaram no período pré-1964, ou representavam um novo fenômeno, como no caso do PT.

---

<sup>16</sup> De fato essas dissidências sempre estiveram presentes. As facções podem ser classificadas, basicamente em castelistas (ou linha branda) e linha dura. Contudo a partir dos anos 1970 as tensões entre esses dois grupos se agravaram.

<sup>17</sup> Os partidos só seriam autorizados a funcionar após estarem implantados nos Estados e Municípios.



Com a aprovação da reforma, seis partidos se formaram - Partido Democrático Social - PDS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Partido Popular - PP, Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Democrático Trabalhista - PDT<sup>18</sup>.

Em 1984, a sociedade civil, contrária ao regime, saiu às ruas das principais capitais do Brasil. No Rio de Janeiro, cerca de um milhão de pessoas exigiam *Diretas Já!* A proposta do Movimento significava um rompimento com o processo “lento gradual e seguro”, com a abertura limitada e pactuada (SILVA, 2003, p. 273). A união dos movimentos da sociedade civil com os partidos e facções da oposição (aí incluídos os ilegais como o PCB) aprofundaram a “crise no padrão de hegemonia política” (SALLUM Jr, 2003, p. 37).

Apesar do alto índice de organização e mobilização social verificado na campanha das *Diretas*, prevaleceu a vontade dos militares, o governo derrotou no Congresso a proposta de reforma constitucional que previa a volta das eleições diretas para presidente. O governo conseguiu manter a sociedade civil fora do processo de eleição do novo Presidente da República, porém boa parte de sua base partidária apoiou a eleição de um governo civil liderado pela oposição (SALLUM Jr, 2003).

Em janeiro de 1985, foi realizada a eleição presidencial através de votação no colégio eleitoral. A eleição constituiu-se em uma negociação ou, de acordo com Sallum Jr. (2003, p. 38), “em um pacto político com os dissidentes do regime autoritário”. Concorreram à presidência Tancredo Neves e Paulo Maluf. Tancredo Neves era considerado um bom negociador político (SILVA, 2003) e representava a Aliança Democrática (coalizão ou frente de vários partidos), favorável às propostas de desenvolvimentismo, e apoiada pelo empresariado industrial (SALLUM Jr, 2003). O outro candidato, Paulo Maluf, de direita, apresentou um projeto de cunho neoliberal, apoiado pelas associações comerciais e pelo setor agrícola de exportação (*idem*).

---

<sup>18</sup> O PDS era o sucessor direto da ARENA, de base governista. O PMDB foi o sucessor do MDB. O partido só acrescentou o P na sigla por uma exigência da nova legislação partidária de 1979. O PP foi uma tentativa de aglutinar o centro liberal; contava com a participação de empresários e se definia como oposição ao regime, contudo seu objetivo era ter o papel de interlocutor confiável, com vistas a um futuro governo de transição. Dois grupos disputaram a sigla do antigo PTB. Um liderado por Ivete Vargas e outro por Leonel Brizola. Uma vez que o controle da sigla foi para Ivete Vargas, Leonel Brizola criou o PDT. O PT foi organizado por membros do chamado novo sindicalismo. O partido apresentou-se como uma ruptura em relação aos padrões da estrutura partidária brasileira, buscou manter ligação com as organizações de base e o meio operário, enfatizando as lutas sociais e entre os partidos que se formavam era o único com bases sociais. De acordo com Kinzo (1993, p. 32): “o Partido dos Trabalhadores é o exemplo mais bem acabado do que Duverger definiu como partido de massa criado externamente, i. é, fora do Parlamento”.

Tancredo Neves derrotou Maluf no colégio eleitoral por 480 votos a favor: 180 votos contra, 17 abstenções e nove ausências. Com Tancredo vencida o projeto desenvolvimentista que sinalizava para o tipo de política a ser adotada na Nova República. De acordo com Sallum Jr. (2003, p. 38):

A esmagadora vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral mostrou bem quais eram as aspirações políticas dominantes da elite brasileira e, implicitamente qual o projeto político que prevaleceria no período presidencial seguinte: construir uma Nova República, uma democracia plena, que não impusesse restrições aos movimentos e às organizações populares, que tivesse como orientação econômica um nacional-desenvolvimentismo renovado e que combinasse crescimento econômico e redistribuição de renda.

O presidente eleito, Tancredo Neves, faleceu antes de tomar posse. Este foi o primeiro desafio para a recém-nascida democracia brasileira. Todavia, o desafio foi superado com sucesso, uma vez que o processo sucessório teve continuidade dentro do que estabelecia a lei. Na vacância do cargo de presidente, tomou posse o Vice-presidente da República José Sarney.<sup>19</sup>

Começava, assim, em 1985, o primeiro governo civil brasileiro, após os 21 anos de regime militar. A euforia democrática ocorreu em um momento em que o país enfrentava uma série de desafios: econômicos, institucionais e sociais.

### 2.1.1- Problemas econômicos da Nova Republica

No que concerne à questão econômica, os problemas eram de duas ordens : dívida externa e inflação. Devido ao não-cumprimento das metas estabelecidas, junto ao Fundo Monetário Internacional, com relação à dívida externa durante o governo militar<sup>20</sup>, o novo governo herdou uma situação muito delicada. Logo que o governo civil tomou posse, o FMI iniciou um novo processo de negociações e impôs algumas medidas necessárias à estabilização: a principal delas foi a exigência de ajuste fiscal das contas do governo. O governo brasileiro tomou algumas providências dentro do receituário do FMI, visando cumprir os compromissos que havia assumido com o Fundo no seu programa de ajuste

---

<sup>19</sup> Nesse caso prevaleceu o que instituiu a Constituição de 1967, Capítulo VII Seção I – artigo 79 : “Substitui o presidente, no caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o vice-presidente”.

<sup>20</sup> O longo processo de negociações foi marcado pelo não cumprimento das metas estabelecidas pelo FMI e “assumidas” pelo governo brasileiro. Durante as negociações no governo Figueiredo foram enviadas ao mecanismo internacional 7 cartas de intenção que não foram cumpridas, o que provocou descrédito e levou o mecanismo a não querer mais negociar com os militares.

econômico, entre estas estavam a maxidesvalorização do cruzeiro, o estímulo às exportações e o controle do déficit público.

Todavia, as medidas adotadas não foram suficientes para que o problema fosse solucionado. Os saldos da balança comercial brasileira permaneceram negativos entre outubro de 1986 e janeiro de 1987. “Em 1986 o Brasil tinha o maior déficit em conta corrente e as maiores transferências líquidas, assim como o crescimento mais rápido entre os devedores” (SOLOMON, 2001, p. 79). “O Brasil não estava conseguindo manter em dia os pagamentos dos juros e do principal de sua dívida junto a credores internacionais” (FISCHLOW, 2011, p. 54). Em fevereiro de 1987, o governo brasileiro enfrentava uma situação de grande dificuldade para tentar saldar os compromissos assumidos com os bancos e com os organismos internacionais.

Em 1987, sem indícios de recuperação econômica, o governo optou por suspender o pagamento da dívida externa aos bancos privados<sup>21</sup>, (BATISTA Jr., 2002). Após a moratória, a pressão dos bancos veio de imediato, o ministro da fazenda Dilson Funaro, foi exonerado e o processo de negociação retomado.

Na segunda metade da década de 1980, a política econômica concentrou-se, principalmente, no combate à inflação, que havia dado um grande salto em 1983, impulsionado pela maxidesvalorização de 30% que o cruzeiro sofreu em fevereiro desse ano. Nesse momento, a inflação alcançou o patamar de 200% ao ano (GIAMBIAGI *et al*, 2004).

Os graves problemas da espiral inflacionária e do déficit público levaram o governo a experimentar três planos de estabilização, que após um breve período de sucesso sucumbiram: o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989).

O Plano Cruzado foi elaborado por uma equipe de economistas sob a direção do Ministro da Fazenda Dilson Funaro. O plano não tinha o objetivo de ser o condutor da reforma do sistema bancário e financeiro, ou a solução para o problema da dívida (TAVARES e ASSIS, 1986), ele visava por fim à inflação com um golpe violento, um congelamento geral dos preços, uma “desindexação súbita de contratos e uma intervenção direta no mecanismo de formação de preços e salários” (LAMOUNIER, 1994, p. 239). Não obstante, os resultados positivos, observados nos primeiros meses, produziram um aumento no consumo o que ocasionou a desestabilização do plano. Em julho, de 1986, o governo anunciou o “Cruzadinho” a primeira alteração do plano. O ajuste consistia em um pacote fiscal que visava desacelerar o consumo (MODIANO, 1992).

---

<sup>21</sup> A suspensão do pagamento da dívida tinha dois objetivos explícitos: o primeiro era estancar as perdas de reservas e permitir sua recuperação gradual. O segundo era pressionar os credores a aceitarem uma mudança nos termos da negociação.

O Plano Cruzado foi profundamente condicionado pelas eleições de 1986, o governo tentou manter a estabilidade do plano a fim de assegurar a vitória dos partidos de sua base de apoio nas eleições de 15 de novembro<sup>22</sup>. Logo após o sucesso eleitoral do PMDB foi lançado o Cruzado II.

O Cruzado II consistia em um pacote fiscal que visava aumentar a arrecadação do governo em 4% do PIB, por meio do ajuste de preços e do aumento do imposto indireto. De imediato, as medidas adotadas no Cruzado II provocaram um forte choque inflacionário, o qual contribuiu para seu insucesso. Mesmo com os ajustes o plano fracassou em seus principais objetivos: controle do déficit público e da inflação.

Em janeiro de 1987, outro plano econômico entrou em vigor: o Plano Bresser, o qual enfatizou o ajuste fiscal a partir do diagnóstico de déficit de 4,7% do PIB. Contudo, o plano foi ineficaz em sua principal meta: controlar o déficit público, e também fracassou (BAER, 1996).

A última tentativa de estabilizar a economia no governo Sarney foi o Plano Verão.

O Plano Verão foi um conjunto de procedimentos de política monetária destinado a permitir à economia funcionar em moeda combatida e em regime de moratória internacional, com apoio precário de controle de preços, e transitar dentro da normalidade que era possível até as eleições de 1989 (LAMOUNIER, 1994, p. 240).

Assim, como planos econômicos anteriores, o Plano Verão fracassou. De acordo com Lamounier (1994, p. 239) a frustração advinda do fracasso de cada um desses planos impulsionou o brasileiro a um “... aprendizado doloroso em termos de política de estabilização”.

Paralelamente aos embates econômicos, o novo governo democrático precisava adaptar o aparato institucional do regime autoritário ao processo de democratização, o que constituía mais um desafio à democracia. Esse hibridismo, essa convivência do novo com o velho, pode ser verificado no processo da Constituinte (1987-1988) e na Constituição de 1988.

---

<sup>22</sup> Desde julho, o Plano já mostrava sinais de fragilidade, contudo, a opção foi por fazer um pequeno ajuste, o Cruzadinho, e deixar o choque propriamente dito para o período pós-eleitoral, para que os ajustes no Plano não afetassem o desempenho dos partidos aliados na eleição. Essa manobra do governo foi considerada um estelionato eleitoral (CARREIRÃO, 2002).

### 2.1.2- O novo marco Institucional

Em 1985, após a eleição e posse do novo presidente, os principais pontos da agenda da transição eram: regulamentar a eleição direta para presidente e a atribuição de poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em novembro de 1986. O primeiro ponto obteve consenso e foi aprovado pelo Congresso em maio de 1985. O segundo foi controverso quanto à forma de convocação da Constituinte. Estavam em debate duas opções: dar ao Congresso poderes constituintes ou eleger uma Assembléia Constituinte que se encerrasse após o término dos trabalhos (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986).

Logo que tomou posse, no primeiro semestre de 1985, o novo governo civil iniciou uma série de reformas legais a fim de eliminar o “entulho autoritário”. Foram instituídas importantes medidas democratizantes, dentre as quais destacamos:

- a) eleições diretas, em dois turnos, para a presidência da república; b) eleições diretas nas capitais dos Estados, áreas de segurança e principais estâncias hidrominerais; c) representação política para o Distrito Federal na Câmara dos Deputados e no Senado; d) direito de voto aos analfabetos; e) liberdade de organização partidária, mesmo para os comunistas (SALLUM Jr., 2003, p. 53).

Um dos compromissos assumidos por Tancredo Neves na campanha e honrado por Sarney foi a convocação da Assembléia Constituinte. A Constituinte era um importante passo na consolidação do regime democrático e no desmonte do aparato autoritário. “Convocar uma Assembléia Constituinte foi, na verdade, um componente essencial do acordo que possibilitou a volta a um regime civil democrático após mais de vinte anos de governos militares” (LAMOUNIER, 1990, p. 82).

Em setembro de 1985 o presidente José Sarney criou uma comissão de cidadãos “eminentes” (Comissão Especial de Estudos Constituintes) sob a presidência do jurista Afonso Arinos, cujo objetivo era elaborar o anteprojeto da constituição. Todavia, o texto final dessa comissão, que deveria servir de base ao processo constitucional de 1987-88, foi descartado (LAMOUNIER, 1990).

A formalização do processo convocatório para a Assembléia Constituinte se deu em fevereiro de 1986. A convocação do Congresso Constituinte ocorreu pautada na Emenda Constitucional nº 26, de 26 de novembro de 1985 (LIMA Jr., 1993). A idéia inicial era formar

uma Assembléia unicameral, reunião entre Câmara e Senado, a qual decidiria por maioria simples, formada pelos deputados e senadores eleitos em 1986. No entanto, ao iniciarem os trabalhos em fevereiro de 1987, devido aos tensos debates:

Predominou uma organização fortemente descentralizada: subcomissões e comissões temáticas fariam os estudos iniciais ouvindo a sociedade e votando relatórios preliminares; encerrada essa fase, uma comissão de Sistematização de 97 membros (cuja presidência coube ao jurista Afonso Arinos) encarregar-se-ia de preparar o projeto final a ser votado pelo plenário (LAMOUNIER, 1990, p. 82).

Por ser elaborada em um momento de transição, a Nova Constituição acabou refletindo parte do jogo de interesses que se manifestava no período, entre o novo e o velho. A carta apresenta características do novo: incorporação de várias prerrogativas democráticas como a ampliação do poder de ação do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, assim como a abertura de canais de participação popular – referendo, plebiscito, iniciativa popular, extensão do voto a analfabetos e aos cidadãos a partir dos 16 anos<sup>23</sup> (Brasil, 2002: 20 – Capítulo IV, art. 14). Não obstante, também é possível encontrar a presença da antiga articulação Estado-mercado:

A Constituição de 1988 assegurou a permanência à velha articulação entre o Estado e o mercado no momento mesmo em que o processo de transnacionalização da ideologia liberal estava para ganhar uma dimensão mundial em função do colapso do socialismo de Estado (SALLUM, 2003, p. 39).

De acordo com Sallum Jr. (2003) o setor nacional-desenvolvimentista obteve vantagem na elaboração do texto. A Constituição de 1988 restringiu a ação do capital estrangeiro no país e ampliou o controle do Estado sobre o mercado, o que ofereceu dificuldades para a implementação dos processos de liberalização e privatização. Para que tais processos fossem efetivados foram necessárias várias emendas constitucionais (durante a década de 90).

No processo constituinte (1987-1988) os diversos segmentos da sociedade, inclusive as classes populares<sup>24</sup>, defenderam suas posições a fim de transformá-las em garantias legais buscando incorporá-las na Carta Magna. Sallum Jr.(1995, p.169) considera que, por ocorrer em um momento de transição, e por não haver uma força política capaz de liderar o novo

---

<sup>23</sup> Os direitos e garantias políticas estão no Capítulo IV – Dos Direitos Políticos, art.14.

<sup>24</sup> Devido as alterações legais que visavam desmontar o aparato autoritário, os vários segmentos da sociedade puderam manifestar suas demandas com liberdade de ação e organização (SALLUM Jr, 1995).

pacto político, “o horizonte dos atores se tornava estreito”. Eles viam seus interesses com olhos no passado, um passado autoritário e marcado pela capacidade do Estado regular e dirigir a sociedade.

É possível observar, por exemplo, na Nova Constituição, a preocupação com o direito à informação e com os direitos humanos. Tal preocupação teve origem na má experiência vivida durante os anos do regime militar, o uso indiscriminado da censura, do grampeamento e a reunião de informações no Sistema Nacional de Informação (SNI), operado por militares, como também os crimes de tortura praticados durante o regime. Tais temas foram trazidos para o centro do debate constitucional (LAMOUNIER, 1990).

Lamounier (1990) considera que a Nova Constituição não deve ser vista apenas como uma resposta às “demandas e pressões imediatas e de curto prazo, mas como um esforço coletivo para passar a limpo o país, desafiando atitudes extremamente arraigadas de hostilidade ou de ceticismo com relação ao regime democrático”. Ele considera que fazer a Constituição representou uma oportunidade de explicar algumas premissas e princípios que até então eram obscuros (LAMOUNIER, 1990, p. 101).

Devido às grandes divergências durante o processo constituinte, vários pontos ficaram para ser resolvidos por meio de Leis Complementares e outros na reforma constitucional prevista para 1993.

### 2.1.3- A questão social

A questão social era mais um dos grandes desafios enfrentados pelo governo civil. Um dos bordões mais conhecidos durante o regime militar que “era preciso deixar o bolo crescer para depois dividir”, nunca se concretizou, de fato, o bolo nunca foi dividido. O que se observou durante os anos do regime foi o agravamento dos problemas sociais no país. Os anos 1980 foram marcados pelos altos índices de desemprego, pobreza e indignidade, ou seja, havia uma grande demanda por serviços sociais para que essa população que, até então, esteve à margem da sociedade pudesse ser inserida como cidadãos plenos na nova democracia.

Fishlow (2011) destaca três, dos principais problemas sociais brasileiros:

Três problemas perenes precisavam ser enfrentados de imediato: um sistema educacional inadequado às necessidades de uma sociedade moderna; um sistema de saúde organizado para

atender aos requisitos dos privilegiados, excluindo a maioria da população; e benefícios de previdência social que privilegiavam os funcionários públicos aposentados em detrimento da vasta maioria de idosos pobres. Essas características eram refletidas pela distribuição desigual de renda e patrimônio que existia no Brasil (FISCHLOW, 2011, p. 87).

No que se refere à educação, a relação entre criança/ vaga em escola pública era deficitária, nos anos 1980. O crescimento da população não foi acompanhado pelo aumento da oferta de vagas, o que prejudicava, principalmente, pessoas oriundas das classes mais baixas. A situação começou a se modificar a partir de 1985, quando houve uma expansão no número de matrículas no ensino primário. Mas foi com a constituição, que se garantiu o aumento na verba para educação, que se observa melhora nos índices de educação primária e, a partir dos anos 1990, nas matrículas no nível secundário.

O aumento no número de vagas, não era a única medida que garantiria a solução do problema da educação, havia outros problemas que persistiam (e persistem ainda hoje), tais como: o alto índice de evasão escolar, o analfabetismo de jovens e adultos, a falta de infraestrutura nas escolas e a falta de incentivos aos profissionais da educação. Nos anos 1990 foram implementadas algumas reformas que visavam mudar esse quadro<sup>25</sup>.

Outro problema social e histórico é a saúde. As mudanças no sistema de saúde pública precedem a nova república. A primeira reforma data de 1984, quando surgiram as Ações Integradas de Saúde (AIS). A partir da instituição das AIS's o Ministério da Saúde começou a evoluir “de seu foco em medidas preventivas, e dos dispêndios limitados a eles associados, para um papel central de supervisão do atendimento direto a toda a população” (FISHLOW, 2011, p. 97). Até a Constituição de 1988, a responsabilidade era do Ministério da Previdência Social, por meio do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), que oferecia assistência à saúde, apenas, para os trabalhadores que contribuía para o sistema de aposentadorias.

A questão da saúde pública começou a ser mais discutida a partir da redemocratização. Ainda em 1985 ocorreu a 8ª Conferência da Saúde. Outro avanço aconteceu em 1987 com o estabelecimento do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (decreto 94.657). Nesse sistema os recursos eram transferidos aos estados e municípios que se comprometessem em estabelecer os conselhos municipais de saúde. Mas foi com a Constituição que surgiu o Sistema Único de Saúde (SUS) (artigos 196 a 200). Fishlow (2011, p. 98) destaca três características do sistema.

---

<sup>25</sup> Algumas das reformas foram: a implantação do sistema de ciclos, a descentralização administrativa, formação continuada, ênfase na avaliação sistêmica, entre outras. RICCI, 2003.



O SUS destacava três características. A primeira era concentrar as responsabilidades em todos os níveis de governo, o que implicava uma maior importância para o Ministério da Saúde. A segunda era a incorporação do princípio da descentralização em sua estrutura administrativa. A última era o requisito do financiamento vindo de cada unidade de governo, federal, estadual e municipal. Tudo isso emergiu das discussões que remontavam o início dos anos 1980.

A questão das aposentadorias foi outro importante tema social, que suscitou debate intenso nos anos 1980. A abrangência do benefício e o tempo de contribuição estavam entre as questões discutidas. Finalmente, a Constituição de 1988 ampliou a cobertura, tornando-a universal e estabeleceu os regimes abrangentes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), responsável pela cobertura dos trabalhadores privados; e, o Regime Jurídico Único (RJU), que cobria os funcionários públicos<sup>26</sup>.

A Constituição estendeu, ainda, direitos sociais - FGTS, salário mínimo, aposentadoria, seguro desemprego - aos trabalhadores rurais<sup>27</sup> (Brasil, 2002: 16 – Capítulo II, arts. 6º a 11). As garantias sociais manifestas na constituição contemplavam uma antiga demanda da sociedade brasileira. A carta assumiu compromisso com a educação, a saúde e a assistência social.

Como é possível observar, durante os anos 1980 o país enfrenta uma série de desafios econômicos, sociais e de consolidação institucional. Concomitante a esse processo, os partidos políticos, criados no final da década de 1970 e 1980, buscavam se institucionalizar. Esses atores buscavam se adaptar à dinâmica democrática, firmar-se no cenário político nacional e conquistar a preferência dos eleitores.

Os anos 1980 foram marcados por muitas mudanças e desafios, tanto no que tange à conjuntura internacional, quanto no que concerne ao contexto nacional. Nos próximos tópicos apresentamos os precedentes à formação do Partido da Social-democracia Brasileira, objeto de estudo dessa tese, e analisamos sua trajetória.

## **2.2- A ruptura no PMDB e os Precedentes à formação do PSDB:**

Observando a dinâmica de formação dos partidos brasileiros, é possível perceber que aqui a organização partidária ocorreu de maneira bem diferente da apresentada por Duverger (1980), especificamente quando se refere aos partidos de massa, partidos marcados pela democracia

---

<sup>26</sup> Pela primeira vez tentou-se unificar os regimes dos funcionários públicos.

<sup>27</sup> Os direitos sociais estão no Capítulo II – Dos Direitos Sociais, arts. do 6º ao 11.

interna, pelo rígido comprometimento ideológico, o que produz uma socialização política e a identificação do partido com as massas. No Brasil, é mais fácil observar a organização de partidos formados a partir de base parlamentar, com pouco ou nenhum vínculo social e com uma estrutura interna pouco ideológica, os chamados partidos de quadros.

Analisando nossos partidos à luz da literatura contemporânea, constatamos que os partidos brasileiros se enquadram, ainda de forma mais precisa, nas definições de partidos *catch all*, cujas principais metas são: maximizar o suporte eleitoral, por meio da integração de interesses gerais, e ganhar votos, por meio do apelo a questões amplas e gerais.

O processo de redemocratização, apresentado anteriormente, ofereceu um cenário político-institucional favorável ao surgimento de novas legendas, e ao desenvolvimento de novos partidos, de modo particular por dois motivos: por um lado, a reintrodução do pluripartidarismo tornou possível a formação de novas agremiações partidárias; por outro lado, a volta de eleições gerais para cargos majoritários, acirrou a disputa por cargos nas diferentes instâncias legislativas e executivas, o que, de certa forma, incentivou a formação desses partidos.

O PMDB foi o sucessor direto do MDB, partido de oposição durante o regime militar, que, como o único partido oposicionista, caracterizava-se como um agrupamento de diversas tendências e expressões ideológicas as quais não apoiavam o regime. O grande objetivo do partido era se opor à ditadura e promover a redemocratização. Essa meta conseguiu unificar seus quadros, ou seja, apesar das divergências internas existentes e dos distintos enfoques ideológicos (que incluía desde políticos moderados aos mais de esquerda) estavam todos voltados para um mesmo objetivo.

Com a mudança da legislação partidária e a instituição do pluripartidarismo (Lei orgânica dos partidos de 1979), facções razoavelmente coesas saíram dos quadros do MDB para formarem novos partidos, como discutido anteriormente.

Mesmo depois da reforma, o PMDB continuou abrigando diferentes tendências e, em alguns momentos, as tensões oriundas das divergências internas do partido se destacavam. Apesar da saída de muitos emedebistas, com a reforma de 1979, o partido continuou aglutinando políticos com diversos perfis ideológicos (sendo, por vezes, mais heterogêneo que homogêneo) e sob o governo civil a busca de um objetivo comum foi se diluindo, agravada com o caráter *Office seeking* apresentado pelo partido durante o governo Sarney.

Lamounier (1989) considera que o jogo eleitoral estabelecido no período da redemocratização, pós-reforma de 1979, foi o resultado de uma negociação implícita entre a oposição e os dirigentes do regime militar. O autor argumenta, ainda, que o caráter eleitoral

da transição democrática transformou o enfrentamento competitivo em um mecanismo de ajustamento das forças políticas que existiam naquela época, tudo isso dentro de um marco constitucional em construção.

Rachel Meneguelo (1998) considera que as disputas eleitorais posteriores a 1982, proporcionaram um fortalecimento institucional significativo aos partidos políticos. Não obstante, esse fenômeno ganha mais relevância a partir do pleito de 1985, principalmente, por tornar possível o acesso a certos recursos políticos, oriundos da ocupação de cargos e por maior influência na elaboração de políticas públicas.

Foi nesse contexto de institucionalização e construção do sistema partidário brasileiro que surgiu o PSDB, em 1988. Para entender a formação do PSDB é necessário termos em mente esse caráter heterogêneo do PMDB e o contexto político, econômico e social, anteriormente discutidos. O PSDB tem sua origem durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (doravante ANC), em 1987, quando dissidentes do PMDB unem-se a dissidentes de outros partidos e formam o Partido da Social Democracia Brasileira, oficializado em 24 de junho de 1988.

Algumas questões conjunturais e políticas foram decisivas para a formação do PSDB. De acordo com os estudiosos que analisam seu surgimento (Roma, Melhem, Marques e Fleicher, entre outros) os principais fatores que teriam motivado sua criação seriam as divergências no interior do PMDB, as quais foram acirradas durante os trabalhos na ANC (1987-1988). Esses pesquisadores argumentam que é possível elencar três fatores que teriam gerado polêmicas dentro do PMDB e fortaleceram a opção por criar um novo partido. O primeiro relacionado à disputa de forças entre facções do partido (especialmente a luta regional em São Paulo) e os demais relacionadas ao fisiologismo do governo Sarney e às votações controversas na ANC, (com relação ao sistema de governo - presidencialismo versus parlamentarismo - e a duração do mandato do presidente José Sarney - quatro ou cinco anos) (KINZO, 1993).

Quanto à disputa de forças, Melhem (1998) considera que a ausência ou limitação de espaço político, para determinados atores, tanto no PMDB como em outros partidos, foi um fator determinante para o fortalecimento da facção que veio a formar o PSDB. Algumas tendências se destacaram na disputa por posições de poder dentro do PMDB<sup>28</sup>, porém, se

---

<sup>28</sup> O PMDB era formado por quatro grupos: os autênticos, políticos de várias tendências ideológicas que desde o final dos anos de 1960 atuavam em defesa do retorno do Estado de Direito; os históricos, membros atuantes no partido desde a fundação e ligados aos setores progressistas; o MUP (Movimento da União Progressista), que se autodefinia como à esquerda do partido, e o "Centrão", bloco suprapartidário, com forte atuação na Assembléia Constituinte, afinado com os interesses defendidos pelo governo na gestão de José Sarney.

salientavam as divergências no grupo paulista, entre a facção articulada por Orestes Quércia e o Movimento da União Progressista - MUP, um bloco suprapartidário, que contava com a presença do grupo considerado a ala mais a esquerda do PMDB, que totalizava aproximadamente 20 parlamentares<sup>29</sup>. Os primeiros pontos defendidos por esse bloco eram a aprovação de um mandato de quatro anos para José Sarney, com eleição presidencial em novembro de 1988 (Folha de São Paulo, 23 de julho de 1987), e, posteriormente, a articulação para formar “um novo partido de expressão nacional” (ASSUMPCÃO 2008, p.77).

Com a ascensão do grupo Quercista à coordenação do PMDB, influentes políticos peemedebistas ficaram sem espaço. O fato de ter sua participação limitada despertou o descontentamento desse grupo de políticos, os quais empreenderam uma articulação, inicialmente formando o MUP e, mais tarde, agregando dissidentes de outros partidos a fim de formar um novo partido político, o PSDB.

Quércia era um influente político do PMDB, e embora tenha sido vice-governador de São Paulo na chapa de Franco Montoro, fazia forte oposição ao governador e aos políticos peemedebistas ligados a ele. Seu objetivo era impedir o fortalecimento desses políticos dentro do partido, contudo, sua meta foi frustrada com a nomeação de Mário Covas, então deputado federal, para prefeito de São Paulo, em 1983, e de Fernando Henrique Cardoso, senador, à presidência do diretório estadual do partido, no mesmo ano.

Na eleição municipal de 1985, o ex-presidente Jânio Quadros (PTB) venceu Fernando Henrique Cardoso, fato que fortaleceu o controle de Quércia sobre o PMDB, dando origem ao fenômeno denominado “Quercismo”. O forte apoio ao político garantiu sua indicação como candidato ao governo de São Paulo mesmo diante de importantes dissidências internas.

O início do processo eleitoral paulista, em 1986, foi marcado pela polarização entre Paulo Maluf (PDS) e Antônio Ermírio de Moraes (PTB) e contava, ainda, com a candidatura de Eduardo Suplicy (PT) e de Orestes Quércia (PMDB).

Durante campanha eleitoral de 1986, ocorreram fortes disputas entre as alas do partido, porém o resultado foi diferente do que ocorreu nas eleições de 1978 e 1980, quando a ala esquerdista havia saído vitoriosa.

São Paulo foi o palco das divergências mais acirradas, “até o mais distraído leitor de jornais ficou sabendo do mal-estar causado por notórios peemedebistas que, desafiando o candidato oficial do partido, Orestes Quércia, resolveram apoiar Antônio Ermírio de Moraes

---

<sup>29</sup> Entre os membros do MUP estavam importantes figuras políticas, entre as quais se destacavam alguns paulistas - o ex-governador Franco Montoro, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, do deputado federal José Serra - e paranaenses - José Richa e José Scalco.

do PTB” (COELHO, 2001, p.127). Em visita a Dracena (Interior de SP) Ulysses Guimarães teve um panorama da situação da candidatura de Quércia no interior do Estado. O jornal Folha de São Paulo, de 26 de setembro de 1986, noticiava: “o Diretório Municipal do PMDB trocou Quércia por Ermírio conforme documento entregue há dez dias ao Diretório Regional, em São Paulo. E não foi só o diretório, a maioria dos vereadores peemedebistas seguiu o mesmo rumo”. O candidato do PTB recebeu, neste pleito, apoio significativo de prefeitos e vereadores peemedebistas do interior (Folha de São Paulo, 26 de setembro de 1986).

A dissidência dentro do partido e adesão de alguns peemedebistas à candidatura do PTB levou a um acordo que visava a recomposição da Aliança Democrática em São Paulo<sup>30</sup> (Folha de São Paulo, 28 de setembro de 1986). Juntos, PTB e dissidentes do PMDB formaram o “Comitê Suprapartidário Avanço Democrático, pelas candidaturas de Antônio Ermírio, para governador e Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso para senadores” (COELHO, 2001, p.127).

Eleito governador, com 41% dos votos, Quércia ganhou espaço e poder dentro do PMDB e deixou claro que não iria perdoar o apoio que seguidores de Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro prestaram à campanha de seu opositor. O então governador de São Paulo, adotou uma postura clientelista, excluindo das ações do governo os políticos ligados ao senador Fernando Henrique Cardoso, ao deputado José Serra e ao ex-governador Franco Montoro. Para alijar seus desafetos do poder, Quércia passou a usar a máquina do governo. Frente às atitudes de Quércia, esse grupo percebeu que seu campo de ação dentro do PMDB fora reduzido, o que fortalecia a opção por criar um novo partido. (MARQUES e FLEICHER, 1998).

Além de conduzir administrativamente o Estado, Quércia mantinha o controle da máquina partidária em São Paulo, dividindo poderes em algumas regiões com o senador Mário Covas e em menor escala com o grupo do Senador Fernando Henrique Cardoso. (CHRISTIANO, 2003 p.77).

Cardoso, Montoro e Quércia permaneceram no mesmo partido até 1988. De acordo com Coelho (2001), isso foi possível porque, embora tenha sido criado o comitê suprapartidário, o apoio dos peemedebistas ao candidato da oposição não foi oficializado, e o comitê foi fechado logo depois da eleição por determinação da justiça eleitoral.

---

<sup>30</sup> A qual havia sido rompida em 1985 quando os peefelistas apoiaram a candidatura de Janio Quadros contra Fernando Henrique Cardoso (Folha de São Paulo, 28 de setembro de 1986).

Durante a campanha eleitoral de 1986 muitos conservadores, inclusive ex-pedessistas, optaram por ingressar no PMDB uma vez que o sucesso do plano cruzado sinalizava para o sucesso eleitoral desse partido, o que garantia a seus candidatos mais chances de se elegerem e, conseqüentemente, fazerem parte da ANC. Esse fato, fez com que houvesse um crescimento da ala conservadora do PMDB, o que ampliou as divergências e favoreceu as cisões no interior do partido (POWER *apud* TAVARES, 2003; MARQUES e FLEICHER, 1998). Marques e Fleicher (1998), destacam que, nesse momento, a cada grupo de 5 peemedebistas, um era ex-arenista ou ex-pedessista.

As eleições de 1986 foram marcadas pelo crescimento eleitoral do PMDB, das 200 cadeiras na câmara dos deputados, 9 no senado e 9 governadores em 1982 o partido saltou para 260 (53%) deputados federais, 38 (77%) senadores e 22 dos 23 governadores<sup>31</sup>. Com a maioria na Câmara, o partido não necessitava fazer alianças, tinha autonomia para agir. Além de ser o majoritário na esfera federal, nos governos subnacionais o partido também contava com vantagem significativa em relação a seus adversários.

Esse sucesso foi o resultado do êxito inicial do Plano Cruzado. A aparente solução do problema da inflação aumentou a confiança da população no partido e, conseqüentemente, essa aceitação levou à uma ampla vitória eleitoral.

O resultado positivo da eleição de 1986 evitou alguns problemas no PMDB, uma vez que ocultou diferenças programáticas e ideológicas que existiam no partido, porém, esse resultado não as eliminava. As disputas internas se manifestaram mais intensamente durante a ANC.

Esse crescimento promoveu, também, o “inchaço” do partido, o aumento excessivo na quantidade de filiados provocou uma assimetria em seus números - total de filiados, diretórios, membros exercendo funções governamentais- e sua organicidade (ASSUMPCÃO, 2008). O partido não estava preparado, nem organizado, para inserir esse grande número de filiados em sua dinâmica. Também não estava coeso suficientemente para manter uma linha, que agregasse todos os membros que no momento faziam parte dos governos federal e estaduais.

Embora fosse o partido majoritário, o PMDB “não assumiu a coordenação das atividades necessárias à articulação do pacto democrático” (MARQUES e FLEICHER, 1998, p. 35). Ao não assumir esse papel, eximiu-se de controlar uma arena de negociação muito importante, afastando-se da função que poderia trazer-lhe muitos benefícios tanto em termos de

---

<sup>31</sup> Dados obtidos no site <http://jaironicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html>, acesso em 28 de outubro de 2011.

visibilidade como o protagonismo nas ações do governo. Marques e Fleicher (1998, p.35) analisam que essa recusa em assumir, de fato, a condição de partido no governo, “passou a imagem de ambigüidade entre uma postura de omissões e de crítica aberta, evitando comprometer-se com as decisões do governo”. Com essa postura ambígua, o partido não conseguia se firmar como base de sustentação, nem justificar que não era responsável pelos atos do governo. Esse impasse, era reflexo das divergências internas no partido e de seu caráter *office seeking*. Ao contrário de buscar uma identidade para o partido, ou encontrar um caminho para o governo, grande parte de seus membros estavam mais preocupados em ocupar cargos.

Durante o processo constituinte, se tornaram ainda mais claras as divergências programáticas e ideológicas existentes entre os membros do PMDB, assim como em outros partidos. De acordo com Brito (MARQUES e FLEICHER, 1998, p.36) “o processo constituinte pôs o dedo na ferida programática e ideológica existente dentro de todos os partidos políticos brasileiros”, e o acirramento das disputas internas levou à fragilização de alguns deles.

Lamounier (1989) analisa que a ANC foi marcada por duas grandes crises: a primeira levou à formação do Centrão e, em um momento posterior, a segunda ruptura levou à formação do PSDB.

A fim de obter apoio, o presidente José Sarney iniciou uma articulação que garantiria a sustentação do governo na constituinte, tal movimentação levou alguns setores da opinião pública a considerar que o governo tentava formar um partido de centro. O fato é que o governo já não contava com as alas mais progressistas, o que o levou a conduzir um acordo com os partidos mais a direita, acordo este que originou o Centrão.

O Centrão conseguiu conduzir parte dos debates e votações, chegou a “paralisar os trabalhos da constituinte, demonstrando assim sua força como grupo de articulação” (MARQUES e FLEICHER, 1998, p. 52). Graças a esse grupo foi aprovado a alteração do regimento da constituinte e o mandato presidencial de cinco anos. De acordo com Marques e Fleicher:

O Centrão, também, de forma involuntária, contribuiu com suas ações para o fortalecimento dos grupos de dissidência do PMDB. A maneira de condução das decisões partidárias ajudou a engrossar o grupo de descontentes que foram buscar na formação de um novo partido as alternativas não aceitas pela direção nacional (MARQUES e FLEICHER, 1998, p.53).

Com o descontentamento em relação à postura do Centrão, observado no período compreendido entre o fim de 1987 e início de 1988, o MUP alcançou uma representação significativa. O grupo funcionava como uma tendência do PMDB, mas também reunia membros de outros partidos. O bloco alcançou uma importante representação estadual em São Paulo, onde eram promovidos encontros na Assembleia Legislativa reunindo simpatizantes com o movimento (CHRISTIANO, 2003).

Iniciado o processo de articulação para a formação do novo partido, em abril de 1988, os líderes começaram a buscar apoio entre descontentes em outros partidos. Mário Covas, então senador e líder do PMDB na ANC, se encontrou com os deputados federais do PFL: Jayme Santana, Saulo Queiroz, Jalles Fontoura, Joaquim Francisco Cavalcanti, Pimenta da Veiga e com o senador do PMDB do Paraná, José Richa. Essa movimentação contou, ainda, com a participação de membros do MUP, com dissidentes do Partido da Frente Liberal (PFL) do Partido Trabalhista Democrático (PTD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (CHRISTIANO, 2003).

Diferentemente de impasses anteriores que foram contornados, o enfrentamento dos grupos adversários no interior do PMDB de São Paulo em 1986 cristalizou-se em campos antagônicos. Tão logo garantiram a adesão formal de parlamentares de outros estados alegadamente insatisfeitos com a participação no PMDB na Nova República de José Sarney, o grupo paulista de Fernando Henrique Cardoso anunciou o rompimento com o PMDB e a fundação do PSDB (COELHO, 2001, p.129).

Um encontro realizado em maio de 1988, reuniu, em Brasília, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa e André Franco Montoro. Essa reunião tinha como propósito, agendar a criação do novo partido para depois da promulgação da constituição. Na ocasião, o grupo contava com a adesão de aproximadamente 40 parlamentares. No dia 24 de agosto, a coordenação nacional do MUP reunida fez um conjunto de propostas:

- \* Fortalecer a unidade política do MUP, assegurando nossa permanência no PMDB até a promulgação da nova Constituição;
- \* Discutir coletiva e criativamente as bases ideológicas, filosóficas e políticas de uma nova militância voltada para um novo socialismo, moderno e democrático, patrocinando inclusive o Encontro Nacional da Militância Socialista em 19 e 20 de setembro;
- \* Sugerir aos companheiros das bases municipais onde o PMDB tivesse sido tomado pela direita e a convivência se tornou impossível a formação com o PSB, dada a maior identidade com essa tradicional e respeitável sigla partidária;
- \*retomar a ofensiva da atividade do MUP na Constituinte e na campanha das diretas (CHRISTIANO, 2003, p. 93).

O movimento para a ruptura com o PMDB começou em 1987 e, desde meados deste ano, é possível observar na mídia essa agitação. No início, as lideranças decidiram permanecer no PMDB até a promulgação da constituição. Contudo, com o objetivo de lançar candidaturas à



eleição municipal de 1988, os dirigentes anteciparam a fundação do partido em quatro meses, para junho desse ano.

Todavia, alguns obstáculos surgiram durante o processo de formação do novo partido. O primeiro estava relacionado à legislação eleitoral, havia um projeto que previa a impossibilidade de candidatura de políticos filiados a novos partidos, na disputa municipal de 1988. Os parlamentares dissidentes do PMDB, PDT e PTB, uniram-se a outros parlamentares do congresso a fim de reagir a esse projeto. O resultado foi sua revisão, e a aprovação da candidatura de novos partidos, desde que possuíssem representantes de no mínimo cinco estados no Congresso Nacional.

Com a sinalização positiva para a candidatura, os parlamentares dissidentes intensificaram seu processo de articulação a fim de obter a quantidade de representantes por estado previsto pela lei. O grupo paulista (Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Franco Montoro) juntamente com outros protagonistas reuniram-se nos dias 24 e 25 de junho de 1988, a um grupo de quarenta parlamentares dissidentes de quatro partidos (PMDB, PFL, PDT, PTB). A finalidade deste encontro era discutir o programa e o estatuto do novo partido a ser criado, assim como, desenvolver uma estratégia eleitoral.

A decisão tomada pelas lideranças foi que a disputa naquele pleito seria apenas em alguns municípios: as quatro capitais do sudeste - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória - cinco capitais do nordeste - Teresina, São Luiz, Recife, Fortaleza e Natal- e uma capital no Sul- Porto Alegre. Essa opção aponta para expressão do partido em cada região do país e constituiu uma estratégia para marcar a posição política e organizacional da nova agremiação. A fim de conseguir maior penetração, o PSDB valeu-se de coligações, inclusive, com políticos que permaneceram no PMDB. O principal objetivo dessa estratégia era preparar uma base aliada para a disputa do pleito de 1989 (ASSUMPÇÃO, 2008).

Como procuramos salientar, o PSDB surgiu como uma alternativa para os políticos oposicionistas do PMDB, os quais haviam sido excluídos devido à primazia do grupo quercista. Sem espaço político dentro do partido, esses atores, que exerciam mandatos eletivos, não se sentiam contemplados nos processos de tomadas de decisão nem dentro do partido, nem dentro do governo, além disso, também não encontraram espaço político dentro de outros partidos. Roma (2002) chama a atenção para esse fenômeno:

[...] dos espaços de poder do Executivo e dos recursos de governo, estes políticos de longa experiência em cargos representativos, tanto no poder Executivo como no Legislativo, viram-se com oportunidades reduzidas de concorrer, dentro do partido, ao governo federal, especialmente com a postura favorável de Sarney ao presidencialismo e à prorrogação do seu mandato para cinco anos. A permanência desse grupo fundador do PSDB, no PMDB,

significava pouca oportunidade de acesso às pastas ministeriais ou aos demais cargos governamentais. Em grande parte, só é possível entender o comportamento estratégico da liderança do PSDB na arena legislativa – com uma postura inicial de críticas dirigidas ao PMDB e ao PFL em seu manifesto de fundação, em 1988 –, devido ao reduzido acesso aos postos de governo naquele contexto (ROMA 2002, p.73).

Ainda de acordo com Roma (2002), esse movimento foi uma ruptura de um grupo de senadores e deputados federais que ao não encontrar espaço político no interior do partido, acreditavam que só teriam chances de conquistarem cargos no governo federal, inclusive a Presidência da República, se pudessem aproveitar o capital político acumulado no PMDB, “mas por meio de outro partido”.

Não obstante, é importante destacar que, embora as divergências internas no PMDB tenham sido um fator que impulsionou a formação do novo partido, outros fatores conjunturais exerceram impacto para essa decisão. Um deles seria a percepção dos líderes da existência de um espaço político, um nicho eleitoral, que não estava sendo preenchido pelos partidos existentes, “a ausência de representação dos anseios de uma parcela significativa da população” (ASSUMPCÃO, 2008, p. 80).

Marques e Fleicher analisam a formação do PSDB a partir da tese de Sartori, em “Partidos e sistemas partidários”. Observando os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil entre 1º de fevereiro de 1987 e 26 de julho de 1988, especialmente o desenvolvimento da facção dos “Históricos”, e, a formação do MUP, os autores argumentam que a tese sartoriana de que as facções partidárias podem alcançar a coesão necessária para se tornar um novo partido, pode ser ilustrada com o caso do PSDB. Não obstante, as divergências internas não foi o único fator a impulsionar a formação do novo partido.

Marques e Fleicher (1988) e Roma (1999), argumentam que a criação do PSDB também foi influenciada por fatores eleitorais, que levaram suas lideranças a se manifestarem de maneira contrária às decisões e encaminhamentos políticos do PMDB. Dessa maneira, ao não encontrarem espaço para firmar sua posição nem no PMDB nem em outros partidos, e vislumbrando um espaço político vazio no centro, esses influentes políticos se organizaram se uniram aos dissidentes de outras legendas e fundaram o novo partido.

É possível identificar pelo menos dois elementos que impulsionaram a formação do PSDB: um elemento interno - as disputas no interior do PMDB, e um elemento externo - a percepção da existência de um nicho eleitoral que não estava sendo ocupado pelos partidos existentes. Esse segundo fator está relacionado a outro elemento contextual: a queda da popularidade do PMDB. Devido o insucesso econômico do governo Sarney e o “estelionato

eleitoral”, que garantiu o sucesso eleitoral do PMDB em 1986, diversos eleitores do partido decidiram não mais apoiá-lo e ficaram sem uma alternativa de centro.

O insucesso dos planos econômicos de Sarney e o “estelionato eleitoral” de 1986 levaram ao desgaste do PMDB, assim como dos políticos ligados ao governo. As consultas realizadas aos eleitores em 1989 constataam o desgaste do governo Sarney e do PMDB. Nas pesquisas realizadas pelo IBOPE em julho de 1989, a avaliação negativa<sup>32</sup> do governo chegou a níveis elevados, 62%, e 75% dos eleitores disseram não confiar no presidente. Além disso, dos 530 eleitores entrevistados que disseram simpatizar com o PMDB apenas 18% manifestaram a intenção de votar em seu candidato (pesquisa IBO00175). Esse eleitorado de centro que simpatizava com o PMDB, mas estava insatisfeito com sua atuação, constituía um nicho para um novo partido político<sup>33</sup>.

Desse modo, podemos considerar que havia um contexto no qual fatores endógenos e exógenos contribuíram para a formação de um novo partido político, localizado na centro-esquerda do espectro ideológico, capaz de contemplar os políticos que estavam insatisfeitos com o PMDB e com outros partidos e de canalizar as preferências do eleitor de centro que já não se identificava mais com o PMDB. Ou seja, quanto aos fatores endógenos destacamos o processo eleitoral e a constituinte, que acirraram as disputas internas no PMDB fortalecendo um grupo e enfraquecendo outros, o que promoveu uma assimetria de poder e levou a uma maior polarização, cujo resultado foi a articulação de seus descontentes com descontentes de outras legendas. No que tange aos fatores exógenos, chamamos a atenção para a existência de um nicho político para um partido de centro. Conjugando esses elementos, observamos uma conjuntura favorável à formação desse novo partido político, que objetivava ocupar o centro do espectro ideológico com uma proposta progressista.

Roma (2002, p. 71) considera que existem dois consensos na literatura que estuda o PSDB:

O primeiro é de que a criação do PSDB ocorreu por motivos ideológicos, devido às divergências de alguns parlamentares em relação à Aliança que o PMDB cultivava com a direita – o PFL – e em relação ao casuísmo da prorrogação do mandato presidencial para cinco anos, cujo beneficiário imediato seria o então presidente Sarney. O segundo é de que a aliança que o PSDB selou com o PFL, a partir da eleição de 1994, foi uma ação essencialmente pragmática, o que teria descaracterizado sua orientação ideológica.

---

<sup>32</sup> É considerada avaliação negativa as atribuições *Ruim e Péssimo*.

<sup>33</sup> Dados obtidos a partir da análise de pesquisas realizadas pelo IBOPE no ano eleitoral. Os dados relativos a essas pesquisas estão disponíveis no CESOP – Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas.

O autor argumenta, ainda, que a maior parte das interpretações sobre a fundação do PSDB sobrevaloriza o aspecto ideológico como variável explicativa. Assim como Roma, defendemos que três elementos devem ser considerados na explicação de sua origem: a ausência de espaço político na gestão de José Sarney para um grupo de influentes políticos; exclusão desses políticos da sucessão à Presidência da República; e a existência de uma demanda do mercado eleitoral por representantes de centro devido ao descontentamento com o governo federal. Como observamos, a criação do PSDB se deu muito mais por fatores contextuais que por uma questão ideológica: lideranças políticas alijadas do poder, se unem e ao diagnosticarem a existência de um nicho eleitoral formam um novo partido.

### **2.3- Surge o novo partido**

O PSDB surge, então, como um partido de quadros e apresenta uma estratégia eleitoral *catch all*, com o intuito de conquistar o eleitorado do centro do espectro ideológico que estava descontente com o governo Sarney e não se identificava com outro partido.

Santos, W.G. (*apud* TAVARES, 2003, p.199) argumenta que o PSDB, em seus primeiros momentos, não precisou se deparar com duas das questões fundamentais enfrentadas pela social-democracia européia: “a legitimidade na competição eleitoral como recurso estratégico e não meramente tático, e da abdicação de transformação radical nos fundamentos da ordem econômica, ainda que, eventualmente, pudesse vir a deter o poder legislativo para tanto”. Quando o PSDB surgiu a social-democracia já havia enfrentado esses dilemas e os superado, e para o partido essas questões não tiveram o mesmo impacto que na Europa.

Algumas características devem ser observadas de maneira especial no processo de formação do PSDB. Estamos falando de um partido de base parlamentar que nasce a partir de dissidências em outros partidos. Uma agremiação sem vínculos com movimentos sociais. Outro ponto importante, embora tenha sido formado por representantes de 17 estados da federação sua principal força vem do sudeste: 24 dos 88 fundadores eram oriundos de São Paulo, 16 do Distrito Federal, 10 de Minas e 9 do Rio de Janeiro<sup>34</sup>. Dentre os fundadores, 44

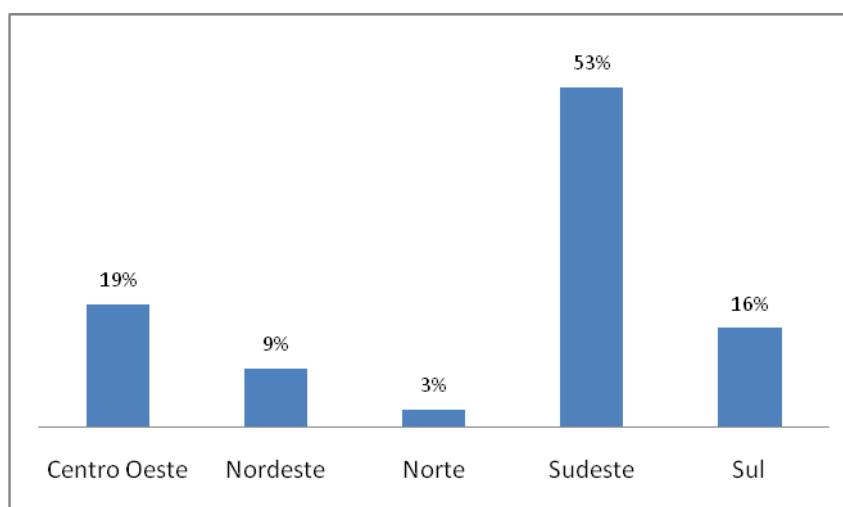
---

<sup>34</sup> [www.psdb.org](http://www.psdb.org) – acesso em junho de 2011.

eram parlamentares, 7 senadores e 37 Deputados Federais (Folha de São Paulo, 25/06/1988).

No gráfico a seguir, podemos observar a distribuição dos fundadores do PSDB por regiões e constatar a forte presença do Sudeste, região na qual se destaca São Paulo, como apresentado acima. Embora de forma assimétrica, o partido nasce com representação nacional expressiva, e conta com apoio de membros em todas as regiões do país.

**Gráfico 2.1 – Fundadores do PSDB/Região**



Fonte: Elaboração própria a partir de informações encontradas no site do partido (<https://www2.psdb.org.br/index.php/psdb/historia>).

O ato formal de criação do PSDB ocorreu no dia 25 de junho de 1988, no Plenário da Câmara dos Deputados. Nesse dia a imprensa nacional noticiava a criação do novo partido. O jornal *Folha de São Paulo* destacava que seria fundado um novo partido formado “basicamente por dissidentes do PMDB” (Folha de São Paulo, 25 de junho de 1988). O jornal *O Globo* destacava que o novo partido nascia como a terceira bancada na constituinte, com 44 legisladores e tinha quase 900 filiados no país (*O Globo*, 25 de junho de 1988). A revista *Veja*, da semana seguinte à fundação, publicou uma reportagem falando das características do novo partido (*Veja*, 29 de junho de 1988).

Na assembleia de fundação foi formada a Comissão Executiva Provisória, cujos membros eram: Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Franco Montoro, Pimenta da Veiga, Euclides Scalco, Cristina Tavares, Octávio Elísio, Artur da Távola, Moema São Thiago e Jayme Santana. Foi decidido que a presidência seria exercida em sistema de rodízio, onde a cada dois meses o poder seria revezado entre Covas, Richa, Montoro, Pimenta

da Veiga e Fernando Henrique Cardoso. Covas foi nomeado o primeiro presidente. Nessa assembléia ficaram decididos, também, os nomes que comporiam as secretarias regionais (CHRISTIANO, 1991).

Avaliando o processo de formação do novo partido, o então Senador Pedro Simon (RS) concluiu que o movimento que formou o PSDB era excessivamente paulista, na realidade um dos principais fatores que impulsionara a formação do partido foi a disputa interna no PMDB de São Paulo, como argumentamos anteriormente. De acordo com o Senador: “em determinado momento havia um excesso de lideranças de São Paulo. (...) Meu Deus era uma infinidade de nomes” (CHRISTIANO, 1991, p. 133).

Barboza Filho (1995, p. 124) argumenta que “a construção intelectual paulista é fundamental para a compreensão da natureza do PT e do perfil do PSDB”. Isso porque estes partidos tinham sua base em São Paulo, e seus quadros eram formados, principalmente, por intelectuais deste estado. De acordo com Barboza Filho (1995), esses partidos constituem uma novidade no sistema partidário brasileiro, uma vez que em ambos existe a presença marcante da racionalidade oriunda das universidades.

De fato, o movimento para a fundação do partido se inicia com as divergências dentro do PMDB paulista, onde as lideranças alijadas do processo decisório começam uma articulação com os descontentes peemedebistas e dissidentes de outra legenda a fim de organizar esse novo partido, como dito anteriormente. Além disso, é importante destacar que entre seus fundadores estão conhecidos intelectuais brasileiros, entre os quais podemos destacar Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Luiz Carlos Bresser-Pereira. Todavia, apesar de ter surgido de uma demanda de peemedebistas paulistas, o movimento ganhou apoio de legisladores das 5 regiões do país e obteve alcance nacional, como argumentado anteriormente e demonstrado no gráfico 2.1.

### **2.3- O PSDB e a Ideologia**

Em junho de 1988 nasceu, no Brasil, um partido denominado Partido da Social Democracia, mas sem uma das principais características dos partidos social-democratas europeus: o vínculo com movimentos trabalhistas ou sindicatos. Embora tenha Social-democracia no nome, o processo de formação do PSDB é diferente do processo de formação dos partidos europeus desta vertente teórica, que se originaram a partir de base

eminentemente popular (PRZEWOSKI, 1985), como foi possível observar. Ainda assim, de acordo com seus fundadores, o PSDB nasceu como uma alternativa social-democrata aos partidos que estavam presentes na cena política brasileira.

Pouco antes da fundação do partido, em 1987, ocorreu no Rio de Janeiro o Seminário Internacional sobre a social-democracia, onde discursou Fernando Henrique Cardoso. Em sua fala, o sociólogo, destacou os obstáculos para a construção de um partido social-democrata no Brasil. A principal barreira apontada por ele era a ausência de vínculos com os movimentos sociais, especialmente a falta de ligação com sindicatos (COELHO, 2001), justamente uma das principais características dos partidos social-democratas europeus. De fato, o único partido originado de base social no período posterior à reforma de 1979 foi o PT<sup>35</sup>. Barboza Filho (1995, p. 129), comparando o posicionamento do PSDB com o do PT argumenta que: “enquanto o PT quer a sociedade para chegar ao poder o PSDB persegue o poder para chegar à sociedade”, ou seja, o partido faz um caminho inverso ao realizado por partidos social-democratas.

Adotar o termo social-democracia em seu nome foi uma estratégia questionável, uma vez que o termo sempre remete a pensar nos partidos europeus desta vertente, e se refere a um tipo determinado de posicionamento ideológico e a um programa político específico. Criar um partido com essa nomenclatura no contexto em que o surgiu o PSDB parece ainda mais controverso. Como discutido anteriormente, o partido nasce no momento em que os partidos social-democratas europeus enfrentavam uma série de desafios de cunho econômico frente à ascensão do neoliberalismo. Além disso, o cenário nacional era marcado por grandes desafios, o país atravessava um período de graves problemas econômicos e não menos graves problemas sociais, como discutido anteriormente.

Escolher o nome do partido que se formava era uma importante tarefa e um desafio, visto o contexto no qual nascia e sua vasta composição – ideologicamente os membros iam de democratas cristãos à liberais progressistas. Dada essa variedade, a opção por um nome não foi um ponto consensual entre os fundadores e simpatizantes da nova agremiação. Tampouco havia um consenso entre os líderes e simpatizantes sobre a posição ideológica a ser adotada.

Em 03 de junho de 1988, pela primeira vez, os simpatizantes se reuniram (parlamentares, prefeitos, dirigentes regionais, militantes) com o objetivo de preparar a

---

<sup>35</sup> De acordo com Kinzo (1993, p. 32): “o Partido dos Trabalhadores é o exemplo mais bem acabado do que Duverger definiu como partido de massa criado externamente, i. e, fora do Parlamento”.

Assembleia de formação do partido, que ocorreria nos dias 24 e 25 de junho, do mesmo ano, no Congresso Nacional. Nesse encontro, também foram discutidos o programa, manifesto e estatuto os quais foram lidos e aprovados na assembléia de fundação (Folha de São Paulo, 04 de junho de 1988). O livro de filiação contou com 879 assinaturas no primeiro dia de encontro, de acordo com Christiano (2003, p. 137).

A votação do nome e da sigla partidária foi realizada no dia 25 de junho, havia três sugestões de nomes: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Popular Progressista (PPP) e Partido da Renovação Democrática (PRD) (Folha de São Paulo, 25 de junho de 1988). O vencedor em segundo turno foi PSDB. A realidade político-social brasileira marcada pela necessidade de resolver os problemas sociais e pela defesa da democracia aparecem como importantes fatores que podem ter influencia do escolha do nome do partido.

No mesmo encontro em que se decidiu o nome, o partido adotou como símbolo o tucano. A ave foi escolhida “...por ser um pássaro tipicamente brasileiro e uma referencia ecológica, expressando a preocupação com os chamados ‘novos temas’ da agenda política” (CARDOSO, 2011, p. 135).

Alguns dias antes da data marcada para a fundação do partido houve um encontro, em São Paulo, com mais de mil dissidentes do PMDB. Ao discursar, Franco Montoro enfatizou que uma das principais bandeiras do partido seria a adoção do parlamentarismo. O orador destacava que “o novo partido nasceria longe das benesses oficiais e próximo do pulsar das ruas” (Folha de São Paulo 13 de junho de 1988).

De acordo com os fundadores, a social-democracia, de modo geral, e a social-democracia européia, de maneira particular, foram as inspirações para a adoção de uma linha programática no partido. Eles afirmavam que a “inteligência do novo partido era basicamente social-democrata ao estilo europeu” (MARQUES e FLEICHER, 1998, p. 58). Não obstante, as próprias lideranças estavam conscientes de que não era possível simplesmente transplantar o modelo social-democrata europeu para nossa realidade. De acordo com Cardoso (2011, p.135) “Seria enganoso pensar na transposição pura e simples das práticas renovadas da social-democracia européia ou da democracia social americana para âmbito local”. O ex-presidente analisa corretamente a situação, além da impossibilidade de simplesmente replicar o modelo no Brasil, devido a todas as diferenças histórico-contextuais, a linha ideológica que o novo partido adotava estava bem mais perto do social-liberalismo, como podemos observar:



Defendiam um projeto de “modernização” por meio do acirramento da democracia (canais de aproximação entre Estado e Sociedade Civil atuante e da eficiência administrativa do Estado) e do liberalismo econômico (foco na desregulamentação, privatização e abertura comercial para o capital internacional). Essa era uma bandeira pragmática. A implantação do modelo neoliberal dos anos de 1980 e o surgimento da Terceira Via, como alternativa frente à crise do socialismo e da social-democracia, era uma bandeira pragmática que correspondia à composição de interesses do cenário internacional e de um setor significativo da sociedade brasileira (ASSUMPÇÃO, 2008, p.80).

De acordo com os jornais da época, o perfil do novo partido era “nitidamente sulista, anti-Quercia e anti-Newton”, e a maioria de seus membros era oriunda da ala esquerdista do PMDB mais dissidentes do PFL, PDT, PSB e PTB (Folha de São Paulo, 25 de junho de 1988).

Como já argumentamos, o PSDB apresenta características de um partido *catch all*. Seu foco inicial eram os eleitores do centro, especialmente os descontentes com PMDB, PFL e PDT, mas com um apelo mais amplo capaz de atrair para si eleitores de outros partidos que giram em torno do centro do espectro ideológico, além de setores da classe média e intelectuais. No primeiro momento de sua existência o partido não surgiu como um opositor ao PT, sendo que seu “arqui-rival” era o PMDB (BARBOSA Filho, 1995).

O posicionamento ideológico do PSDB é uma das questões que tem sido discutida por seus membros desde sua formação. De acordo com Furtado (1996), as divisões ideológicas dentro do partido, no momento de sua constituição, foram classificadas em: social-democratas (tendência majoritária representada principalmente por Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Artur da Távola), liberais “progressistas” (tendência mais conservadora, representada por Afonso Arinos, Jaime Santana, Caio Pompeu de Toledo, Ronaldo Cezar Coelho), socialistas democráticos (tendência mais a esquerda, formada sobretudo por membros do antigo MUP<sup>36</sup>) e democratas-cristãos (menor tendência representada por Montoro e José Richa).

Embora tenham optado pelo nome Partido da Social Democracia Brasileira, o partido não fechou com um projeto social-democrata. No momento de sua fundação, os principais líderes afirmaram que o novo partido teria espaço para um arco ideológico e doutrinário, capaz de agregar quatro correntes políticas: liberais progressistas, democratas cristãos, social-democratas e socialistas democráticos (MONTORO, 1989).

Sobre esse assunto, Kinzo (1993), argumenta:

---

<sup>36</sup> O MUP - Movimento da Unidade Progressista. Um grupo de aproximadamente 20 parlamentares, criado no PMDB. Foi responsável pela radicalização de algumas discussões internas ao partido entre as quais é possível citar o debate sobre participar ou não da campanha de Lula, em 1989 (FURTADO, 1996, p. 100).

Um dos problemas enfrentados pelos fundadores do PSDB foi decidir sobre a amplitude do espectro ideológico do partido, de modo a compatibilizar um perfil definido de centro-esquerda com a indispensável viabilidade político eleitoral (KINZO, 1993, p. 48).

Em documentos publicados no período de sua fundação – Manifesto, Estatuto e Programa (1988), Programa de fundação (1988) e Os desafios do Brasil e o PSDB (1989) –, é possível observar o conflito enfrentado pelo partido. Nesses documentos encontramos as tendências social-democratas no que tange à políticas sociais, mas a política econômica defendida é o liberalismo de mercado. Os documentos apresentam propostas e formulações claramente social-democratas (FURTADO, 1996), em alguns trechos, e sua inclinação pró-mercado em outros. Dentre as propostas destaca-se a de que o PSDB busca se situar a meio caminho entre um “Estado forte e autoritário” e o “automatismo do mercado”. O partido é favorável à redução do Estado em alguns setores e ao Estado Regulador onde for necessário, ou seja, um sistema onde a ação estatal e a propriedade privada convivem cooperativamente. Como podemos observar, a partir destas questões, o partido se aproxima mais do social-liberalismo que da social-democracia, *strictu sensu*.

De acordo com Barbosa Filho, os peessedebistas buscam o poder para reduzir o peso do Estado e da intermediação política, em uma aposta “que a formulação de políticas institucionais serviriam como referencia para a livre ação dos agentes econômicos e dos atores sociais” (BARBOSA Filho, 1991).

No documento “Os desafios do Brasil e o PSDB”, o partido aponta os compromissos da social-democracia brasileira:

...[a social-democracia brasileira] não pode contentar-se, como ocorreu na Europa, em Justapor política fiscal e políticas sociais ao livre jogo do mercado. Ela tem que representar um forte movimento contra a desigualdade produzida pelo desemprego, pelo subemprego, pela disparidade salarial e pela concentração de renda e da propriedade (...) [Ela] é “desenvolvimentista”, porque sabe que só com o crescimento econômico, incorporação do avanço tecnológico à produção e à organização da sociedade haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem-estar e maior segurança para o cidadão. (...) *Democracia e desenvolvimento econômico com justiça social constituem dimensões inseparáveis da nova sociedade. O avanço dessas dimensões em detrimento ou como esquecimento das outras não satisfaz a exigência fundamental do mundo contemporâneo* (Os desafios do Brasil e o PSDB, 1989, 8-9, apud FURTADO, 1996, grifos do documento).

Em 1990 o partido lança o documento “O que é a Social Democracia Brasileira” onde defende que “O PSDB é social-democrata em sentido amplo”. No documento consta, ainda, que não se pretende transplantar para o Brasil uma cópia dos modelos europeus e justifica que o partido não nasceu dos movimentos sindicais e nem tem suas raízes no marxismo, é um

movimento social-democrata com características próprias, que correspondem à ‘realidade brasileira’.

Para defender esse posicionamento os peessedebistas recorrem à seguinte definição de social-democracia: “Em sentido genérico, (social-democracia) indica uma orientação política democrática, de caráter social, em contraposição ao liberalismo e ao socialismo” (MONTORO, 1989, p. 59). Essa foi a maneira encontrada pelo partido de afirmar seu caráter social-democrata e justificar suas diferenças com os partidos europeus desta vertente, formados a partir das massas, com forte enraizamento nos sindicatos e movimentos sociais e com fundamentação marxista.

Além de defender sua ideologia, no texto, o partido apresenta, ainda, suas principais metas: defesa da democracia, do parlamentarismo, de um projeto nacional de desenvolvimento, desenvolvimento social (para corrigir as graves desigualdades), apoio à democracia participativa e a defesa de uma democracia pluralista (não monoclassista e intolerante).

O debate sobre a social-democracia no Brasil é analisado em uma das publicações do Instituto Teotônio Vilela: *O que esperar da social-democracia no Brasil?* Neste texto, o organizador argumenta que há no Brasil e na América Latina, em geral, um espaço político para partidos de inclinação social democrática. Tavares (2003) argumenta que a distribuição das preferências na América Latina se inclina para a esquerda, o que abre um nicho eleitoral nesse ponto do espectro ideológico. E, segundo seu argumento, no Brasil, o partido capaz de ocupar esse lugar é o PSDB.

Ainda de acordo com Tavares (2003, p. 117), as origens do PSDB (na classe política, na intelectualidade e nas novas classes médias associadas ao mercado) lhe garantiriam a independência, “de amplitude e circunscrição, necessário à concepção e à execução das reformas capazes de eliminar cinco obstáculos seculares ao ingresso do país na modernidade econômica e política”. Esses entraves estariam relacionados ao modo de produção agrícola tradicional; ao patrimonialismo; ao corporativismo; ao populismo econômico e ao clientelismo.

De acordo com as pesquisas realizadas durante a constituinte, o PSDB nasceu no centro-esquerda. Em sua pesquisa de posicionamento ideológico Kinzo (1993) demonstra que os legisladores que vieram a formar o PSDB estavam alinhados com os partidos progressistas, ou seja, votavam de maneira mais próxima a legisladores do PT que do próprio PMDB, por exemplo. Power (TAVARES, 2003) corrobora com essa tese ao afirmar que os filiados do

MUP e do proto-PSDB<sup>37</sup> coincidiam, em boa parte, com as votações do segmento considerado baixo clero. Contudo, a posição dos “peessedebistas” era menos estadista que a do MUP. Em geral, a maioria dos que vieram a formar o PSDB não fechava com o nacionalismo econômico dos anos setenta, ou seja, nesse aspecto, eram mais favoráveis ao liberalismo econômico. Por isso a ênfase de Fernando Henrique, ao afirmar que o PSDB não era apenas uma continuidade da ala histórica e autêntica do PMDB. A nova facção representava uma importante ruptura com essa posição, também. Observando o comportamento de seus membros durante a ANC é possível inferir sobre a identidade ideológica do partido,

A identidade ideológica do PSDB caracterizou-se por sua posição inicial à esquerda do partido do qual se originara, o PMDB, cujas votações nominais no Congresso inclinaram-se, após a saída dos tucanos, acentuadamente para a direita (TAVARES, 2003, p. 241).

De fato, a posição do partido em seus primeiros anos era mais próxima da esquerda, como demonstraremos no capítulo 4. Juntamente com os setores mais progressistas, os legisladores que vieram a formar o PSDB eram favoráveis à agenda social e, principalmente, favoráveis à democracia, tema em voga durante a constituinte devido à recente abertura política, contudo defendiam o liberalismo econômico.

Os dados apresentados pelo DIAP (instituição que faz *lobby* sindical em Brasília), cuja escala varia de 0 a 10, onde 10 é a posição mais próxima dos interesses sindicais, o PT alcançou 9,87; o PFL 2,45; a média da ANC foi 4,94, e o PSDB obteve 8,16. Ainda tratando de dados, na escala da FIESP, cuja escala vai de 3,33 (menos favorável iniciativa privada) 9,99 (mais favorável), o PFL obteve 9,46 (pontuação mais alta) sendo a média da ANC de 7,29. O PT alcançou a pontuação mais baixa, 3,33; e o PSDB originário obteve 4,68 (TAVARES, 2003, p. 242).

Todas as pesquisas e dados encontrados sobre votações e posicionamento ideológico do período da constituinte, demonstram que os fundadores do PSDB compunham realmente a ala mais a esquerda do PMDB, que estavam mais identificados com os ideais progressistas do que com o conservadorismo comumente observado entre os peemedebistas, especialmente após o aumento de políticos conservadores no partido por ocasião do sucesso do plano real e da eleição de 1986, como foi dito anteriormente.

Ao observar seu posicionamento nas votações nominais, realmente, o PSDB, apresenta

---

<sup>37</sup> O proto-PSDB foi utilizado por ele para mapear o posicionamento dos legisladores que posteriormente formaram o partido. Power buscou os fundadores do PSDB e analisou suas votações como se fosse um partido.

uma postura mais progressista, com exceção de seu comportamento quando o assunto era o nacionalismo estatal. Contudo, já a partir da campanha presidencial de 1989 é possível notar mais, em seu discurso, sua verdadeira inclinação ideológica. Ao deixar o senado para concorrer à eleição de 1989, Mário Covas profere um discurso no qual prega que o Brasil precisava de um choque de capitalismo, demonstrando uma inclinação favorável ao mercado<sup>38</sup>.

Covas terminou em quarto lugar no pleito, e, no momento de decidirem a quem apoiariam no segundo turno, o PSDB não manifestou apoio formal, mas sugeriu a seus membros que apoiassem o PT como sendo a opção progressista.

Ao serem convidados para participar do governo Collor (PRN), Fernando Henrique Cardoso, o interlocutor do partido nas negociações, recusou a oferta afirmando que a presença do PFL no governo era claramente clientelista. Fernando Henrique, afirmou, ainda: “O PFL é a encarnação do atraso. Ele simboliza tudo que há de ruim neste país”. E, apesar de alguns tucanos terem participado na administração do “caçador de marajás”, o partido em momento algum endossou o governo. Frente a esses dados, Power conclui “Portanto, desde sua criação em 1988 até, pelo menos, 1992, o PSDB se manteve comprometido com uma linha política social-democrática tradicional e um perfil coerente de centro-esquerda” (TAVARES, 2003, p. 243). Porém, embora se posicionasse mais à esquerda entre os peemedebistas, desde sua fundação o partido defende o liberalismo econômico, e uma agenda de *welfare liberal* o que nos leva a questionar esse perfil social-democrata defendido pelos peessedebistas.

## **2.5- O PSDB no governo: torna-se mais claro seu verdadeiro perfil ideológico**

Em 1993, o PSDB aceitou participar do governo Itamar Franco, vice-presidente de Fernando Collor que assumiu após o *impeachment* deste. Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso para Ministro das Relações Exteriores e, posteriormente, Ministro da Fazenda. No governo, Cardoso iniciou o trabalho para a implantação do Plano Real, lançado em 1994, elaborado pelo ministro e por uma equipe de economistas neo-estruturalistas ou inercialistas. O plano foi um sucesso e credenciou o então ministro da fazenda para o pleito presidencial com uma vantagem sobre seus oponentes: ele havia sido o responsável pelo plano econômico

---

<sup>38</sup> O trecho do discurso encontra-se reproduzido no capítulo 4, quando analisamos os programas de governo.

que “dominou o dragão da inflação”, que vinha assolando o país desde o início da década de 1980. De acordo com os analistas, o sucesso do plano real garantiu o sucesso eleitoral da coalizão PSDB-PFL.

A candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, tornou mais clara a inclinação ideológica do partido. De acordo com os peessedebistas devido as limitações do seu partido quanto à penetração territorial<sup>39</sup>, seria necessário tomar uma decisão sobre a aliança a ser selada para sanar essa deficiência. O Partido da Frente Liberal – PFL despontou como possibilidade, porém os riscos de uma aliança com esse partido, descendente da ARENA, com um perfil claramente clientelista e fisiológico (como o próprio Fernando Henrique Cardoso havia descrito algum tempo antes) colocaria em xeque a coerência ideológica pregada pelo PSDB. Além disso, vale lembrar que a aliança do PMDB com o PFL teria sido um dos fatores que motivou a dissidência que levou à formação do PSDB.

Uma aliança com o PFL poria fim à prática do PSDB de trabalhar apenas com partidos de centro-esquerda e representaria uma crassa erosão da imagem social-democrática dos tucanos. Além disso, sabia-se que pessoalmente, Fernando Henrique tinha profunda aversão ao fisiologismo, ou à troca clientelística de favores, prática usual dos partidos conservadores (TAVARES, 2003, p. 245)

Power (TAVARES, 2003) analisa que a aliança eleitoral com o PFL causou “escândalo no mundo político”. O anúncio do nome do vice-presidente provocou maior impacto ainda: Marco Maciel, que fora aliado de Geisel e Figueiredo durante o regime militar.

Uma das análises feita pelos críticos dessa aliança, é que o PSDB conseguiria o número de votos necessários para se eleger mesmo sem coligar com o PFL, uma vez que o Plano Real tinha sido bem sucedido e Fernando Henrique Cardoso era bem aceito entre os eleitores. Contudo, a justificativa dada pelo partido é que a coalizão começou a ser costurada antes da implementação do plano, ou seja, antes de se saber o alcance que poderia ter e a popularidade de Fernando Henrique. Embora não tenha sido bem recebida pela base do partido, a coalizão funcionou bem durante o primeiro mandato.

A aliança foi avaliada por peessedebistas como uma estratégia de governabilidade. De acordo com relatos de Fernando Henrique Cardoso mesmo que não fosse concretizada antes das eleições seria necessário fazê-la no início do governo (TAVARES, p. 2003).

O PFL não logrou muitos benefícios com a coligação, além da vice-presidência, o partido obteve apenas três ministérios (Minas e Energia, Previdência Social e Meio

---

<sup>39</sup> Como apresentado anteriormente, embora com representação nacional a força do PSDB estava concentrada no sudeste.

Ambiente), aproximadamente o que tinha conseguido nos governos Collor e Itamar e menos do que teve no governo Sarney. Mas, a presença do partido no governo não se restringia aos três ministérios, o senador peefelista Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA), foi um forte aliado da coalizão no senado, presidindo-o entre 1997 e 2001 e Luis Eduardo (filho de ACM) tornou-se um importante articulador na Câmara dos Deputados, eleito presidente no biênio 1995-1996.

A partir da vitória eleitoral do candidato da coligação PSDB-PFL, o partido adotou o programa da coalizão centro-direitista, fato que distanciou o PSDB da posição que assumia durante os anos 1980.

Duas agendas principais marcaram o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso: a estabilização monetária e as reformas constitucionais. Todas as medidas importantes realizadas durante o governo, como as privatizações, a reforma do sistema financeiro e o acordo da dívida dos estados, estavam ligadas a essas duas agendas (COUTO e ABRUCIO, 2003).

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), deu-se continuidade à implementação do processo de liberalização da economia brasileira e ao processo de reformas liberalizantes, que havia se iniciado no governo de Fernando Collor de Mello, por meio da desregulamentação do mercado e da privatização das empresas estatais. Para aprovar tais reformas foi empreendido um processo de reformas constitucionais.

A fim de alcançar a maioria o governo ampliou sua coalizão governista incluindo PMDB, PPB e PL (um partido de centro e dois partidos de direita), o que lhe garantia cerca de 75% das cadeiras do congresso. Essa ampliação aumentou o número de atores de direita, transformando o governo de FHC em um governo de coalizão de centro-direita. Por outro lado, a oposição congregou as forças de esquerda e os menos entusiastas do governo, na tentativa de desacelerar o processo de reformas constitucionais e econômicas.

No primeiro ano de governo foram propostas seis emendas constitucionais, dentre as quais as cinco primeiras referiam-se à desregulamentação dos mercados, à desestatização e à abertura econômica. No total, foram dezesseis emendas durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, dentre as quais quatorze estavam de alguma maneira relacionadas à viabilização da agenda de reformas do governo. Dentre essas, apenas duas se inscreviam na condição de princípio constitucional, tratando de questões relacionadas a organização política do Estado: uma que regulamenta a criação de novos municípios e a outra, de 1996, permitia a reeleição consecutiva para os chefes do Executivo nos três níveis da

federação, essa emenda foi proposta frente ao diagnóstico do presidente de que um único mandato de quatro anos seria insuficiente para realizar as reformas consideradas necessárias (COUTO e ABRUCIO, 2003).

Fora isso, todas as demais são de alguma maneira relacionadas à viabilização da agenda de reformas do governo, seja no campo econômico em sua relação direta com o mercado (desregulamentação, abertura a capitais forâneos), seja na política fiscal (CPMF, FEF, Previdência), seja ainda, em áreas relacionadas à administração ou outras políticas sociais (Fundef, Previdência, reforma administrativa) (COUTO e ABRUCIO, 2003, p. 277).

Sallum Jr. (2003) considera que o objetivo central do governo FHC, pelo menos de 1995-1998, era preservar a estabilidade monetária e mudar o padrão de desenvolvimento brasileiro, “o cerne do programa do novo governo consistia em um conjunto de projetos destinados a reformar parte da constituição e alterar leis infra-constitucionais que materializavam institucionalmente o remanescente do varguismo”. A estabilização proporcionada pelo Plano Real promoveu crescimento do consumo no primeiro momento, mas em seguida com o aumento dos juros houve um grande número de falências no setor privado e um aumento estrondoso da receita e das despesas no setor público. O primeiro efeito foi o aumento dos passivos públicos e o segundo foi o crescimento das dívidas públicas em todos os níveis (SALLUM Jr., 2003).

O aparato de política econômica do primeiro mandato foi bem sucedido no tocante à consolidação da estabilidade de preços, tendo logrado produzir deflação em alguns índices de preços ao consumidor, mas mostrou-se insustentável devido à acumulação contínua de passivos públicos externos. O ritmo de acumulação da dívida pública e do passivo externo mostravam-se insustentáveis, caracterizando o primeiro mandato FHC como um período de estabilidade com desequilíbrio (SALLUM Jr., 2003, p. 197).

O segundo governo do PSDB começou com a desvalorização cambial, resultado da difícil situação econômica em que se encontrava o país desde 1998. Após a crise da Rússia (1998), o mercado se fechou para os países emergentes, neste contexto, o governo brasileiro tomou medidas semelhantes às adotadas em 1997: “elevou a taxa básica de juros, em setembro de 1998, de 19%, para 29%, chegando a 49%, após a concessão de facilidades tributárias ao capital estrangeiro” (Weber, 2004).

No terceiro trimestre 1998, quando o governo realizou alguns cálculos concluiu que as contas externas do país para 1999 “simplesmente não fechavam”. Quando a situação do país foi divulgada, a imprensa começou a especular que “o Brasil poderia adotar algum tipo de controle da saída de capitais” (AVERBUG e GIAMBIAGI, 2000, p. 14).

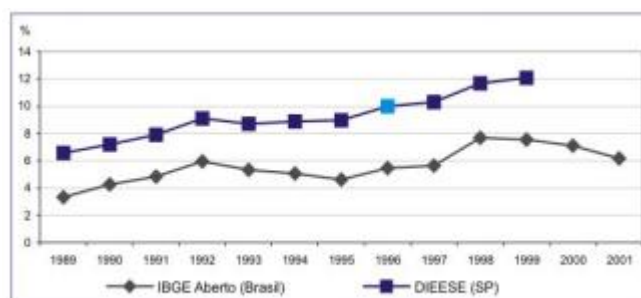


O Brasil, no entanto, que tinha um problema de fluxos para 1999 – no sentido de que o déficit previsto em conta corrente seria maior do que a entrada realista de capitais que se poderia esperar –, passou a enfrentar um problema de realocação de carteira dos agentes econômicos em geral, os quais, seja pela necessidade de recompor perdas sofridas com a Rússia, por medo de um inadimplemento externo brasileiro ou apenas temendo a desvalorização, promoveram uma fuga em massa de capitais. De fato, considera-se que na primeira semana de agosto, logo após a liquidação financeira do pagamento da primeira parcela da Telebrás, as reservas internacionais tinham chegado a quase US\$ 75 bilhões. Em apenas 50 dias, porém, até o final de setembro – no que veio a ser conhecido como “setembro negro” –, o Brasil perdeu US\$ 30 bilhões de reservas (AVERBUG e GIAMBIAGI, 2000, p. 14).

Nessas circunstâncias, o governo anunciou que estava negociando com o FMI a poucas semanas da eleição. O próprio presidente enfatizou a necessidade de um programa fiscal em um discurso veiculado no dia 23 de setembro de 1998. Em outubro de 1998, foi anunciado um novo pacote fiscal para o triênio 1999/ 2001 que incluía cortes de despesas e elevação de impostos, denominado Programa de estabilidade fiscal, que mais tarde se constituiu na base do acordo celebrado com o FMI. O acordo com o FMI foi celebrado em 13 de novembro de 1998 e revisado em março de 1999, perante a mudança do regime cambial realizada em janeiro (Weber, 2004). A liberação dos US\$ 41,5 bilhões se daria mediante o cumprimento das condicionalidades impostas pelo FMI, as quais restringia a margem de manobra do governo no que tange ao investimento social.

O resultado das políticas econômicas implementadas no governo FHC, somados ao processo de inovação tecnológica (desencadeado a partir dos anos 1980) e o número reduzido de mão de obra qualificada provocou o crescimento do desemprego. O índice de desemprego apresenta uma escalada entre o final dos anos 1980 e início dos anos 2000, como podemos observar no gráfico a seguir.

**Gráfico 2.2 – Índices de Desemprego no Brasil – 1989-2001**



FONTES: IBGE, DIEESE

Apud Kato e Ponchirolli, 2002, p. 87.

Visto na perspectiva econômica e de gerenciamento do Estado o governo do PSDB (em coalizão com PFL, PTB, PMDB, etc) e o desempenho do governo no que tange à questão social observamos que o partido se aproxima muito mais do social-liberalismo que da social-democracia.

No Brasil o governo buscou manter seus graus de liberdade não adotando todas as medidas “indicadas” pelos mecanismos internacionais nem aderindo totalmente ao neoliberalismo. As privatizações tiveram alcance relativamente limitado<sup>40</sup>, o governo criou o aparato regulatório e, mesmo de modo restrito, o governo buscou atingir a meta de garantir os direitos sociais, combater a pobreza e proteger os grupos vulneráveis (DRAIBE, 2003).

No governo Fernando Henrique, não foram realizadas reformas radicais, mas, reformas parciais foram introduzidas nas áreas do ensino infantil e fundamental, na previdência social e na saúde. Foram introduzidas, ainda, reformas no ensino médio, nos programas de inserção produtiva e nos programas de combate à pobreza. Amélia Cohn argumenta que a dificuldade de se implantar uma mudança radical no que tange às reformas sociais esta associada à trajetória histórica desse tipo de programa no Brasil (COHN, 1999)

O quadro a seguir assinala os dois ciclos de reformas no sistema de proteção social.

---

<sup>40</sup> Seja por iniciativa própria do governo, seja por pressões sociais.

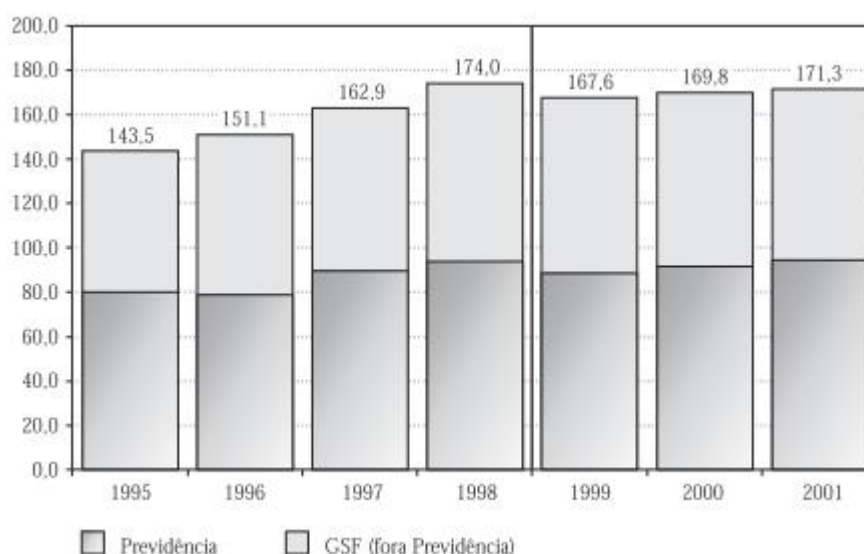
**Quadro 2.2** - Reforma do sistema de Proteção Social Segundo os ciclos (1985-2002)

Área de Políticas	1º Ciclo de Reformas		2º Ciclo de Reformas	
	1985-1988	1995-1998	1999-2002	
Educação				
Ensino Infantil	-	-	Introduzida	
Ensino Fundamental	-	Reforma parcial	-	
Ensino Médio	-	Introduzida	-	
Ensino Superior	-	-	-	
Política de Saúde	Reformada	Implementada	Reforma Parcial	
Previdência Social	Reforma Parcial	Reforma Parcial	-	
Emprego e Proteção do Desemprego	-	-	-	
Seguro Desemprego	Introduzida	Ampliada	-	
Programas de Inserção Produtiva	-	Introduzido	-	
Proteção à Pobreza				
Assistência Social	Reformada	Implementada	-	
Programas de Combate à Pobreza	-	Introduzido	-	
Rede de Proteção (transferências monetárias)	-	-	Introduzido	

*Apud:* Draibe (2003, p.71).

Todavia, as políticas sociais adotadas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tinham alcance limitado, os programas se aproximavam do *welfare liberal*. O gráfico 2.3, a seguir, apresenta a evolução do gasto social e do gasto com previdência durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como podemos observar, há uma trajetória levemente ascendente do gasto social entre 1995 e 1998 (primeiro mandato). Contudo, o gasto com previdência cresce comparativamente menos. No início do segundo mandato, no contexto de crise econômica internacional e mudança nos Regimes Monetário, Fiscal e Cambial, há um recuo nos investimentos e uma pequena elevação em 2001.

**Gráfico 2.3** - Gasto Social Federal (Valores em Bilhões de Reais em dezembro de 2001, atualização pelo IGP-DI)



*Apud:* Oliveira e Turolla, 2003, p. 201

De acordo com Sallum Jr.(2003), é possível observar dois ordenamentos distintos nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso: no primeiro mandato houve a primazia da corrente liberal fundamentalista, que era orientada basicamente para a estabilização monetária e comprometida com a promoção de uma economia de livre mercado. Nesse primeiro momento, o governo se concentrou em desmontar o Estado Vargasista, a fim de construir uma nova forma de regulamentar o mercado. Esse movimento era caracterizado pela transferência de parte significativa das funções empresariais do Estado para a iniciativa privada, expansão das funções reguladoras do Estado e políticas sociais, equilíbrio das finanças públicas e restrição dos privilégios dos servidores públicos (SALLUM Jr., 2003).

Após a reeleição do presidente, em 1998, houve uma mudança no núcleo hegemônico do governo, que provocou uma inclinação em direção ao pólo desenvolvimentista<sup>41</sup>. A mudança na orientação dos mecanismos internacionais (em meados da década de 1990) e os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil em 1998, que se manifestaram mais fortemente em 1999, colaboraram para essa alteração. Essa modificação fez com que fosse reduzida a ênfase no projeto neoliberal, contudo alguns membros da corrente “liberal fundamentalista” permaneceram em postos estratégicos no governo, tal como Pedro Malan. Essa inclinação ao pólo desenvolvimentista trouxe, novamente, para a pauta a discussão

<sup>41</sup> Termo utilizado por Sallum Jr. para classificar todos os membros do partido que não faziam parte do núcleo liberal. Nesse grupo haviam aqueles que eram realmente desenvolvimentistas e outros elementos que apenas não se encaixavam no outro grupo.

acerca do papel do Estado e das políticas de desenvolvimento. Todavia, a tentativa de retomar o projeto de desenvolvimento não foi bem sucedida, o programa esbarrou em um problema estrutural, a crise do ‘apagão’, e foi limitado por constrangimentos externos (crises econômicas) e pela ruptura na coalizão governamental.

Em 2001 o Brasil atravessou uma crise que afetou a distribuição e o fornecimento de energia elétrica. A raiz do problema estava na falta de chuvas que deixou várias represas com pouca água, o que inviabilizava a produção de energia elétrica suficiente para atender a demanda nacional. Quando foi diagnosticado o problema, iniciou-se uma forte campanha que visava conscientizar a população a economizar energia elétrica. O problema também teria sido ocasionado, de acordo com os analistas (COUTO e ABRUCIO, 2003), pela falta de planejamento, de investimento e como resultado do modelo de regulação adotado no primeiro mandato. Essa crise dificultou a implementação de uma agenda de crescimento econômico e provocou a insatisfação popular.

Com relação aos problemas econômicos, é importante considerar que o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso começou com a desvalorização cambial, resultado da situação econômica em que se encontrava o país desde 1998, como dito anteriormente.

A crise cambial associada ao episódio do escândalo das fitas do BNDES<sup>42</sup> e a morte de um dos principais membros da corrente “liberal-desenvolvimentista” do PSDB, Sérgio Mota, enfraqueceu o projeto de mudança no modelo econômico e provocou conflitos no interior da coalizão governamental.

Couto e Abrucio (2003) argumentam que três foram os fatores que prejudicaram os planos de Fernando Henrique Cardoso de obter melhor desempenho econômico e controlar o processo sucessório de 2002. São eles: 1) a crise da energia elétrica, de 2001; 2) a incapacidade de reformar o modelo econômico a fim de diminuir a vulnerabilidade externa e gerar maior crescimento; e 3) o enfraquecimento das bases políticas do governo.

Já demos uma breve descrição do que foi a crise da energia elétrica e os problemas econômicos. Com relação ao enfraquecimento das bases políticas do governo, é importante destacar que as disputas entre Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA) e Jader Barbalho (PMDB/PA) enfraqueceram a coalizão governamental. A disputa entre os dois políticos da

---

<sup>42</sup> Gravações de conversas telefônicas envolviam o Ministro das Comunicações e outras figuras importantes do ministério cotadas para assumir a pasta de um novo ministério que seria criado para coordenar diversas políticas relacionadas ao desenvolvimento e políticas públicas, desagregadas até então em diversas pastas, o Ministério da Produção.

base governista levou a renúncia de Antonio Carlos Magalhães<sup>43</sup>, o que minou profundamente a aliança do PSDB com o PFL, e, terminou com a saída deste da coalizão. No final do segundo ano, o PTB também rompeu com o governo.

Para Bresser-Pereira (2003) os maus resultados econômicos apresentados pelo Brasil durante a década de 1990 (demonstrado pela baixa taxa de crescimento, aumento das dívidas pública e externa, altos níveis de desemprego e a nova crise na balança de pagamentos) ocorreram por três fatores:

1) equívoco em relação à definição do problema maior a ser enfrentado pelo governo a partir de 1995; 2) o segundo Consenso de Washington, de acordo com o qual deveríamos nos desenvolver com apoio na poupança externa e 3) a falta de consciência nacional de nossas elites, que ao invés de aumentar seu grau de autonomia com a industrialização, diminuíram-no ao buscar produzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos e particularmente dos Estados Unidos (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 223).

Tavares (2003) critica a falta de posicionamento do PSDB quanto à ideologia social-democrata durante os anos em que esteve no governo, e argumenta que o partido deveria ter mantido certa independência frente ao governo e ao presidente. Após a coalizão de governo que realizou a partir de 1994, com partidos de direita, o PSDB teria perdido seu foco permitindo-se contaminar por ela, o que deixou visível um viés que não seria a verdadeira cara do partido, a defesa do neoliberalismo. O argumento de Tavares é que o partido nunca deixou de ser social-democrata e, que, depois de sair do governo teria a oportunidade de ter uma posição mais coerente com sua ideologia.

Entretanto, o posicionamento do partido mesmo depois de sair da coalizão de governo não volta ao centro-esquerda. Tanto o discurso como o posicionamento de seus legisladores nas votações nominais e o auto-posicionamento de seus deputados, demonstram mais bem uma ambigüidade, ou perda de identidade, que a coerência ideológica esperada por Tavares (2003), como veremos nos próximos capítulos.

---

<sup>43</sup> A disputa dos dois políticos ganhou contornos de disputa pessoal e culminou na denúncia do escândalo da fraude do painel eletrônico do Senado.

## Conclusão

O PSDB nasceu em um contexto internacional de constrangimentos macroeconômicos ortodoxos, com o advento do neoliberalismo e mudanças na social-democracia européia, que apesar dos desafios econômicos se esforçou para manter seus programas de políticas sociais.

No Brasil era um período de grandes mudanças: a euforia democrática contrastava com os desafios econômicos, com a necessidade de reforma institucional e com a latente agenda social. Devido a proximidade com o fim do processo de abertura política, o debate constitucional foi atravessado pelo tema da democracia.

Por nascer em meio ao debate constituinte, o PSDB assumiu as bandeiras que despontavam no momento: o tema da descentralização, a questão dos movimentos sociais, e a própria questão dos direitos sociais. Contudo, esses temas foram perdendo ênfase nos programas do partido (como poderemos observar no capítulo IV), isto sinaliza para o fato de que se tratava de algo mais contextual que um princípio defendido pelo partido *strictu sensu*. Não obstante, o partido já demonstrava seu posicionamento em relação a liberalização do mercado desde sua fundação.

Podemos especular, que a opção do nome Partido da Social Democracia está muito mais ligado à defesa da Democracia, e pela justa defesa da garantia de direitos sociais, por uma questão contextual (como já falamos) que por haver uma identificação com a social-democracia *de facto*. Embora os defensores do partido insistam em reafirmar seu compromisso com a social-democracia, o que observamos é que a agremiação se aproxima muito mais do social-liberalismo. Como apresentado no capítulo anterior, o social-liberalismo também defende uma plataforma social, semelhante à da esquerda (não tão abrangentes, mas de certo modo, oferece cobertura e atende às necessidades básicas dos cidadãos menos favorecidos), contudo apresenta práticas econômicas diferenciadas.

Ao observar o comportamento do PSDB a partir do momento em que entrou no governo, como procuramos demonstrar nas páginas anteriores, constatamos que o partido mostra mais claramente seu caráter social-liberal. O seu posicionamento durante os anos em que esteve à frente do Executivo Federal o transformou na opção confiável dos eleitores de centro-direita e direita. O que falta ao PSDB é assumir seu papel, e seu posicionamento no espectro ideológico.

Nos próximos capítulos vamos explorar outras questões para aclarar nossa posição. No capítulo 3, analisamos a organização do partido e no capítulo 4 o histórico do posicionamento dos legisladores e os programas.



### 3 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PSDB

Revisando as teorias de partidos, constatamos que existem diversas explicações que buscam caracterizar essas organizações. Podemos encontrar algumas definições nos estudos clássicos de Burke, Downs, Epstein e Weber, por exemplo. Para Burke (1770), “um partido é um corpo de homens unidos para promover sua articulação e empreendimentos de interesse nacional, mediante um princípio específico que todos concordam”. Downs (1957) considera que: “Em sentido geral, um partido político é uma associação de homens procurando controlar o aparelho que regem por meios legais”. Para Epstein (1980): “Um partido político é um grupo frouxamente organizado que busca eleger governos e alcançar cargos de um determinado rótulo” (KATZ e CROTTY, 2006). Em Weber encontramos uma definição um pouco mais precisa:

Os partidos, não importam os meios que empreguem para a filiação de sua clientela, são, na essência mais íntima, organizações criadas de maneira voluntária, que partem de uma propaganda livre e que necessariamente se renovam, em contraste com todas as identidades firmemente delimitadas por lei ou contrato (WEBER, *apud* MARQUES e FLEISCHER, 1998, p. 03).

Uma definição um pouco mais elaborada é apresentada por Alcântara (2004, p. 11), esta agrega elementos apresentados por Burke, Downs e Sartori:

Partido político é o grupo de indivíduos que, partilhando certos princípios programáticos e assumindo uma estrutura organizativa mínima, se vincula à sociedade e ao regime político de acordo com as regras deste para obter posições de poder ou influencia mediante eleições.

Enfim, o partido político é uma organização, e como tal é importante que se analise sua estrutura organizacional. Braga e Borges argumentam:

De acordo com uma parte da literatura especializada em partidos políticos, a análise organizativa deve preceder a qualquer outra abordagem. Segundo esses autores, o fenômeno partidário antes de tudo deve ser entendido como uma organização, cuja fisionomia e dinâmicas organizacionais internas são cruciais para compreender o seu funcionamento, bem como as relações com os ambientes externos e mesmo as mudanças a que venha experimentar (OSTROGORSKI; WEBER; MICHELS; DUVERGER; PANEBIANCO; KATZ & MAIR *apud* BRAGA e BORGES 2008: 01).

Duverger (1951) e Panebianco (2005) consideram que a organização partidária, e o desenvolvimento da instituição são influenciados por seu processo de formação e como instituições os partidos exercem influencia nos processos sociais interferindo, inclusive, no

comportamento dos demais atores. Devemos levar em consideração, também, que os partidos se organizam de acordo com sua orientação ideológica. Desse modo, partidos de massa tendem a ser mais descentralizados e dar mais autonomia a suas subunidades e poder às bases, enquanto os partidos de quadros/ elitistas tendem a concentrar o poder.

Braga e Borges (2008) argumentam que “Tanto para os autores ‘clássicos’ quanto para os ‘contemporâneos’, os partidos políticos e as suas atividades somente se tornariam inteligíveis quando analisados como organizações”. Esse capítulo é dedicado à análise organizacional do PSDB por meio do estudo de seus estatutos, e, à luz da teoria sobre as organizações partidárias, buscamos observar, também, se a organização do partido exerce alguma influência nos resultados eleitorais alcançados.

Uma das questões levantadas pelo novo institucionalismo é “como explicar o processo pelo qual as instituições surgem e se modificam” (HALL e TAYLOR, 2003, p. 194), nesta linha este trabalho buscou, no capítulo 2, explicar como o PSDB surgiu, e agora a partir da análise de seus estatutos e resultados eleitorais buscamos compreender como ocorreu a evolução do partido.

Começamos o capítulo falando sobre os desafios dos partidos brasileiros (3.1). No segundo tópico, tratamos a organização partidária de acordo com os clássicos (3.2), no terceiro (3.3), partimos para a análise organizacional do PSDB à luz da teoria de Panebianco e o reflexo da organização nos resultados eleitorais. Em seguida, item 3.4, analisamos sua organização de acordo com seu estatuto e no tópico 3.5 discorremos sobre a escolha dos dirigentes. Finalizamos o capítulo com uma breve conclusão.

### **3.1- Os desafios da organização partidária no Brasil**

Ainda hoje a literatura que trata da organização partidária é escassa, tanto no Brasil quanto no exterior. Não obstante, é fundamental conhecer a organização para melhor compreender tanto as relações dentro do partido, como sua relação com o meio e suas estratégias.

De acordo com as teorias de partidos, essas organizações a partir da confluência de interesses de grupos, ou pessoas, buscam maximizar a possibilidade de ser eleitos e minimizar os custos. Os partidos são responsáveis por angariar recursos e promover a imagem dos

candidatos junto ao eleitorado, eles funcionam como um atalho informacional para os eleitores, ou seja, o cidadão ao conhecer o posicionamento do partido estima o posicionamento do candidato. Desse modo, os partidos controlariam pelo menos dois recursos fundamentais para os candidatos na arena eleitoral: o financeiro e a visibilidade, lançamento do candidato publicamente. Assim, os partidos podem beneficiar os candidatos tanto economicamente como na promoção de sua imagem.

De acordo com os pesquisadores que estudaram o sistema político brasileiro, (AMES; AMES e NIXON; AVELINO Filho; GEDDES; KINZO; MAINWARING; NOVAES *apud* SAMUELS, 1997<sup>44</sup>) aqui, os partidos são fracos por não controlarem os recursos necessários para eleger e manter a carreira de um político. Samuels (1997) defende que pelo menos um partido brasileiro figura como exceção a essa regra, o PT, que “vem institucionalizando mecanismos internos a fim de difundir sua sigla e diluir os incentivos oferecidos aos candidatos para se entregarem a uma estratégia individualista”.

Essa idéia é justificada, principalmente por dois fatores, um deles seria a influencia do sistema eleitoral que não gera incentivos para que haja um comportamento cooperativo entre os membros dessa instituição. O segundo argumenta que os partidos seriam incapazes de canalizar as demandas sociais, ou seja, não representariam de fato a sociedade. O partido seria um ente incapaz de manter a unidade de seus membros e de representar seu público.

Quanto à separação entre partido e as lideranças, estudos recentes assinalam que existe cooperação entre membros e lideranças partidária, ao contrário do que se supunha. O trabalho de Figueiredo e Limongi (2001) apresenta dados que demonstram a existência de um grau significativo de disciplina entre os parlamentares, e que o partido é um ente importante para que haja essa disciplina, ou seja, o que se verifica é que há uma conexão entre o partido e sua liderança e entre seus membros.

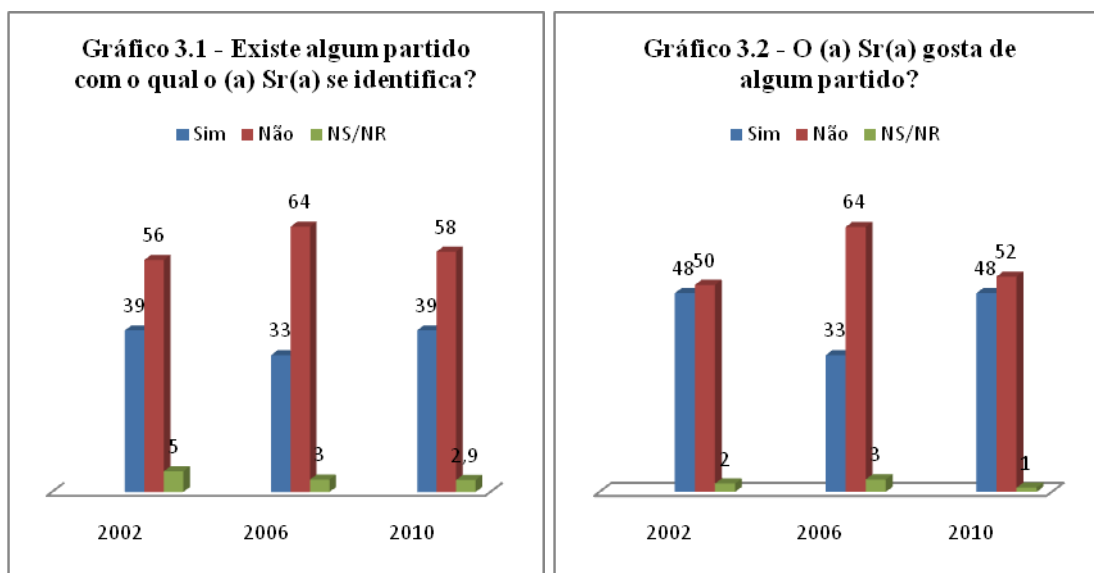
O outro elemento, a vinculação com o eleitor ainda constitui um desafio para os partidos. De acordo com pesquisas do ESEB<sup>45</sup>, 2002, 2006 e 2010, a identificação dos

---

<sup>44</sup> Esses trabalhos desenvolvidos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 defendem que o sistema partidário brasileiro não é institucionalizado e que não existe identificação ideológica. Todavia os estudos que analisam o comportamento parlamentar defendem que é possível falar em coerência ideológica e institucionalização do sistema, como falamos anteriormente.

<sup>45</sup> “O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan ([www.cses.org](http://www.cses.org)) e com a participação de dezenas de instituições de vários países. O projeto que embasa o CSES tem como premissa geral a tese de que contextos sócio-políticos e, em específico, os arranjos institucionais que regem as dinâmicas eleitorais, afetam a natureza e a qualidade da escolha democrática. Assim, seus objetivos principais são: identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou qualidade do regime democrático; compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo sob distintos

eleitores com partidos políticos apresenta níveis muito baixos. Comparando os resultados, da identificação partidária<sup>46</sup>, dos dois primeiros anos da pesquisa (2002 e 2006) foi constatada uma redução de aproximadamente 6% no número de eleitores que afirmaram identificar-se com algum partido. Houve também redução de 15% entre aqueles que demonstraram preferência por alguma legenda. Paiva, Braga e Pimentel (2007) consideram que essa queda não está ligada especificamente aos partidos, mas à instituição partidária em geral. A pesquisa de 2010 apresenta um resultado positivo em relação à de 2006, a porcentagem de eleitores que se sente representado por algum partido, ou que afirma gostar de algum partido, se eleva chegando índice de 2002, como podemos observar nos gráficos a seguir.



Fonte: Organização própria a partir das Pesquisas ESEB 2002, 2006, 2010; base de dados ESEB - nups<sup>47</sup>; e Tendências ESEB 2010, Opinião Pública.

O baixo índice de eleitores que se identificam e/ou gostam de um partido não é um fenômeno exclusivo do Brasil. De uma maneira geral, tal fato pode ser percebido em diferentes democracias contemporâneas. As mudanças observadas nos últimos anos, tanto no que tange ao uso de tecnologias nas campanhas eleitorais, como no que tange às necessidades e expectativas dos eleitores e ao posicionamento dos partidos frente às demandas dos cidadãos, fez com que houvesse uma mudança nos padrões de recrutamento partidário. Outra

---

arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas” (*Opin. Publica* [online]. 2011, vol.17, n.2 [cited 2012-04-21], pp. 516-540).

<sup>46</sup> As pergunta utilizada pelo ESEB para identificação partidária eram: De modo geral, existe algum partido com o qual o(a) Sr(a) se identifica?

O(a) Sr(a) gosta de algum partido?

<sup>47</sup> [http://nups.usp.br/index.php?option=com\\_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=pt](http://nups.usp.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=pt)

mudança, importante, foi o declínio no número de apoiadores, membros, ativistas e mesmo eleitores participando nos processos eleitorais. Observando alguns casos na Europa podemos constatar essa queda. Na Dinamarca, por exemplo, os índices de identificação caíram de 21.1 em 1960 para 6.5 em 1980; no Reino Unido, de 9.4 para 3.3, no mesmo período e na Holanda, de 9.4 para 2.8, entre outros (WARE, 1995, p. 124).

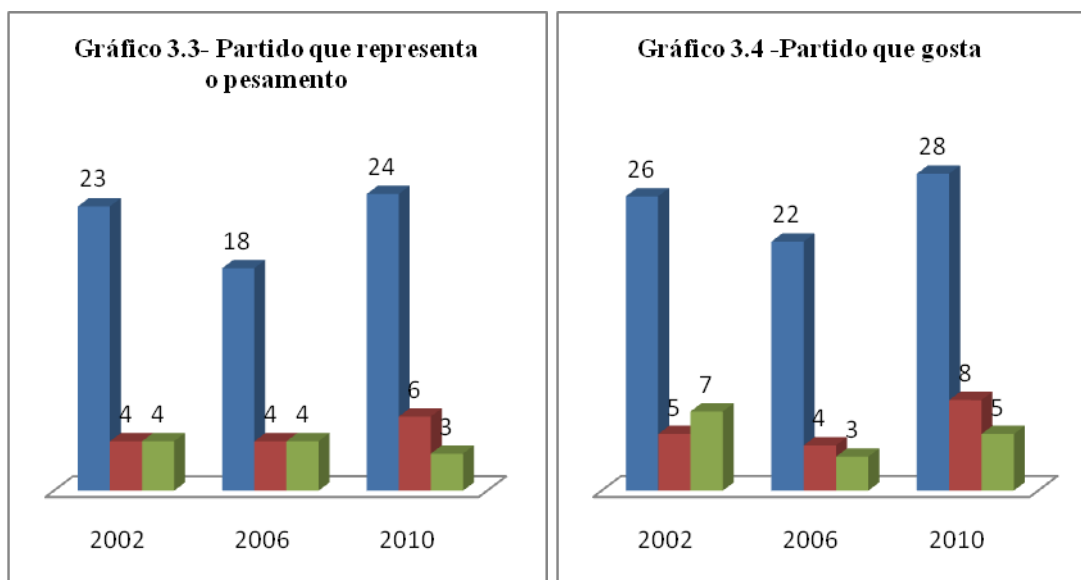
A variação pode ser observada principalmente no número de membros dos partidos. Na maioria das democracias contemporâneas, a densidade de participação nos partidos tem declinado ao longo dos últimos 20, 30 anos (MONTEIRO, GUNTHER e LINZ, 2007).

As causas desse declínio podem ser encontradas nas inúmeras mudanças sociais que atravessamos nos últimos 40 anos. Alguns dos elementos que podem explicar a mudança de comportamento com relação aos partidos são: a redução da base eleitoral da classe operária, expansão da classe média, maior presença das mulheres na força de trabalho e eleitoralmente, aumento das migrações internacionais, avanços tecnológicos e advento de valores pós-materialistas. Além disso, há outras formas de participação política, que podem se mostrar mais atrativas e, até mesmo, mais eficientes para alguns cidadãos, como é o caso das ONGs ou associações, participando dessas entidades os cidadãos podem sentir contempladas suas demandas e desconsiderar a necessidade de atuar em partidos (MONTEIRO, GUNTHER e LINZ, 2007). Como podemos observar o baixo índice de identificação partidária no Brasil não é um fato isolado.

Entre os partidos que conseguem canalizar as preferências dos brasileiros, é possível constatar que o PT é a agremiação com a qual os eleitores mais se identificam. Para ilustrar as preferências dos eleitores, no Brasil, tomamos os dados do PT, PSDB e PMDB, na pesquisa ESEB. Como podemos observar nos gráficos a seguir, o percentual de identificação com o PT se destaca em relação à identificação com os demais. O PT atrai mais que o quádruplo das preferências em relação aos outros dois partidos, que despontam em segundo lugar. Enquanto os eleitores identificados com o PT variam entre 18 e 24%, PSDB e PMDB, que despontam em segundo lugar na preferência dos eleitores, receberam entre 4 e 6% das indicações.

Como destacamos, o percentual de identificação do PSDB é muito baixo (em torno de 4%). A alta identificação com o PT e a baixa identificação com o PSDB pode estar vinculada às características dos dois partidos, tanto no que tange à sua fundação como no que tange à sua organização. De fato, o PT é um partido de base social, surgiu a partir da organização de líderes sindicais em associação com intelectuais. A agremiação é conhecida pela defesa dos

direitos sociais e trabalhistas. Por outro lado o PSDB surgiu e continua como um partido de notáveis, de base elitista e sem vínculo social.



Fonte: Pesquisa ESEB 2002, 2006, 2010; base de dados ESEB – nupps<sup>48</sup>; e Tendências ESEB, 2010 Opinião Pública.

Apesar da baixa identificação dos eleitores e dos diagnósticos de que nosso sistema é fraco e favorece o caráter individualista dos candidatos na arena eleitoral, Guarnieri (2009) mostra que os partidos brasileiros controlam recursos fundamentais para os políticos. O autor assinala que há três grandes recursos dos partidos, os quais podem ser divididos em duas arenas: a arena eleitoral que compreende: Horário Eleitoral Gratuito e Fundos Partidários; e a arena governamental relacionada aos cargos em comissão no setor público (*pork*), os quais permitem ao partido político controlar áreas de seu interesse. Esses recursos são centralizados pelas lideranças partidárias, as responsáveis por sua distribuição.

Além desses recursos, os partidos controlam a área de seleção de candidatos. De acordo com Guarnieri (2009), os partidos utilizam instrumentos específicos para restringir a entrada de postulantes a cargos eletivos, a fim de definir quem escolherá os candidatos e para limitar o número de candidaturas a serem lançadas. Nas palavras do autor “Constatamos, assim, que o processo é centralizado que, na prática, as lideranças partidárias têm controle do processo. São elas que definem quem pode participar e como” (GUARNIERI, 2009, p. 42). E, de acordo com Braga e Borges, quanto mais os dirigentes são capazes de concentrar o poder mais fácil se torna cumprirem dois objetivos fundamentais da organização partidária: a

<sup>48</sup> [http://nupps.usp.br/index.php?option=com\\_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=pt](http://nupps.usp.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=38&lang=pt)

sobrevivência da instituição e manter a continuidade das “linhas de autoridade legitimadas internamente”. Os autores destacam que:

É interessante observar, que essa defesa da sobrevivência da organização acaba se tornando o pré-requisito para a reprodução do poder oligárquico intrapartidário, conforme já indicara Michels (1971) ao explicar a sua “Lei de Ferro da Oligarquia” (BRAGA e BORGES 2008, p. 6).

O que se observa é que as lideranças controlam recursos importantes para os políticos. Agora é importante saber como essas lideranças adquirem controle sobre esses recursos, como controlam a organização partidária.

### **3.2- Organização partidária de acordo com os clássicos**

Diamond e Gunther (2001) propõem que a análise de partidos deve ser feita a partir de três critérios: 1- o tamanho da organização formal do partido e a extensão de funções que ele executa (variando entre partidos de base-elitista, e estendendo a partidos organizados a partir da base de massa); 2- se o partido é tolerante e pluralista ou proto-hegemônico em seus objetivos e tipo de comportamento; e 3- a distinção de seus compromissos ideológicos e programáticos.

Um dos elementos mais importantes ao analisar os partidos é saber quais as funções que executam. As sete funções descritas por Diamond e Gunther (2001), são uma espécie de denominador comum, encontrado em diversos partidos, que facilita a comparação entre as organizações em diferentes países.

- 1- recrutar e nomear candidatos para cargos eletivos;
- 2- mobilizar o suporte do eleitorado para esses candidatos e estimular a participação eleitoral;
- 3- estruturar as escolhas dos candidatos que competem no grupo através de diferentes dimensões de questões;
- 4- representar diferentes grupos sociais simbolicamente ou na promoção dos grupos de interesse;
- 5- agregar interesses específicos no aspecto eleitoral e governando coalizões;
- 6- formar a base de sustentação do governo;
- 7- integrar os cidadãos mais amplamente no estado-nação e seu processo político.

Montero *et all* (2007), sintetizam em cinco as funções dos partidos. Argumentam que além de ganhar eleições e administrar o patronato, são tarefas dos partidos: 2- definir políticas

públicas; 3- articular, agregar e representar interesses; 4- mobilizar e socializar os cidadãos e 5- recrutar elites e formar governos.

Os estudos sobre organização partidária estão baseados em diferentes tradições. A primeira tradição está embasada em um modelo de *competição eleitoral* presente nos estudos clássicos de Duverger (Partidos Políticos) e Epstein (Partidos Políticos nas democracias ocidentais). Nessa abordagem é analisado o motivo da existência de diferentes tipos de organização partidária durante os primeiros estágios da democratização. O efeito da competição de outros partidos é enfatizado como um dos elementos que leva os partidos a adotarem um tipo particular de organização (WARE, 1995).

Diferentemente do modelo de competição eleitoral, o *modelo institucional* dá maior prioridade a dinâmica de como uma organização é formada e seus diferentes elementos se relacionam entre si. Essa abordagem não nega que a necessidade de competir por votos pode levar um partido a reformar ou modificar sua estrutura, mas enfatiza que existem padrões nas relações intra-partidárias que limitam a possibilidade do partido convergir a certa forma organizacional. O trabalho contemporâneo dessa tradição que se destaca é o de Panebianco – Partidos Políticos Organização e Poder.

A terceira tradição é a *sociológica*, que liga a organização partidária a tipos particulares de recursos disponíveis para o partido. Essa linha defende que formas organizacionais refletem a oferta e o controle de recursos (WARE, 1995).

O clássico estudo de Duverger (1980) sobre organização partidária apresenta uma tipologia que consiste em duas dimensões: (1) se a estrutura é direta ou indireta e (2) os chamados “elementos básicos” do partido.

A primeira dimensão, à qual ele se refere (partidos diretos ou indiretos) é como um plano horizontal, envolve a distinção entre partidos que são organizações unitárias (estrutura “direta”) e aqueles que são confederações de outras entidades (estruturas “indiretas”). Essa tipologia foi desenvolvida nos anos 1950. De acordo com Duverger (1980), as estruturas indiretas eram menos comuns, e normalmente eram encontradas entre partidos socialistas e católicos. Ainda de acordo com o autor, um partido pode apresentar traços mais ou menos indiretos.

Na segunda dimensão, o autor se refere ao “plano vertical”, ou elementos básicos, as ‘unidades a partir das quais o partido se impulsiona’. Um partido “direto” unitário pode ser composto por quatro tipos de elementos básicos - o comitê, a seção, a célula, e a milícia.



Duverger observa que a história organizacional de um partido, não o constrange a se manter em uma mesma estrutura. Para ele, o principal elemento que determina o futuro da organização partidária em uma democracia é a lógica da competição eleitoral, a qual conduz os partidos a modificarem sua organização para se tornarem mais competitivos.

Epstein (uma década e meia depois) analisa a organização partidária como uma resposta a competição por votos. O autor argumenta que o modelo americano de partido seria o mais adequado para conduzir modernas campanhas eleitorais. Em uma era de campanhas televisivas, pesquisa de opinião, etc., os partidos não necessitariam de um grande número de membros para mobilizar eleitores. O mais importante para os partidos é ter dinheiro para poder pagar por esses serviços. Para conseguir esses recursos seria mais fácil recorrer a grupos de interesse e doadores individuais, que angariar fundos através da busca de recrutamento de um grande número de membros. Com muitos membros a liderança partidária pode ser constrangida a elaborar certo tipo de estratégia de campanha condizente com os anseios de seu *corpus operandi* (WARE, 1995).

Duverger e Epstein são os dois pioneiros na análise organizacional dos partidos e permanecem como importantes referências nesse tipo de estudo. Observando a produção sobre partidos políticos constatamos que esse tipo de enfoque permanece à margem dos estudos partidários. Mair (1994) considera que o estudo do partido como organização é uma grande lacuna existente na ciência política contemporânea, que, apesar de estudar os partidos sob vários aspectos, por exemplo, comparativamente, atuação eleitoral e parlamentar, não se dedica ao estudo da organização. O autor defende, ainda, que essa ausência se deve ao fato de que os analistas políticos continuam centrados na classificação de Duverger, e ao buscar como parâmetro os partidos de massa, deixam de focar nas formas contemporâneas de organização.

Outro pesquisador que trabalha com a organização partidária é Panebianco (2005). O autor estrutura uma análise na qual contempla o tipo de formação do partido, sua organização e a relação entre esses dois elementos. Em seu trabalho sugere que a organização dos partidos é definida pelo grau de centralização/descentralização do poder da coalizão dominante no interior da instituição partidária.

A tipologia de Panebianco (2005) liga dois tipos de variáveis: o modelo originário (como o partido pode ser formado) e o grau de institucionalização. De acordo com seu modelo, o partido atravessa um processo de transformações ao sair da fase genética até atingir a maturidade organizativa. O modelo de Panebianco apresenta três fases: gênese, institucionalização e maturidade (PANEBIANCO, 2005, p. 319).

Por se tratar de uma teoria mais contemporânea e que contempla diferentes aspectos da organização partidária, usaremos a teoria de Panebianco para analisar a organização do PSDB.

### **3.3- A Organização territorial do PSDB à luz da teoria de Panebianco**

Como vimos no capítulo 2, o PSDB surge como um partido parlamentar, um partido de quadros, com características *catch all*, e, ao longo de sua trajetória permanece como um partido elitista sem o suporte de uma base social. E, apesar da retórica de seus dirigentes nunca chegou a ter vínculos sociais, apresentando uma trajetória contrária ao que defendia Franco Montoro (1989): manteve-se mais perto do poder que “do pulsar das ruas”. Mas, de acordo com a análise de Panebianco, a origem parlamentar ou externa não é nem deve ser “o único eixo a sustentar a diferenciação de ordem genética entre os diversos partidos” (2005, p. 94).

#### **3.3.1- Fundamentos da Teoria de Panebianco**

Panebianco (2005) argumenta que a construção da organização de um partido pode ocorrer por penetração ou difusão territorial. A penetração acontece quando há um “centro que controla, estimula e dirige o desenvolvimento da periferia”. Partidos que se formam através da penetração territorial tendem a desenvolver instituições fortes, porque as elites fundadoras podem controlar a forma que a organização toma ao começar. A difusão territorial se dá quando há um desenvolvimento por “germinação espontânea, são as elites locais que num primeiro momento constroem as associações partidárias e somente depois essas são integradas na organização nacional” (PANEBIANCO, 2003, p. 94). Partidos que se desenvolvem através difusão territorial tendem a ser mais fracos institucionalmente por causa da competição pelo controle dos recursos entre as elites fundadoras.

A maneira como a organização partidária é constituída está ligada à conformação da coalizão dominante. O pesquisador destaca quatro fatores que impactam no modo que a

coalizão dominante é formada: Existência de um núcleo coeso desde o início; Legitimação interna; Legitimação externa; e Caráter carismático. O quadro a seguir sintetiza as características de partidos organizados por difusão e de partidos organizados por penetração.

**Quadro 3.1-** Síntese das características de partidos formados a partir de Penetração e Difusão

	Penetração	Difusão
Existência de núcleo coeso desde o início	Sim	Não
Legitimação externa <sup>49</sup>	Não	Sim
Legitimação interna <sup>50</sup>	Sim	Não
Caráter Carismático <sup>51</sup>	Não	Sim

Fonte: organização própria a partir de Panebianco, 2005.

De acordo com Panebianco, o nível de institucionalização incide sobre o grau de coesão da coalizão dominante. Partidos muito institucionalizados possuem uma coalizão dominante coesa, do mesmo modo que aqueles com fraca institucionalização correspondem a uma coalizão dividida. Porém, o autor chama atenção para o fato de que “o grau de coesão é apenas um dos fatores que contribuem para definir a conformação da coalizão dominante de um partido. Os outros fatores são o *grau de estabilidade* da coalizão e o *mapa do poder organizativo*” (PANEBIANCO, 2005, p. 325).

Ao tomarmos os critérios do autor para o caso do PSDB observamos que o partido se aproxima mais da estrutura por penetração: desde a fundação existe um núcleo coeso, que organiza, controla e dirige o partido. O partido se organiza com legitimação interna, ou seja, não há nenhum órgão externo que estimule sua formação e organização. Além disso, o partido não apresenta a figura de um líder carismático.

Quanto à institucionalização, Panebianco argumenta que embora todos os partidos enfrentem esse processo o resultado pode ser instituições fortes ou fracas.

Disso decorre a hipótese, central no meu entendimento, de que os partidos se diferenciam principalmente pelo grau de institucionalização alcançado, que, por sua vez, depende das modalidades de formação do partido, do tipo de modelo originário (e também do tipo de influências ambientais a que a organização é submetida). Essa afirmação subentende a idéia

<sup>49</sup> externamente a legitimidade dos partidos experimenta uma fraca institucionalização porque é interessante para os patrocinadores que o partido em si não tenha muita autonomia.

<sup>50</sup> partidos legitimados internamente não tem os constrangimentos impostos a legitimidade externa do partido e pode desenvolver em direção a uma forte institucionalização.

<sup>51</sup> lideranças carismáticas tendem a resistir a institucionalização em seu partido como uma maneira de manter seu poder. Entretanto quando acontece a institucionalização ela tende a ser forte refletindo o padrão da autoridade central do partido.

de que é possível, ao menos teoricamente, “medir” o nível de institucionalização dos diferentes partidos e que, portanto, é possível colocá-los num extremo ou outro do *continuum* que vai de um máximo a um mínimo de institucionalização (PANEBIANCO, 2005, p. 103).

Panebianco considera que o grau de institucionalização de uma organização partidária pode ser aferido a partir de duas dimensões:

- 1- o grau de *autonomia*<sup>52</sup> do ambiente em que a instituição se desenvolveu;
- 2- o grau de *sistematicidade*<sup>53</sup>, de interdependência entre as diversas partes da organização.

Ainda de acordo com o autor, o grau de coesão/divisão está relacionado à concentração/dispersão do controle sobre as áreas de incerteza e, conseqüentemente à concentração/dispersão do controle sobre a distribuição de incentivos, nesse caso se refere aos jogos de poder verticais (trocas elite-seguidores). A Estabilidade/Instabilidade estão relacionadas à maneira como ocorrem os jogos de poder horizontais (relação entre os componentes da elite).

Panebianco classifica três tipos de coalizão dominantes: oligarquia, monocracia e poliarquia.

Quanto à oligarquia e a monocracia, o autor utiliza os conceitos de Schonfelt em “La Stabilité des Dirigeants des Partis Politiques: La Théorie de l’Oligarchie de Robert Michels”, de 1980. De acordo Schonfelt (*apud* PANEBIANCO, 2005), a oligarquia é um modo de dominação no qual uma pequena coalizão tende a exercer grande poder sobre as decisões do grupo. Os líderes, especialmente o líder oficial, são muito poderosos e influentes. Já na monocracia predomina a opinião de uma única pessoa, com a qual toda organização tende a identificar-se. O autor argumenta que esses dois modelos sempre apresentarão uma coalizão “dominante, coesa e estável” (PANEBIANCO, 2005, p. 331).

A poliarquia se caracteriza pela existência de um ou mais grupos, onde nenhum deles é capaz de impor o controle hegemônico sobre a organização, neste caso as decisões são tomadas após um processo de negociação entre os grupos. Graças a seu caráter, neste modelo prevalecem as “coalizões dominantes divididas estáveis e divididas instáveis”.

---

<sup>52</sup> Uma instituição tem autonomia quando desenvolve a capacidade de controlar diretamente os processos de troca com o ambiente. E é dependente quando os recursos indispensáveis para seu funcionamento são controlados externamente por outras organizações.

<sup>53</sup> Refere-se à coerência estrutural interna da organização.

### 3.3.2- A organização do partido e seu reflexo nos resultados eleitorais

Analisando as características dos partidos brasileiros com base na tese de Panebianco, Guarnieri argumenta que o PSDB pode ser considerado um partido *Poliárquico*, devido a divisão do poder em diferentes níveis organizacionais. Na definição do autor:

No caso dos partidos *poliárquicos* a organização em diretórios faz com que as lideranças tenham que estabelecer constantes negociações no interior do partido para garantir o controle do processo de decisão e tanto a coesão como a estabilidade das coalizões dirigentes são precárias. (GUARNIERI 2009, p. 53).

Contudo, o autor argumenta que no caso do PSDB as lideranças se mantêm coesas, “as decisões são tomadas pela cúpula que quase sempre evita, por meio de acordos, que as divisões internas se transformem em disputas institucionais”. Além disso, ao falar das coalizões dirigentes do PSDB, Guarnieri, observa que apenas “poucos estados formam sua coalizão dirigente, o que facilita a formação de maioria e as decisões de cúpula” (GUARNIERI, 2009, p. 132). Considerando os delegados de 2006 (Apêndice I) fica comprovado que apenas dois estados São Paulo e Minas Gerais, são responsáveis por 30% do total dos delegados, ao passo que, para o PMDB alcançar a mesma porcentagem de delegados seriam necessários quatro estados, o que indica um alto grau de concentração das elites dominantes peessedebistas.

A análise da organização territorial dos partidos parte da maneira como a instituição está estruturada nas regiões da unidade de análise (país ou estado, no caso de territórios federativos). Com base na teoria de Panebianco, Guarnieri (2009) argumenta que “o número de diretórios constituídos dá uma idéia da organização adotada pela direção no momento de origem do partido”. O autor defende, ainda, que o tipo de desenvolvimento influencia a coesão organizativa. Os partidos que se desenvolvem por meio de penetração territorial possuem uma coalizão dominante desde o início enquanto os que se desenvolvem por difusão têm mais dificuldades no processo de formação de lideranças, além disso, a partir do tipo de desenvolvimento e da organização territorial, é possível observar a divisão da coalizão dominante que controla o partido no nível local e aspiram a liderança nacional.

O autor argumenta, ainda, que mais que desenvolvimento institucional, a presença de diretórios indica o grau de *sistematicidade* dos partidos, o qual, por sua vez está relacionado ao grau de autonomia de suas subunidades com relação à direção central. Quando há um alto

grau de *sistematicidade* significa que as subunidades têm pouca autonomia, isto ocorre com os partidos que têm muitas comissões provisórias.

Assim, vemos que uma forte presença de comissões provisórias indica que um partido se desenvolveu por um processo de penetração e que este partido possui grande *sistematicidade* o que, recorrendo tipologia de Panebianco, caracterizaria um partido forte. Pela nossa definição, segundo a qual um partido é forte quando sua direção controla as decisões estratégicas do partido, a presença de comissões provisórias também indica maior força (GUARNIERI, 2009, p. 55)

A conclusão do autor se dá uma vez que as Comissões Provisórias (doravante CP's) têm menos autonomia de poder que os diretórios, o que gera menos conflitos proporcionando a agilidade na tomada de decisão e garantindo o poder da direção central, já que é ela quem dá a última palavra. As CP's são instituídas em regiões onde o partido está iniciando sua atuação, seria um pré-diretório, menos sistemático mas que garante a presença do partido. Por outro lado, por ser menos sistemática a CP está mais fortemente ligada ao Diretório Central. As CP's deveriam existir somente na fase inicial de um partido ou de sua atuação em certo município ou região. Contudo se tornou uma prática comum entre os partidos brasileiros que, muitas vezes, mesmo já estando estruturado não avançam para a formação de diretórios. Não é raro observarmos partidos já constituídos há um tempo que mantém mais CP's que diretórios (GUARNIERI, 2009). De acordo com o Estatuto do PSDB a CP deverá existir onde não houver Diretório:

Para os Estados onde não houver Diretório organizado, ou este tiver sido dissolvido ou se desconstituído, a Comissão Executiva Nacional designará Comissão Provisória de 7(sete) a 11(onze) membros, eleitores no Estado, com um presidente e um secretário, indicados no ato, que terá as competências de Diretório e de Comissão Executiva Estaduais e se incumbirá de organizar e dirigir a Convenção Estadual, no prazo que for estabelecido no ato de sua designação (Estatuto do PSDB, 1999, 2003, 2007, 2011).

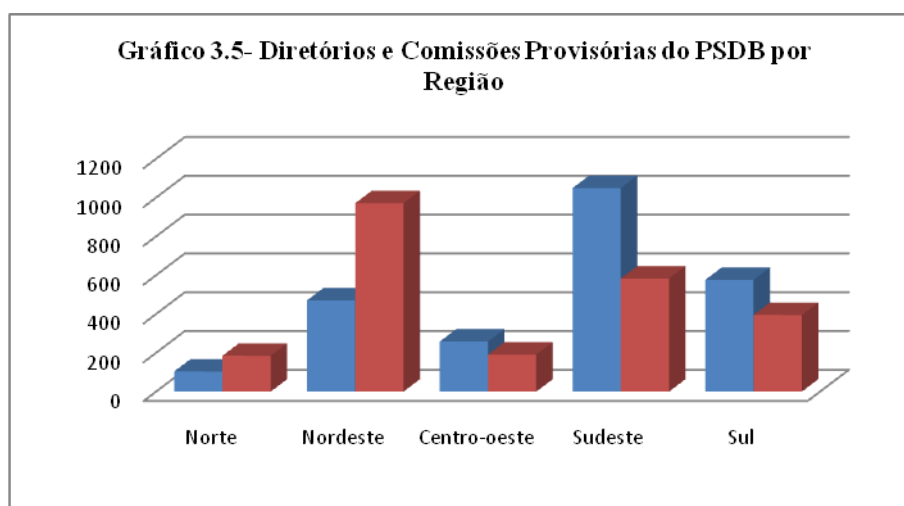
De acordo com a Legislação Partidária brasileira, um partido somente poderá funcionar depois de registrar seu estatuto no TSE, o que, por sua vez, exige-se que ele tenha caráter nacional. A Lei considera como tal o partido que comprove o apoio de eleitores correspondentes a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que tenha votado em cada um deles (Resolução TSE Nº 23.282, de 22.6.2010; Título II). A fim de garantir presença no território exigido pela legislação os partidos criam as CP's. Contudo,

esse mecanismo que deveria ser provisório, como o próprio nome diz, acaba adquirindo caráter permanente em algumas regiões.

Por ter se formado a partir da ruptura de grupos de partidos existentes, especialmente do PMDB, o PSDB se estruturou baseado na organização nacional do seu partido de origem. Assim, sua abrangência nacional seguiu os padrões do antigo partido, ou seja, embora concentre sua força no sudeste, mais especificamente em São Paulo, o PSDB já nasceu com penetração nacional.

Assim como o PT e o PMDB, o PSDB possui mais diretórios que Comissões Provisórias (GUARNIERI, 2009). O partido está organizado nacionalmente, com representação nas cinco regiões. O PSDB está presente em 2571 municípios, possui 1722 diretórios e 839 CP's, cerca de 33% de sua organização.

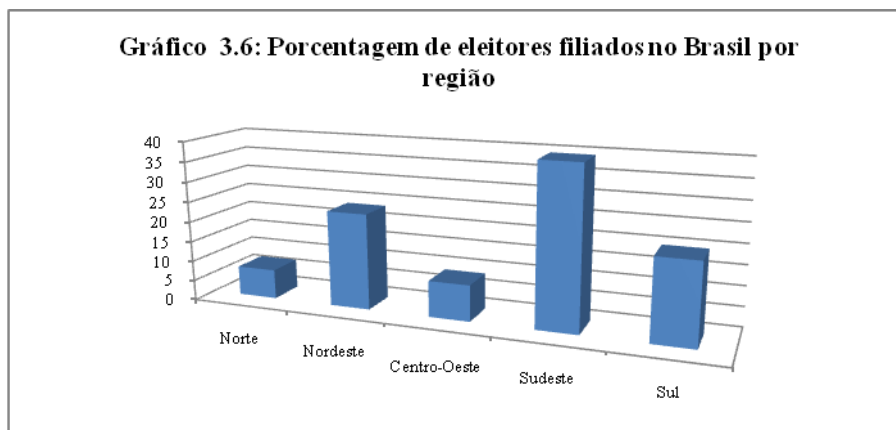
No gráfico 3.5 apresentamos a organização do PSDB por região.



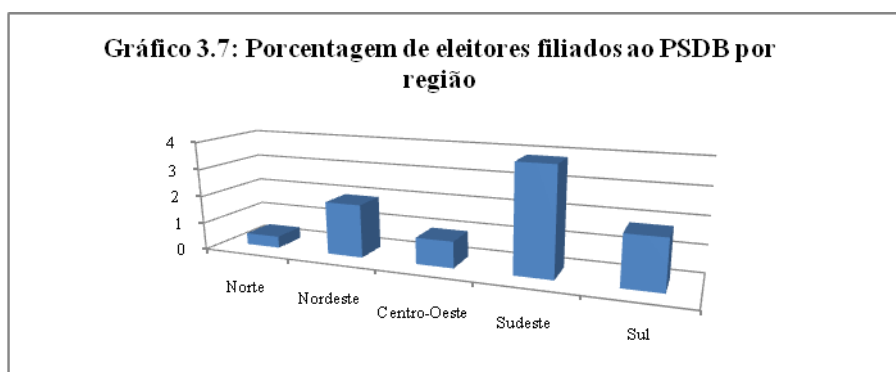
Fonte: TSE (<http://www.tse.jus.br/>, acesso em 12 de novembro de 2011).

Quanto à distribuição de Diretórios e Comissão Provisória do PSDB por região, podemos observar que a organização do partido mantém o padrão observado no momento de sua formação: mais diretórios (órgãos mais institucionalizados) no sudeste, sul e centro oeste, e a prevalência de Comissões Provisórias no Nordeste e Norte. Esses dados nos informam que o partido permanece com mais penetração e organização no centro-sul e organização mais precária no norte-nordeste, o que garante maior poder da organização central nas unidades que estão mais distantes, como argumentamos anteriormente, as CP's têm menos autonomia que os Diretórios, o que garante à Direção maior controle nessas regiões.

Com relação à distribuição dos filiados do PSDB no Território Nacional, esta segue o padrão do número de filiações por região, na qual se observa que o Sudeste é a região com maior presença de eleitores filiados, seguidos do Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, como podemos observar nos gráficos a seguir.



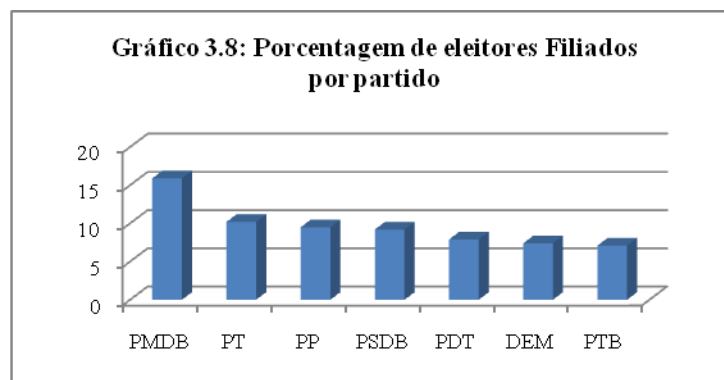
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, acesso em novembro de 2011 (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatisticas-do-eleitorado/filiados>)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, acesso em novembro de 2011 (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatisticas-do-eleitorado/filiados>)

Devido à existência de muitos partidos, no Brasil, há uma grande dispersão dos eleitores filiados. Ao observarmos o gráfico abaixo, constatamos que o PSDB é o quarto partido com mais eleitores filiados. Os partidos com mais de 9% de membros dentre o total de eleitores filiados são respectivamente: PMDB, PT, PP e PSDB, seguidos de PDT e DEM, que possuem mais de 7%. Mais atrás vêm os demais partidos brasileiros com menos de 5% de filiados.



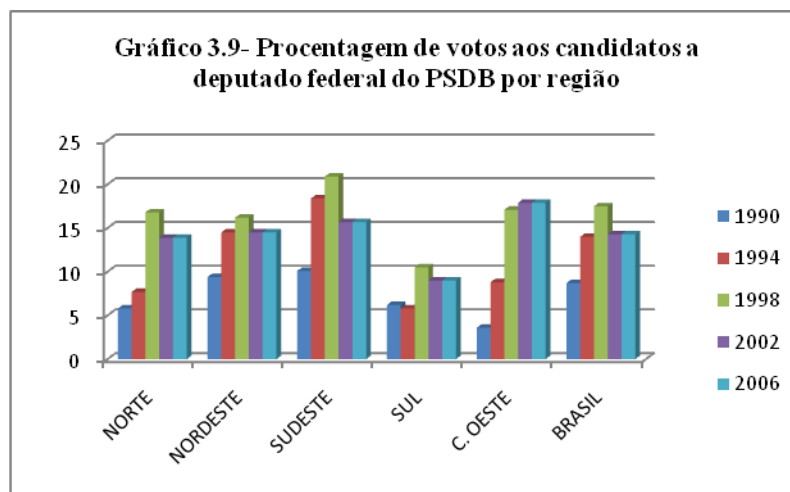


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE, acesso em novembro de 2011 (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatisticas-do-eleitorado/filiados>)

O PMDB se destaca em relação aos demais com quase 16% em relação ao total de filiados no país. A maior concentração de filiados desse partido se encontra no sudeste, centro-oeste e sul. Em seguida, está o PT que conta com pouco mais de 10%, os filiados desse partido se encontram, principalmente no sudeste e no sul. O PP, também, apresenta maior força no sudeste e sul, e o PSDB, que tem mais filiados no sudeste, nordeste e sul, possui pouco mais de 9%.

O que observamos é que o percentual de filiados não está relacionado à organização do PSDB, uma vez que, o Nordeste onde o partido apresenta uma estrutura mais precária desponta como a segunda região na qual o partido tem mais filiados. Por outro lado as maiores porcentagens de filiados ao PSDB coincidem com as regiões onde há maiores porcentagens de eleitores filiados no país, como afirmado anteriormente.

Embora o PSDB seja mais organizado no centro-sul, é possível observar que os candidatos a deputado federal do partido recebem uma proporção de votos entre 10 e 15%, no Norte e Nordeste, os votos recebidos no Sudeste e Centro-Oeste variam entre 15 e 20% (a partir da eleição de 1998) e, no Sul não chegam a 10% .



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Jairo Nicolau.

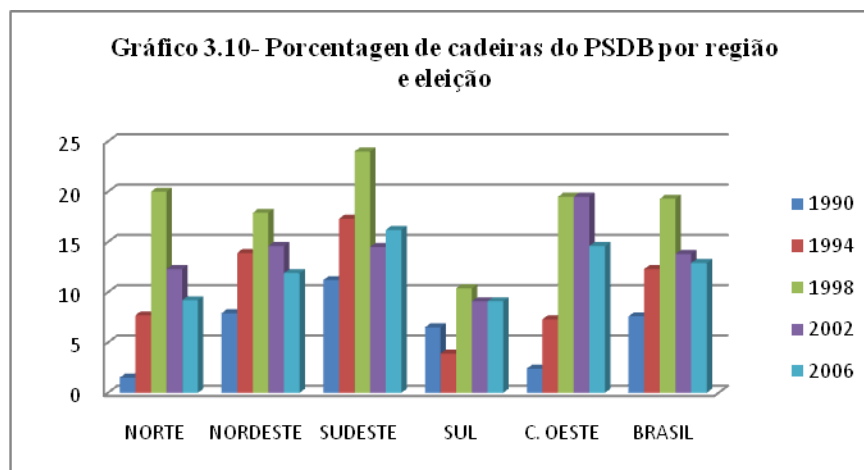
Apesar de ser mais organizado no sul que no norte/nordeste, a região apresenta as menores porcentagens de votos em deputados federais. Contudo nas duas regiões em que o partido apresenta mais diretórios, o sudeste e o centro-oeste, a média de votos aos candidatos a deputados federais do partido é superior à média nacional.

Não há ao longo da trajetória do partido o fortalecimento da organização no Nordeste, e essa questão aparece como a justificativa para a aliança com o PFL/DEM, como vimos no capítulo 2, ou seja, conscientes de sua pouca penetração e aceitação na região nordeste do país e vislumbrando conquistar o eleitorado da região, o PSDB celebra uma aliança com o PFL, partido cujo principal reduto eleitoral se encontra naquela região.

Embora possa parecer baixo o percentual de votos recebidos pelo partido, devemos levar em consideração que, no Brasil, um grande número de legendas concorrendo às eleições<sup>54</sup>. Nesse sentido, desde 1994 o PSDB tem despontado como um dos cinco maiores partidos no Congresso Nacional. Em 1994 e em 2006, foi a terceira bancada, em 1998 a segunda maior, em 2002 a quarta.

O percentual de cadeiras do partido por região em cada eleição é apresentado no gráfico 3.10.

<sup>54</sup> Em 1990, por exemplo 33 partidos apresentaram candidatos à deputado federal, destes 13 alcançaram pelo menos 1% dos votos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados a partir de dados de Jairo Nicolau.

A porcentagem de cadeiras que o partido conquista no sudeste é levemente superior à média nacional, com exceção da eleição de 2002, quando elege um número expressivo de deputados no centro-oeste.

Analisando a estrutura organizacional municipal dos principais partidos brasileiros, Braga e Borges (2008), constatam que o PSDB apresentou o maior número de candidaturas às prefeituras nas regiões sudeste e centro-oeste, seguidas pela região norte. Justamente nas regiões em que o partido está mais bem organizado.

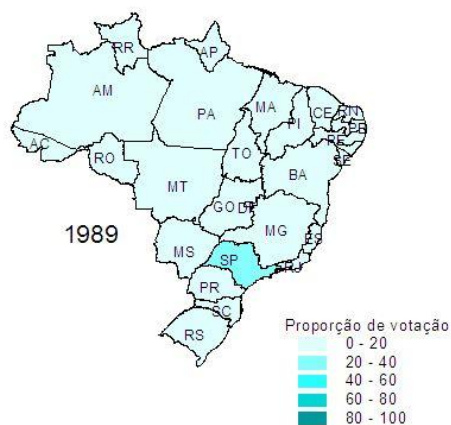
Os autores argumentam que o PSDB, assim como o PT, apesar de possuir maior parte de suas organizações nas cidades pequenas (mais da metade) apresenta “as maiores porcentagens de organização em cidades médias e grandes”. Ainda de acordo com a análise dos autores, nas eleições municipais de 2004, o PSDB é “o partido que tem a menor diferença, em que se constata uma maior proximidade do percentual dos candidatos eleitos com o lançamento de candidaturas, seguido pelo PMDB e o pelo PP”. Mais uma vez o partido utiliza a estratégia de concentração de poder nos locais onde está mais organizado (BRAGA e BORGES 2008, p. 19).

Os autores concluem que:

(...) é possível inferir que partidos como PSDB, PP e PFL, talvez por adotarem a estratégia de concentração das candidaturas em uma região do país (Sudeste, Sul e Nordeste, respectivamente), apresentaram menor diferença entre quantidade de candidaturas e a de candidatos eleitos, tanto para o cargo de prefeito quanto de vereador em 2004. No PMDB, essa relação aparece forte nas eleições para prefeito, mas enfraquece no caso dos vereadores. O PT se destaca por ser o partido com a menor relação entre candidaturas e sucesso eleitoral (BRAGA e BORGES 2008, p. 19).

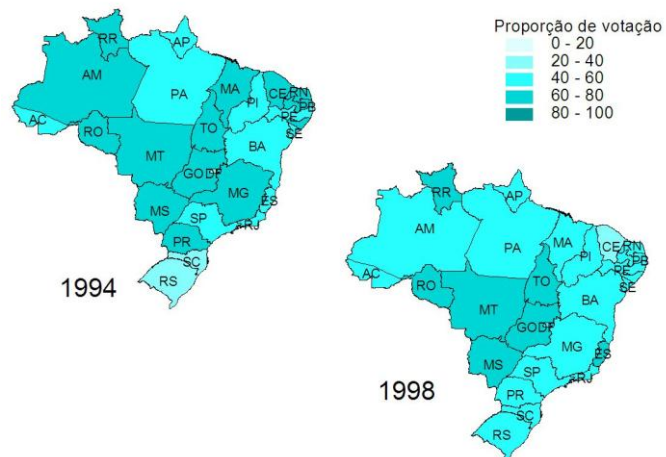
Se observarmos o desempenho eleitoral do partido nas eleições presidenciais, notamos mais uma vez a força do partido no sudeste.

**Figura 3.1 – Votos do candidato à presidência pelo PSDB na eleição de 1989**



Fonte: Organização própria a partir dos dados eleitorais organizados por Jairo Nicolau <http://jaironicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html>

**Figura 3.2 – Votos do candidato à presidência pelo PSDB nas eleições de 1994 e 1998**

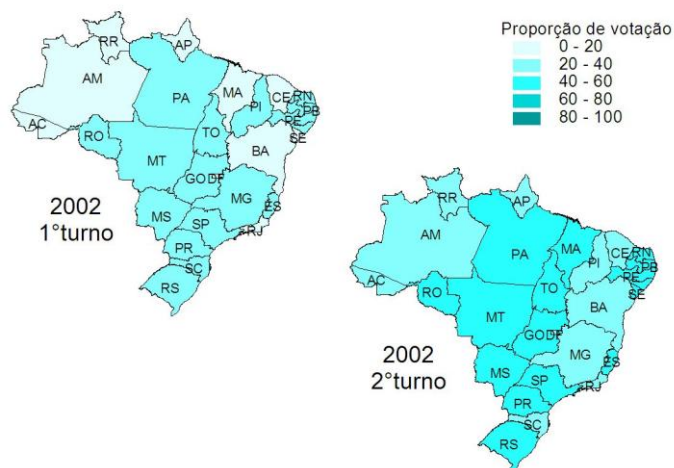


Fonte: idem.

Na eleição de 1989 o partido obteve o maior número de votos em São Paulo, estado de origem da maior parte de seus membros fundadores. As eleições de 1994 e 1998 apresentam o crescimento do partido e sua penetração territorial. Como discutimos no capítulo anterior, o sucesso eleitoral do PSDB em 1994 foi profundamente condicionado pelo sucesso do Plano Real, em 1998 o partido ainda colhia os benefícios da estabilidade e também vence no primeiro turno.

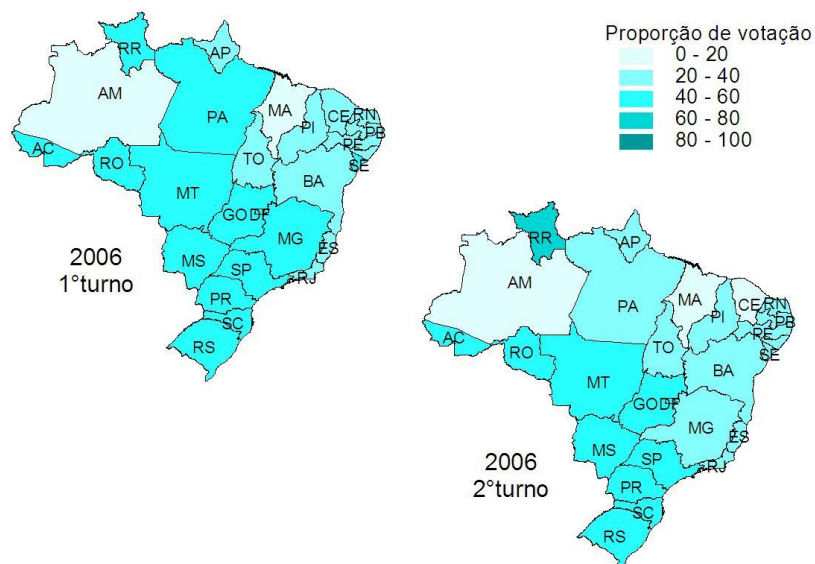
O cenário muda a partir das eleições de 2002. No primeiro turno do pleito o partido conquista mais votos no centro sul, mas ainda recebe uma votação expressiva no norte-nordeste, onde melhora seu desempenho no segundo turno, mas não suficientemente para lhe garantir a vitória eleitoral.

**Figura 3.3** – Votos do candidato à presidência pelo PSDB nas eleições de 2002



Fonte: idem.

**Figura 3.4**– Votos do candidato à presidência pelo PSDB nas eleições 2006



Fonte: idem.

No primeiro turno da eleição de 2006 o partido apresenta um desempenho melhor que havia apresentado no primeiro turno de 2002, mas continua com uma penetração deficiente no norte-nordeste. Ao contrário do que ocorreu na eleição de 2002 o PSDB não ampliou os votos no segundo turno de 2006, pelo contrario, ele inclusive perde votos no Pará e no Ceará.

Observando os dados da organização do PSDB no território nacional e os resultados eleitorais alcançados, nas eleições para deputado federal e para presidente da República, inferimos que a estratégia organizacional do partido lhe garante uma leve vantagem nas regiões em que possui mais diretórios, uma vez que consegue eleger mais deputados e alcança o maior numero de votos para presidente no centro-oeste e sudeste. Embora o sul mantenha índices significativos nas votações para presidente da República, quando observamos a eleição de deputados federais, a região desponta como uma exceção, apesar do partido ter mais diretórios que CP's e apresentar a terceira força em número de eleitores filiados, essa organização não se reflete em sucesso eleitoral para o cargo de deputado federal.

### 3.4- A organização do PSDB, de acordo com seu estatuto

Uma vez que o objetivo dos partidos é conquistar e manter-se no poder, é necessário conhecer os mecanismos que permitem o controle das lideranças partidárias sobre as arenas decisórias. Nesse tópico vamos analisar a organização do PSDB de acordo com seus estatutos, e vamos observar, também, se há mudanças nas regras que definem e garantem às lideranças partidárias do PSDB o poder na tomada de decisões.

Como Estado Federativo com três entes, no Brasil existem eleições para definir os representantes em cada uma das unidades (município, estado e federação) o que faz com que os partidos se organizem de acordo com essa divisão. Os órgãos de representação são municipais, estaduais e nacionais. Cada uma dessas unidades possui certo grau de autonomia, contudo a instância máxima é a “Convenção Nacional” (CN).

Assim como os principais partidos brasileiros (PMDB, PT, PDT, entre outros), o PSDB nasceu quando vigorava a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, LOPP, de 1979. Essa legislação era altamente concentradora.

Na prática, a LOPP e os dispositivos posteriores apenas oficializaram um arranjo que já vigorava nos dois partidos do período militar: a autonomia concedida às seções estaduais combinava-se com uma centralização, nas bancadas no Congresso, das decisões nacionais relevantes. Na prática, a ação política em nível nacional cabe mais aos deputados e senadores do que ao Diretório e Executiva Nacionais – órgãos controlados, em última instância, pelos próprios parlamentares federais ou seus prepostos. Nessa estrutura ao mesmo tempo descentralizada e concentrada, a bancada federal constitui o principal grupo de poder, pois acumula recursos que lhe permitem controlar as instâncias nacionais e estaduais do partido. Na medida em que esse arranjo acabava por configurar uma sobreposição de mandatários eletivos nos distintos órgãos executivos e deliberativos do partido, as possibilidades (e a necessidade) de intervenção de órgãos superiores sobre inferiores tornavam-se letra morta: vetar decisões de instâncias subordinadas constituiria quase um “auto-veto” (RIBEIRO, 2010, p. 8).

A nova Lei dos Partidos Políticos brasileiros (LPP, Lei nº 9096), promulgada em 19 de setembro de 1995, regulamentou os artigos 14 e 17 da Constituição de 1988, revogando a LOPP e outorgando autonomia organizativa aos partidos. A nova legislação determina que todas as normas referentes à organização e funcionamento interno dos partidos devem estar contidas em seu estatuto (arts. 14; 15). As legendas são responsáveis pela “... definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de eleição dos seus membros” (Constituição art. 15, inciso IV). As regras referentes aos mecanismos internos e de intervenção e preservação da disciplina partidária, assim como as relacionadas à seleção de

candidatos e à formação de coligações, também devem figurar no estatuto. Quanto às decisões sobre os temas eleitorais, foi mantido o direito de intervenção e veto dos órgãos superiores sobre deliberações emanadas de Convenções inferiores (art. 7º da Lei nº 9504/97), como na LOPP. Toda e qualquer modificação programática ou estatutária deve ser comunicada à Justiça Eleitoral (RIBEIRO, 2010).

A nova configuração legal fez dos estatutos partidários peças centrais na determinação da dinâmica interna real das agremiações, o que justifica seu estudo sistemático e cuidadoso. Além disso, o protagonismo assumido pelas normas formais aumentou o potencial de conflitividade nos processos internos de elaboração e interpretação dos regulamentos (RIBEIRO, 2010, p. 11).

O PSDB, assim como demais partidos brasileiros possui seis tipos de órgãos partidários. A estrutura está organizada de acordo com a Lei dos Partidos Políticos (1995), que apesar de oferecer as diretrizes permite a existência de formas organizativas complementares. Os órgãos partidários do PSDB são:

- i- Órgãos de Deliberação: convenção nacional, estadual, municipal ou zonal – instância responsável por escolher os candidatos, definir as alianças eleitorais, decidir sobre o programa e estatuto do partido, decidir sobre a dissolução do diretório nacional, etc;
- ii- Órgãos de Direção e Ação Partidária: diretórios, comissões executivas nacional, estadual e municipal e comissões provisórias – são responsáveis pelos processos internos do partido, por exemplo, baixar normas que regulamentem o estatuto, convocar e definir as regras de funcionamento das convenções, definir intervenções, aplicar penalidades, julgar recursos, etc. Os diretórios escolhem as comissões executivas responsáveis por exercer essas funções;
- iii- Órgãos de Ação Parlamentar: bancadas parlamentares no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e Câmaras municipais – é função desses órgãos orientar o voto dos parlamentares e, em alguns casos decidir sobre a participação no governo;
- iv- Órgãos auxiliares: conselho de ética e fiscal – responsável pela fiscalização das finanças e dos deveres dos filiados;



- v- Órgão de Pesquisa, doutrinação e educação política: Fundação Teotônio Vilela<sup>55</sup>.
- vi- Órgãos de Cooperação: núcleos e secretariados representando segmentos sociais, como por exemplo: jovens, mulheres, entre outros grupos.

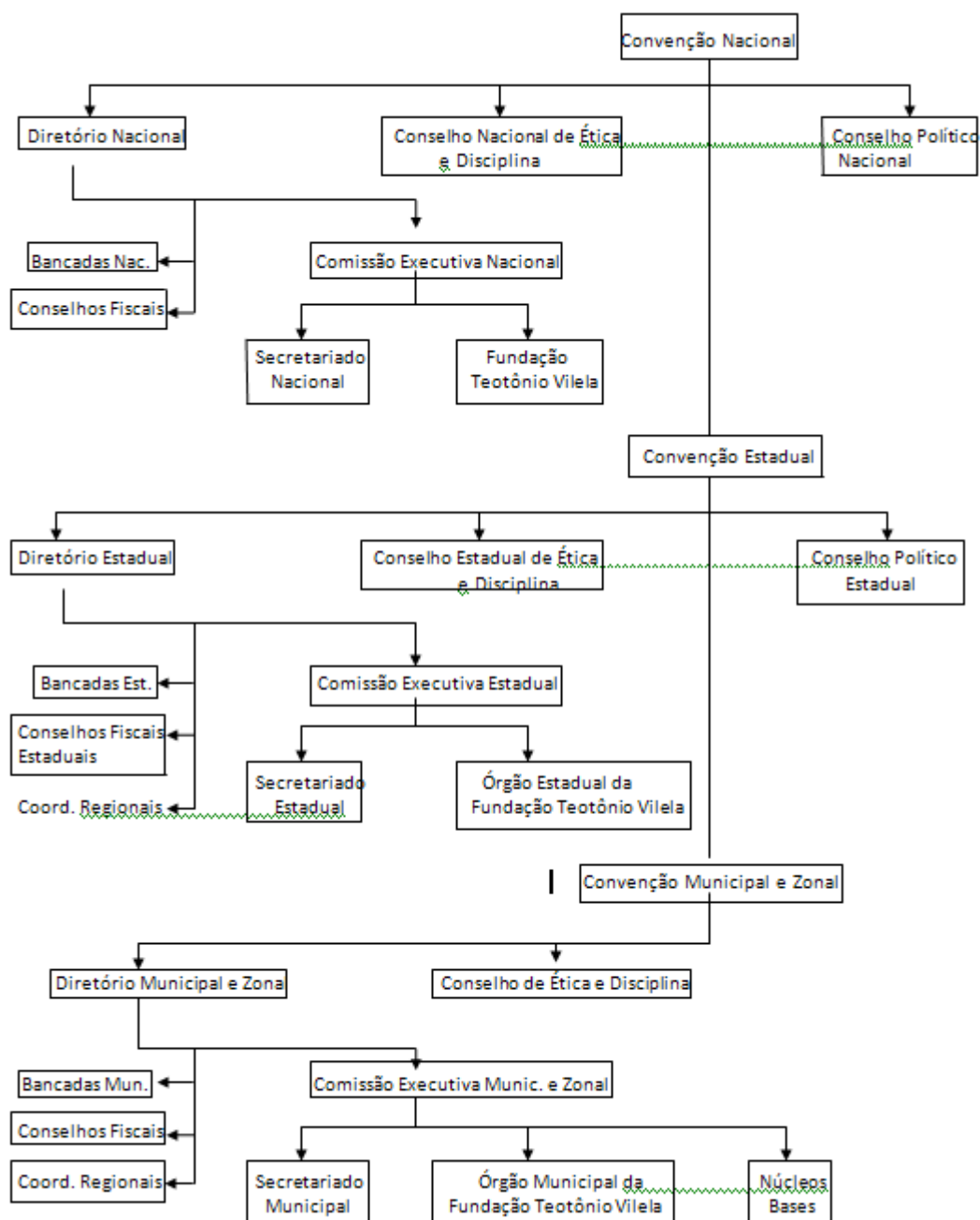
Como podemos observar, há uma divisão de poder entre as diferentes instancias e os diferentes órgãos, característica de um partido poliárquico, de acordo com a definição de Panebianco. Outro fator relevante, todos os órgãos possuem seus análogos em cada unidade da federação e, apesar do processo de centralização na Convenção Nacional e na Executiva Nacional, as subunidades possuem certo grau de autonomia decisória.

Esquemáticamente essa distribuição pode ser observada na figura a seguir

---

<sup>55</sup> Além da Fundação Teotônio Vilela, a Konrad Adenauer promove programas de formação para jovens líderes e lideranças do PSDB e outros partidos (DEM e PPS), oficialmente não entra como um órgão de formação mas funciona como órgão auxiliar.

Figura 3.5- Estrutura organizativa do PSDB



Fonte: Braga & Borges, 2008, p. 29

Como podemos observar, se trata de uma organização complexa, formada a partir de uma estrutura hierárquica composta por diversos órgãos com diferentes atribuições e graus de poder decisórios distintos, distribuídos pelas três instâncias da federação. Esse tipo de organização é semelhante nos demais partidos brasileiros, que apesar de possuírem alguns elementos distintos mantém uma estrutura básica parecida, como observaram Braga e Borges (2008).

De acordo com as funções de cada um dos órgãos partidários podemos constatar que os mais relevantes para a formulação de estratégias na arena eleitoral são os de deliberação e direção partidária, assim como o mais importante para discussão e negociação na arena parlamentar é o órgão de ação parlamentar, indispensável arena de negociação que busca manter a unidade e a fidelidade dos parlamentares dos partidos nos três níveis da federação.

“A Convenção Nacional é o órgão supremo do partido e a seção Municipal ou Zonal é sua unidade orgânica fundamental” (Estatuto PSDB, 1996, 1999, 2003, 2007, 2011<sup>56</sup>, capítulo I; art. 18). A Convenção Nacional (CN) é o órgão máximo de decisão do partido, ela decide as estratégias políticas, como por exemplo, as alianças a serem firmadas, é ela, também, a responsável por escolher os candidatos à Presidência da República.

Desse modo, quem controla a CN tem o poder de controlar a escolha de candidatos aos cargos majoritários e, conseqüentemente, define a estratégia eleitoral a ser seguida. Assim como nos demais partidos brasileiros, no PSDB “Quem controla a Convenção Nacional controla a direção do partido” (GUARNIERE, 2009).

A Convenção Estadual e Municipal, também exercem poder em seus respectivos níveis. Cabe a elas escolher os membros dos diretórios e os delegados para as convenções (Estadual, no caso do órgão municipal e Nacional, no caso do órgão estadual). Além disso, são responsáveis por aprovar as diretrizes para ação do partido em seus níveis; decidir sobre alianças político-administrativas e coligações com outros partidos, observadas as diretrizes fixadas pelos órgãos superiores entre outros (Estatutos do PSDB, 1999, 2003, 2007, 2011).

Apesar da clara divisão de funções na estrutura organizativa, é possível observar que as executivas do PSDB se fortaleceram em detrimento dos diretórios de todos os níveis. Nesse processo a Executiva Nacional, passou a concentrar mais poder que as demais unidades do partido. Ribeiro (2010) esclarece que fato semelhante ocorreu no PFL/DEM.

Em geral as executivas podem exercer todas as atividades que exercem os diretórios. Ribeiro (2010) argumenta que de fato elas têm assumido essa tarefa devido à dificuldade de reunir e deliberar em um órgão como o DN (que possui mais de 200 membros). A Executiva Nacional tem legislado, especialmente, “sobre as coligações estaduais recomendando, aprovando ou vetando coligações celebradas; tem ditado normas sobre o lançamento de candidaturas próprias nos municípios e, principalmente, nos estados” (RIBEIRO, 2010, p. 12). A Comissão Executiva Nacional (CEN) tem decidido, ainda sobre a prorrogação dos dirigentes partidários em todos os níveis (Estatuto, 1996, 1999, 2003, 2011 arts. 64-71). Essa

---

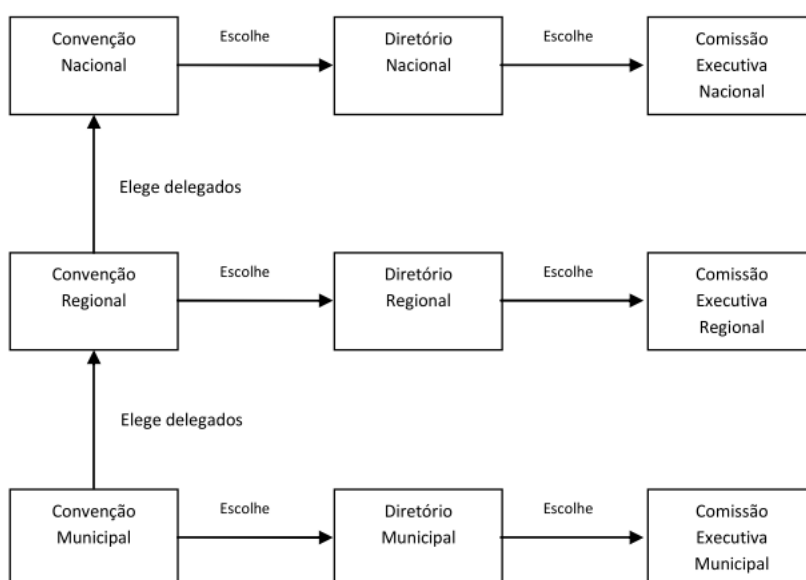
<sup>56</sup> O estatuto de 1988 não contém essa frase.

concentração de poder na Executiva indica um maior grau de centralização decisória. Este processo de centralização ocorre concomitante ao deslocamento do partido para a centro-direita, com uma estrutura mais centralizada o partido aproxima-se cada vez mais de uma organização característica de partidos de direita.

As convenções são formadas da base para o topo, do municipal para o nacional. A Convenção municipal é responsável por escolher os membros do Diretório Municipal, os quais devem escolher os representantes da Comissão Executiva Municipal, esta indica os delegados da Convenção Regional a qual por sua vez escolhe os membros do Diretório Regional responsável pela escolha dos membros da Comissão Executiva Regional. A Convenção Regional também é responsável pela escolha dos membros da Convenção Nacional que escolhe os participantes do Diretório Nacional que irão formar a Comissão Executiva Nacional (Estatuto PSDB, 2011).

Guarnieri, 2009, esquematiza essa relação na figura 2.1 de sua dissertação, que reproduzimos a seguir:

**Figura 3.6** – Processo de Formação dos órgãos de deliberação e direção dos partidos brasileiros



De acordo com Ribeiro (2010), as mudanças estatutárias do PSDB seguiram a configuração adotada pelo PMDB e pelo PFL/DEM. Em 1999, a liderança do partido criou o Conselho Político Nacional, um órgão de cúpula mais enxuto que o Diretório e a Executiva Nacionais, capaz de agilizar as decisões do partido, que esvaziou de poderes os dois órgãos nacionais mais tradicionais. Originalmente, o novo órgão era formado por pouco mais de vinte integrantes:

(...) o presidente e ex-presidentes nacionais do partido, o presidente da República e os governadores, os ex-ocupantes desses cargos, os ministros, os líderes das bancadas no Congresso, e até cinco membros, no máximo, escolhidos pelo Diretório Nacional dentre os filiados ‘mais preeminentes’ da legenda (Estatuto PSDB, 1999, Capítulo I, seção IV, art. 72).

Contudo, o órgão passou por modificações em 2007 tornando-se mais restrito, reduzindo o número de membros para menos de quinze:

(...) presidente atual, presidente de honra (Fernando Henrique Cardoso) e último presidente nacional do PSDB; presidente e ex-presidentes da República; governadores e ex-governadores que tenham encerrado o mandato na última eleição geral; líderes no Congresso Nacional e até três lideranças preeminentes escolhidas pelo Diretório Nacional (Estatuto PSDB, 2007, Capítulo I, seção IV, art. 72).

Quando foi criado, o Conselho possuía função mais consultiva que deliberativa. Entretanto, a partir do Estatuto de 2007, sua área de atuação foi ampliada, o Conselho passou a ter poderes,

(...) para decidir soberanamente todas as questões que lhe sejam submetidas pela CEN, independentemente de apreciação posterior do DN. Na prática (assim como no PFL/DEM), transformou-se no órgão supremo da agremiação nos períodos inter-Convenções (RIBEIRO, 2010, p. 17).

Essa centralização decisória favorece a cúpula, uma vez que, de acordo com Panebianco:

Quanto maior for a liberdade de manobra dos líderes, mais amplas serão suas *chances* de manter estável a ordem organizativa do partido em condições ambientais favoráveis. E, por conseguinte, quanto mais ampla for a liberdade de manobra que os líderes conseguem obter nos jogos de poder verticais (quanto mais tal liberdade se configurar como um mandato em branco), mais fortes serão os *atouts*<sup>57</sup> dos líderes nos jogos de poder horizontais perante elites minoritários. Em outras palavras, quanto maior for a liberdade de ação dos líderes, mais eles estarão em posição favorável para resistir aos assaltos dos adversários (PANEBIANCO, 2005, p. 47).

---

<sup>57</sup> Possibilidade de vitória.

Com relação ao envio de delegados municipais à Convenção Estadual, o PSDB aumentou o número de representantes da base. Cada Convenção Municipal ou Zonal<sup>58</sup> passou a ter direito de eleger um delegado para cada mil votos de legenda obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados, no município ou zona com no mínimo um e no máximo quarenta. Desse modo, é possível constatar que as Convenções Estaduais passaram a ter mais membros em relação ao período anterior<sup>59</sup>. Contudo, essa estratégia não tornou as CN's mais representativas. Ribeiro analisa que aumentar a representatividade da base no "PMDB e no PSDB reforçaram os vínculos entre o desempenho eleitoral das seções estaduais e a representação na Convenção Nacional, favorecendo as seções e lideranças mais fortes eleitoralmente" (RIBEIRO, 2010, p. 20).

Contudo, o autor avalia que:

O aumento do número de delegados enviados pelos estados não foi suficiente para tornar as Convenções Nacionais do PFL/DEM, PSDB e PMDB mais representativas. Nos dois primeiros, mantiveram-se como integrantes natos os parlamentares federais e os membros do DN – órgão com mais de 200 integrantes no PSDB e, até 2007, também no PFL/DEM, quando o DN foi reduzido para 101 membros (Estatuto do PFL/DEM, 1999, art. 44; Estatuto do PFL/DEM, março/2007, art. 46; Estatuto do PSDB, 1999, art. 59). No PMDB, são convencionais ex-officio os membros do DN (cerca de 150), os parlamentares federais e os membros do Conselho Nacional (Estatuto, 1996, art. 95). Em todos os casos, os delegados enviados pelas seções estaduais continuaram minoritários. Já no PT, a partir de 2001 passam a participar do Encontro Nacional (que já era mais representativo que a Convenção Nacional oficial antes disso) apenas os delegados eleitos nos Encontros Estaduais (não há membros natos), proporcionalmente à participação dos filiados do estado no PED (RIBEIRO, 2010).

A escolha dos candidatos, assim como a deliberação sobre as coalizões permaneceram sob responsabilidade das instâncias sub-nacionais (com exceção das referentes à eleição presidencial). Desse modo, embora haja uma centralização das principais decisões do partido na Executiva Nacional, fica mantido o grau de descentralização das estruturas decisórias sub-nacionais – com maior concentração de poder nas seções estaduais. De acordo com Ribeiro, 2010, existe uma sinalização por parte das cúpulas do PFL/DEM e do PSDB na direção de maior centralização territorial da organização.

Roma (2002) argumenta que a reforma estatutária, do PSDB, de 1999 aumentou a autonomia das seções sub-nacionais quanto à decisão de coligação em governos estaduais e locais. Contudo, o Diretório e a Executiva Nacional permaneceram com o poder de ditar as regras para as coligações nacional e estaduais, enquanto as municipais ficavam sujeitas à avaliação das instâncias estaduais.

<sup>58</sup> Os Diretórios Zonais são constituídos nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

<sup>59</sup> São considerados convencionais "natos os deputados e senadores do Estado, os membros do Diretório Estadual e os membros do DN com domicílio eleitoral no Estado (Estatuto, 1999, art. 78).

Observando as resoluções publicadas pelo PSDB no Diário oficial da União, Ribeiro constata que em 2006 e 2010 a Executiva Nacional do partido passou a normatizar as coligações estaduais, efetivamente, inclusive interferindo em algumas delas, anulando, desta maneira as decisões dos estados. Além disso, a Executiva Nacional peessedebista passou, em 2008, a aprovar coligações, apoios e lançamentos de candidaturas em municípios com mais de cinquenta mil eleitores, prerrogativa que antes cabia às seções estaduais,

A cúpula nacional do PSDB (assim como a do PFL/DEM) tem, dessa forma, sinalizado uma maior disposição de interferência sobre os rumos da legenda em estados e municípios, minorando, ao menos neste quesito, a descentralização decisória da sigla (RIBEIRO, 2010, p. 23).

Com relação ao fundo partidário, o PSDB é mais centralizado que o PMDB e o PFL/DEM, por exemplo. O Diretório Nacional peessedebista retém no máximo 40% do total recebido, dos quais pelo menos 40% são repassados às seções estaduais (os outros 20% vão para a fundação). O critério da divisão é: metade é dividida igualmente entre as seções estaduais, e outra metade é repartida proporcionalmente ao número de parlamentares que o Diretório Estadual possui no Congresso (RIBEIRO, 2010).

Os Diretórios Estaduais do PSDB, assim como os do PMDB, possuem total autonomia para decidir sobre a necessidade e a parcela de recursos a serem redistribuídos às seções locais – sendo que as seções estaduais peessedebistas possuem, ainda, liberdade para estipular contribuições obrigatórias em sentido ascendente, dos DMs e DZs para o órgão regional (RIBEIRO, 2010).

Se por um lado esta centralização fortalece o partido contra os embates internos, por outro enfraquece a democracia interna da organização, ou seja, as lideranças minoritárias têm menos poder e menor margem de manobra.

Sem o vínculo social, que funcionaria como um contra-peso, o partido muda para uma estrutura mais concentradora na qual as lideranças centrais têm mais poder em detrimento dos líderes minoritários. A organização central é a que dá a última palavra em todas as decisões do partido.

### 3.5- Escolha dos dirigentes e candidatos a cargos eletivos

Para fazer parte da direção do partido, um membro deve participar da Comissão Executiva, a partir daí é preciso ascender ao controle da Convenção. O processo passa por uma eleição na qual ganha a chapa que alcança maioria dos votos, para isto a chapa deve ter o apoio da maioria dos diretórios. O membro que tem o controle da Convenção controla o Partido.

O sistema adotado pelo PSDB é o de lista fechada. De acordo com a organização, primeiro se escolhe o diretório municipal, em todos os níveis vale a eleição de chapas apresentadas aos filiados e eleitas por eles. A Convenção Municipal elege os membros do Diretório Municipal, Delegados e Suplentes às Convenções Estaduais e os membros do Conselho Municipal de Ética e Disciplina. A Convenção Estadual deve eleger os membros do Diretório Estadual, Delegados à Convenção Nacional e os membros do Conselho Estadual de Ética e Disciplina e respectivos suplentes.

Eleito o Diretório são escolhidos os membros da Comissão Executiva, inclusive o Presidente e o Secretário Geral do Partido, responsáveis pelas principais decisões da organização. Apesar de a Convenção Nacional ser o órgão máximo do partido é a Comissão Executiva quem decide a agenda, a maneira que as decisões serão tomadas e quem participará dos processos (Estatuto do PSDB, 2011). O processo que ocorre no PSDB também pode ser observado nos demais partidos brasileiros, com exceção do PT que adota um Processo de Eleições Diretas (Guarnieri, 2009).

A competição interna é bastante institucionalizada no PSDB, assim como no PMDB e no DEM. Ribeiro (2010) analisa que nesses partidos,

(...) as executivas são eleitas em sistema majoritário, por meio do voto da maioria relativa de membros do diretório, e prevêem a possibilidade de prévias para escolha de candidatos a cargos majoritários, cujo resultado deve obrigatoriamente ser respeitado pela respectiva convenção (Estatuto do PMDB, 1996, arts. 33; 109; Estatuto do PSDB, 1999, arts. 41; 151-152 *apud* RIBEIRO, 2010).

A fim de atrair lideranças de outros partidos existe um processo de filiação sem passar pelos diretórios locais, porém essa filiação deve passar pelas Executivas Estaduais. No PSDB, assim como no PMDB, o prazo para essas lideranças votarem e serem votados é de seis meses, mas pode ser reduzido para 30 dias no caso de “mandatário eletivo ou personalidade



de notória expressão política”. No PT, por exemplo, esse prazo é de um ano (RIBEIRO, 2010).

A direção do PSDB funciona em esquema de rodízio desde sua fundação, como dito no capítulo anterior. A reeleição para o mesmo cargo na Comissão Executiva só pode ocorrer uma única vez, o que garante a rotatividade dos membros e a possibilidade de mais pessoas passarem por cargos na diretoria do partido. Após o esquema de rodízio adotado no primeiro ano de existência do partido foi estipulado que a escolha da Executiva Nacional seria realizada nas convenções nacionais, e teria vigência de 2 ou 3 anos de acordo com o que se decidiu na Convenção.

No PMDB e no PSDB, é vedado a funcionários partidários remunerados serem eleitos para cargos de direção nas executivas, o que impede a profissionalização e a burocratização das máquinas, fazendo com que os mandatários, especialmente os parlamentares, continuem monopolizando seus cargos-chave (Estatuto do PFL/DEM, 1999, arts. 7º-13; 23; Estatuto do PMDB, 1996, arts. 18-25; 120; Estatuto do PSDB, 1999, arts. 3º-5º; 14; 22; 31; 157-158; Estatuto do PT, 1995, arts. 6º-8º; 88; Estatuto do PT, 2001, arts. 5º-10; 26; 30 *apud* RIBEIRO, 2010).

O partido teve 10 presidências e sete presidentes: Franco Montoro (1989-1991), Tasso Jereissati (1991-1994/ 2005-2007), Pimenta da Veiga (1994-1996), Teotônio Vilela Filho (1996-1999/ 1999-2001), José Aníbal (2001-2003), José Serra (2003-2005) Sérgio Guerra (2007-2009/ 2009-presente).

Destacamos que José Serra e Franco Montoro participaram do processo de articulação para a formação do partido e são membros do PSDB desde sua fundação. Os três faziam parte da ala mais progressista do PMDB (como discutido no capítulo anterior). Pimenta da Veiga também esteve entre os parlamentares que fundaram o PSDB. Teotônio Vilela Filho e Tasso Jereissati, embora não estejam entre os fundadores são membros do partido desde 1988. José Aníbal trocou PMDB pelo PSDB em 1989, e o atual presidente, Sérgio Guerra, passou pelo PMDB, PDT e PSB até ingressar no PSDB em 1999.

Dos sete presidentes três são de São Paulo, um de Minas Gerais, um de Alagoas, um do Ceará e o atual de Pernambuco, ou seja, quatro são do sudeste e dentre estes três são de São Paulo, e os demais do Nordeste. São Paulo continua sendo o estado forte do PSDB.

Destes presidentes três exerceram mais de um mandato: Tasso Jereissati (1991-1994 e 2005-2007), Teotônio Vilela Filho (1996-1999/1999-2001) e Sérgio Guerra (2007-2009/ 2009-presente). Observando a formação da cúpula do partido concluímos que há, no PSDB, uma coalizão dominante estável.

A escolha dos candidatos a cargos eletivos e as campanhas eleitorais do partido ocorrem por meio da apresentação e aprovação de propostas. Os Diretórios Nacional, Estaduais e Municipais poderão aprovar por proposta da respectiva Comissão Executiva, a realização de eleições prévias para a escolha de candidatos a cargos eletivos majoritários sempre que houver mais de um candidato disputando indicação do partido.

Os candidatos escolhidos nas eleições prévias terão seus nomes homologados em Convenções convocadas para essa finalidade e as Convenções Municipais, Estaduais e Nacional, destinadas à escolha de candidatos a cargos eletivos e deliberação sobre coligações serão convocadas pelas respectivas Comissões Executivas e se realizarão conforme as disposições da legislação eleitoral em vigor e instruções da Justiça Eleitoral (Estatuto do PSDB, 2011).

Após a escolha dos candidatos o Diretório correspondente é responsável por aprovar um orçamento sintético da campanha para as eleições com a fixação de quantias máximas que o Partido e seus candidatos poderão despender na campanha eleitoral, tudo isso no prazo e nos termos da lei eleitoral. Cada Comissão Executiva fica responsável por Constituir os Comitês Financeiros os quais deverão receber e aplicar os recursos na campanha eleitoral. Essas comissões poderão constituir Comitês de Campanhas responsáveis pela programação da campanha, realização da propaganda eleitoral dos candidatos, entre outros.

## **Conclusão**

O processo de formação do PSDB nos mostra que se trata de um partido com forte organização central. Embora seja uma organização poliárquica a coalizão dirigente tem um grande poder de decisão sobre as instancias deliberativas e sobre os órgãos sub-nacionais. Além disso, a grande concentração de delegados do partido em dois estados, São Paulo e Minas Gerais, asseguram o controle da cúpula dirigente. Apesar de apresentar uma formação a partir da base, a cúpula possui o poder para dissolver a base e reorganizá-la de modo a se beneficiar. Essa centralização se torna ainda mais evidente nos estatutos a partir do momento em que o partido está no governo. Desde modo é possível observar que o processo de centralização ocorre ao mesmo tempo em que o partido se desloca da centro-esquerda para a centro-direita. Como instituição, o partido se adapta ao ambiente no qual está inserido e passa

por modificações ao longo de sua trajetória, configurando uma estrutura cada vez mais centralizada.

Como assinalamos, o partido mantém uma estrutura mais organizada no centro-sul, onde também possui mais eleitores filiados, o que tem lhe garantido melhores resultados eleitorais nas regiões Centro-Oeste e Sudeste (no que tange à eleição dos deputados federais), quando observamos os votos nas eleições para presidente da república constatamos que a força do partido também se encontra mais consolidada no centro-sul e varia de eleição para eleição no norte-nordeste. O Sul é uma exceção, embora a região tenha mais diretórios que CP's e seja a terceira em eleitores filiados ao partido, o percentual de votos a Deputados Federais é menor que nas outras regiões.

Os estatutos assinalam que há um processo de concentração de poder crescente, especialmente, a partir de 1999, o qual torna sua estrutura mais semelhante à do DEM e do PMDB. O deslocamento ideológico do partido acontece concomitante ao processo de centralização do poder, que reafirma sua identidade de partido elitista e torna sua estrutura semelhante à observada nos partidos de direita.

#### 4 - COMO O PARTIDO SE COMPORTA E O QUE DIZEM SEUS DOCUMENTOS

De acordo com os analistas do sistema partidário brasileiro, o PSDB nasceu na centro-esquerda e migrou para a centro-direita. Tal movimento pode ser observado, principalmente, quando se analisa o posicionamento dos legisladores do partido nas votações nominais (KINZO, 1993; POWER, *apud* TAVARES, 2003), e seu auto-posicionamento (POWER e ZUCCO, 2009, 2011), e ocorreu a partir do momento em que o partido entrou na coalizão de governo. De fato, se utilizarmos os mesmos métodos chegaremos à mesma conclusão: o PSDB nasceu na centro-esquerda e mudou para a centro-direita, o que pode levar a pensar que houve uma alteração em seu programa.

Considerando que o principal elemento indicativo desta alteração é o posicionamento do partido em relação aos temas macro-econômicos, a análise dos documentos do partido é uma importante técnica para identificar possíveis mudanças programáticas com relação a esta e outras temáticas.

Deste modo, será possível verificar se há, ou não, alteração programática do partido durante os anos em que esteve à frente do executivo federal, e, se, as políticas adotadas pelo partido no período em que esteve no governo (abertura do mercado, privatização, entre outros) já estavam presentes em seus programas ou constituem um novo enfoque.

Como discutimos no capítulo II, a escolha do nome do partido não foi algo consensual, assim como escolher seu posicionamento ideológico, também não o foi. Defendemos que desde a fundação o PSDB apresenta forte inclinação ao liberalismo de mercado. O que pretendemos observar é como o partido se posiciona em questões que sinalizariam para a identidade social democrata que tanto reivindica, para isto, tomamos como exemplo as ênfases em relação às questões Bem Estar e Qualidade de Vida e de Grupos Sociais. Como argumentamos no capítulo dois a defesa destas matérias, em seu momento de fundação, estaria mais ligada ao contexto que a uma característica do partido.

Neste capítulo, na primeira parte do texto, retomamos, um pouco, as discussões acerca do “deslocamento ideológico do PSDB”, e analisamos alguns dados das votações nominais (4.1), migrações partidárias (4.2) e auto-posicionamento (4.3), a fim de examinar esse deslocamento e o perfil do partido. Em seguida, exploramos os seus documentos programas partidários (4.4) e Programa de governo (4.5) destacando os pontos que, a

princípio, poderiam sinalizar a mudança programática, mas que, como demonstraremos, já estavam presentes em seus fundamentos.

#### **4.1- Comportamento parlamentar do PSDB**

Como argumentamos anteriormente, ao analisar o posicionamento ideológico dos deputados que vieram a formar PSDB durante as votações na ANC o que se observou foi que estavam mais próximos dos partidos progressistas, como o PT, que do próprio PMDB. Porém, após 1993 é possível observar que o partido se afasta da centro-esquerda, apresentando um posicionamento mais próximo do DEM que do PT, por exemplo.

Assumimos aqui o princípio teórico de Figueiredo e Limongi (2001), o qual defende que conhecendo o posicionamento do líder é possível antever a votação da bancada, uma vez que os grandes partidos mostraram um alto índice de disciplina. Consideramos, ainda, que os líderes indicam o voto a partir de seu posicionamento ideológico, deste modo, podemos inferir que partidos que estão próximos no espectro ideológico votam de maneira semelhante.

A fim de observar o comportamento do PSDB, tomamos as indicações dos líderes do PT, PMDB e DEM e comparamos com as indicações dos líderes peessedebistas, para o período compreendido entre 1988 (fundação do partido) até 2010.

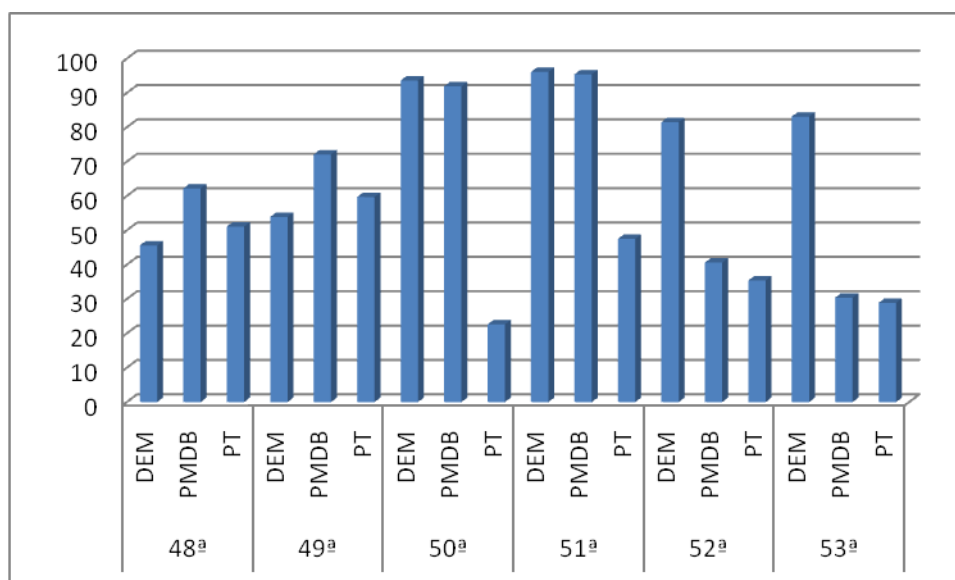
O gráfico a seguir apresenta os resultados<sup>60</sup>:

---

<sup>60</sup> As legislaturas compreendem os seguintes períodos

48ª – 1987-1991	51ª – 1999-2003
49ª – 1991-1995	52ª – 2003-2007
50ª – 1995-1999	53ª – 2007-2011

**Gráfico 4.1** - Porcentagem de indicações dos líderes do DEM, PMDB e PT iguais à indicação do Líder do PSDB



Fonte: organização própria a partir dos dados das Votações nominais do CEBRAP

O gráfico 4.1 nos mostra que na 48ª e 49ª legislatura, o número de indicações iguais entre as lideranças dos três partidos, aqui apresentados, e do PSDB gira em torno de 50%. Contudo, o que se observa na 50ª e na 51ª legislatura é que as indicações dos líderes do PSDB coincidem em cerca de 90% dos casos com as indicações dos líderes do DEM e do PMDB, o que sinaliza para a mudança do posicionamento do partido em direção à direita, e, por outro lado, aponta para a coerência do posicionamento dos partidos da base governamental uma vez que os três partidos participavam da coalizão de governo e votam de forma semelhante.

Na eleição de 2002 a coalizão (PSDB, DEM, PMDB) perde a presidência da república. PSDB e DEM passam para a oposição e o PMDB integra a base de apoio no governo do PT. O que observamos é que a partir da 52ª legislatura, o PMDB se distânciava do PSDB e do DEM e se aproxima do PT, uma vez que compõem a base de apoio do governo petista. Não obstante o PSDB mantém um alto grau de concordância com o DEM.

Com esses dados podemos verificar que a partir da 50ª legislatura o PSDB vota mais afinado com o DEM, direita, e mantém essa postura mesmo após deixar o governo federal. Ao contrário do que defendia Tavares (1990), que o partido apresentaria um perfil ideológico social-democrata mais definido após deixar o governo, o que se observa é que o PSDB se mantém alinhado ao partido de direita. Podemos inferir que ao assumir o governo e se deslocar para a centro-direita, o PSDB deixou vazio o espaço da centro-esquerda, o qual

passou a ser ocupado pelo PT, e, mesmo que quisesse voltar a esse ponto do espectro não haveria possibilidade uma vez que já estava ocupado por um grande partido. Além disso, após a eleição de 2002 o PSDB passou a compor a oposição ao governo do PT, desse modo seu posicionamento ideológico permaneceu mais alinhado ao do DEM, também opositorista.

A partir de 1993, quando o PSDB passa a integrar a coalizão de governo, o partido se desloca para o centro-direita o que gera um realinhamento das forças partidárias nacionais, no qual o PT se desloca da esquerda para o centro-esquerda onde se consolida, o PMDB se mantém no centro e o PSDB passa a ser a opção confiável do eleitor do centro-direita.

#### 4.2- Migrações parlamentares

Ainda no intuito de conhecer um pouco mais do comportamento parlamentar do PSDB, analisamos, neste tópico, as migrações parlamentares. Aqui avaliamos em quais momentos o partido recebeu mais legisladores migrantes, quando perdeu, de onde vieram os migrantes e para onde foram os peessedebistas.

Nas seis legislaturas analisadas podemos observar 322 migrações parlamentares envolvendo o PSDB. Destas 203 são relativas a deputados que ingressaram na agremiação e 119 que a deixaram.

**Tabela 4.1** - Entrada de Deputados  
no PSDB por Legislatura

Legislatura	Número de migrações	Porcentagem
48 <sup>a</sup>	75	36,9
49 <sup>a</sup>	18	8,9
50 <sup>a</sup>	58	28,6
51 <sup>a</sup>	36	17,7
52 <sup>a</sup>	12	5,9
53 <sup>a</sup>	4	2,0
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>100,0</b>

Fonte: organização própria a partir dos dados das Votações nominais do CEBRAP

Observando a tabela 4.1, acima, podemos constatar que as legislaturas nas quais o PSDB mais ganhou membros foram a 48ª, quando nasceu, e a 50ª, primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. A migração dos legisladores em direção ao PSDB na 50ª sinaliza que estar no governo atrai legisladores, provavelmente porque há incentivos, tais como cargos, verbas, políticas localizadas.

Um fato interessante é que parte significativa dos deputados que optam pelo PSDB são oriundos, principalmente, de partidos que compuseram sua base aliada, nos anos em que esteve à frente do executivo federal. Como poderemos observar na tabela a seguir, o PMDB é o partido que mais perde deputados para o PSDB ao longo do tempo.

**Tabela 4.2** - Porcentagem dos deputados que optam pelo PSDB por partido de origem

Origem	48ª	49ª	50ª	51ª	52ª	53ª	Numero de casos
PDC	1,3	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2
PDT	1,3	11,1	8,6	2,8	0,0	0,0	9
PFL	6,7	0,0	5,2	22,2	0,0	0,0	16
PL	0,0	5,6	3,4	5,6	16,7	0,0	7
PMDB	60,0	22,2	29,3	36,1	25,0	50,0	84
PP_2	0,0	0,0	6,9	0,0	0,0	0,0	4
PPB	0,0	0,0	13,8	5,6	0,0	0,0	10
PPR	0,0	5,6	5,2	0,0	0,0	0,0	4
PSB	1,3	5,6	1,7	5,6	0,0	25,0	6
PSC	1,3	0,0	1,7	2,8	0,0	0,0	3
PST	0,0	5,6	0,0	5,6	0,0	0,0	3
PTB	4,0	5,6	6,9	5,6	8,3	0,0	11
Outros	1,3	5,5	1,7	5,6	8,3	25,0	7
S/PART	22,7	27,8	15,5	2,8	41,7	0,0	37
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	203

Fonte: organização própria a partir dos dados das Votações nominais do CEBRAP

Quanto à saída de legisladores, é possível observar que o PSDB perde deputados principalmente na 51ª legislatura, segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, e 52ª legislatura, primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva, como demonstramos tabela 4.3, a seguir:



**Tabela 4.3 - Saída de Deputados  
Do PSDB por legislatura**

Legislatura	Número de	
	migrações	Porcentagem
48 <sup>a</sup>	11	9,2
49 <sup>a</sup>	5	4,2
50 <sup>a</sup>	20	16,8
51 <sup>a</sup>	43	36,1
52 <sup>a</sup>	31	26,1
53 <sup>a</sup>	9	7,6
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>100,0</b>

Fonte: organização própria a partir dos dados das Votações nominais do CEBRAP

**Tabela 4.4 - Porcentagem de deputados que deixam  
o PSDB por partido de destino**

Destino	48 <sup>a</sup>	49 <sup>a</sup>	50 <sup>a</sup>	51 <sup>a</sup>	52 <sup>a</sup>	53 <sup>a</sup>	Numero de casos
PDT	27,3	0,0	0,0	2,3	3,2	0,0	5
PFL	18,2	0,0	25,0	14,0	3,2	0,0	14
PL	0,0	0,0	0,0	14,0	9,7	0,0	9
PMDB	9,1	40,0	15,0	14,0	6,5	0,0	14
PP	0,0	0,0	0,0	0,0	9,7	0,0	3
PPB	0,0	0,0	35,0	14,0	0,0	0,0	13
PPR	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	1
PPS	0,0	0,0	10,0	9,3	3,2	11,1	8
PR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	44,4	4
PRN	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1
PSB	9,1	0,0	5,0	2,3	6,5	11,1	6
PSC	18,2	0,0	0,0	2,3	3,2	0,0	4
PST	0,0	40,0	0,0	7,0	0,0	0,0	5
PT	0,0	20,0	0,0	2,3	0,0	0,0	2
PTB	0,0	0,0	0,0	14,0	32,3	0,0	16
PTC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1	1
PTN	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	1
PV	0,0	0,0	0,0	2,3	3,2	0,0	2
S/PART	9,1	0,0	5,0	0,0	19,4	22,2	10
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	119

Fonte: organização própria a partir dos dados das Votações nominais do CEBRAP

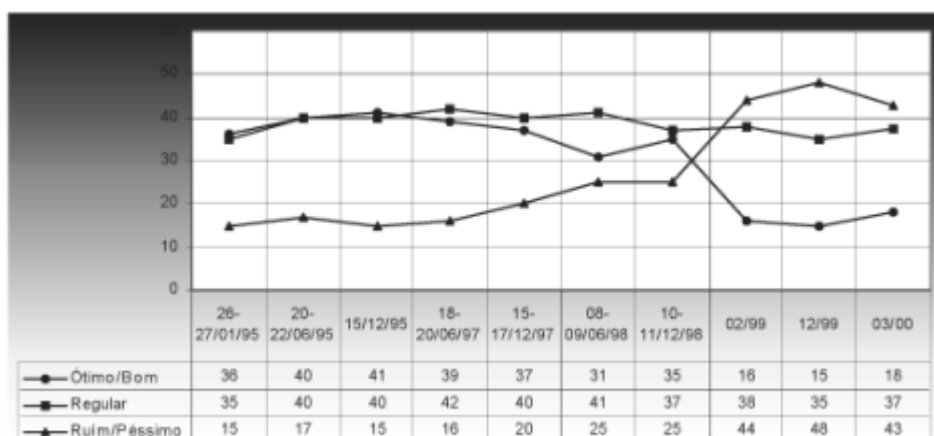
Como podemos notar, a legislatura com maiores perdas para o partido é a 51<sup>a</sup>. O principal destino dos que deixam o PSDB são os partidos da base aliada. PTB, PFL, PMDB e

PPB são os principais beneficiados com os ex-deputados peessedebistas, importante, também, observar que o percentual de deputados que saem do partido e não buscam nenhum outro (s/part.) chega a 22,2% dos emigrantes na 53ª legislatura.

Na tabela 4.4, acima, podemos observar o percentual de migrantes do PSDB por legislatura e destino.

O fato de perder muitos legisladores enquanto ainda estava no governo pode parecer muito curioso. Entretanto, podemos analisar o crescimento das perdas no PSDB na 51ª legislatura, à luz das dificuldades econômicas e institucionais enfrentadas pelo partido naquele momento (como foi exposto no capítulo 2). A idéia do partido era que o segundo mandato seria o do desenvolvimento, porém devido às condições macroeconômicas o projeto foi deixado de lado. O baixo crescimento econômico associado à ruptura da base situacionista levou ao descontentamento de apoiadores do governo. Além disso, a insatisfação da população em relação às políticas adotadas pelo governo pode ser observada já no final de 1998, em pesquisa realizada após a eleição, em dezembro. A aprovação do governo caiu significativamente no segundo mandato, como podemos observar na figura 4.1, a seguir.

**Figura 4.1:** Avaliação do Governo de Fernando Henrique Cardoso



Fonte: Datafolha<sup>61</sup>, apud Tendências. *Opin. Publica* [online]. 2001, vol.7, n.1, pp. 101-138.

Couto e Abrucio (2003) argumentam que a situação econômica associada às disputas internas, promoveu a ruptura da base de apoio ao governo de acordo com os autores:

O menor sucesso econômico e a possibilidade de alternância no poder tornaram as bancadas de deputados e senadores menos coesas, uma vez que estes ficavam, paulatinamente, menos

<sup>61</sup> “A diferença para 100% para as respostas ‘Não sabe/ Não opinou’. Pergunta: Na sua opinião o presidente está fazendo um governo: ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo”

preocupados em defender o governo e mais em sobreviver politicamente (COUTO e ABRUCIO, 2003, p. 288).

Assim como os aliados romperam com o governo, membros do partido que discordavam de seu encaminhamento migraram. Como podemos observar na tabela 4.4, o PTB, partido que rompeu com o governo “devido ao fracasso substantivo do mesmo em implementar uma agenda positiva, que apontasse para a retomada do crescimento” (COUTO e ABRUCIO, 2003, p.289), o PFL que também rompeu com o governo devido a atritos com a base aliada, o PPB e o PMDB receberam 16% dos migrantes, cada um.

Além dessas perdas, é possível observar que o presidente perdeu poder no segundo mandato em relação a seus apoiadores, com a aprovação do projeto de emenda constitucional, que limitava o poder do presidente para editar medidas provisórias, em setembro de 2001. Esse recurso havia sido utilizado amplamente pelos presidentes da República<sup>62</sup>, especialmente por Fernando Henrique Cardoso, que durante seu governo editou e reeditou mais de duas mil medidas provisórias.

Sem levar em conta as reedições e considerando-se apenas as convertidas em lei, o governo alcançou, entre 1995 e 1997, a alta média de 3,5 medidas provisórias ao mês. A grande maioria trata de temas da área econômica (55,46%), seguindo-se as que regulam assuntos administrativos (36,7%) (CHAGAS *apud* LAMOUNIER e FIGUEIREDO, 2002, p. 344).

A limitação dos poderes do presidente nesse caso foi uma grande derrota para o executivo e para o governo, e mais uma prova de que a coalizão havia se fragilizado.

Como podemos observar, as migrações de parlamentares do PSDB ocorrem principalmente com os partidos de direita, a exceção é o fluxo de deputados para o PDT, na 48ª legislatura. Uma vez que há uma coerência nas migrações parlamentares dentro de um mesmo grupo ideológico, como apresentado no trabalho de Maciel, Vieira e Soares (*no prelo*), os dados de migração nos levam mais uma vez a inferir o posicionamento do centro-direitista do PSDB.

---

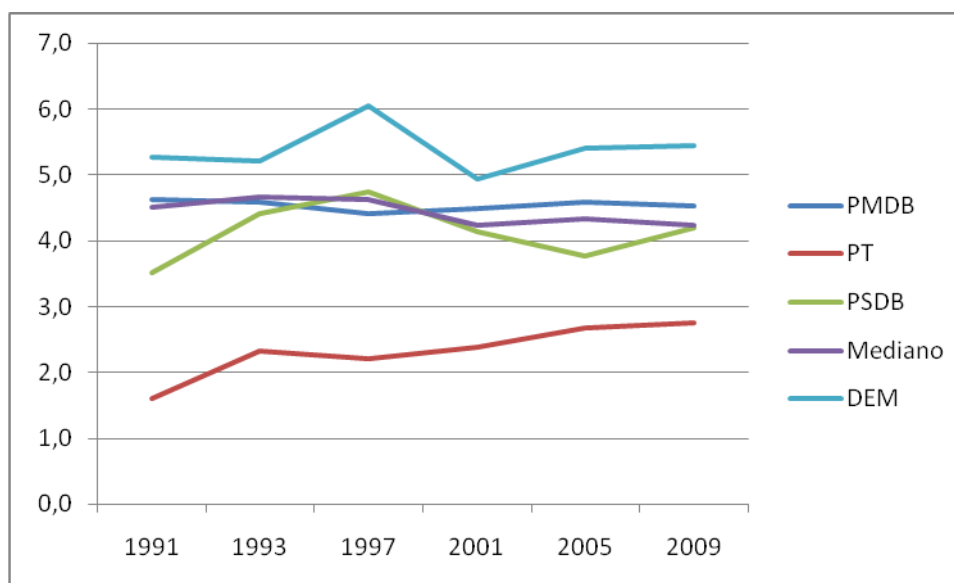
<sup>62</sup> “Tornara-se praxe desde 1988 o uso descomedido da prerrogativa de editar e, sobretudo, reeditar MPs por parte do Executivo. A interpretação dos imperativos constitucionais de “relevância e urgência” para a utilização desse instrumento normativo tornara-se demasiadamente flexível, fazendo-se sinônimo de “pressa”, por um lado, e de “conveniência legislativa”, por outro” (COUTO e ABRUCIO, 2003, p. 25).

### 4.3- Autoposicionamento

Nesse tópico vamos discutir o autoposicionamento<sup>63</sup> dos legisladores do PSDB e o posicionamento atribuído por membros de outros partidos, a partir dos dados das pesquisas realizadas por Timothy Power<sup>64</sup> (1990, 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009). Com relação ao autoposicionamento cabe destacar que é o lugar em que o legislador se coloca na escala esquerda - direita, não se trata de uma percepção externa, mas, da autopercepção.

Para termos um parâmetro de comparabilidade utilizamos no gráfico a posição referente aos legisladores do PT, PMDB, PSDB, PFL/DEM e do Mediano do Congresso.

**Gráfico 4.2 - Auto posicionamento dos deputados federais**

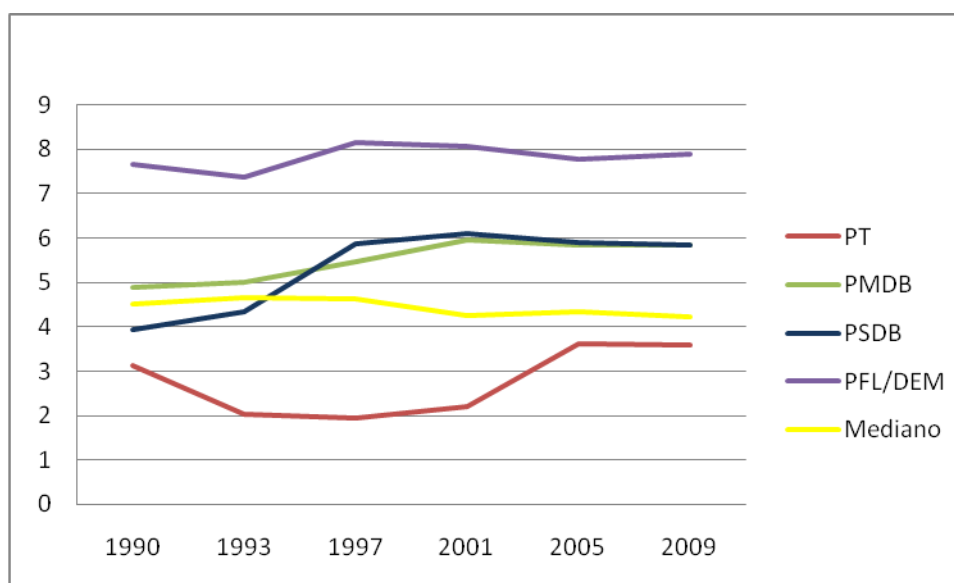


Fonte: Organização própria a partir dos dados Power 1990, 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009.

<sup>63</sup> A análise do auto-posicionamento dos legisladores brasileiros deve ser feita a luz de um importante conceito, no país existe o fenômeno da direita envergonhada, ou seja, nenhum partido quer ser classificado como partido de direita. Tal fenômeno se deve a dois fatores o primeiro deles vem dos anos 1960/1970, do período do regime militar onde a *direita* era vinculada ao autoritarismo. O segundo é mais recente vem dos anos 1990 quando a *direita* passou a ser associada às reformas neoliberais empreendidas. O que os pesquisadores têm observado é que o fenômeno foi mais visível nos anos 1980, todavia persiste no tempo com menor intensidade. Power e Zucco afirmam que esse fenômeno é durável na cultura da elite política brasileira (POWER e ZUCCO, 2009, p. 16). Ainda assim podemos observar que os legisladores do DEM se auto-posicionam à direita.

<sup>64</sup> Nessa pesquisa os legisladores brasileiros se posicionam em uma escala que varia entre 0 e 10, onde 0 indica a posição mais a esquerda e 10 a posição mais à direita.

**Gráfico 4.3 - O posicionamento dos deputados federais de acordo com os outros partidos**



Fonte: Organização própria a partir dos dados Power 1990, 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009.

Observando os dois gráficos, podemos constatar algumas diferenças entre o ponto em que o partido se coloca e a classificação que os demais legisladores lhe atribuem. Todos se auto-posicionam mais à esquerda. No primeiro gráfico podemos constatar que nenhum partido ultrapassa a posição cinco, o centro do espectro ideológico. Contudo no segundo gráfico constatamos que o DEM está posicionado mais à direita, e durante todo período se localiza distante do mediano do congresso, o qual apresenta um posicionamento bem próximo ao centro.

O PSDB, como demonstrado no capítulo dois e ao longo deste capítulo, surge no campo da centro-esquerda e inicia uma trajetória de mudança em direção à direita. Essa mudança é perceptível principalmente após o partido ingressar na coalizão de governo de Itamar Franco, 1993. Ao entrar no governo o PSDB se afasta do mediano do congresso o ultrapassando se consolidando na centro-direita, de acordo com a opinião dos outros legisladores, e de acordo com a opinião dos próprios membros inicia um movimento ondulatório, onde hora tende mais a direita (1993-1998; 2006-2009), hora tende mais à esquerda (1999-2005).

O PMDB sempre esteve à direita do mediano do congresso, não obstante, antes de 1993 estava ainda mais próximo da posição média, ou seja, antes de ingressar na coalizão governista. Após coligar com o PSDB, a posição do PMDB se aproxima muito da posição

daquele chegando inclusive a coincidir com ela. O curioso é que a aliança com o PT não influenciou o posicionamento do PMDB, se poderia esperar que após coligar com o partido esquerdista o partido fosse se aproximar mais da esquerda, o que não ocorreu. Mesmo depois de ingressar na coalizão de centro-esquerda o partido se mantém na centro-direita, de acordo com a percepção dos legisladores de outros partidos, mesmo de acordo com os deputados peemedebistas o partido permanece à direita do mediano.

O PT nasceu na esquerda e manteve sua posição. Durante os anos em que o PSDB esteve à frente do governo, polarizou com o partido, então, situacionista, inclinando-se mais para a esquerda, e inclinou-se para o centro a partir de 2001, se consolidando na centro-esquerda.

Os dados demonstram o deslocamento do PSDB da centro-esquerda para a centro-direita e nos mostram como ocorreu o realinhamento partidário na Brasil Contemporâneo e como as principais forças políticas firmaram sua posição no espectro ideológico.

#### **4.4- Análise de conteúdo de Programas Partidários**

Depois de conhecermos a história, a organização e o posicionamento do PSDB de acordo com a bibliografia, as votações nominais e o auto-posicionamento, passaremos a analisar seus documentos. Como foi possível observar, os dados nos mostram o deslocamento do partido da centro-esquerda para a centro-direita, e as migrações parlamentares nos mostram maior afinidade dos legisladores peessedebistas com os partidos de centro-direita e direita.

A partir do que já foi exposto o que poderíamos esperar, ao analisar os programas encontraríamos alterações programáticas significativas. Pode-se pensar que a mudança no posicionamento ideológico do partido ocorreu devido a mudanças em sua plataforma ou que tal mudança poderia provocar modificações em seu programa, porém, ao analisarmos os documentos do partido encontramos mais continuidade que mudança, como será apresentado neste e no próximo tópico. Neste tópico serão analisados os programas partidários e, no seguinte, os programas de governo.

O programa partidário é a face pública do partido, é onde estão as diretrizes que guiam sua ação. Este documento funciona como um atalho para se estimar o posicionamento do

partido em determinados temas. De acordo com Alcântara, 2004 (*apud* CASTILLO e PEREZ, 2010, p. 7 – tradução própria): “Os programas são, antes de tudo, a foto atual que o partido mostra ao exterior<sup>65</sup>”.

Embora saibamos que haja pontos que não estão expressos nesse documento, que nem tudo que está escrito é aplicado na prática e por vezes a prática não reflete o que está escrito, consideramos importante analisar os programas do PSDB a fim de pontuar suas principais ênfases e observar se há mudanças programáticas em seu posicionamento ao longo do tempo.

Apesar da importância de se analisar os programas, não descartamos as limitações do método. Não desconsideramos que seja uma análise restrita, uma vez que os programas refletem somente alguns aspectos das posições políticas e ideológicas dos partidos (WARE, 2004). Castillo e Perez (2010) argumentam que os programas são pensados a fim de atrair eleitores, por esse motivo, muito das características do partido não aparecem nesses documentos. Mas reafirmamos que, ainda assim, estudar os programas dos partidos se faz necessário como forma de melhor entender essas instituições.

Desde sua fundação o PSDB publicou três programas: em 1988, em 2001 e em 2007. Esses programas são analisados a fim de sabermos se há mudanças perceptíveis no posicionamento do partido em relação aos temas categorizados. Essa análise se faz importante por dois motivos: o primeiro consiste no fato de que o programa é a face pública do partido, consideramos que se trata de um instrumento importante para conhecer os princípios, ideologia, enfim o perfil do partido. O segundo motivo é que cada um dos três programas do PSDB foi publicado em um momento de sua trajetória: o primeiro foi lançado em 1988 – momento da fundação; o segundo em 2001- quando o partido esteve no governo; e o terceiro em 2007 – fase em que o partido está na oposição. Uma vez que os programas foram publicados em diferentes períodos, e como analisamos anteriormente esses diferentes períodos refletem a mudança do posicionamento do partido no espectro ideológico, procuramos saber se há, nos documentos, sinais dessa mudança. Analisar os programas nessas diferentes etapas, nos dará sinais de mudanças e permanências nos ideais do partido.

Para essa etapa do trabalho utilizamos como método *análise de conteúdo*.

A análise de conteúdo é um método quantitativo para tratamento de dados qualitativos, e consiste basicamente em classificar uma grande quantidade de unidades de texto (palavras, expressões, frases, de acordo como o documento é segmentado) em categorias de acordo com seu significado para que, a partir de sua quantificação, seja possível criar inferências válidas para o texto original (TAROUÇO, 2007, p. 44).

---

<sup>65</sup> Los programas son, ante todo, la foto actual que el partido muestra al exterior.

Os programas são separados em sentenças ou semi-sentenças. Cada frase é considerada uma sentença e nos casos em que são abordados mais de um tema em uma frase essa é desmembrada em semi-sentenças. A cada sentença é atribuído um código de acordo com o livro de códigos, anexado no Apêndice III.

A partir da classificação e quantificação é possível conhecer as ênfases que determinados documentos dão a certas questões, além disso, podemos observar a presença ou ausência de pontos pré-determinados. Para tal, utilizamos como base as análises do *Manifest Research Group* (MRG), um programa de pesquisa que estuda as posições e mudanças ideológicas de partidos em países com eleições competitivas. “O MRG tem dois objetivos gerais: estudar quais são os temas políticos que dividem os partidos desde o pós guerra e estimar em que medida convergem ou divergem ideologicamente<sup>66</sup>” (CASTILLO e PEREZ, 2010, p. 9 – tradução própria). Nesse trabalho, vamos utilizar esse instrumento para analisar a “evolução programática” do PSDB, ou seja, para verificar se os três programas lançados pelo partido apresentam mais similitudes ou divergências.

Na análise do MRG, os conteúdos dos programas são classificados em 56 categorias. Aqui utilizaremos o esquema adotado por Tarouco (2007) em sua tese de doutorado: serão utilizadas as categorias do MRG, “com acréscimo do grupo de frases não classificáveis em nenhuma categoria e da categoria 306 – Instituições do sistema político, criada para acomodar as diversas ocorrências deste assunto nos manifestos analisados”. Foram excluídas da classificação as duas categorias referentes à comunidade europeia (108- positiva e 110- Negativa) (TAROUCO, 2007, p. 47).

Essa técnica tem sido questionada principalmente no que tange às categorias utilizadas, de acordo com os críticos<sup>67</sup> “as categorias elaboradas e utilizadas no banco de dados do CMP são posicionais e não traduzem ênfases temáticas”. A decomposição de algumas categorias com “positivo e negativo”, por exemplo, estariam em desacordo com o que prega a *Salience Theory*, uma vez que aplicam diferentes valências para a mesma categoria e indicam posições distintas dentro das mesmas dimensões (TAROUCO, 2007, p. 55). Assim como o MRG, consideramos que a presença dos temas nos programas traduzem, sim, as ênfases temáticas uma vez que ao utilizar essas posições distintas, podemos captar melhor a opinião do partido sobre o tema, ou seja, além de observar a ocorrência do tema seremos capazes de saber se o partido o interpreta de forma favorável ou não.

<sup>66</sup> El MRG tiene dos objetivos generales: estudiar cuales son los temas políticos que dividen a los partidos desde la posguerra y estimar en qué medida convergen o divergen ideológicamente.

<sup>67</sup> Ver Benoit e Laver (2006).



Outro conjunto de críticas está relacionado à utilização desse instrumento em democracias não européias. Apesar dessas críticas, é possível observar que os domínios utilizados podem ser aplicados aos partidos de diferentes democracias e, embora, não contemplem algumas especificidades dos contextos nacionais e regionais, é válido na observação da abordagem de temas mais gerais, Tarouco (2007) e Castillo e Perez (2010), por exemplo, aplicaram o método no Brasil e no Uruguai e obtiveram resultados interessantes ao analisar os programas partidários desses países.

#### 4.4.1- Os programas do PSDB

Como dito anteriormente, ao longo de sua trajetória o PSDB apresentou três programas, os dois primeiros (1988 e 2001) já haviam sido classificados por Gabriela Tarouco em sua tese de doutorado, após estudá-los optamos por utilizar a classificação da pesquisadora. Para que houvesse consistência na análise comparativa dos programas anteriores e o de 2007, entramos em contato com Tarouco que prontamente se disponibilizou para contribuir com essa tese classificando o programa de 2007, classificação essa que foi comparada à nossa para que houvesse um critério de comparabilidade entre os demais programas analisados por Tarouco e apresentados em sua tese de doutorado e o de 2007. Ao comparar as duas classificações encontramos um alto grau de semelhança, houve coincidência em 92% das sentenças e semi-sentenças classificadas. Desse modo, consideramos a validade da técnica e optamos por utilizar o documento classificado por Tarouco.

A fim de melhor analisar os documentos, dividimos esse tópico em duas partes, na primeira (4.4.1) desenvolvemos a análise de acordo com o método do *MRG*. Na segunda parte (4.4.2) destacamos alguns detalhes dos programas, considerados relevantes para nossa análise.

A partir da análise de conteúdo dos três programas do PSDB chegamos a seguinte tabela onde são apresentadas as porcentagens das frequências de citações em cada um dos sete domínios:

**Tabela 4.5-** Porcentagem das ênfases programáticas do PSDB por domínio em cada um dos manifestos

Domínio	Programa		
	1988	2001	2007
1- Relações Exteriores	3,6	6,6	5,1
2- Liberdade e Democracia	11,4	6,1	8,4
3- Sistema Político	12,5	13,9	22,8
4- Economia	23,9	22,0	23,1
5- Bem estar e qualidade de vida	15	15,8	12,3
6- Estrutura da Sociedade	0,2	5,6	6,0
7- Grupos Sociais	8,0	5,1	1,2
0- Discrepantes	25,4	24,9	21,1
TOTAL (%)	100	100	100
N	(552)	(1871)	(676)

Fonte: Organização própria a partir dos dados de Tarouco (2007) e do programa partidário do PSDB de 2007.

O quadro geral por domínio, mostra que é possível observar uma variação das ênfases programáticas do partido ao longo do tempo, em alguns casos há uma mudança mais acentuada, por exemplo, em grupos sociais, há uma queda significativa, no caso do domínio economia essa alteração é mais leve. Como dito anteriormente, os três programas do PSDB refletem diferentes momentos em sua trajetória e transmitem esses momentos. As frases discrepantes estão relacionadas principalmente às questões históricas, à justificativa do posicionamento do partido em alguns tópicos e a crítica aos seus adversários políticos.

Passaremos, agora, a analisar o enfoque do partido em cada uma das categorias classificadas.

Relações Exteriores e Bem Estar e Qualidade de Vida são mais enfatizados em 2001 que nos demais programas. O destaque a estas temáticas crescem entre o primeiro e o segundo programa e decrescem entre o segundo e o terceiro. Sendo que Relações Exteriores apresenta um crescimento mais acentuado que Bem Estar e Qualidade de Vida, entre o primeiro e o segundo programa enquanto este último apresenta um decréscimo mais acentuado quando observamos as diferenças entre o segundo e o terceiro programas. Por outro lado a ênfase em Liberdade e Democracia apresentam as menores porcentagens em 2001 e volta a crescer em 2007.

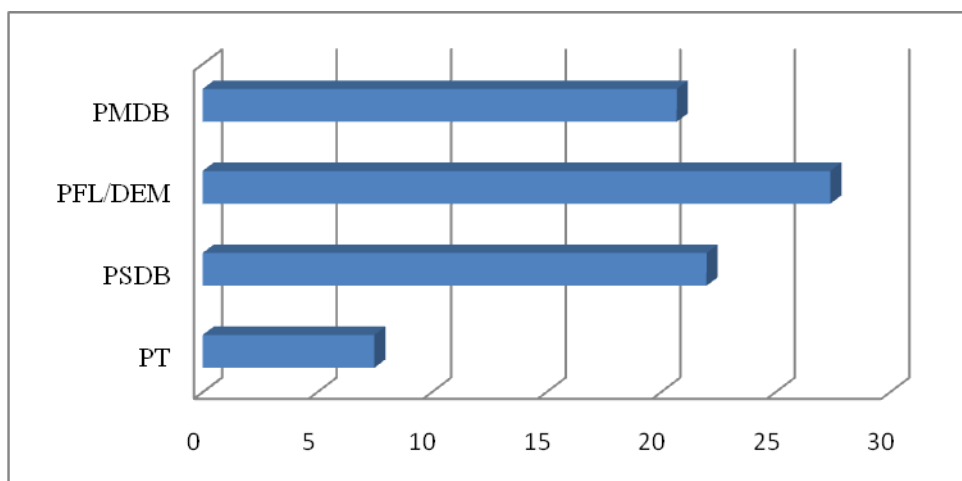
A trajetória das ênfases em Sistema Político e Estrutura da Sociedade é crescente, sendo que o primeiro tem uma forte ascensão entre o primeiro e o último programa, enquanto o segundo ascende mais entre o primeiro e o segundo programas, entre o de 2001 e o de 2007 cresce menos. Enquanto isso, podemos observar que as ênfases em Grupos Sociais decresce

ao longo do tempo e o domínio 6 – Estrutura da Sociedade - cresce consideravelmente entre o primeiro e o segundo programa e se mantém estável entre o segundo e o terceiro.

Deixamos para comentar o domínio 4, Economia, por último por ser um caso emblemático da identificação ideológica do PSDB. Esse tema é o que apresenta maior concentração enfática do partido, mesmo com o pequeno decréscimo no programa de 2001, ocupa lugar de destaque nos três documentos. A forte ênfase em Economia e a baixa concentração em Grupos Sociais e Bem Estar e Qualidade de Vida, refletem o caráter ideológico do PSDB, no caso de um partido social-democrata poderíamos esperar maior ênfase em Bem Estar e Qualidade de Vida e Grupos Sociais e menor ênfase em Economia.

Ao tomarmos como exemplo os partidos brasileiros, cuja análise de manifestos se encontra na tese de Tarouco (2007), observamos que as ênfases temáticas em economia são maiores no PFL/DEM, no PSDB e no PMDB que no PT<sup>68</sup>, o que assinala que os partidos de centro-direita enfocam mais a temática que partidos de esquerda. Como ilustramos com o gráfico a seguir.

**Gráfico 4.4- Ênfases no domínio Economia**  
em diferentes partido brasileiros



Fonte: Organização Própria a partir de dados de Tarouco, 2007.

Ainda corroborando com esse argumento, ao analisarem os programas dos partidos uruguaios, Castillo e Peres (2010), demonstram que o Partido Nacional (PN - conservador) enfatiza mais a economia que a Frente Amplia (FA - de centro-esquerda). De acordo com os dados dos autores enquanto o PN tem 36,2% de suas ênfases em economia a FA tem 23,8%.

<sup>68</sup> Para comparação foram utilizados os dados referentes à classificação do programa do PT de 1990; do DEM de 1995 e do PSDB de 2001.

Com relação às ênfases destacadas nos programas do PSDB, algumas diferenças podem ser observadas quando analisamos a tabela de domínios desagregados:

**Tabela 4.6- Ênfases temáticas do PSDB nos três manifestos**

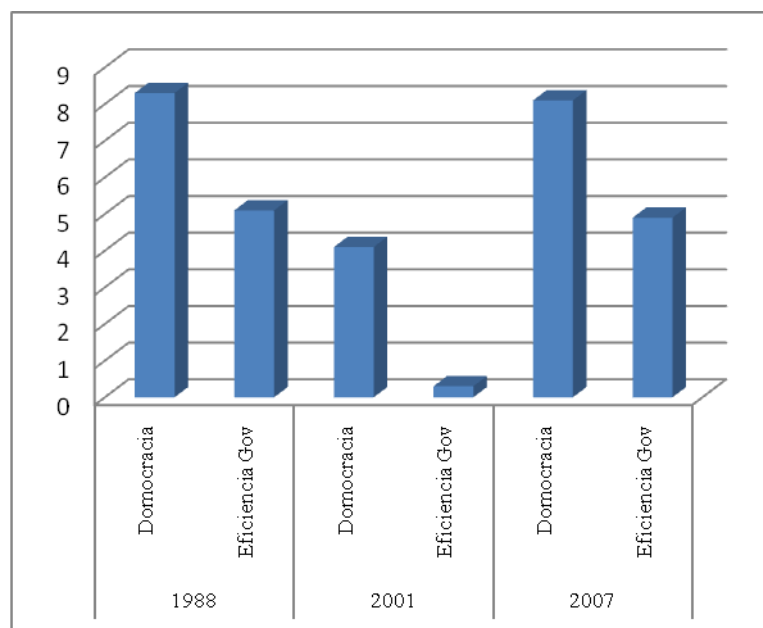
Domínio/Categoria		1988	2001	2007
<b>0</b>	<b>Discrepantes</b>	<b>25,4</b>	<b>24,9</b>	<b>21,1</b>
101	EUA positivo	0	0,2	0
102	EUA negativo	0	0,3	0
103	Anti-imperialista	0	0,3	0
106	Paz	0,4	0,1	0,1
107	Internacionalismo positivo	3,3	5,5	5,0
109	Internacionalismo negativo	0	0,4	0
<b>Sub-total dom. 1</b>	<b>Relações Exteriores</b>	<b>3,6</b>	<b>6,6</b>	<b>5,1</b>
201	Liberdades e direitos humanos	0,5	0,1	0,3
202	Democracia	8,3	4,3	8,1
203	Constitucionalismo: positivo	1,8	0,8	0
204	Constitucionalismo: negativo	0,7	1,0	0
<b>Sub-total dom. 2</b>	<b>Liberdade e Democracia</b>	<b>11,4</b>	<b>6,1</b>	<b>8,4</b>
301	Descentralização	2,4	3,1	1,9
302	Centralização	0	0,1	0
303	Eficiência Governamental e Administrativa	5,1	0,3	4,9
304	Corrupção	0,9	2,8	3,0
305	Autoridade Política	1,1	0	0,1
306	Instituições do Sistema Político	3,1	7,6	12,9
<b>Sub-total dom. 3</b>	<b>Sistema Político</b>	<b>12,5</b>	<b>13,9</b>	<b>22,8</b>
401	Livre iniciativa	0,9	0,1	0,1
402	Incentivos	0	1,8	2,8
403	Regulação do Mercado	0,5	1,1	0,6
404	Planejamento Econômico	0	0,2	0
406	Protecionismo: positivo	0,9	0	0
407	Protecionismo: negativo	0,9	1,0	0
408	Metas Econômicas	11,4	5,1	8,7
409	Gerenciamento keynesiano da demanda	1,4	0,9	1,9
410	Produtividade	2,9	1,9	2,2
411	Tecnologia e infra-estrutura	1,3	2,9	3,4
414	Ortodoxia econômica	3,3	7,7	3,4
416	Controle do Crescimento	0,4	0,4	0
<b>Sub-total dom. 4</b>	<b>Economia</b>	<b>23,9</b>	<b>22,0</b>	<b>23,1</b>
501	Proteção ambiental	1,8	1,1	1,2
502	Cultura	1,3	1,7	0
503	Justiça social	5,6	3,0	5,5
504	Expansão do welfare state	4,0	3,3	1,3
505	Limitação do welfare state	0	1,6	0
506	Expansão da educação	2,4	4,6	4,3
507	Limitação da Educação	0	0,5	0
<b>Sub-total dom. 5</b>	<b>Bem estar e qualidade de vida</b>	<b>15</b>	<b>15,8</b>	<b>12,3</b>
601	Estilo nacional de vida e comportamento: positiva	0	0	0,1
604	Moralidade tradicional: negativo	0	0,3	0
605	Lei e Ordem	0,2	4,9	5,9
606	Harmonia Social	0	0,4	0
<b>Sub-total dom. 6</b>	<b>Estrutura da Sociedade</b>	<b>0,2</b>	<b>5,6</b>	<b>6,0</b>
701	Classes trabalhadoras: positivo	3,1	0,2	0
703	Agricultura, agricultores	3,8	2,4	0
705	Minorias desprivilegiadas	0	1,0	0
706	Grupos demográficos não-econômicos	1,1	1,5	1,2
<b>Sub-total dom. 7</b>	<b>Grupos sociais</b>	<b>8,0</b>	<b>5,1</b>	<b>1,2</b>
<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	<b>(N)</b>	<b>(552)</b>	<b>(1871)</b>	<b>(676)</b>

Fonte: Organização própria a partir dos dados de Tarouco (2007) e do programa partidário do PSDB de 2007.

Como podemos notar, o Programa de 2001 destoa dos demais, a interpretação que podemos fazer é que isso se dá justamente por ser o programa lançado enquanto o partido ainda estava no poder. Apresentamos, a seguir as questões que apresentam maiores diferenças

em relação aos outros programas. Os temas de Democracia e Eficiência Governamental e Administrativa são expostos no gráfico a seguir:

**Gráfico 4.5 - Ênfase em Democracia e Eficiência Governamental nos programas do PSDB**



Fonte: Organização própria a partir dos programas partidários do PSDB.

De acordo com os dados, os temas de Democracia e Eficiência Governamental sofrem uma redução significativa no programa de 2001, quando o partido está no governo, e voltam a crescer no programa de 2007, quando faz parte da oposição.

No domínio 4: Economia, o programa de 2001 apresenta as menores porcentagens de citação em dois temas: Metas econômicas e Gerenciamento Keynesiano da demanda. Por outro lado, é nesse programa que aparece a maior ênfase no tema Ortodoxia Econômica.

Ao observar a classificação desagregada, constatamos que a ênfase em ortodoxia econômica no programa de 2001(7,7%) é praticamente o dobro do que o é nos programas de 1988 (3,3%) e 2007 (3,4%). No programa de 2001, existe uma parte significativa do texto onde as medidas econômicas ortodoxas são justificadas. De acordo com o documento tais medidas foram adotadas pela necessidade de estabilização da economia, ajuste das contas do governo e pela inserção do país no sistema global.

No domínio 6, Estrutura da Sociedade, é possível observar o aumento na ocorrência especialmente no sub-tópico Lei e Ordem.

Com relação aos Grupos Sociais, domínio 7, há uma significativa redução enfática, especialmente quando se trata da classe trabalhadora, o primeiro programa pregava:

O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior (PROGRAMA PSDB, 1988).

Essa temática desapareceu dos programas subsequentes. De modo semelhante, a temática dos agricultores foi reduzida do programa de 1988 para o de 2001 e desapareceu no de 2007.

O que percebemos é que o partido sempre apresentou forte ênfase na questão econômica e a redução na ênfase em algumas categorias, tais como grupos sociais, expansão do welfare state, demonstra que tais questões não são prioritárias nos programas do partido, elas se destacaram no momento de sua formação muito mais por uma questão contextual que por refletirem os idéias dos peessedebistas, como defendemos no capítulo 2. Aqui reforçamos a hipótese que a escolha do nome e o posicionamento inicial estão muito mais ligados à questão contextual que ideológica.

A mudança do partido, observada durante os anos em que esteve à frente do Executivo Federal, foi, na verdade, em direção a uma posição que já existia, de modo latente, e que é perceptível tanto quando observamos seu processo de formação (capítulo 2), sua organização (capítulo 3) e seus documentos. O PSDB nunca foi um partido social-democrata, desde seu surgimento se mantém como um partido de notáveis, cuja ideologia econômica e social se aproxima mais do social-liberalismo que da social-democracia.

Podemos deduzir que deslocamento da centro-esquerda para a centro-direita se dá justamente porque o partido nunca teve enraizamento social, o que de acordo com Kitschelt (1998) é um fator importante para que os partidos de esquerda mantenham sua identidade. O PSDB, de fato, nunca adotou os valores da social-democracia européia, isto associado à ausência de base social permitiu ao partido fazer um “vôo livre” em direção à direita.

Ao observar os detalhes nos programas do partido (4.4.2) e nos programas de governo (4.5) temos mais indícios que confirmam nossa hipótese.

#### 4.4.2- Os detalhes nos programas

Os três documentos apresentam um ponto em comum: o PSDB se afirma social-democrata e defende seu compromisso com os valores social-democratas, contudo suas prioridades programáticas vão contra essa afirmação, demonstrando que, de fato, se trata muito mais de uma questão retórica que de prática política.

O Programa de 1988, lançado com o partido, reflete muito claramente o contexto de sua criação: a efervescência política vivida no país, causada pela constituinte, pelo descontentamento com o governo Sarney e pela expectativa com as eleições presidenciais de 1989. O programa organizado em 10 páginas apresenta as diretrizes básicas do partido e a justificativa para sua criação.

Dentre as frases discrepantes destacam-se as que o partido dirige fortes críticas ao governo Sarney, principalmente ao abandono do projeto social, ao clientelismo e aos planos econômicos inconsistentes.

Nesse documento, há uma forte ênfase nos valores e na importância da democracia, reflexo do contexto em que o documento foi elaborado: o processo de redemocratização ingressava em sua última etapa com a Constituinte, o período também era marcado pela expectativa da eleição presidencial de 1989.

Em 1988, o partido defende claramente o *parlamentarismo* como sistema de governo. Essa era uma das principais bandeiras peessedebistas durante a constituinte e, de acordo com seus fundadores, um dos principais pontos de divergências com demais peemedebistas, uma das motivações para a formação do novo partido. Contudo, com a vitória do Presidencialismo no Plebiscito de 1993<sup>69</sup>, o partido, embora, continuasse defendendo o parlamentarismo como o melhor sistema para o país, reconhece e aceita a opção popular pelo presidencialismo. O PSDB deixa de advogar em favor do parlamentarismo sai em defesa da necessidade de melhorar o presidencialismo.

O segundo programa do partido, divulgado em 2001, é bem mais extenso que o primeiro. Por ser elaborado no fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso o programa destaca as políticas adotadas enquanto esteve à frente do governo e argumenta que a postura do partido não se inclinara ao neoliberalismo, mas que se mantivera social-democrata. O programa enfatiza as reformas empreendidas por Fernando Henrique Cardoso, assim como

---

<sup>69</sup> Em 1993 foi realizado o plebiscito para decidir sobre o sistema de governo do país. Nessa consulta a população iria decidir entre o regime de governo: monarquia ou república e se o sistema deveria ser presidencialista ou parlamentarista.

os avanços promovidos por esse governo nos mais distintos campos - reforma do estado, econômica, reforma agrária, entre outros - e prega que os dois grandes desafios enfrentados pelo país eram: “a realidade da globalização e a necessidade de completar a reforma do decadente Estado nacional-desenvolvimentista” (PROGRAMA, 2001).

Parte considerável do texto é dedicada ao discurso acerca da globalização, e à crise do estado brasileiro, a fim de justificar a necessidade de mudanças e as reformas empreendidas pelo governo, mas sempre reafirmando o compromisso do partido com a social-democracia.

O programa de 2007, assim como o de 2001, enfatiza as medidas adotadas no governo Cardoso, destacando, sempre, os avanços produzidos pelas políticas adotadas durante os oito anos em que a coalizão liderada pelo PSDB esteve à frente do governo Federal. Nesse documento, além de defender os benefícios alcançados graças às políticas adotadas na era FHC, há uma forte crítica à política empreendida pelo PT, especialmente no que concerne às práticas de corrupção que se tornaram públicas durante o governo petista. O documento denuncia, ainda, o clientelismo e o fisiologismo adotados no governo do adversário político.

Os programas de 2001 e 2007 apresentam uma considerável extensão do texto dedicado à defesa da reforma do sistema político. Nesse aspecto partido defende dois pontos: a lista fechada e o sistema proporcional distritalizado. No que se refere ao primeiro ponto há uma forte crítica ao sistema proporcional de lista aberta, quanto a essa temática, o deputado peessedebista Bonifácio Andrada (PSDB/MG) fez uma proposta (PL nº 992/2003) defendendo a adoção da lista fechada. O segundo ponto destacado nos programas é a defesa do sistema proporcional distritalizado, embora enfatize a temática em seus programas, o partido nunca fechou uma posição acerca do assunto no Congresso Nacional.

Nos três programas o partido exalta os valores da social-democracia e defende sua identidade social-democrata. Nos dois últimos, parte do texto classificado como discrepante está relacionado à defesa das políticas adotadas durante o governo FHC e dos benefícios que tais políticas proporcionaram (um quadro com o índice dos programas encontra-se no Apêndice IV).

O que podemos observar é que há uma mudança na ênfase do PSDB, em algumas questões, especialmente no que tange aos Grupos Sociais, Estrutura da Sociedade e Economia. No caso da Economia notamos que o partido inclina-se para um posicionamento pró-mercado no programa lançado em 2001, enquanto reduz a ênfase em grupos sociais e estrutura da sociedade. Além disso, como apresentado anteriormente há uma queda de referências à eficiência administrativa, ou seja, essas questões também sinalizam a



proximidade da agremiação com o ideal social-liberal. Cabe destacar, ainda, que o partido é pouco auto-critico em relação à sua postura enquanto esteve à frente do executivo federal

#### **4.5- Os programas de Governo do Partido**

Como discutido anteriormente o PSDB despontou como um dos mais importantes partidos no cenário político brasileiro. É um dos poucos partidos que apresentou candidatura em todas as eleições presidenciais. Desde 1989, foram quatro candidatos em seis eleições: Mário Covas (1989), Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), José Serra (2002 e 2010) e Geraldo Alkmin (2006); além disso, o partido permaneceu à frente do Executivo Federal por dois mandatos consecutivos(1995-1998/ 1999-2002).

Assim como na análise dos manifestos, o objetivo, neste tópico, é avaliar se há mudanças nos programas de governo do partido. Como temos interesses em algumas temáticas específicas e buscamos interpretar de modo mais profundo essas informações, entendemos que a análise qualitativa atende melhor os objetivos desta seção. Elencamos quatro grandes temas, subdivididos em importantes áreas, a serem comparados: Políticas Sociais – incluindo Educação, Saúde, Previdência Social e Redistribuição de renda; Políticas Econômicas - incluindo Privatização; Política Externa; e Descentralização e Reforma Política.

O partido apresentou programa de governo para os seis pleitos presidenciais da nova república, aos quais apresentou candidato. É importante notar que os programas não apresentam formato semelhante, variam muito no modo de abordar as questões - alguns apresentam uma forma mais programática com seus objetivos mais claramente identificados e outros estão em formato de texto, os objetivos estão implícitos – e, assim como nos programas do partido, são fortemente influenciados pelo contexto no qual foram escritos.

Os programas não apresentam um padrão, o que nos indica que sua elaboração foi influenciada pelo candidato ao governo. Por exemplo, os dois programas das candidaturas de Fernando Henrique Cardoso são mais extensos, com uma ampla base histórica e contextual, o que remete ao perfil intelectual do candidato, os dois programas foram publicados. Já os programas de José Serra e Geraldo Alkmin, são mais sucintos e objetivos, e não foram publicados, são documentos que apresentam um perfil preliminar. O documento lançado em 2010 apresenta uma inovação, sua elaboração se deu a partir da organização de grupos de

estudos que interagiam com os assessores da campanha, uma das maneiras de contribuir para a elaboração do texto era via internet.

Dentre os documentos, notamos que a candidatura de 1989 apresenta uma particularidade, não foi apresentado um programa de governo oficial. Todavia o discurso de Mário Covas ao se despedir do Senado, no dia 28 de junho de 1989, apresenta as bases programáticas do possível governo tucano (Folha de São Paulo, 29 de junho de 1989; Jornal do Brasil 29 de junho de 1989). Além desse documento foram lançados panfletos e “santinhos” com os principais pontos defendidos pelo partido, esse material é analisado como o programa de governo de 1989.

Um ponto comum em todos os programas de governo, assim como nos programas do partido, é a afirmação do compromisso do partido com a social-democracia.

#### 4.5.1- Políticas Sociais

O tema das políticas sociais aparece de maneira muito semelhante nos seis programas de governo peessedebista. Todos os documentos falam em melhorar a qualidade dos serviços de educação e a saúde, e a reforma da previdência só não é abordada no programa de 1989. Quanto à educação as principais preocupações são com a ampliação de vagas, redução do índice de repetência e evasão escolar (observado especialmente nos documentos de 1994, 1998, 2002). Com relação à saúde todos falam em tornar o SUS mais eficiente. No que tange às políticas de redistribuição de renda, o tema é abordado em todos os documentos.

O que se esperaria do programa de um partido social-democrata, seriam propostas de políticas sociais que se aproximassem de um modelo do *welfare state social-democrata*, ou até mesmo do *welfare state conservador-corporativo*, todavia, o que encontramos nos programas de governo do PSDB são características mais próximas do *welfare liberal*.

No quadro a seguir apresentamos os principais tópicos abordados sobre políticas sociais nos programas.

**Quadro 4.1-** A Política social nos programas do PSDB

	<b>1989</b> <b>Mário</b> <b>Covas: A</b> <b>força da</b> <b>democracia</b>	<b>1994</b> <b>Mãos a obra</b> <b>Brasil –</b> <b>proposta de</b> <b>governo</b>	<b>1998</b> <b>Avança Brasil –</b> <b>mais quatro anos</b> <b>de</b> <b>desenvolvimento</b> <b>para todos</b>	<b>2002</b> <b>Trabalho e</b> <b>progresso para</b> <b>todos</b>	<b>2006</b> <b>Programa de</b> <b>Geraldo</b> <b>Alkimin</b>	<b>2010</b> <b>Uma agenda</b> <b>para o</b> <b>desenvolvimento</b> <b>sustentável</b> <b>do Brasil</b>
<b>Política Social</b>	Educação e saúde para todos;  Desigualdade e se corrige distribuindo renda	Superação da pobreza por meio do desenvolvimento econômico com redistribuição de renda, além da universalização do ensino básico no país.  Reformar de forma criativa as áreas de saúde, educação, saneamento, habitação e segurança.	Desenvolver política nacional de transferência de renda;  Avançar na luta permanente contra exclusão social, fome, pobreza e desigualdade;  Aumentar o impacto distributivo do gasto público em programas sociais;  Desenvolver um programa de transferência de renda assegurando e conjugando os diferentes programas federais existentes;  Universalizar e melhorar os serviços sociais básicos de responsabilidade pública (educação, saúde, auxílio ao desempregado)	Dar continuidade e aprimorar os programas de transferência de renda.  Ampliar os investimentos em saneamento, drenagem, pavimentação, construção de habitações e melhorias habitacionais, regularização fundiária, transporte coletivo, serviços de saúde, educação e promoção social.	Aumentar os investimentos em educação e saúde e transporte  Melhorar a qualidade da educação e o atendimento à saúde pública.  Programas conjuntos com Estados e Municípios  Ampliar e aperfeiçoar os programas de transferência de renda.	Ampliar os programas de transferência direta de renda.  Implantar e articular a melhoria da infra-estrutura social de serviços públicos: saúde, educação, saneamento, transporte, energia, elétrica, segurança, telefonia, etc.
<b>Previdência</b>	Não há referências ao tema	Necessidade de reformar para atender mais pessoas de modo eficiente	Complementar a reforma para assegurar a universalidade do direito à cobertura básica	Ampliar o sistema complementar de previdência, melhorar a aposentadoria básica dos beneficiários e o sistema de previdência básica.	Reformar o sistema da residência a fim de garantir direitos e expectativas de quem já se aposentou e de que ainda vai se aposentar  Apurar e coibir fraudes no sistema previdenciário	Acelerar a criação da previdência complementar nos seguimentos do funcionalismo público  Implantar Unidade gestora única do RPPS no governo Federal, para evitar fraudes

Fonte: Elaboração própria a partir dos programas de governo do PSDB.

Como podemos observar os programas não apresentam divergências quando tema é política social ou previdência. Há uma forte inclinação à políticas sociais localizadas, ou seja, políticas sociais destinadas a um público específico, os mais pobres.

No programa *Mãos a obra Brasil*, por exemplo, são elencadas as cinco metas prioritárias do governo: agricultura, educação, emprego, saúde, segurança e habitação. Em cada um desses tópicos é apresentado um panorama crítico da situação e as metas a serem alcançadas durante o mandato do candidato do PSDB. A solução sempre passa pelo maior investimento nos setores e para esse investimento seriam utilizados fundos oriundos de “recursos públicos e privados, nacionais e internacionais” (CARDOSO, 1994, p. 65).

Nesse documento, fala-se nas parcerias a serem celebradas com o setor privado para a promoção do desenvolvimento e com as ONG’s na implementação da agenda social, juntamente com a “Comunidade Solidária”. Defende-se a parceria Estado-sociedade como um mecanismo de consolidação e aprofundamento da democratização, capaz de aumentar a eficácia do gasto governamental e dar mais transparência às ações públicas (CARDOSO, 1994, p. 92). Essa articulação entre governo e sociedade civil, entre público e privado é uma das características dos programas do PSDB

No *Avança Brasil* os temas são organizados por objetivos. As políticas sociais encontram-se no “Objetivo Nº3 - Eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda”, o mesmo está dividido em 5 tópicos: o primeiro dedicado à educação e saúde; o segundo a proteção à criança e ao adolescente (combate à desnutrição, erradicação ao trabalho infantil e adolescente), ao aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda e assistência social; o terceiro ao programa de assistência ao nordeste; o quarto à implantação de novas políticas urbanas e o quinto relativo à políticas rurais.

Enquanto no *Mãos a Obra Brasil* a questão das desigualdades regionais emerge com destaque para as regiões Norte (N) e Nordeste (NE) no *Avança Brasil* a ênfase maior é com relação ao NE. No *Avança* existem programas específicos para o Nordeste (infra-estrutura, distribuição de renda, geração de empregos e desenvolvimento do potencial turístico, especialmente, voltados para essa região).

O grande eixo temático do programa *Trabalho e Progresso para todos* é a geração de emprego, a partir daí também é apresentada a proposta de educação e investimento em formação profissionalizante. A saúde também é referida quando se trata da criação de empregos, de acordo com o documento “A ampliação de serviços de educação e saúde contribuirá para a geração de empregos” (SERRA, 2002, p. 37). No que tange às políticas

sociais, o programa prega a ampliação dos programas de transferência de renda como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação.

De acordo com o programa, o primeiro objetivo do possível governo Serra é a geração de emprego, o segundo é “avançar ainda mais na universalização dos serviços básicos de saúde, educação e previdência” (SERRA, 2002, p. 37).

Para garantir o cumprimento de suas metas, o Governo José Serra adotará uma visão integrada de desenvolvimento, que articule estreitamente a política econômica e a política social. Integrando-se, a política econômica e a política social se reforçarão mutuamente (SERRA, 2002, p. 39).

Assim como nos programas anteriores o partido defende as parcerias com a sociedade organizada e com o setor privado para o provimento dos serviços básicos de educação e saúde.

No *Programa de Geraldo Alkmin*<sup>70</sup> os tópicos IV e V tratam respectivamente de educação e saúde. O programa prega o ensino público de qualidade, aumento das vagas para o ensino infantil e médio e a expansão de programas de educação profissionalizante.

No que tange à área de saúde, assim como nos demais programas, se defende a maior eficácia dos serviços, com a redução no tempo de espera para o atendimento e melhor distribuição de leitos e profissionais. O documento defende, ainda, a melhor alocação dos recursos da saúde.

No tópico sobre política social, é defendido o combate à miséria, à pobreza e a vinculação dos programas de transferência de renda “à educação, à capacitação para o trabalho, à saúde, à habitação, ao fortalecimento da família e da mulher, em específico, à atenção aos idosos e portadores de deficiências e a uma sólida ação com a juventude brasileira” (ALKMIN, 2006, p. 26).

A previdência social é o tema do tópico X. O programa elenca os problemas encontrados pela Previdência, e aponta as medidas que serão adotadas para sanar essas deficiências, entre essas propostas se destaca a adoção de novas regras para os cidadãos que ainda não ingressaram no mercado de trabalho além da viabilização de mecanismos de controle mais eficientes contra as fraudes no sistema.

Em *Uma agenda sustentável para o Brasil*, programa de 2010, as políticas assistenciais são apresentadas como “necessárias para proteger e promover segmentos sociais

---

<sup>70</sup> O programa não tem um nome como os dois de Fernando Henrique Cardoso e os dois de José Serra.

historicamente desguarnecidos”. Após um breve histórico da implantação dos programas sociais no governo Fernando Henrique Cardoso, Serra, defende que seja inserido no programa “políticas de cunho emancipatório, capazes de promover o desenvolvimento econômico e social de modo sustentado”. O ensino é visto como a peça chave na criação de oportunidades para os cidadãos “a educação abre as portas do emprego, dispensando os favores do Estado” (SERRA, 2010, p. 25).

A educação pública recorrentemente vista como deficitária volta ser tratada nesse documento como um instrumento fundamental para o aprimoramento do aluno e formação de profissionais. A idéia de se criar escolas em tempo integral, ganha um tópico específico dentro do tema. O documento defende, ainda, o aperfeiçoamento dos programas de avaliação do ensino fundamental, médio e superior, além disso, prega a necessidade de maior integração entre a formação escolar/universitária e a vida real.

Quanto aos programas de assistência, o documento defende a expansão do bolsa família, assim como melhorias no programa, tais como maior assistência à saúde das famílias beneficiadas, maior monitoramento quanto à educação e formação profissional, criar incentivos para que os filhos e pais se mantenham na escola e terminem a formação média. O documento inclui, ainda, um programa especial voltado à população de rua das grandes cidades e à população dos municípios mais carentes.

Com relação à política de saúde o programa prevê o aumento dos investimentos nessa área, aprimoramento da atenção básica à saúde, e da Farmácia Popular,

Quanto à previdência o documento destaca que,

O quadro geral da Previdência Social parece indicar que a realidade da economia, com geração de empregos, é que ditará sua evolução. Nesse quadro, os ajustes a promover têm caráter infraconstitucional e cobrem a máquina arrecadadora e a administração dos benefícios do ponto de vista de sua gestão. É fundamental que o beneficiário seja mais bem atendido, a começar do tempo de concessão do benefício (SERRA, 2010, p. 128).

O que observamos é que concepção de *welfare state* presente nas propostas para programas sociais do PSDB é o *welfare state liberal*. Como discutido no capítulo I, esse modelo prevê assistência apenas aos comprovadamente pobres. Como foi possível observar, em todos os programas de governo do PSDB há essa preocupação de assistência aos mais pobres, por meio da redistribuição de renda. Com relação à saúde e educação podemos pensar que há um dualismo, uma vez que tais políticas são, formalmente, de caráter universal, mas na prática apenas aqueles que não têm condições econômicas para pagar pelos serviços privados

utilizam esses serviços públicos. Mais uma vez a “melhora” nestes serviços atenderia um público específico: os mais pobres.

Constatamos que as políticas defendidas pelo PSDB se diferenciam do modelo de política social-democrata. Pode-se argumentar que o contexto político-econômico no qual o partido surgiu influenciou sua maneira de conceber as políticas, contudo, como destacamos no capítulo I, mesmo sob o contexto internacional desfavorável os partidos social-democratas se empenharam em garantir os programas sociais abrangentes, mantendo seu diferencial em relação aos partidos conservadores.

#### 4.5.2- Política econômica

Observando os programas do partido em relação à política econômica, mais uma vez podemos constatar que há maior proximidade das propostas peessedebistas com o social-liberalismo que com a social-democracia. A partir do programa de 1994 os pontos centrais na política econômica, defendidas pelo partido, são: manutenção da estabilidade econômica, acelerar o crescimento promover o desenvolvimento a partir de incentivos à indústria. A privatização é um tema defendido nos programas de 1989, 1994 e 1998, mas, frente à impopularidade das medidas, desaparece nos programas subsequentes.

A questão econômica demonstra que não há alteração nas prioridades do partido no momento em que a mudança do posicionamento ideológico pode ser observada. Ou seja, desde o primeiro programa de governo as metas econômicas se mantiveram. A tentativa de mudança programática ocorre quando o partido deixa o governo, momento em que o tema das privatizações desaparece da pauta.

**Quadro 4.2-** A Política econômica nos programas do PSDB

	<b>1989</b> <b>Mário</b> <b>Covas: A</b> <b>força da</b> <b>democracia</b>	<b>1994</b> <b>Mãos a obra</b> <b>Brasil –</b> <b>proposta de</b> <b>governo</b>	<b>1998</b> <b>Avança Brasil –</b> <b>mais quatro anos</b> <b>de</b> <b>desenvolvimento</b> <b>para todos</b>	<b>2002</b> <b>Trabalho e</b> <b>progresso para</b> <b>todos</b>	<b>2006</b> <b>Programa</b> <b>de Geraldo</b> <b>Alkimin</b>	<b>2010</b> <b>Uma agenda para</b> <b>o</b> <b>desenvolvimento</b> <b>sustentável do</b> <b>Brasil</b>
<b>Privatização</b>	Privatizar com serenidade	A privatização é uma das condições indispensáveis à manutenção de uma política macroeconômica consistente;  A venda de ativos públicos deverá gerar recursos para investimento em projetos de infraestrutura;  A privatização é uma importante fonte de recursos para investimentos.	Aprofundar a reestruturação do setor produtivo, levando adiante o programa de privatização e fortalecendo o Estado no papel de regulador e indutor do desenvolvimento;	Não há propostas nem projetos quanto ao tema. <sup>71</sup>	Não há propostas nem projetos quanto ao tema.	Não há propostas nem projetos quanto ao tema.
<b>Política Econômica</b>	Resolver o problema da inflação; Serão bem vindos os investimentos estrangeiros; Fortalecer o mercado interno.	Construir um novo paradigma de desenvolvimento, cujo êxito passa também pela reestruturação das instituições;  Assegurar a manutenção da estabilidade econômica  Reforçar o papel regulador do Estado  Atrair recursos externos	Garantir e manter a estabilidade econômica;  Avançar para consolidar o real;	Acelerar o crescimento da economia.  Garantir a manutenção do tripé: regime de livre flutuação cambial, regime monetário baseada nas metas da inflação, um novo regime fiscal marcado pela austeridade, transparência e responsabilidade.	Resgatar a capacidade de investir e a produtividade.  Mudar a estrutura fiscal. O governo não pode gastar mais do que ganha.  Reduzir as taxas de juros. Manter a estabilidade econômica.	Manter a estabilidade econômica.  Regular a dosagem entre as políticas fiscal, cambial e monetária.  Aumentar as taxas de investimento público.

Fonte: Organização própria a partir dos programas de governo do PSDB.

<sup>71</sup> A única referência ao tema que aparece no *Trabalho e Progresso para todos* e em *Uma agenda para o desenvolvimento* é que a privatização foi importante para a expansão das telecomunicações, assim como a promoção de acessibilidade aos serviços, referência que aparece em ambos. No segundo há, ainda, a afirmação de que a privatização promoveu maior competitividade das empresas brasileiras na economia internacional. O programa de Alkimin não faz sequer uma referência ao tema.



O discurso de Mário Covas ao sair do Senado, em 1989, deixava claro quais eram suas intenções quanto às políticas econômicas a serem adotadas, caso fosse eleito. O presidenciável pregava a necessidade de um choque de capitalismo e defendia a privatização. Mesmo favorável a políticas que não condizem com o ideal social-democrata, Covas, afirmava que o programa do PSDB era “fundamentado nas idéias básicas da mais vitoriosa experiência política do pós-guerra: a social-democracia” (Ayres, 2002: 217).

Abaixo reproduzimos dois importantes trechos do discurso de Covas,

Hoje, com a aceleração das transformações tecnológicas, geopolíticas e culturais que o mundo está atravessando, a opção é manter-se na vanguarda ou na retaguarda das transformações. É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil. Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidades comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. *Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios*<sup>72</sup>.

(...) O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo. (...) Vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis. Vamos profissionalizar a direção das estatais; estabelecer um código de conduta (AYRES, 2002, p. 219).

Como podemos observar as bases para a política adotada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (co-autor do discurso – Jornal do Brasil, 29 de junho de 1989) podem ser encontradas no discurso que Mário Covas proferiu ao deixar o Senado. Desse modo, podemos inferir que não há mudanças no posicionamento do partido em relação a essas questões, o que confirma nossa tese de que “a mudança” observada no comportamento e posicionamento dos legisladores do partido, não refletiu, de fato, uma alteração programática do partido, pelo contrário, os programas do PSDB dão suporte ao posicionamento que se tornou claro a partir de 1994.

A primeira questão abordada no *Mãos a obra Brasil* é a questão econômica. O primeiro tópico é o “Um novo projeto de desenvolvimento”, no qual se argumenta que o nacional desenvolvimentismo teve seu tempo, mas já não era mais eficaz. O documento faz uma forte crítica às medidas adotadas durante as últimas décadas que promovia crescimento baseado em endividamento externo, e manutenção das desigualdades.

De acordo com o texto, três políticas seriam necessárias para o novo modelo: estabilidade do ambiente econômico; indicações claras sobre as prioridades em matéria de

---

<sup>72</sup> Grifos nossos

política econômica; uma política clara em relação às regras formuladas internacionalmente. De modo sucinto,

(...) o programa do Governo Fernando Henrique propõe um modelo economicamente sustentado, em que o Brasil encontre formas próprias de manter, a longo prazo, o seu processo de desenvolvimento; um modelo ambientalmente sustentável, em que as preocupações com a ecologia estejam efetivamente presentes em todas as decisões; um modelo de participação ativa na vida internacional, de abertura para o mundo, que conduza o Brasil a procurar no sistema internacional oportunidades para a realização dos interesses nacionais e, fundamentalmente, um modelo de justiça social onde o direito à vida com dignidade seja garantido (CARDOSO, 1994, p. 7).

No *Avança Brasil*, a principal meta do programa de governo é consolidar a estabilidade econômica, os demais objetivos são considerados conseqüências da concretização dessa primeira meta. O argumento é que a estabilidade econômica proporcionou um ganho real aos brasileiros, sentido principalmente pelas pessoas de baixa renda, “Que a estabilidade é um bem social de primeira necessidade ninguém se anima a questionar” (CARDOSO, 1998, p. 16).

A exemplo do que encontramos no programa partidário de 2001, no programa de governo de 1998 há um discurso no qual são apresentados os entraves do contexto internacional, com grande destaque para os caminhos que uma política bem sucedida deve trilhar perante um contexto de globalização. O texto é fortemente marcado pela retrospectiva histórica, na qual são destacados os desafios econômicos e sociais enfrentados pelo país nas últimas décadas, com ênfase especial na questão econômica e na organização do Estado.

O programa apresenta o projeto de reforma do Estado e as políticas econômicas adotadas no primeiro governo FHC, contextualizando-as e justificando a implantação de tal agenda. Há, também, uma defesa especial ao processo de privatização que segundo o texto teria promovido mais eficiência às empresas estatizadas, abertura de mais postos de trabalho e que a receita obtida proporcionaria o equilíbrio na balança financeira.

No *Trabalho e Progresso para todos*, de 2002, o tema da estabilidade econômica também aparece, porém, a ênfase é bem menor que nos programas anteriores, o documento lembra que a estabilidade alcançada com o plano real, aliada aos programas de responsabilidade fiscal e a modernização da máquina administrativa foram fundamentais para avançar e atender as novas exigências da sociedade (SERRA, 2002).

O primeiro grande tema abordado no Programa de Geraldo Alkimin, 2006, é o desenvolvimento. O primeiro tópico, *Estratégia do desenvolvimento – Caminho para crescer*,

é iniciado com uma revisão crítica do crescimento do país, baseada na informação de que o Brasil tem potencial para crescer mais do que cresceu, que houve um erro na estratégia do último governo (no qual o seu adversário político, PT, estava à frente do executivo federal).

A terceira grande temática volta à questão econômica, o documento defende que para crescer é necessário ajustar as contas públicas e argumenta: “O Estado Brasileiro é grande demais e ineficiente” (ALKIMIN, 2006, p. 10). Mais uma vez o partido volta a defender a redução do estado a fim de torná-lo mais eficiente.

De acordo com o programa, o país era vítima de um círculo vicioso no qual gastava mais do que arrecadava e possuía uma estrutura de arrecadação ineficiente.

É preciso sair dessa trajetória perversa. Para tanto, torna-se fundamental mudar a estrutura fiscal brasileira. A regra básica que norteará a política fiscal do governo Geraldo Alckmin é bastante simples: “O governo não pode gastar mais do que arrecada”. Assim, o objetivo central consiste em estabelecer metas fiscais claras. Esse programa visa a criar condições para zerar o déficit nominal, com corte de despesas correntes dos governos, incluindo juros, da ordem de 4,4% do PIB no decorrer do próximo mandato. O modelo a ser perseguido reproduz os casos bem sucedidos de ajuste fiscal em diferentes estados do País. O primeiro corte a ser feito é a extinção, no mínimo, do mesmo número de ministérios e cargos públicos criados pelo atual governo (ALKIMIN, 2002, p. 13).

Em *Uma agenda para o desenvolvimento sustentável do Brasil*, o tópico empreendimento, empreendedorismo e emprego, é iniciado com uma frase de José Serra, na qual se assume como um dos mentores do tripé de “responsabilidade fiscal sistema de metas e câmbio flutuante que propiciaram a estabilização da economia brasileira” (SERRA, 2010, p. 69). Defende-se que o crescimento promoverá o aumento no nível de emprego. O programa é favorável à ampliação dos investimentos nas Parcerias Público-Privadas - PPP's.

No programa de 2010, o presidencialista volta ao tema do tamanho do Estado. O retorno à temática se deve as constantes acusações do opositor (PT) de que um governo do PSDB iria privatizar as empresas públicas. Quanto a isso está no programa:

O PSDB e seus aliados políticos não são privatistas nem estatizantes. Defendem, isso sim, o ativismo do Estado. Querem o ente público que atua, planeja, define prioridades, impulsiona a produção, articula forças sociais, mobiliza a sociedade (SERRA, 2010, p. 21).

O documento justifica o motivo pelo qual o partido optou pela privatização:

Na história do País, especialmente após o governo de Getúlio Vargas, importantes ramos da economia foram comandados por empresas estatais, como a siderurgia, a petroquímica, a mineração, energia elétrica e telefonia. Sem essas empresas o Brasil não teria avançado sua economia, enfrentando os desafios da época imperialista do capitalismo mundial. Com o final da Guerra Fria e a globalização, consolidada a capacidade empresarial, no campo e na cidade,

novos desafios se colocam para a gestão do Estado brasileiro, como as questões da educação, saúde e justiça social, da segurança pública (SERRA, 2010, p. 21).

O programa de 2010 é o primeiro que retoma essa temática, depois do governo Fernando Henrique Cardoso, e apresenta os resultados positivos do processo de privatizações: a maior competitividade das empresas privatizadas no cenário mundial.

#### 4.5.3- Política Externa

O tema Política Externa surge nos programas do PSDB, principalmente, direcionado às relações comerciais entre o Brasil e as demais nações. Além disso, o partido mantém um discurso pró-democracia e pró-autodeterminação dos povos. A reivindicação por maior participação do Brasil nas decisões internacionais e da presença do país nos órgãos multinacionais, também estão presentes nos documentos.

Em todos os programas é defendida a necessidade de reforçar as relações com os países vizinhos, assim como a necessidade de fortalecer o MERCOSUL. No quadro a seguir são apresentadas as principais questões de política externa.

**Quadro 4.3-** A Política Externa nos programas do PSDB

	1989 Mário Covas: A força da democracia	1994 Mãos a obra Brasil – proposta de governo	1998 Avança Brasil – mais quatro anos de desenvolvimento para todos	2002 Trabalho e progresso para todos	2006 Programa de Geraldo Alkimin	2010 Uma agenda para o desenvolvimento sustentável do Brasil
<b>Política Externa</b>	Posicionar-se com independência frente a opinião pública internacional	Participar ativamente na resolução de problemas internacionais;  Ampliar participação nos foros internacionais inclusive no Conselho de Segurança da ONU;  Fortalecer as relações com nossos vizinhos da América Latina;  Consolidar o processo de integração regional (MERCOSUL);  Ampliar a participação no âmbito da nova OMC.	Consolidar o espaço econômico do MERCOSUL;  Promover a integração econômica com os demais países latino-americanos;  Defender os interesses do Brasil e dos demais países do MERCOSUL nas negociações para a eventual criação da ALCA;  Manter nossa posição nos demais fóruns internacionais.	Levar adiante a construção do MERCOSUL ;  Prosseguir nas negociações da ALCA adotando uma postura cautelosa;  Manter nível aprofundado de interlocução com mecanismos internacionais, blocos e agrupamentos regionais;  Intensificar os laços com nossos vizinhos da América do sul;	Ampliar as relações com países do nosso entorno geográfico;  Intensificar as relações com os centros mais dinâmicos da economia global;  Ampliar o relacionamento com países de escala continental;  Promover ampla reflexão sobre o MERCOSUL.	Dar prioridade ao programa de integração do MERCOSUL ;  Negociar acordos com garantia para investimento em países da região  Defender, no tocante a direitos humanos e democracia, posições que refletirão os valores defendidos internamente, e não afinidades ideológicas;  Fortalecer a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.

Fonte: Organização própria a partir dos programas de governo do PSDB.

No *Mãos a Obra*, é destacada a preocupação em ampliar as relações comerciais com nossos vizinhos fronteiriços, assim como as relações bilaterais com países do Pacífico. O documento propõe, também, aumentar o intercâmbio com Rússia, China e Índia, além de reforçar as relações com a África e Oriente Médio. No programa há referências ao fortalecimento das empresas brasileiras no exterior, o que inclui o apoio do Ministério das Relações exteriores para tal feito.

O programa *Trabalho e Progresso para todos*, prevê:

... levar adiante a construção do MERCOSUL, dando prioridade, nas atuais circunstâncias, à conclusão da área de livre comércio e flexibilizando a união alfandegária, com o propósito de permitir que os países membros possam fazer acordos de livre comércio com terceiros países (SERRA, 2002, p. 72).

Quanto à ALCA, o documento defende que o Brasil deve “Prosseguir nas negociações da ALCA adotando uma postura cautelosa e guiando-se pelo interesse nacional”.

No Programa de Geraldo Alkmin, o primeiro objetivo da Política Externa é “Ampliar a relação com os países do nosso entorno”, assim como nos demais programas existe a preocupação de manter uma boa relação política e comercial com nossos vizinhos fronteiriços. Existe, também, a proposta de aumentar as relações com China, Índia e Rússia, como parceiros comerciais, assim como Japão, Coréia do Sul e África (com destaque para os países de língua portuguesa). Com relação à integração regional, a proposta é “Promover ampla reflexão sobre o MERCOSUL” (ALKMIN, 2006, p.109).

Em *Uma agenda para o desenvolvimento sustentável*, o tema da política externa se inicia com uma crítica ao PT que teria partidarizado a questão,

A partidarização da política externa levou a desvios, como a política de generosidade e de afinidades ideológicas na América do Sul, o reconhecimento da China como economia de mercado e a negociação de acordos comerciais com países de reduzida importância para o setor exportador nacional (SERRA, 2010, p. 164).

De fato, a modificação encontrada em termos de política externa diz respeito ao desaparecimento do tema da ALCA da agenda do partido. No mais, em todos os programas é pregada a ampliação das relações com nossos vizinhos da América do Sul.

#### 4.5.4- Descentralização e Reforma Política

A agenda política aparece nos seis programas. Após o plebiscito no qual venceu o presidencialismo, o parlamentarismo deixou de ser uma bandeira para o partido, porém em todos os documentos defende-se que o partido se empenhará para tornar o presidencialismo melhor, nesse sentido existe a necessidade de mudar o sistema de representação, instituindo o voto distrital e a lista fechada, por exemplo.

**Quadro 4.4-** Descentralização e Reforma política nos programas do PSDB

	<b>1989</b> <b>Mário Covas: A</b> <b>força da</b> <b>democracia</b>	<b>1994</b> <b>Mãos a obra</b> <b>Brasil –</b> <b>proposta de</b> <b>governo</b>	<b>1998</b> <b>Avança Brasil –</b> <b>mais quatro</b> <b>anos de</b> <b>desenvolvimento</b> <b>para todos</b>	<b>2002</b> <b>Trabalho e</b> <b>progresso</b> <b>para todos</b>	<b>2006</b> <b>Programa de</b> <b>Geraldo</b> <b>Alkimin</b>	<b>2010</b> <b>Uma</b> <b>agenda</b> <b>para o</b> <b>desenvolvi</b> <b>mento</b> <b>sustentável</b> <b>do Brasil</b>
<b>Descentralização</b>	“Governo Moderno e capaz de descentralizar a administração, dando maior responsabilidade, ao lado de mais recursos	Necessário ampliar o processo de descentralização e desconcentração, ampliar e modificar as formas de relacionamento Estado/Sociedade  Eliminará os excessos da burocracia dando maior agilidade as ações emergenciais	De cima para baixo; de uma esfera a outra, do setor publico as organizações da sociedade;  Descentralização promovera maior eficiência dos serviços públicos	Descentraliz ação para melhorar a agilidade e a redução de custos na execução.  É a chave para a boa execução de políticas publicas	Não há referencias ao tema	Serviços de qualidade dependem da adequada descentraliz ação dos recursos e atribuições  A descentraliz ação dos serviços de saúde é visto como um caso bem sucedido
<b>Reforma Política</b>	É necessário fazer a reforma política que assegure governabilidade e institucionalização da democracia Antecipar o plebiscito para o parlamentarismo	Não há referencias	Instituição do sistema eleitoral misto, no qual parte das cadeiras sejam escolhidas por distrito;  Instituição de critérios para dificultar a formação de coligações partidárias nas eleições proporcionais;  Instituição da fidelidade partidária;	Reforma política para consolidar partidos mais fortes e programáticos	A fim de consolidar a democracia dois pontos são fundamentais: instituir a fidelidade partidária e o voto distrital.	Promover e articular a aprovação do voto distrital;  Reduzir custos de campanha e aproximar o cidadão de seus representant es

Fonte: Organização própria a partir dos programas de governo do PSDB.

No *Mãos a obra Brasil*, outro destaque no programa é o diagnóstico de crise do estado, a emergência dessa temática é influenciada pelas questões contextuais, as exigências dos mecanismos internacionais para mais eficiência do governo e o diagnóstico da falência do Estado influenciaram o posicionamento do partido nessa questão. É defendida a hipótese de que é necessário reformá-lo, que é preciso promover maior profissionalização no serviço público a fim de torná-lo mais eficaz e ágil, capaz de lidar de modo eficiente com seus desafios e proporcionar soluções ótimas.

O Estado brasileiro, hoje esclerosado e clientelista, precisa se tornar ágil e eficiente. Uma burocracia profissionalizada, tendo o concurso público como forma de acesso e o mérito e a produtividade como critérios de promoção, é a condição para que possam ser instituídos salários justos para todas as funções (CARDOSO, 1994, p.83).

Nesse programa, é pregada a descentralização da assistência à saúde, educação e dos projetos de habitação “A descentralização para estados e municípios, com democratização das decisões, é fundamental para assegurar as soluções mais adequadas a cada comunidade”. Mas a descentralização pregada não exige o governo de “cumprir sua função de corrigir as desigualdades de renda entre as regiões e grupos sociais” (CARDOSO, 1994, p.75).

No *Avança Brasil*, dentro do programa de Reforma do Estado, encontrado no Objetivo Nº4, mais uma vez o partido demonstra seu posicionamento em relação ao Estado, o mesmo que pudemos observar nos documentos do período da fundação<sup>73</sup>. A Reforma do Estado se insere dentro dos princípios do social-liberalismo, o PSDB defende o Estado gerencial, “nem Estado Mínimo, nem Estado máximo: Estado necessário para cuidar de tudo aquilo que não deve delegar”. Assim como no programa anterior são destacados a necessidade de maior racionalização, desburocratização e profissionalização do funcionalismo público a fim de alcançar um Estado mais eficiente.

A descentralização é defendida no programa, como uma maneira de “agilizar o trabalho, motivar, aperfeiçoar e valorizar o servidor, mediante a delegação de competências e responsabilidades do topo para a base da administração”. Além disso, é vista como uma maneira de “redistribuir o poder, desconcentrando-o do poder central para o poder local”, o que agilizaria o processo na resolução de questões, o município e o governo Estadual por estarem mais próximos dos cidadãos seriam mais capacitados a responder de forma rápida e eficiente. Quanto à União, defende que essa “só deve fazer o que estiver fora do alcance dos estados” (CARDOSO, 1998, p. 273).

Assim como nos programas anteriores a descentralização é apontada como a chave para a eficiência e agilidade das políticas públicas, especialmente as políticas sociais “Como regra geral, a União deve cuidar da coordenação das políticas, deixando a execução para os estados, municípios e entidades não governamentais” (Serra, 2002, p. 64).

No Programa de Geraldo Alkmin, descentralização, privatização e Reforma do Estado não estão presentes. O tópico denominado *Reforma Política e garantia de instituições*

---

<sup>73</sup> Como apresentado no capítulo 3.



*democráticas* defende a reforma política na mesma linha do defendido no programa partidário de 2001 e 2007.

No programa *Trabalho e Progresso para todos*, as temáticas: Reforma do Estado e a Privatização não aparecem.

No *Avança Brasil*, o tema da reforma política aparece sob o argumento de que é necessário aperfeiçoar os mecanismos do sistema presidencialista, o documento reafirma, ainda, a importância de fortalecer o sistema partidário “mediante o estabelecimento de regras estáveis, que contribuam para a consolidação e o amadurecimento do sistema representativo” (CARDOSO, 1998, p. 277). O voto distrital é considerado uma maneira de fortalecer os partidos e promover maior vínculo entre representante e representado. O programa prevê o voto distrital para municípios com mais de 200 mil eleitores.

No Programa de 2010, mais uma vez o tema do voto distrital é retomado como uma maneira de fortalecer os partidos e promover maior vínculo entre representante e representado. O programa prevê o voto distrital para municípios com mais de 200 mil eleitores.

## **Conclusão**

Ao observar os dados relativos ao encaminhamento dos líderes nas votações nominais, e auto-posicionamento, observamos que a hipótese corrente de que o partido mudou da centro-esquerda para a centro-direita é confirmada. Quando avaliamos as migrações partidárias, os dados nos mostram, ainda, o maior alinhamento do PSDB com partidos de centro-direita, uma vez que o maior fluxo de migrantes do partido se dá com agremiações que estão à direita do centro do espectro ideológico.

A partir da análise dos documentos partidários, é possível observar que a postura adotada pelo partido, com relação à questão macroeconômica, considerado o principal indício de que teria se inclinado ao neoliberalismo, na verdade era um posicionamento defendido desde sua origem, perceptível claramente no discurso de Covas ao deixar o senado em 1989, constatado na grande ênfase atribuída à temática economia em seus manifestos e no posicionamento do partido em relação a essa temática em seus programas de governo.

O que observamos é que, apesar da retórica, o PSDB nunca foi social-democrata. De fato, a mudança observada no posicionamento de seus legisladores foi em direção à valores defendidos pelo partido desde sua fundação. Podemos considerar que o fato de estar mais alinhado com os partidos progressistas em seus primeiros anos não se tratou de uma questão programática, mas sim de uma questão contextual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou fazer uma análise do perfil do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e sua trajetória, desde a sua fundação até 2010. Para isso, utilizamos como método o estudo de caso auxiliado por técnicas qualitativas (análise bibliográfica e de documentos) e quantitativas (estatística descritiva). Baseamo-nos na análise bibliográfica utilizando os textos de referência sobre social-democracia, partidos políticos e a produção acerca do PSDB, à luz do contexto político-econômico brasileiro e internacional. Utilizamos, ainda, dados eleitorais, votações nominais, pesquisa de auto-posicionamento e estudo dos manifestos do partido.

Observamos que o estudo de caso configura a técnica mais adequada para se analisar um partido em profundidade, e, usar diferentes métodos nos permite conhecer distintos aspectos desse importante ator.

Em consonância com a teoria do institucionalismo histórico, defendemos que para se conhecer um partido é necessário investigar sua história. Como argumentamos nesta tese, os elementos que caracterizaram a mudança do PSDB no espectro ideológico estavam dados e expressos em seus documentos desde sua fundação. Neste sentido, argumentamos que a mudança do posicionamento ideológico do partido, de fato, não foi uma mudança programática. O que este trabalho demonstra é que, além dos elementos que normalmente se considera como importantes para o posicionamento de um partido – posição do eleitorado e competição política – os documentos do partido expressam princípios que são fundamentais para que o mesmo mantenha seu posicionamento ou mude, essa é uma das contribuições deste trabalho.

Outra importante contribuição é o uso da técnica de análise de conteúdo para estudar um mesmo partido ao longo do tempo, comparando as ênfases temáticas do partido foi possível observar onde houve mudança e permanência no que tange à questão programática, em diferentes momentos. Nossa investigação deixou clara ênfase do partido na questão econômica e como as questões relativas a grupos sociais, por exemplo, se reduzem ao longo do tempo.

A discussão aqui empreendida buscou demonstrar quais são as características e o posicionamento ideológico do PSDB. Como foi possível observar, embora o PSDB se considere social-democrata, o partido apresenta mais proximidade com o social-liberalismo do que com a social-democracia.

De acordo com que foi analisado podemos constatar que a social-democracia européia é um fenômeno marcado por certas características dentre as quais se destacam as políticas de bem estar abrangentes (estado de bem estar social-democrata, de acordo com Esping-Andersen) e o vínculo com movimentos sociais, em especial com os movimentos trabalhistas. De modo particular, uma questão marca a diferença entre os movimentos desta vertente e as organizações de direita: o *trade off* entre inflação e desemprego. Mesmo no momento em que a social-democracia atravessou profundas transformações e sob fortes constrangimentos macroeconômicos, anos 1980/1990, continuou marcando sua diferença com os partidos de direita manteve as políticas características de seu ideário.

O PSDB surgiu em um momento de transformações da social-democracia e reivindica para si a identidade com esta vertente, contudo, o partido não nasceu vinculado a movimentos trabalhistas, é um partido de notáveis, originado a partir da cisão do PMDB e por dissidentes de outros partidos e seu programa é distinto do programa apresentado por partidos social-democratas europeus.

O partido nasceu na centro-esquerda, todavia ao longo de sua trajetória se deslocou para a centro-direita. Essa mudança se torna evidente a partir de 1993/1994, momento em que integra a coalizão de governo. Durante os anos em que esteve à frente do Executivo Federal o partido implementou uma série de medidas objetivando reduzir o tamanho do Estado, criar mecanismos de regulação e não avançou nas políticas sociais no sentido de criar um estado de bem estar social-democrata abrangente. Com seu deslocamento é possível observar um realinhamento das forças partidárias brasileiras, o PSDB se firmou na centro-direita enquanto seu rival, PT, se consolidou na centro-esquerda.

Analisando o contexto político e econômico brasileiro, inferimos que a postura adotada pelo PSDB em seu momento originário está mais relacionada a uma questão contextual específica, do que à identificação ideológica. Como procuramos demonstrar no capítulo II, o partido surge num momento em que o país enfrentava uma série de desafios no que tange às questões macroeconômicas. Período em que a memória do regime autoritário levava todos a reivindicar e fortalecer a ideia de democracia e que havia necessidade urgente de se avançar com a agenda social.

Ao investigar seus documentos constatamos que, diferentemente dos partidos social-democratas que tinham a política social e a ênfase nos grupos sociais como um princípio programático (como apresentado no capítulo I), o PSDB reduz sua ênfase em questões sociais

ao longo do tempo, o que sinaliza que não se tratava de uma questão ideológica *strictu sensu*, mas de uma reivindicação contextual.

Ao longo do texto, outros elementos sinalizam para a diferença do partido com os partidos de orientação social democrática. Não somente a maneira como surgiu, um partido de quadros, mas sua organização é um dos elementos que marcam a diferença entre o partido e os social-democratas. Como discutimos no capítulo III, o partido possui uma estrutura vertical e vem fortalecendo os mecanismos de controle centrais, uma característica de partidos elitistas.

O PSDB passou a ser a opção confiável para o eleitor da direita e centro-direita, contudo, não assume o posicionamento que ocupa atualmente no espectro ideológico. Seu discurso apresenta controvérsias entre o que diz ser e o que realmente é. Outro ponto discrepante em seu discurso é que por um lado, em todos os documentos, prega sua identidade social-democrata, e por outro defende a redução do Estado, o liberalismo econômico e propõe políticas sociais residuais, o que o assemelha aos partidos social-liberais.

O que podemos observar, de fato, é que a escolha do nome e seu posicionamento inicial está muito mais ligado ao contexto em que o partido surgiu que à questão ideológica *strictu sensu*. Podemos inferir, ainda, que o deslocamento que o partido faz para a centro-direita não se configura em algo que ocorreu contra seus princípios, uma vez que ao se deslocar adota políticas que já eram claramente defendidas em seus documentos desde a fundação. O contexto foi um elemento fundamental para a definição do nome e do posicionamento do partido, em sua origem, e, a falta de vínculo social representa um dos elementos que permitiram que se deslocasse no espectro ideológico. Ou seja, podemos deduzir que se possuísse uma base social que o pressionasse a permanecer na centro-esquerda o PSDB teria tido mais dificuldade para se deslocar, dizemos isso baseados na argumentação de Kitschelt (1998), que partidos com enraizamento social tem uma base ideológica mais sólida.

O objetivo deste trabalho não é fazer juízo de valor sobre o posicionamento do PSDB, ou seja, não estamos aqui julgando as opções do partido como boas ou ruins. O que procuramos fazer foi investigar suas características, história e trajetória a fim de conhecer um pouco melhor o posicionamento deste que é um dos mais importantes partidos políticos do Brasil contemporâneo.

O que os dados e os documentos nos mostram que o deslocamento do PSDB não se ocorreu de maneira arbitrária ou pragmática. Potencialmente os elementos para esta mudança

já existiam na estrutura do partido. Bresser Pereira (2004) considera que para ser social-liberal o PSDB deveria dar um passo à direita, mas como é possível observar neste trabalho a posição que o partido ocupa já pode ser considerada social-liberal.

Ao contrário do que prega o senso comum, o PSDB não é um partido neoliberal, mas diferentemente do que defendem os peessedebistas o partido também não é social-democrata. Como apresentado ao longo do texto, o partido não apresenta muitas similitudes com a vertente política que reivindica, mas podemos encontrar a aproximação do mesmo com o social-liberalismo, uma doutrina que defende o liberalismo de mercado, a regulação, mas por outro lado, não abre mão de políticas sociais, mesmo que restritivas.

A partir da investigação, chegamos à conclusão que, de fato, o Partido da Social Democracia Brasileira é um partido de centro-direita, que há quase 20 anos encontra-se consolidado nessa posição mas não assume sua identidade ideológica. Seu discurso está em dissonância com sua prática e com seu programa.

Após a consolidação do PT na centro-esquerda o PSDB perdeu este eleitorado, contudo, conquistou o eleitorado que se localiza à direita do centro. Em resumo, embora se autodenomine social-democrata as políticas defendidas pelo partido o aproximam é do social-liberalismo, esse programa está em sintonia com as expectativas dos seus atuais eleitores, os de centro-direita. A única coisa que falta ao partido é assumir sua posição.

## REFERENCIAS

ALCANTARA, Manuel. Partidos Políticos en América Latina: Precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros. *In Documentos CIDOB, América Latina*, Mayo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Instituciones o Máquinas Ideológicas? Origen, Programa y organización de los partidos latinoamericanos*. Barcelona: Institut de Ciències Politiques i Socials, 2006.

\_\_\_\_\_. *Políticos y política em América Latina*. Madrid: Fundación Carolina, 2003.

ANDERSON, Perry e CAMILLER Patrick. *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARAÚJO, S. C. *A Renovação parlamentar no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

ASSUPÇÃO. Raiane Patrícia Severino. *Análise organizacional do Partido da Social-Democracia brasileira no estado de São Paulo(1988-2006): a estrutura relacional e o capital político*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2008.

AVERBUG, André e Fabio Giambiagi. “A crise Brasileira de 1998/1999: origens e consequências”. BNDES. Texto para discussão número 77. 2000.

AYRES, Ana Lúcia. *Mário Covas. O legado de uma repórter involuntária*. São Paulo: Global, 2002.

BACHA, Edmar Lisboa e Simon Schwartzman. *Brasil: A nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

BAER, Werner. *A economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BARBOZA Filho, Ruben. FHC: os paulistas no poder. In AMARAL, Roberto (Ed), *FHC: Os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

BARRETO, Álvaro. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). In *Opinião Pública*. Campinas, vol. 14, nº 1, junho, 2008. p.123-148.

BATISTA, Jr. Paulo Nogueira. *A economia como ela é*. São Paulo: Nobel, 2002.

BECKER, Uwe. “Open systems and contested reference frames and change. A reformulation of the varieties of capitalism theory”. In *Socio Economies Review*, 5. 2007. p. 261-186.

BENOIT, K.; LAVER, M. *Party policy in modern democracies*. Milton Park: Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2006.

BERNSTEIN, Eduardo. *The preconditions of Socialism*. Cambridge, Cambridge University Press (editado por Henry Tudor), 1993.

\_\_\_\_\_. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Problemas del socialismo. El revisionismo en la socialdemocracia*. 1ª edición en español. México: Siglo XXI, 1982.

BOIX, Charles. *Political Parties, Growth and Equality: Conservative e Social Democratic Strategies in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e BORGES Tiago D. P. Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros. Trabalho apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política na área temática *Eleições e Representação Política*, realizado de 29 de julho a 01 de agosto de 2008, na Unicamp, Campinas (SP). 2008.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e PIMENTEL JR, Jairo. “Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?”. *Opin. Publica* [online]. vol.17, n.2, 2011. p. 271-303.

BRESSER-PEREIRA. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia, e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. 34, 2003

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Democracy and Public Management Reform: building the republican state*. New York:Oxford University Press, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 5ª Ed, 2011.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: UFSC e Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D’Alva G. 2004. “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão eleitoral no Brasil”. In *Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 1, 2004. p. 131-168.

CASTILLO, Marcelo e PEREZ, Veronica. “Esencia y espacio: análisis de los programas del Frente Amplio y el Partido Nacional en las elecciones nacionales de 2009”. In Daniel Buquet y Niki Jhonson (Coord.) *Del Cambio a la Continuidad. Ciclo Electoral 2009-2010 en Uruguay*. Montevideo: Fin Del siglo, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão et al. “Evolução do gasto social federal: 1995-2001”. In *Políticas Sociais Acompanhamento e análise*. IPEA, fev, 2003. p. 127-134.

CHANG, Há-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHRISTIANO, Raul. *De volta ao começo – Raízes de um PMDB militante que nasceu na oposição*. São Paulo: Geração, 2003



- CONDÉ, Eduardo Salomão (2009). “A Rota da Diversidade – Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento”. In *Ponto de Vista*, nº 6, junho, 2009. p. 1-29.
- COELHO, Martins Suelli. *Social Democracia Formas e Reformas*. São Paulo: Editora Humanitas, 2001.
- COOLER, Xavier . *Cuadernos Metodologicos 30: Estudio de casosI*. Madrid: CIS, 2005.
- COUTO, Claudio G. e ABRUCIO Fernando. “O segundo governo FHC: Coalizões, agendas e instituições”. In *Tempo Social*. Novembro, 2003. p. 269-301.
- CROSLAND, Charles Anthony Raven. *The future of socialism*. Constable & Robinson Ltd, 1977.
- CROTTY, William J. (ed). *Aproaches to the study of Party Organization*. Boston: Allyn and Bacon, 1968.
- CROUCH, Colin; FARRELL, Henry. “Breaking the path of institutional development? Alternatives to the new determinism”. In *Rationality and Society*. N. 16; vol 5. 2004
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- D’ARAÚJO, Maria Celina e Celso Castro (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DIAMOND, Larry and GUNTHER, Richard. *Political Parties and Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- DINIZ, Eli e Renato R Boschi. *A difícil Rota do desenvolvimento: Empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: UFMG e Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- DINIZ, Eli. *Globalização Estado e Desenvolvimento*. Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DOWNS, Antony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DRAIBE, Sônia. 2003. “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. In *Tempo Social*. USP. Novembro, 2003.p. 63-101.
- DULCI, Marcelo Soares. *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e exclusão social*. Paz e Terra, 2005.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos Políticos*. Segunda edição. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1980.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three Words of Welfare Capitalism*. Princenton, Princeton University Press, 1990.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, Sept. 1991 .

EVANS, Peter B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional Comparativa. In *Revista de Economia Contemporânea*, nº 4, Jul-Dez, 1998. p. 7-28.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando 2001. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FISHLOW, Albert. *O novo Brasil – As conquistas políticas, economias, sociais e nas relações internacionais*. São Paulo: Saint Paul. Editora, 2011.

FLEISCHER, D. “Renovação política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do ‘Pacote de Abril’”. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol.23, nº2, 1980. p. 123-148.

\_\_\_\_\_. “O Pluripartidarismo no Brasil: dimensões socioeconômicas e regionais do recrutamento legislativo (1946-1967)”. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol.24, nº1, 1981. p. 49-75.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. Trajetos e perspectiva-social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil. Dissertação (mestrado) – Campinas. 1996.

GALLAGHER, Michael; LAVER, Michael e MAIR, Peter. *Representative Government in modern Europe*. New York: McGraw-Hill, 1995.

GARRET, Geogfrey. *Partisan politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GIAMBIAGI, Fábio; VILELA André, BARROS Lavínia de; HERMANN Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus. 2004

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o future da social-democracia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GLYN, Andrew. *SOCIAL democracy in neoliberal times: the left and economic policy since 1980*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001.

HIBBS, Douglas A, Jr. Political Parties and Macroeconomic Policy. . *The American Political Science Review*, Volume 71, Issue 4 (Dec., 1977), 1467-1487.

HALL, Peter, TAYLOR, Rosemary C. R. “As três versões do neoinstitucionalismo”. In *Lua Nova*. N 58, 2003. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20/04/2012.

HOWARD. David. “What is social liberalism”. In Duncan, Brack; Richard S. Grayson and David Howar (Eds). *Reinventing the state: social Liberalism for the 21st century*. Politico’s Publishing, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. *The third wave: Democratization in the 20st century* Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KAUTSKY, Karl. *The Dictatorship of the Proletariat*. Michigan, The University of Michigan Press, 1964.

\_\_\_\_\_. “A Ditadura do Proletariado”, in K. Kautsky e V. I. Lenin (eds.), *Kautsky: A Ditadura do Proletariado; Lenin: A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *The Class Struggle*. New York: W. W. Norton, 1971.

KATO, Jerry Miyoshi e PONCHIROLLI, Osmar. O desemprego no Brasil e seus desafios éticos. *Rev. FAE*, Curitiba, v.5, n.3, set./dez, 2002. p.87-97.

KATZ, Richard S. e CROTTY, Willian J (Eds). (2006). *Handbook of party politics*. Londres: Sage publication.

KINZO, M.D.G. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, FundaÁ,,o Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.

KITSCHOLT, H. *The Transformation of European Social Democracy*. New York, Cambridge University Press, 1994.

KORPI, Walter. *The Power Resources Model. The Welfare State Reader*. Cambridge, Polity Press, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e consolidação democrática : o caso brasileiro*. SP: Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Marcus; KINZO, Maria D’alva Gil; MUSZYNSKI, Judith e SADEK, Maria Tereza. *Cem anos de eleições presidenciais*. São Paulo: EDUSP, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar; CARNEIRO Dionísio Dias e ABREU, Marcelo de Paiva. *50 anos de Brasil: 50 anos de Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). *A era FHC, um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LEONI, Eduardo “Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). In *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº3, 2002. p. 361 a 386.

LEONI, E. e PEREIRA, C. e RENNÓ, L.. “Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil”. *Opinião Pública*, vol.9, nº1, maio, 2003. p. 44 – 67.

LIMA Jr. Olavo Brasil de. *Processo eleitoral e transição Política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983.

MAYER, Rodrigo. *Os Partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011.

\_\_\_\_\_. *PSDB: Organização, Estratégia Eleitoral e Programa Partidário*. Monografia apresentada como ao Curso de Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 2008.

MACIEL, Natália, VIEIRA Soraia Marcelino e SOARES Gláucio Ary Dilon. “Migrações Partidárias na Câmara dos Deputados: crise ou estabilidade do sistema partidário brasileiro?”. In *A Relevância da Política: Comentários à Contribuição de Olavo Brasil de Lima Jr.* (no prelo)

MARQUES, Jales Ramos e FLEISCHER, David. *PSDB de facção a Partido. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seu desenvolvimento histórico, sua estrutura, programa e capacidades e suas perspectivas dentro do sistema partidário brasileiro (1987/1995)*. Brasília: Gráfica e editora Positiva, 1999.

MELHEM, C. S. *Política de Botinas Amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MERKEL, Wolfgang (Ed.). *Entre la modernidad y el postmaterialismo La social-semocracia europea a finales Del siglo XX*. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

MICHELS, Robert. *Los partidos políticos*. Buenos Aires: Amarrortu, 1979.

MODIANO, Eduardo. “A opera dos três cruzados”. In ABREU, Marcelo de Paiva. *Ordem e Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MONCLAIRE, Stéphane. “Le PSDB à sés Débuts: Propôs liminaires de Mário Covas, Pimenta da Veiga et Getúlio Hanashiro”. In *Cahiers du Centre D’études Politiques Bresiliennes*, n 2, février 1989.

MONTERO, José Ramón, Richard Gunther e Juan J. Linz. *Partidos Políticos viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

- MONTORO, Franco. Os desafios do Brasil e o PSDB. Comissão Executiva do PSDB. 1989.
- MOTTA, Helena. *Crise e Reforma do Estado Brasileiro*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- NORDHAUS, William. The political business cycle. *Review of economic Studies*, v. 42, 1975. p. 169-190.
- NORRIS, Pipa & Lovenduski, Jones. *Political Recruitment: Race, Gender and Class in British Parliament*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- OLIVEIRA, Gesner e Frederico Turolla. “Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas” . In *Tempo social*, Vol.15, nº2, Nov. São Paulo, 2003. p. 185-217.
- PAIVA, D; BRAGA, M & PIMENTEL, J. Eleitorado e Partidos Políticos no Brasil. In: *Opinião Pública*, vol 13(2), 2007. p. 388-408.
- PARAMIO Ludolfo. *La socialdemocracia*. Madrid: Catarata, 2009.
- PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. “O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados”. In *Dados*, vol.44, nº2, 2001. p. 133-172.
- PIMENTA DE FARIA, Carlos Aurélio. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social. In *BIB* nº 46, 1998. p. 345-358.
- POOLE, K. & ROSENTHAL, H. *Congress A political-economic history of roll call voting*. Oxford University Press, 1999.
- POWER, Timothy e César Zucco. “Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005” . In *Latin American Research Review*, 44(1), 2009. P. 218–246.
- PRZEWORKI, Adam. *Capitalism and social democracy*. New York, Cambridge University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (15), 41-81. 1988.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. Estruturas decisórias dos maiores partidos brasileiros em perspectiva comparada. Trabalho apresentado no 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Recife, 2010.

RICCI, Rudá. Breve Balanço das Reformas Educacionais. In *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, nº 21. Fevereiro (Mensal), 2003.

ROBERTSON, David. *A theory of party competition*. London: Wiley, 1976.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp, 2002.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB\* entre 1988 e 1999A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2002, vol.17, no.49, p.71-92.

SALLUM Jr, Brasílio. “Transição Política e Crise de Estado”. In Sola, Lourdes e Paulani, Leda M. (orgs). *Lições da década de 80*. São Paulo: EDUSP, 1995. p 137-169.

\_\_\_\_\_. “Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX”. In *Dados*, vol 18, nº 52, 2003. p 35-55.

SAMUELS, David. “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. In *Dados*, vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997.

SANTOS, Fabiano dos. “Convergências e divergências entre o liberalismo e social-democracia. In *Revista Liberdade e Cidadania*. Ano I – n. 3 –janeiro/março, 2009. p. 1-19

SANTOS, W. G. “Eleição, representação, política substantiva”. In *Dados*, vol.8, 1971.

SARTORI, Giovanni. *Partidos Políticos y sistemas de Partidos*. Madrid, Alianza editorial. 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura military e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In Ferreira, Jorge de Lucilia de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Vol4, 2003. P 244-313.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro : a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon e Lúcio R. Rennó (orgs). *Reforma Política Lições da História Recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOLA, Lourdes. *Estado, Mercado e Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

SOLOMON, Robert. *Dinheiro em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Editora Futura. 2002.

TAROUCO, Gabriela. *Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda*. Tese de doutorado defendida em março de 2007 no IUPERJ.

TAVARES, José Antônio Giusti (org). *O que esperar da Social-semocracia no Brasil?* Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição e J. Carlos de Assis. *O grande salto para o Caos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª Ed. 1986.

THÉRET, Bruno. O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação: De uma clivagem esquerda/direita a uma fratura entre o financeiro e o social: o caso francês. Palestra proferida no 17º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-25 de outubro, 1993.

TEULINGS Ad. W. M. Modèles de croissance et de développement des organisations. In: *Revue française de sociologie*. 1973. 14-3. pp. 352-370.

VASCONCELOS, M. Sandoval de e outros. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Editora Atlas, 3ª Ed. 1999.

Tendências. Dados ESEB. *Opin. Publica* [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 516-540. ISSN 0104-6276.

Tendências. *Opin. Publica* [online]. 2001, vol.7, n.1, pp. 101-138. ISSN 0104-6276.

WARE, Alan. *Political Parties and Party Systems*. New York: Oxford University Press, 1995.

WEBER, Ricardo Basilio. *Eleições em tempos difíceis: a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1998 e a gestão da crise econômica*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, 2004.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. São Paulo: Bookman, 4ª Ed, 2009.

## **Documentos**

Boletim Políticas Sociais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Diretoria de Estudos Sociais, fev. 2011, Brasília.

Resolução do TSE nº 23.283 de 22.06.20120; título I.

## **Estatutos**

Estatuto PSDB, 1988. Documento cedido pelo partido.

Estatuto PSDB, 1996. Documento cedido pelo partido.

Estatuto PSDB, 1999. Documento cedido pelo partido.

Estatuto PSDB, 2001. Documento cedido pelo partido.

Estatuto PSDB, 2003. Documento cedido pelo partido.

Estatuto PSDB, 2007. Documento cedido pelo partido.

Estatuto PSDB, 2011. Documento cedido pelo partido.

## **Programas de governo**

ALKMIN, Geraldo, 2006. Textos finais do programa de governo de Geraldo Alkmin (programa de governo cedido pelo PSDB).

CARDOSO, Fernando Henrique, 1994. *Mãos a obra Brasil programa de governo*. Brasília: Brasília.

CARDOSO, Fernando Henrique, 1998. *Avança Brasil*. Brasília: Brasília

SERRA, José, 2002. Trabalho e Progresso para todos (programa de governo cedido pelo PSDB).

SERRA, José, 2012. Uma agenda para o desenvolvimento sustentável do Brasil (programa de governo cedido pelo PSDB).

Lei Orgânica n.º 2/2003 de 22 de Agosto - Lei dos Partidos Políticos

RESOLUÇÃO TSE Nº 23.282, de 22.6.2010

Constituição da Republica Federativa do Brasil

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)).

### **Jornais e revista**

Folha de São Paulo, 26 de setembro de 1986

Folha de São Paulo, 28 de setembro de 1986

Folha de São Paulo, 25/06/1988

Folha de São Paulo, 25 de junho de 1988

*O Globo*, 25 de junho de 1988

*Veja*, 29 de junho de 1988

Folha de São Paulo, 04 de junho de 1988

Folha de São Paulo, 25 de junho de 1988

Folha de São Paulo 13 de junho de 1988

Folha de São Paulo, 25 de junho de 1988

Folha de São Paulo, 29 de junho de 1989

Jornal do Brasil, 29 de junho de 1989

### **Sites Consultados**

<http://www2.camara.gov.br/>

<http://www.itv.org.br/web/>

<http://jaironicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html>

<http://www.psdb.org.br/>

<http://www.tse.jus.br/>



**APENDICE I- Distribuição do número de delegados à convenção do PSDB de 2006 por estado (simulação)**

Estado	1990	%	1994	%	1998	%	2002	%	2006	%
AC	1	0%	1	0%	1	0%	1	0%	1	0%
AL*	10	2%	14	2%	14	2%	12	2%	10	2%
AP	1	0%	1	0%	7	1%	3	0%	1	0%
AM*	6	1%	8	1%	8	1%	6	1%	6	1%
BA*	46	7%	50	7%	54	7%	46	7%	46	7%
CE*	32	5%	40	6%	42	6%	34	5%	28	4%
DF	2	0%	0	0%	2	0%	0	0%	0	0%
ES*	14	2%	12	2%	14	2%	12	2%	10	1%
GO*	25	4%	27	4%	29	4%	35	5%	33	5%
MS	14	2%	16	2%	18	2%	14	2%	16	2%
MA*	24	4%	26	4%	28	4%	26	4%	30	4%
MT	8	1%	10	1%	14	2%	14	2%	10	1%
MG*	96	16%	100	15%	112	15%	100	15%	98	15%
PA*	14	2%	14	2%	22	3%	22	3%	20	3%
PB*	22	4%	22	3%	24	3%	28	4%	28	4%
PR*	48	8%	42	6%	50	7%	50	7%	48	7%
PE	15	2%	17	3%	17	2%	21	3%	19	3%
PI*	24	4%	22	3%	24	3%	26	4%	24	4%
RN*	19	3%	19	3%	17	2%	17	2%	17	2%
RS	40	7%	42	6%	42	6%	42	6%	42	6%
RJ	11	2%	21	3%	31	4%	19	3%	15	2%
RO	6	1%	12	2%	10	1%	8	1%	6	1%
RR	2	0%	4	1%	6	1%	2	0%	4	1%
SC	30	5%	30	4%	32	4%	30	4%	32	5%
SP	83	13%	95	14%	95	13%	87	13%	101	15%
SE*	8	1%	8	1%	10	1%	10	1%	10	1%
TO*	16	3%	14	2%	16	2%	18	3%	18	3%
Total	615	100%	665	100%	739	98%	681	100%	671	100%

Fonte: Nicolau, Jairo Dados Eleitorais do Brasil (1982-2006) versão digital in <http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>.  
*Apud* Guarnieri, 2009: 149.

TSE.

\* Dados aproximados supondo a presença do partido em todos os municípios Fonte: Nicolau, Jairo Dados Eleitorais do Brasil (1982-2006) versão digital in <http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>.

TSE.

\* Dados aproximados supondo a presença do partido em todos os municípios

## APENDICE II - Lideranças no Sena do e Câmara dos Deputados

### Quadro II.1 – Líderes do PSDB na Câmara dos Deputados

Legislatura	Período	Líder
48 <sup>a</sup>	1987-1991	Euclides Scalco
49 <sup>a</sup>	1991-1995	José Serra/ Artur da Távola
50 <sup>a</sup>	1995-1999	Artur da Távola / José Aníbal
51 <sup>a</sup>	1999-2003	Aécio Neves/Jutahy Junior
52 <sup>a</sup>	2003-2007	Alberto Goldman/ Antônio Carlos Pannunzio
53 <sup>a</sup>	2007-2011	Antônio Carlos Pannunzio/José Aníbal

Fonte: Organização própria a partir de dados fornecidos pelo partido

### Quadro II.2 – Líderes do PSDB no Senado Federal

Legislatura	Período	Líder
48 <sup>a</sup>	1987-1991	Fernando Henrique Cardoso
49 <sup>a</sup>	1991-1995	Fernando Henrique Cardoso/ Mário Covas
50 <sup>a</sup>	1995-1999	Mário Covas/Sérgio Machado
51 <sup>a</sup>	1999-2003	Sérgio Machado
52 <sup>a</sup>	2003-2007	Arthur Virgílio
53 <sup>a</sup>	2007-2011	Arthur Virgílio

Fonte: Organização própria a partir de dados fornecidos pelo partido

### APENDICE III -Grade de códigos para classificação das unidades de texto (frases) dos manifestos

<b>Domínio 1 – Relações exteriores</b>		
101	EUA positivo	Menções favoráveis aos Estado Unidos; necessidade de cooperar com ou de ajudar esse país.
102	EUA negativo	Menções negativas aos Estados Unidos
103	Anti-Imperialismo	Referencias negativas ao exercício de forte influencia (política, militar ou comercial sobre outros estados, referencias negativas ao controle sobre outros países como se eles fossem parte de um império; menções favoráveis a descolonização,; referencias favoráveis a maior auto-governo e independência para colônias, referencias negativas à comportamento imperial do próprio país ou de outros. Auto-determinação, não intervenção, equilíbrio no poder mundial , não alinhamento.
104	Forças Armadas: Positivo	Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e auto-defesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento dos militares.
105	Forças Armadas: Negativo	Menções favoráveis à redução de gastos militares, desamamento, males da guerra; promessas de reduzir o recrutamento ou poderes internos.
106	Paz	Paz como uma meta geral; declarações de crença NE paz e em meios pacíficos de resolver crises; interesse em que os países entrem em negociações com países hostis
107	Internacionalismo: Positivo	Necessidade de cooperação internacional; cooperação com países específicos que não os Estados Unidos (codificados em 101); necessidade de ajuda a países em desenvolvimento; necessidade de planejamento mundial de recursos; necessidade de cortes internacionais; apoio a qualquer objetivo internacional ou estado mundial; apoio a ONU. Inclui referencias à ALCA e MERCOSUL, globalização como dado.
109	Internacionalismo: Negativo	Menções favoráveis à independência nacional e soberania como oposta ao internacionalismo. Inclui referencias à defesa dos interesses nacionais frente a outros países e organizações, inclusive ALCA e MERCOSUL e referências contra a globalização.
<b>Domínio 2 – Liberdade e Democracia</b>		
201	Liberdade e Direitos Humanos	Menções favoráveis à importância da liberdade pessoal e direitos civis; liberdade em relação ao controle burocrático; liberdade de expressão; liberdade em relação à coerção nas esferas política e econômica; individualismo. Acesso livre à informação, imprensa livre, comunicação democrática, liberdade de associação.
202	Democracia	Menções favoráveis à democracia como um método ou um objetivo no nível nacional e em outras organizações; envolvimento de todos os cidadãos no processo decisório e apoio generalizado à democracia no país. Soberania popular, redemocratização, anistia. Assembléia constituinte.
203	Constitucionalismo: Positivo	Apoio a aspectos específicos da constituição; uso do constitucionalismo como argumento para políticas assim como aprovação geral da via constitucional de ação. Assembléia constituinte.
204	Constitucionalismo: Negativo	Oposição à constituição em geral ou a aspectos específicos.
<b>Domínio 3 – Sistema Político</b>		
301	Descentralização	Apoio ao federalismo ou descentralização; mais autonomia regional para políticas ou economia; apoio à preservação de costumes e símbolos locais ou regionais; menções favoráveis a consideração especial para áreas locais; deferência a competência/qualificação de especialistas locais. Inclui referencias ao peso dos estados, positivo ou negativo.
302	Centralização	Oposição a processo decisório político nos níveis políticos mais baixos; apoio a

		mais centralização em procedimentos políticos e administrativos. Inclui referências à integração do território, e referência contra guerra fiscal. Inclusive na repartição de receitas.
303	Eficiência Governamental e Administrativa	Demanda por eficiência econômica no governo e na administração; redução do funcionalismo público; melhoria dos processos governamentais; apelo geral para tornar o processo de governo e administração mais barato e mais efetivo.
304	Corrupção	Necessidade de eliminar corrupção e abusos associados a ela, na vida política e pública e na administração. Transparência da administração e medidas para coibir corrupção.
305	Autoridade Política	Menções favoráveis a governo forte, incluindo estabilidade de governo, competência do partido para governar e/ou falta dessa competência em outros partidos.
306	Instituições do Sistema político	Referências ao sistema eleitoral, sistema partidário, sistema de governo, relações entre os poderes em qualquer nível.
<b>Domínio 4 – Economia</b>		
401	Livre Iniciativa	Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa/investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa/investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos/ investimentos individuais desimpedidos
402	Incentivos	Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa
403	Regulamentação do Mercado	Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor, ações contra monopólios e trusts e em defesa do consumidor e pequenos negócios, encorajamento da competição econômica; economia social de mercado
404	Planejamento Econômica	Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano.
405	Corporativismo	Menções favoráveis à necessidade de colaboração entre empregadores e organizações sindicais no planejamento econômico geral e em direção à forma tripartite (governo, empregadores e sindicatos).
406	Protecionismo: Positivo	Menções favoráveis à extensão ou manutenção de tarifas para proteger mercados internos; outros protecionismos domésticos econômicos tais como restrições por cotas
407	Protecionismo: Negativo	Apoio ao conceito de livre comércio, internamente ou nas relações internacionais (p. ex. ALCA)
408	Metas Econômicas	Declarações da intenção de buscar quaisquer metas econômicas não cobertas por outras categorias do domínio 4. Esta categoria é criada para captar um interesse geral dos partidos em economia e cobre uma variedade de metas econômicas. Inclui referências a: contas externas, câmbio, inflação, desemprego, juros, relações comerciais com outros países ou organizações, desigualdades regionais, dívida externa, estabilidade.
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	Política econômica orientada pela demanda; política devotada à redução de depressões e/ou a aumentar a demanda privada através do aumento da demanda pública e/ou através do aumento dos gastos sociais. Renda mínima, seguro desemprego.
410	Produtividade	Necessidade de encorajar ou facilitar maior produção; necessidade de tomar medidas para auxiliar tal aumento da produção; apelo por maior produção e importância da produtividade para a economia; aumento do comércio exterior; paradigma do crescimento. Inclui referências a crescimento e desenvolvimento
411	Tecnologia e Infra-estrutura	Importância da modernização da indústria e métodos de transporte e comunicação; importância da ciência e desenvolvimento tecnológico na indústria; necessidade de treinamento e pesquisa. Isso não implica educação em geral (v.506). Inclui referências a treinamento técnico. Energia.
412	Economia controlada	Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis, etc; invenção estatal no sistema econômico.
413	Nacionalização	Menções favoráveis à propriedade governamental, parcial ou completa incluindo propriedade governamental da terra.
414	Ortodoxia	Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, ex. redução de déficits

	econômica	orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: políticas de ajuste fiscal, endividamento do estado, austeridade, equilíbrio fiscal, falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma, privatizações.
415	Análise marxista	Referências positivas (tipicamente mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas. Socialismo, uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anti-capitalista.
416	Controle do crescimento	Menções favoráveis a políticas anti-crescimento e economia estatal regulada; ecologismo; política verde; desenvolvimento sustentável.
<b>Domínio 5 – Bem-estar e Qualidade de vida</b>		
501	Proteção ambiental	Preservação da zona rural, florestas, etc; preservação geral de recursos naturais contra interesses privados; uso apropriado dos parques nacionais; melhoria ambiental.
502	Cultura	Necessidade de prover equipamentos públicos culturais e de lazer, incluindo artes e esporte, necessidade de empregar recursos em museus, galerias de arte, etc; necessidade de encorajar atividades proveitosas de lazer e méis de cultura de massa. Turismo.
503	Justiça social	Conceito de igualdade; necessidade de tratamento justo de todas as pessoas; proteção especial para desprivilegiados; necessidade de justa distribuição de recursos, remoção de barreiras de classe; fim da discriminação racial, sexual, etc. Inclui referências a: concentração de renda, medidas distributivas, inclusão social, ação afirmativa, redução das desigualdades.
504	Expansão do Welfare State	Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais, políticas sociais. Essa categoria exclui educação.
505	Limitações do Welfare State	Limitações do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência
506	Expansão da Educação	Necessidade de expandir e/ou melhorar a provisão educacional em todos os níveis. Esta exclui treinamento técnico, codificado como 411.
507	Limitação da Educação	Limitação dos gastos em educação. Ajuste nas Universidades públicas
<b>Domínio 6 – Estrutura da sociedade</b>		
601	Estilo nacional de vida e comportamento: positiva	Apelos ao patriotismo e/ou nacionalismo; suspensão de algumas liberdades para proteger o estado contra subversão; apoio a idéias nacionais estabelecidas. Inclui referências à soberania nacional. Identidade nacional, interesses nacionais contra estrangeiros, contra a exploração pelo e a dependência do capital estrangeiro
602	Estilo nacional de vida e comportamento: Negativo	Contra patriotismo e/ou nacionalismo; oposição ao estado nacional.
603	Moralidade tradicional: Positiva	Menções favoráveis a valores morais tradicionais; proibição, censura e supressão da imoralidade e do comportamento indecente; manutenção e estabilidade da família; religião. Contra aborto, divórcio, a favor da pena de morte
604	Moralidade tradicional: Negativa	Oposição a valores morais tradicionais, apoio ao divórcio, aborto, etc. Contra pena de morte.
605	Lei e Ordem	Cumprimento de todas as leis; ações contra o crime; apoio e recursos para a política; atitudes mais duras nos tribunais. Inclui referências a: violência e criminalidade; segurança pública, narcotráfico, inclusive internacional, ações ilegais na política, justiça, exceto a do trabalho, codificada em 701, ministério público. Combate à impunidade.
606	Harmonia social	Apelo a esforço Nacional e solidariedade; necessidade de que a sociedade se veja como unida apelo ao vigor público; condenação de atitudes anti-sociais em tempos de crise; apoio ao interesse público. Harmonia inclusive entre classes.
607	Multiculturalismo: positivo	Diversidade cultural, pluralidade cultural e preservação da autonomia da herança lingüística e religiosa no país, incluindo serviços educacionais especiais.

608	Multiculturalismo: negativo	Cumprimento ou encorajamento da integração cultural.
<b>Domínio 7 – Grupos sociais</b>		
701	Classes trabalhadoras: positivo	Referências favoráveis a grupos trabalhistas, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical, salários.
702	Classes trabalhadoras: Negativo	Abuso de poder dos sindicatos.
703	Agricultura, agricultores	Apoio à agricultura e fazendeiros, qualquer política que vise especificamente beneficiá-los. Inclui referências a trabalhadores rurais e seus direitos, política agrícola e à reforma agrária.
704	Classe média e grupos profissionais	Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público. Defesa do serviço público.
705	Minorias desprivilegiadas	Referências favoráveis a minorias desprivilegiadas que não são definidas nem em termos econômicos nem em termos demográficos. Ex. deficientes, incapazes, homossexuais, imigrantes, refugiados, etc.
706	Grupos demográficos não econômicos	Menções favoráveis a, ou necessidade de, assistência às mulheres, idosos, jovens, grupos lingüísticos, etc; interesse especial em grupos demográficos de todos os tipos; negros, índios; cotas
<b>000</b>	<b>Discrepantes</b>	Frases que não se enquadram em nenhuma categoria das anteriores. Descrições de conjuntura, narrativas históricas, assuntos internos ao partido, frase de conteúdo muito vago, dados estatísticos.

*Apud: Tarouco, 2007.*

## APENDICE IV- Temas abordados pelo PSDB em seus programas

Programa de 1988	2001	2007
Democracia: Valor Fundamental	I. Os Grandes Desafios da Social-Democracia Brasileira	O Brasil que queremos
Parlamentarismo: pelo aperfeiçoamento da democracia	1. O País Está Mudando Para Melhor	Acelerar o passo do desenvolvimento
Justiça social: meta do desenvolvimento	2. A Tomada De Consciência	Desmontar a armadilha monetária e fiscal
Educação e cultura	3. A Realidade Da Globalização	Um lugar ao sol na nova divisão internacional do trabalho
Seguridade Social	4. A Crise Do Estado	A posição do Brasil no mundo
Crescimento econômico com distribuição de renda	II. Os Caminhos da Reforma do Estado e do Desenvolvimento	Educação e emprego para os jovens
Os desafios da inflação e da dívida externa	1. O Equilíbrio Fiscal	Segurança com igualdade
A Reforma do Estado	2. Reduzir a Dependência Externa	Aperfeiçoar a democracia
Reforma Agrária e Política Agrária	3. A Defesa da Economia Brasileira	Pela distritalização do voto (nova bandeira)
Reforma do sistema financeiro	4. Política para a Pequena Empresa	Medidas provisórias sem abuso
Preservação dos recursos naturais: compromisso com o futuro	5. A Integração do País	Profissionalizar o serviço publico
Presença ativa no cenário internacional	6. A Política Externa	Enraizar o PSDB na sociedade
Democracia: Valor Fundamental	III. Opção Radical pela Democracia Política	
Parlamentarismo: pelo aperfeiçoamento da democracia	1. O Sistema Político-Eleitoral	
Justiça social: meta do desenvolvimento	2. As Reformas Políticas	
Educação e cultura	3. O Parlamentarismo	
Seguridade Social	4. Democracia Participativa	
Crescimento econômico com distribuição de renda	5. Combate à Corrupção	
Os desafios da inflação e da dívida externa	6. Meios Eletrônicos: a Participação Eficiente	
A Reforma do Estado	IV. Plataforma Para Uma Sociedade Democrática	
Reforma Agrária e Política Agrária	1. Economia Urbana	
Reforma do sistema financeiro	2. Governança Metropolitana	
Preservação dos recursos naturais: compromisso com o futuro	3. Comunidade Cívica	
Presença ativa no cenário internacional	4. Segurança Pública	
Democracia: Valor Fundamental	5. Trabalho, Emprego E Renda	
Parlamentarismo: pelo aperfeiçoamento da democracia	6. Previdência Social	
Justiça social: meta do desenvolvimento	7. Saúde Pública	
Educação e cultura	8. Educação	
Seguridade Social	9. Cultura	
Crescimento econômico com distribuição de renda	10. Desenvolvimento Rural	
	11. Combate às Discriminações	
	12. Política da Juventude	
	V. A nova etapa do PSDB	